

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PROPUR

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E DINÂMICAS TERRITORIAIS
O CASO DO COREDE NORTE, RS**

IVANA KARINE AVER

Porto Alegre
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PROPUR

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E DINÂMICAS TERRITORIAIS
O CASO DO COREDE NORTE, RS**

Ivana Karine Aver

Orientadora: Prof. Dra. Heleniza Ávila Campos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais - PUR_PS

Linha de Pesquisa: Planejamento e Espaço Urbano e Regional

Porto Alegre
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Aver, Ivana Karine

Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Territoriais:
o caso do COREDE Norte, RS / Ivana Karine Aver. --
2016.

210 f.

Orientador: Heleniza Ávila Campos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Planejamento Regional. 2. Planejamento Urbano.
3. Conselhos Regionais de Desenvolvimento. I.
Campos, Heleniza Ávila, orient. II. Título.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

E DINÂMICAS TERRITORIAIS

O CASO DO COREDE NORTE, RS

IVANA KARINE AVER

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais - PUR_PS

Linha de Pesquisa: Planejamento e Espaço Urbano e Regional

Tese de Doutorado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Prof. Dra. Heleniza Ávila Campos
Presidente e Orientadora / PROPUR – UFRGS

Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
UNISC

Prof. Dra. Wrana Maria Panizzi
UFRGS

Prof. Dra. Livia Teresinha Salomão Piccinin
PROPUR - UFRGS

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu
filho Pedro, amor maior da
minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que, de alguma maneira, colaboraram para tornar este trabalho e este sonho possíveis. Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Heleniza Ávila Campos pela adoção na etapa final do trabalho e pelo seu empenho em finalizar esta tese. Agradeço acima de tudo e de todos meus pais, por tudo que fizeram e fazem por mim e pelo meu filho.

RESUMO

O tema deste trabalho centra-se no desenvolvimento regional articulado em diferentes categorias de análise dentro de uma perspectiva econômica. Este enfoque apoia-se em dois aspectos: diversidade e convergência. A diversidade é verificada no campo dos agentes sociais, ou seja, a população, capital humano e suas formas de produção do território. Já a convergência é interpretada na perspectiva política através dos distintos interesses e negociações que viabilizam as dinâmicas regionais. O objeto de estudo constitui-se num contexto regional, o COREDE Norte, no RS, que tem como centro urbano estratégico Erechim, no período compreendido basicamente entre 1991 e 2010. A pesquisa tem como problema de investigação a análise de como tem ocorrido o processo de desenvolvimento na região do COREDE Norte e, mais especialmente, em Erechim. Parte-se da premissa de que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado ao conjunto de variáveis capital, trabalho, capital humano e tecnologia, que tendem a adicionar valor e que potencializam os valores econômicos e sociais de uma dada região. Para as análises destas quatro variáveis, o trabalho foi decomposto em 14 indicadores, tendo sido utilizados 111 dados estatísticos, os quais serviram para ratificar a hipótese central da pesquisa. Este trabalho reforça a ideia de que deve ser considerada a criação, no Brasil, da figura jurídica da Região, pois principalmente dadas nossas dimensões territoriais, a divisão em Estados e Municípios tem se apresentado insuficiente para a gestão focada no desenvolvimento. Também mostra a necessidade de que se efetivem as atitudes em escala regional, visto que somente com o fortalecimento de um conjunto de municípios poderemos ver cidades com melhores índices de desenvolvimento e, por consequência, que ofereçam melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Palavras-chave: planejamento regional, crescimento regional, desenvolvimento regional, evolução urbana.

ABSTRACT

This work's theme focuses on regional development articulated in different categories of analysis within an economic perspective. This approach relies on two aspects: diversity and convergence. Diversity is verified in the field of social agents, ie, population, human capital and its forms of production of the territory. Already convergence is interpreted in political perspective through the different interests and negotiations that enable the regional dynamics. The object of study is constituted in a regional context, the COREDE North, in the RS, which has a strategic urban center, Erechim, in the period basically between 1991 and 2010. The research's question problem is the analysis as has been the development process in COREDE North's region and more particularly in Erechim. It starts with the premise that regional development is directly associated to the set of variables capital, labor, human capital and technology, which tend to add value and that maximize the economic and social values of a given region. For the analysis of these four variables, the work was broken down into 14 indicators have been used 111 statistics, which served to confirm the central hypothesis of the research. This work reinforces the idea that the creation should be considered, in Brazil, the legal concept of the Region, as especially given our territorial dimensions, the division into states and municipalities has presented insufficient for management focused on the development. It also shows the need to give effect to the actions at the regional level, since only the strengthening of a number of municipalities we see cities with better development indices and therefore providing better quality of life for its inhabitants.

Keywords: regional planning, regional growth, regional development, urban evolution.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa com a localização do COREDE Norte RS	18
Mapa 2	Divisão dos COREDEs – RS	76
Mapa 3	Limites dos municípios do COREDE Norte	80
Mapa 4	Regionalização funcional para efeito de planejamento	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População total, urbana e rural do RS, COREDE Norte e Município de Erechim - 1991, 2000 e 2010 (população absoluta e relativa)	103
Gráfico 2	População total anos de 1991, 2000 e 2010 – municípios do COREDE Norte	104
Gráfico 3	Produto Interno Bruto a preços correntes (mil Reais). Brasil, RS, COREDE Norte e Erechim. Anos de 2000, 2005 e 2010.	106
Gráfico 4	Produto Interno Bruto per capita (Reais). Anos de 2000 e 2010	107
Gráfico 5	PIB/população. Municípios do COREDE Norte. Anos de 2000 e 2010	107
Gráfico 6	Porcentagem de Pobres. Anos de 1991, 2000 e 2010	108
Gráfico 7	Índice de Gini. Anos de 1991, 2000 e 2010	110
Gráfico 8	Índice de Theil-L. Anos de 1991, 2000 e 2010	111
Gráfico 9	População Economicamente Ativa – Municípios do COREDE Norte. Anos de 2000 e 2010	114
Gráfico 10	População Economicamente Ativa (10 anos ou mais) / População Total. Anos de 2000 e 2010	115
Gráfico 11	Ocupação dos trabalhadores com 18 anos ou mais. Anos de 2000 e 2010	116

Gráfico 12	Renda per capita (exceto renda nula). Anos de 1991, 2000 e 2010	118
Gráfico 13	A) Renda per capita média do primeiro quinto mais pobre. B) Renda per capita média do quinto mais rico. Anos de 1991, 2000 e 2010	119
Gráfico 14	Empresas ativas. Anos de 2007 a 2015	122
Gráfico 15	A) MPEs ativas. B) Mortalidade das MPEs. Anos de 2007 a 2015	123
Gráfico 16	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Anos de 1991, 2000 e 2010	125
Gráfico 17	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – A) Renda, B) Longevidade e C) Educação. Anos de 1991, 2000 e 2010.	127
Gráfico 18	Taxa de analfabetismo. A) A partir de 11 anos B) 18 anos ou mais – municípios do COREDE Norte. Anos de 1991, 2000 e 2010	129
Gráfico 19	Grau de escolaridade dos ocupados com 18 anos ou mais. Anos de 2000 e 2010.	130
Gráfico 20	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Anos de 2005 a 2010.	131
Gráfico 20	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) municípios do COREDE Norte. A) Educação. B) Saúde. C) Emprego e renda. Anos de 2005 a 2010	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Setorização dos municípios do COREDE Norte	25
Figura 2	Relação dos indicadores por variável-chave	63
Figura 3	Mapas dos limites municipais em 1991, 1997 e 2001	98
Figura 4	Região de influência das cidades a partir de Passo Fundo	100
Figura 5	Cartograma: População Total por município do COREDE Norte. Anos de 1991, 2000 e 2010	104
Figura 6	Cartograma: Porcentagem de Pobres – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010.	109
Figura 7	Cartograma: Índice de Gini – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010	111
Figura 8	Cartograma: Índice de Theil-L – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010	112
Figura 9	Cartograma: Renda per capita (exceto renda nula). Municípios do COREDE Norte. Anos de 1991, 2000 e 2010	118
Figura 10	Cartograma: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados gerais por município – COREDE Norte, 2010.	79
Tabela 2	População economicamente ativa. Brasil, Rio Grande do Sul, COREDE Norte, Erechim. Anos de 2000 e 2010.	113
Tabela 3	Variação de Emprego Absoluta de 01/01/2005 a 31/01/2010	121
Tabela 4	CNPq – Mapa de Investimentos – 26 de agosto de 2014	136
Tabela 5	CNPq – Projetos de Pesquisa em vigência por área no ano de 2014	137
Tabela 6	CNPq – Bolsas em vigência por área no ano de 2014	138
Tabela 7	Mestrados e Doutorados Reconhecidos por IES e área. 2014	139
Tabela 8	Quadro-síntese das variáveis-chave	141

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Recorte espacial e temporal do objeto de estudo de caso	17
1.2	Objetivos	19
1.3	Justificativa e relevância da investigação	20
1.4	Procedimentos Metodológicos	21
1.5	Estrutura do trabalho	26
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	Teorias de Análise Espacial	27
2.2	Desenvolvimento e Crescimento	34
2.3	Planejamento Urbano e Regional	39
2.4	Participação Social, Planejamento e Desenvolvimento Regional	50
3	DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO	53
3.1	A variável Capital	63
3.2	A variável Trabalho	65
3.3	A variável Capital Humano	67
3.4	A variável Tecnologia	70
4	O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO DO	74

COREDE NORTE	
4.1	Planejamento Regional no Rio Grande do Sul 75
4.2	Ocupação Territorial do norte gaúcho 83
4.3	Ocupação Territorial e Evolução Urbana de Erechim 89
5	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS-CHAVE 101
5.1	A variável Capital 105
5.2	A variável Trabalho 113
5.3	A variável Capital Humano 125
5.4	A variável Tecnologia 133
5.5	Conclusões do Capítulo 140
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS 149
	REFERÊNCIAS 155
	APÊNDICE A – Tabela-mãe composta por 111 dados de cada um dos 32 municípios analisados. 164
	APÊNDICE B – Resumo das características dos municípios do COREDE Norte 178

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do tema relativo ao desenvolvimento regional, que nos últimos vinte anos tem ganhado espaço entre os gestores públicos e no meio acadêmico. Apesar de não haver institucionalmente um espaço legalmente reconhecido de tratamento das dinâmicas regionais, existe um forte processo de desenvolvimento nesta escala. Desde o fim da década de 1950 já se fazia planejamento neste nível, a exemplo dos programas das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (SUDAM) e do Centro-Oeste (SUDECO), que pretendiam estimular o desenvolvimento econômico das áreas mais pobres do país. Posteriormente, também as Unidades da Federação iniciaram suas regionalizações na tentativa de diminuir suas disparidades internas, buscando o desenvolvimento equilibrado. Todavia, o Brasil ainda não tem políticas regionais adequadas, sobretudo para determinados recortes que apresentam dinâmicas regionais muito fortes, como ocorre no Rio Grande do Sul.

O estudo destas dinâmicas regionais é uma forma de entender os processos de desenvolvimento numa escala supramunicipal. Neste sentido, é importante discutir o conceito de desenvolvimento regional numa perspectiva mais atual, com a articulação de diferentes categorias de análise, o que implica em uma discussão sob dois enfoques: diversidade e convergência. A diversidade é verificada pela população, pelo capital humano e formas de produção no território. Já as convergências são representadas pelos interesses políticos e de decisões baseados nos interesses coletivos.

O desenvolvimento¹ regional pode sofrer influência em diversas intensidades e escalas, sendo que a variação de intensidade ocorre quando na região existem polos de crescimento, os quais tornam-se atratores para o desenvolvimento; e a escala reflete a dimensão do território analisado, já que uma região pode ser parte de uma unidade da federação ou parte do país, por exemplo. Nesta pesquisa, a região tomada como objeto de estudo de caso fica no norte do RS e é composta por 32 municípios pertencentes ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do RS – COREDE Norte, cuja cidade polo é Erechim.

Informalmente há reiterados questionamentos da população desta cidade polo acerca de uma aparente estagnação e/ou retrocesso econômico nos últimos anos, o que provocou um desafio: procurar as respostas através de um estudo mais aprofundado, com o devido embasamento teórico, considerando a questão em nível regional, já que o processo engloba não só a cidade polo individualmente, mas também o entorno que tende a depender, em maior ou menor grau, deste núcleo principal.

Pretende-se, com o estudo, identificar quais são as influências mais significativas no âmbito estudado. Verifica-se que o empreendedorismo é uma característica da região. Contudo, deve ser direcionado e cuidado para que seja sustentável e efetivamente promova não apenas o crescimento, mas, principalmente, o desenvolvimento regional. Contudo, dada a indisponibilidade de dados, para a região em estudo o empreendedorismo mostrou-se de difícil mensuração. Ainda, o potencial empreendedor, embora exista, parece não ser suficiente para imprimir um processo de desenvolvimento ascendente a uma cidade que tem tido papel estratégico dentro da região como é o caso de Erechim.

Com base no exposto, formulou-se o problema de pesquisa que orienta este

¹ Há de se diferenciar os termos crescimento e desenvolvimento (BREITBACH, 2003; VANCONCELOS, 2002; PERROUX, 1967). Ambos são vinculados ao planejamento regional, mas o crescimento sem o devido planejamento pode transformar as cidades e regiões de maneira não satisfatória para seus habitantes, reduzindo a qualidade de vida e interferindo negativamente nas potencialidades regionais. Por isso, neste trabalho será dada maior ênfase ao desenvolvimento já que este é focado na melhoria das condições sociais e econômicas da população.

trabalho:

Como tem ocorrido o processo de desenvolvimento no COREDE Norte e, mais especialmente, em Erechim e quais têm sido as dinâmicas territoriais na região?

Para responder a esta questão, foram analisados indicadores econômicos e sociais vinculados a quatro variáveis-chave: Capital, Trabalho, Capital Humano e Tecnologia. Com a análise das variáveis e de seus indicadores, pode-se crer que as questões relacionadas às diversidades e convergências podem ter características comuns e que alguns fatores provavelmente são mais importantes, gerando a premissa de que

O desenvolvimento regional está diretamente relacionado ao conjunto de variáveis capital, trabalho, capital humano e tecnologia, que tendem a adicionar valor e que potencializam os valores econômicos e sociais de uma dada região.

Acredita-se que a análise dessas variáveis podem responder à questão principal desta pesquisa e servir como parâmetro para a criação de políticas para alavancar o desenvolvimento regional.

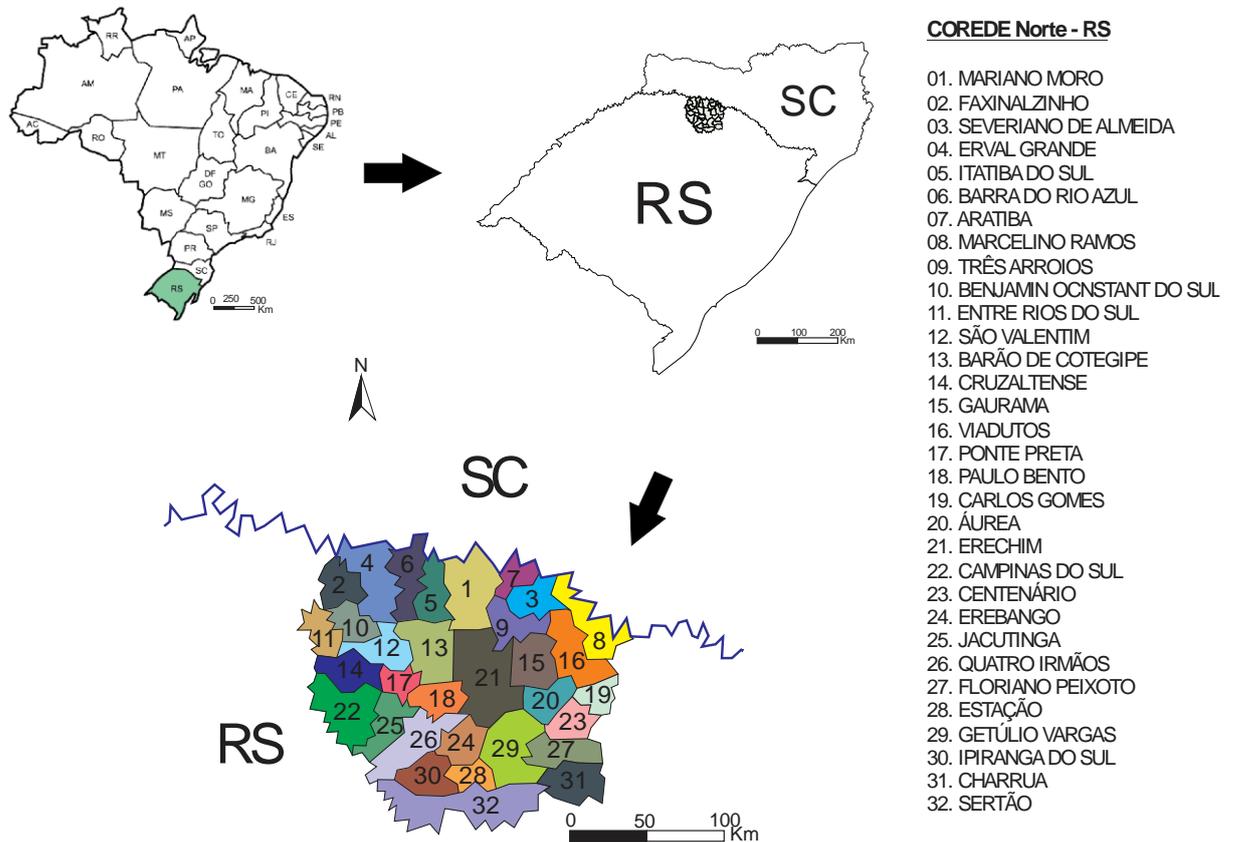
Ao longo deste trabalho procurou-se verificar a hipótese e responder à questão principal. Para tanto, inicialmente foi necessário delimitar e caracterizar a região objeto de estudo, que é apresentado a seguir.

1.1 RECORTES ESPACIAL E TEMPORAL DO OBJETO DE ESTUDO DE CASO

Para a definição do objeto de estudo foi tomado como base uma das regionalizações já existentes no Rio Grande do Sul. Procurou-se definir uma região cujos municípios tivessem inter-relações do ponto de vista econômico e social. A partir deste princípio entendeu-se que o recorte geográfico/territorial que viria ao encontro dos objetivos e análises deste trabalho tem como base uma das regiões dos

Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs. (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa com a localização do COREDE Norte RS (sem escala).



Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver. Adaptado a partir de www.mapa-brasil.com.
Acesso em 10 fev 2014.

A região objeto deste estudo é composta por 32 municípios que constituem a região de abrangência do COREDE Norte e caracteriza-se por significativa participação do setor agropecuário na economia, por uma base industrial sólida e pela ascensão da prestação de serviços.

A cidade polo dessa região é Erechim, emancipada em 1918. Nas primeiras décadas, a mesma apresentou grande crescimento demográfico e econômico (DUCATTI NETO, 1981), mas esta situação começou a se alterar a partir da década de 1950. Ao longo dos anos aparentemente Erechim tem perdido atratividade quando se trata de investimentos econômicos e este fato suscitou indagações sobre a

questão, que culminaram com esta pesquisa.

Temporalmente foi considerado como base o período recente (1991 a 2010) devido à disponibilidade e o acesso a informações mais precisas para as análises necessárias a este trabalho estarem disponíveis somente a partir do Censo de 1991. Antes desta data muitos dados sofreriam distorções pois diversos municípios dentre os analisados foram emancipados somente após a promulgação da última Constituição Federal, em 1998. Em alguns casos, porém, dados mais recentes foram utilizados de modo a enriquecer e aprofundar a análise.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral

Compreender o processo de desenvolvimento da região do COREDE Norte do Rio Grande do Sul, a partir das variáveis Capital, Trabalho, Capital Humano e Tecnologia.

Este objetivo pode ser decomposto em outros mais específicos, os quais pretendem

- *Identificar e discriminar os indicadores que mais evidenciam o desenvolvimento regional tomando-se por base o caso dos municípios pertencentes ao Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE) Norte, no RS, cujo município polo é Erechim, no período de 1991 a 2010;*
- *Oferecer subsídios a possíveis diretrizes para políticas públicas de desenvolvimento local e regional.*

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa concentra-se na análise de uma região gaúcha com características peculiares, explicitadas e analisadas na sequência deste trabalho. A escolha deveu-se ao fato de que, em primeiro lugar, o estado do Rio Grande do Sul tem tradição em planejamento regional, destacando-se dos demais estados brasileiros por ser precursor no planejamento deste nível, iniciado em meados da década de 1970. Em segundo lugar, foi considerado o fato de que a região escolhida, ao norte do estado, tem uma dinâmica própria, com intensa troca de fluxos, e apresenta certa homogeneidade internamente e heterogeneidade ao exterior. A mesma teve seu processo de ocupação acelerado a partir do início do século passado, o que dá certo controle sobre sua evolução histórica. Este processo foi intensificado por iniciativa do governo estadual, através das empresas de colonização, abarcando o excedente de imigrantes originários de diversos países europeus (DUCATTI NETO, 1981).

Como uma das consequências do processo de regionalização, tem sido aprofundada a discussão sobre os temas de abrangência regional e um dos reflexos é justamente o aumento do número de estudos acadêmicos acerca do planejamento neste nível. As organizações públicas e privadas têm trabalhado com base em dados estatísticos, mas, principalmente no conhecimento empírico, talvez devido à carência de mecanismos efetivamente capazes de conceber o planejamento regional. Cabe ressaltar que a não existência oficial da esfera “Região” (entre Estados e Municípios) dificulta a tomada de decisões e apresentou, como um de seus reflexos, a dificuldade na coleta de dados para este trabalho, pois as informações disponíveis, de maneira geral, eram em nível estadual ou municipal.

Assim o trabalho foi centrado numa leitura do desenvolvimento regional a partir de quatro variáveis que agregam convergências e diversidades: capital, trabalho, capital humano e tecnologia, as quais foram então consideradas como as embasadoras da pesquisa. Estas foram definidas considerando que o trabalho tem relação direta com o capital humano e com o território; o capital refere-se a

investimentos que possibilitam a ação sobre o território e a tecnologia colabora no sentido da viabilização dos processos de transformação que marcam os registros de desenvolvimento de uma determinada época. A abordagem exigiu a decomposição destas variáveis em diversos indicadores estatísticos, de forma a fazer a subsequente ponderação dos dados e verificar seus reflexos no desenvolvimento regional a partir da análise do núcleo estudado. Desta forma pretende-se preencher uma lacuna no sentido de contribuir para o planejamento em escala regional fornecendo subsídios que auxiliem na tomada de decisões para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável, com o embasamento em indicadores relevantes.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve como base pesquisas em referenciais bibliográficos multidisciplinares, considerando temas como história, planejamento urbano e regional, economia e geografia humana e econômica. Quanto à abordagem, a pesquisa foi do tipo quantitativa, já que esta baseia-se em dados brutos, os quais são analisados através de procedimentos estatísticos. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada. Já em relação aos objetivos, é descritiva e feita através de estudo de caso. No que tange aos procedimentos, iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica e documental e, em seguida, foi feita pesquisa de levantamento de modo a coletar as informações necessárias para a análise das variáveis do estudo de caso.

Cabe ressaltar que não se pretende, neste trabalho, aprofundar análises de cunho econômico, porque este não é o foco principal da pesquisa. Todavia, um estudo acerca dos métodos e modelos de econometria espacial fez-se necessária para embasar a análise dos dados.

Do ponto de vista da coleta de dados, antes de 1950 não há disponibilidade de informações suficiente para embasar as análises pretendidas, devido ao baixo índice de urbanização da área objeto de estudo. Deste modo, caso se pretendesse analisar as décadas iniciais do desenvolvimento/crescimento regional, haveria significativa

perda de qualidade e confiabilidade das informações e resultados. Por outro lado, os documentos, mapas e fotografias existentes, permitiram a análise da evolução histórica, que está sintetizada no Capítulo 4.

A carência de mapas e dados digitalizados (SIG) mostrou uma fragilidade das ferramentas do planejamento em nível regional pois, para traçar metas é necessária a análise de dados agrupados. Deste modo, o trabalho foi feito com pesquisas em cada um dos 32 municípios do norte gaúcho com posterior agrupamento em nível regional, sendo esta uma grande contribuição dessa pesquisa, pois pode subsidiar decisões para as políticas regionais.

Para definição do recorte temporal, foi ponderado que, das 32 cidades analisadas, apenas 18 foram emancipadas antes de 1989. Isso se deve à Constituição de 1988, que incentivou a criação de novas cidades. Desta forma, há carência de dados anteriores à década de 1990, o que poderia dificultar as análises e gerar erros estatísticos na informação. Assim, do ponto de vista temporal considerou-se o período a partir do Censo de 1991 (para os municípios então existentes), complementado pelos Censos de 2000 e 2010. O período pregresso foi analisado com as (poucas) informações censitárias disponíveis e com base nos fatos históricos, políticos e econômicos que, neste momento, mostraram-se extremamente importantes para justificar a evolução regional. Ainda, em alguns casos, a análise foi feita sobre períodos mais recentes, de modo a atualizar a pesquisa.

Os dados quantitativos, para análise das quatro variáveis-chave foram obtidos a partir de fontes diversas, tendo como base principal o IBGE. Todos os dados foram inseridos em um banco de dados único, gerando uma tabela-mãe (Apêndice A) composta por 111 dados de cada um dos 32 municípios analisados.

Além dos dados censitários, foram extraídas, dentre outras fontes, informações do Atlas Brasil, elaborado conjuntamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (FJP), Ministério do Trabalho e Emprego (através do CAGED), Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (através do CNPQ) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Em relação às técnicas de tratamento e análise dos dados, as relações entre o fenômeno estudado foram evidenciadas após a coleta dos dados relativamente às hipóteses. De acordo com Batty (1992, p.669), os processos de aplicação dos modelos envolvem quatro etapas: “[...] exploration, calibration, prediction and prescription”². A etapa inicial – exploração - compreende a coleta de dados, base para o desenvolvimento da pesquisa. Já a calibragem

[...] involves the statistical fine-tuning of the particular model selected to the given data. I call this process calibration rather than estimation, for the term gives more of a sense of fine-tuning in contrast to estimation, for the term gives more inductive scientific contexts. In principle, it is possible to change the structure of the model at this stage if calibrated predictions are compared with observed data, but in practice this would require the model user to iterate the process of exploration and calibration through reselection of the model, additional data collection, and so on.³ (BATTY, 1992, p.669)

A predição é a alegação ou afirmação referente a determinado(s) evento(s) futuro(s), e a prescrição consiste na especificação de procedimentos que devem ser adotados para que sejam atingidos determinados objetivos.

Das quatro etapas citadas, a referente à coleta de dados foi explicitada anteriormente; a calibragem faz parte desta etapa – tratamento e análise dos dados – e a predição e a prescrição são etapas conclusivas do trabalho em tela.

Cabe aqui salientar que esta pesquisa foi desenvolvida dentro da área de Planejamento Urbano e Regional e que alguns dos modelos e softwares analisados dependem de conhecimentos mais aprofundados de Economia, o que foge ao escopo deste trabalho.

Inicialmente foi considerada a possibilidade de aplicação de um modelo que abarcasse um grande número de dados e períodos chegando a resultados passíveis de análise conjunta. Para isso testou-se o Modelo de Regressão Linear Múltipla. Para

² “[...] exploração, calibração, predição e prescrição.” (BATTY, 1992, p.669)

³ “[...] envolve o ajuste fino da estatística do modelo em particular, selecionado para os dados fornecidos. Eu chamo isso de calibração do processo, em vez de estimação; para o termo dá mais de um sentido de ajuste fino em contraste com a estimativa, para o prazo dá mais contextos científicos indutivos. Em princípio, é possível alterar a estrutura do modelo, nesta fase, se as previsões calibradas são comparadas com os dados observados, mas, na prática, isso exigiria utilizar o modelo para percorrer o processo de exploração e de calibração através de nova seleção do modelo, com coleta de dados adicionais, e assim por diante. (BATTY, 1992, p.669)

verificar a adequação ao estudo em tela, foram realizados testes, sendo calculadas as correlações entre alguns dos indicadores pesquisados. Dentro da variável “Trabalho”, foi considerado o indicador “Renda per capita” como variável dependente (Y), e os indicadores “População Economicamente Ativa” e “Principais Setores de Ocupação dos Trabalhadores” como variáveis X. Nesta primeira análise já se observou uma dificuldade: o quarto indicador desta variável-chave é a “Variação no Emprego”, que é informada anualmente e cujos dados do conjunto de municípios somente estão disponíveis a partir de 2005. Já os dados da Renda per capita utilizados são os de 1991, 2000 e 2010. Os outros dois indicadores, pela falta de dados mais antigos, só foram considerados nos anos de 2000 e 2010. Ainda assim foram feitos diversos testes para verificar a possibilidade de uso da Regressão Linear Múltipla. Quando calculado por região (COREDE), em todos os casos foi observado erro quando analisados os testes F de significância (que mostra se pelo menos uma variável X está relacionada à variável Y). Fazendo cálculo semelhante com indicadores das outras variáveis-chave, pôde-se constatar que a situação se repetia. Quando feito o mesmo cálculo para os municípios individualizados, o teste F de significância ficou inferior a 0,05, comprovando estatisticamente de que ao menos uma das variáveis X está relacionada à variável Y. Seguindo a análise preliminar, foram verificadas quais seriam as variáveis que estariam relacionadas à variável dependente Y, as quais teriam valor-P inferior a 0,05. Contudo, este valor não foi alcançado em nenhum dos casos. Assim, tanto no caso de análise dos municípios desagrupados e agrupados por região, observou-se que o Modelo de Regressão Linear Múltipla não é adequado para a análise pretendida.

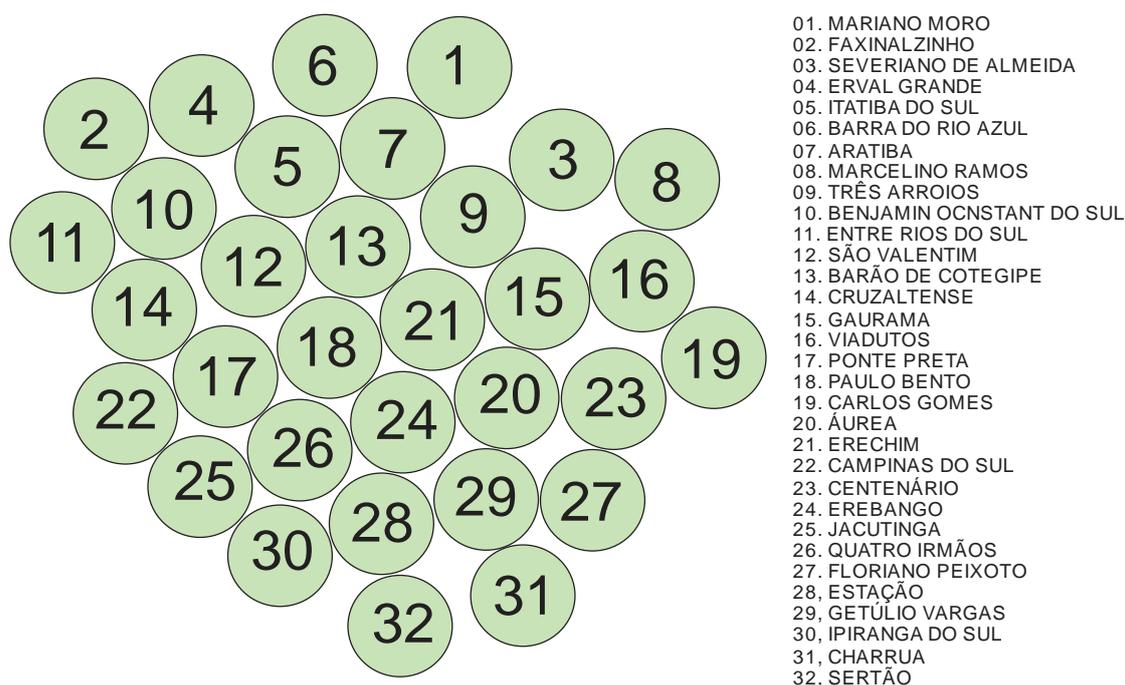
Foi considerada ainda a possibilidade de se construir um índice a partir de análises multivariadas (como a Análise de Grupamento e/ou Análise de Componentes Principais), mas novamente esbarrou-se na questão relacionada à diversidade de indicadores com períodos temporais distintos, o que culminaria com a análise comparativa basicamente dos anos de 2000 e 2010, o que se entendeu como um período muito curto para a conquista dos objetivos e verificação das hipóteses.

Após descartadas as opções supramencionadas, ainda se considerou a alternativa da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Esta reúne um conjunto de técnicas estatísticas com informações que objetivam descobrir padrões

espaciais nos dados utilizados, bem como sugerir hipóteses (ALMEIDA, 2004). Procurou-se então utilizar o cálculo do Índice I de Moran. Neste caso observou-se que em todas as combinações, quando usados todos os municípios da região destacava-se um *outlier*⁴: Erechim. Assim, a análise ficava comprometida, pois os outros 31 municípios ficavam muito similares. Este cálculo foi feito com a utilização do software livre GeoDa.

Ainda de acordo com Blanchard (2011, p.43), “a solução de um modelo significa não só resolvê-lo algebricamente como também compreender por que os resultados são o que são”. Para ele, um modelo também pode ter seus resultados descritos por meio de gráficos, “às vezes deixando a álgebra completamente de lado – e a descrição dos resultados e dos mecanismos com palavras”.(op.cit. p.43)

Figura 1 – Setorização dos municípios do COREDE Norte.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir do Software GeoDa

Seguindo a ideia de Blanchard, decidiu-se então trabalhar com base em gráficos, tabelas e cartogramas (a exemplo da Figura 1). Através da análise

⁴ *Outliers* são considerados dados com valores atípicos, inconsistentes ou fora da curva dos demais da série.

comparativa (quantitativa e, em alguns casos, qualitativa), pode-se criar paralelos e verificar a evolução da região e seus municípios sem distorções de análises, gerando resultados confiáveis.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa foi estruturada em seis capítulos, considerando este, de cunho introdutório, onde é apresentado o objeto de estudo de caso, a questão de pesquisa, objetivos, justificativa e relevância e também os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

No Capítulo 2 é apresentado o Referencial Teórico, com enfoque nas questões regionais. São abordadas teorias referentes à análise espacial, a distinção entre desenvolvimento e crescimento e conceitos sobre o planejamento em nível regional.

O Capítulo 3 apresenta discussões sobre o conceito de região, com ênfase no planejamento regional do Rio Grande do Sul e na ocupação territorial e evolução urbana do norte gaúcho.

No Capítulo 4 é apresentado o quadro evolutivo da região objeto de estudo. Discorre sobre a ocupação territorial do norte gaúcho e enfatiza a evolução da sua cidade polo.

No Capítulo seguinte são detalhadas e analisadas as variáveis-chave usadas no trabalho que são relacionadas à região objeto de estudo, gerando por fim o sexto capítulo, com as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a abordagem teórica de temas relacionados ao planejamento regional, sendo o ponto de partida para o entendimento de distintos conceitos acerca dos temas de interesse da pesquisa. Na parte inicial são apresentadas as bases das teorias de análise espacial, considerando principalmente as relações cidade-região e inter-regionais, e são feitas breves abordagens sobre configurações de redes urbanas e regionais. Para direcionar adequadamente o trabalho proposto, foi necessária a definição de desenvolvimento e crescimento, pois tratam-se de assuntos distintos, com enfoques também distintos em suas análises. Por fim, é apresentado um breve apanhado histórico do planejamento urbano e regional, de modo a subsidiar a análise evolutiva da região objeto de estudo.

2.1 TEORIAS DE ANÁLISE ESPACIAL

As teorias de análise espacial têm origens diversas. Neste trabalho, cujo enfoque é de abrangência regional, entende-se como fundamental a conceituação de alguns termos utilizados e das teorias acerca da questão regional utilizadas no embasamento da pesquisa.

Para Palacios (1983), os estudos das regiões dividem-se em estudos convencionais e estudos avançados. As formulações convencionais caracterizam-se por trabalhar com base na abstração do sistema social, formulando leis de caráter

universal (BREITBACH, 1988, p26). Dentre os teóricos desta linha, pode-se citar Von Thünen, Lösh, Christaller, Perroux e Boudeville. Já as concepções avançadas consideram a existência de um sistema social com determinantes históricos (BREITBACH, 1988, p.26, 27). São seguidores desta linha de pensamento, entre outros, Coraggio, Lipietz e Moreno Toscano. (AVER; BERNARDI, 2003)

Para as análises neoclássicas, as relações entre as cidades e as regiões onde as mesmas estão inseridas são, histórica e geograficamente, diferenciadas. Um estudo particular sobre a Região Sul do Brasil desenvolve este raciocínio por meio das dicotomias estabelecidas entre as tradições da geografia quantitativa (funcionalista) e da geografia humana radical (estruturalista). (IPEA-IBGE-NESUR-IPARDES, 2000)

Os estudos de rede urbana, parte significativa da tradição neoclássica da geografia quantitativa (inspirada em teorias funcionalistas e de sistemas), têm produzido contribuições significativas, baseadas em referências empíricas, sobre características sociais, econômicas e demográficas relacionadas a tamanhos de cidades, tendo como foco a identificação de configurações de redes urbanas e a posição nelas ocupada por um dado centro urbano.

Estes estudos reconhecem três formas de configuração das relações entre cidade e região estabelecidas pelos polos: campo-cidade, capital-província e centro-periferia, onde a relação entre o centro e seu *hinterland*⁶ baseia a definição da posição hierárquica dos centros urbanos. (IPEA-IBGE-NESUR-IPARDES, 2000)

A relação campo-cidade⁶ está na base da concepção de Von Thünen (1966), responsável pela fundamentação de um campo teórico sobre hierarquia urbana chamado *teoria dos lugares centrais*. Esta relação reflete as trocas efetuadas numa lógica puramente mercantil e fechada num modelo econômico fisiocrata, no qual o excedente agrícola funciona como motor da economia. Esta lógica assume sua maior determinação no modelo de anéis concêntricos de Von Thünen, que toma a distância do mercado como principal determinantes da organização do território, possibilitando

⁵ Interior.

⁶ Conformando o *Estado isolado* e também a concepção de *microsistema* na visão de Wallerstein (1979).

uma organização de redes de cidades em círculos concêntricos.

No que concerne à configuração da estrutura interurbana, o Estado isolado conforma o que Kayser (1960) chama *sementeira urbana*, onde as cidades nascem e crescem isoladas e o caráter esporádico das trocas faz do mercado uma entidade temporária e móvel⁷. Do ponto de vista da regulação política da economia, a primeira relação se expressa principalmente nas normas de controle da propriedade e das corporações, tendo um alcance territorial em escala local.

A relação capital-província (ou interior) exprime a presença de uma relação hierárquica entre cidades determinada pela lógica da extração tributária e pelas necessidades de circulação de mercadorias estabelecidas de forma permanente no território. Conceitualmente, corresponde ao modelo das localidades centrais de Christaller (1966), no qual o princípio do mercado em uma planície isomórfica (livre circulação) e com uma distribuição hexagonal (livre concorrência) responde pela hierarquia na rede de localidades centrais; e também ao conceito de império-mundo de Wallestein (1979), em que a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho.

Referindo-se à estrutura intraurbana, a lógica tributária e mercantil define localizações territoriais privilegiadas na cidade e as condições de reprodução social traduzem essa segregação espacial no que diz respeito ao acesso à infraestrutura e serviços urbanos, cuja lógica responde à dinâmica do sistema urbano como um todo e não às necessidades locais.

Quanto à configuração da estrutura interurbana, a relação capital-província manifesta-se na conformação da bacia urbana de Kayser (1960), em que os fluxos são orientados dos núcleos urbanos de menor porte para as capitais regionais, comportamento semelhante ao de uma bacia fluvial. Do ponto de vista econômico, a bacia urbana responde ao comportamento do mercado do bem dominante na estrutura produtiva regional; e quanto à política territorial, os principais mecanismos de alocação do gasto público respondem às demandas dos que detêm o controle dos

⁷ A metáfora da sementeira assemelha-se à metáfora econômica dos produtores independentes: o mercado constitui a principal forma de socialização dos membros isolados da sociedade, sem que tenha existência espaço-temporal fixa e permanente.

bens de produção e à lógica da manutenção e ampliação do aparelho de Estado, podendo ser considerado mercantilista, como descrito por Weber (1899).

Nas relações centro-periferia, a dinâmica espacial está condicionada por disparidades nos níveis de introdução do progresso técnico e consequentes diferenciais de ganho de produtividade entre localidades distintas. O modelo, que dominou o pensamento urbano e regional entre as décadas de 1950 e 1970, procura explicar o comportamento da dinâmica urbana e regional, levando à formação de estruturas hierárquicas e duais, quando há diferença no ritmo do desenvolvimento em virtude da velocidade de introdução do progresso técnico.

No modelo clássico, a explicação das relações interurbanas na visão centro-periferia, reside na própria rede urbana, caracterizada por uma estrutura em desequilíbrio: a um membro industrial consolidado contrapõem-se outros menos desenvolvidos em diferentes estágios. A planificação territorial por excelência do modelo centro-periferia seria uma forma de compensar os diferenciais de produtividade (política compensatória).

Já a tradição da geografia humana radical funda-se como linha de análise que considera a configuração regional e urbana a resultante de processos desequilibrantes inerentes à expansão capitalista. Fundamentada em argumentos estruturalistas, essa escola privilegia o processo de urbanização, salientando as origens, a natureza e a organização espacial das atividades econômicas e da sociedade de determinado país ou região.

O foco destes estudos reside, portanto, na dinâmica do capitalismo e na estruturação de relações econômicas e sociais, no tempo e no espaço. Médici (1988) afirma que, nessa concepção, é necessário verificar como ocorrem as relações de produção e troca entre as cidades, além da forma pela qual a estruturação das relações econômicas e sociais determinam-se em seu território.

A cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região. Não pode, nem deve ser tratada de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma articulada e dicotômica da cidade e sua região.

As implicações dessa concepção são percebidas no pressuposto de que a classificação de rede urbana deveria contemplar não só a estrutura dos fluxos de bens, serviços e indivíduos em um dado espaço econômico, em um momento específico, mas também os fatores econômicos e sociais que determinaram tal estrutura ao longo de um processo de desenvolvimento. Assim, não se pode considerar a cidade como apartada do processo de produção de uma economia regional.

À margem desta discussão (e mesmo a partir de conclusões por ela permitidas), tem-se que a cidade compõe um sistema que integra outro sistema, ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências tanto entre elas, quanto entre elas e as regiões que polarizam dentro de um determinado território.

Característica marcante da estrutura dos sistemas de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos que varia sobretudo em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações.

Considerando uma rede geográfica como um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por certo número de ligações, tem-se a rede como instrumento viabilizador da circulação e da comunicação. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos, fruto do trabalho social do homem e, por outro, pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados fixos, originando as redes. É necessário considerar que o espaço está sujeito a fluxos de diferentes níveis, intensidades e sentidos, permitindo-se afirmar que o mesmo é coberto e (trans)formado por redes desiguais e simultâneas. Tais desigualdades entre os vários tipos de redes conduzem a um uso diferenciado por parte dos diversos agentes sociais daquelas ligações (ESPINOLA, 2003).

Miossec (1976) distingue três diferentes tipos de redes: produção, decisão e distribuição (ou difusão). A de produção é caracterizada pela dissolução dos espaços nacionais, regionais, locais, conformando espaços desarticulados e dependentes, concentrados, mas não polarizados. A localização relaciona-se à situação em relação

às massas de mão-de-obra, consumo, transporte de mercadorias e às vias de comunicação mundiais.

As redes de decisão são constituídas por alguns polos e caracterizadas por uma malha extremamente densa de linhas e de terminais de codificação e decodificação. Os referidos polos consistiriam em locais privilegiados de interação onde as necessidades de tecnoestruturas em homens, materiais e informações os disporiam num espaço horizontal.

Por fim, as redes de distribuição têm como referência mais adequada a rede de lugares centrais, que preconiza uma hierarquia entre os centros que a compõem, caracterizando-se pelo oferecimento de bens e serviços em função das necessidades de consumo. Constitui num dado momento, um agregado de pontos, os centros urbanos considerados, unidos por um caminho, direcionamento dos fluxos de pessoas à procura de bens e serviços e de informações, no meio de tantos outros momentos, outros pontos e tantas outras ramificações.

Tais redes são estabelecidas ligando, mais ou menos intensamente, os diferentes pontos (fixos) existentes sobre o território. Esse processo torna possível a multiplicação dos locais de produção e distribuição, tendendo a concentrar os lugares de decisão em nós privilegiados no território. Assim é possível afirmar, através de complexas redes de cidades contendo centros que se articulam pelas funções que oferecem e, ainda com tendência à hierarquização ou especialização, que fluxos de diferentes naturezas, intensidades e direções se realizam sobre o território (ESPINOLA, 2003).

Às interações espaciais é possível agregar informações de caráter demográfico e condicionantes econômicos (entre outros), ensejando análises particularizadas dos diversos centros e de suas respectivas áreas de influência, como forma de fornecer maiores subsídios ao planejamento e à gestão do território.

Interessados nas causas dos desequilíbrios apresentados entre regiões e centros urbanos, Castells, Harvey e Lojkin contribuíram para os estudos urbanos em dois aspectos: reconhecendo o limite analítico imposto pelos modelos baseados no equilíbrio geral das interpretações neoclássicas e percebendo que o desequilíbrio

inerente à expansão capitalista traz um movimento permanente gerador de regiões dinâmicas. A concepção de desequilíbrio, desenvolvida por Hirschman (1961), introduz a percepção histórica e dinâmica do processo de acumulação e de produção do espaço em sociedades capitalistas, na qual a forma como se articulam os diferentes fatores de produção para a geração de valor constitui a pista para explicar os diferentes estágios de desenvolvimento entre cidades, regiões e nações, bem como as relações estabelecidas entre elas.

A configuração das redes urbanas é consequência do processo de acumulação e igualmente determinante ao estabelecer requisitos a este processo, novos estágios de expansão caracterizados especialmente pela intensidade de capital e tecnologia adotados e pela forma como se dá a relação entre capital e trabalho. Isto explicaria os diferenciais de renda e produtividade, bem como as diversas relações entre cidade e região (desequilíbrio) que caracterizam a produção do espaço em economias de mercado.

A relação fundamental é estabelecida entre capital e trabalho, baseada na capacidade de gerar excedentes necessários ao incremento da divisão de trabalho e à expansão de mercados. Harvey (1980) afirma que as condições para o surgimento das cidades são dadas na passagem de modos de organização social igualitários para redistributivos, envolvendo, segundo comentário de Medici (1988), um fluxo de bens que sustente as atividades da elite e promovendo a concentração de excedentes que propiciem o desenvolvimento de centros urbanos.

Daí o conceito de cidade formulado por Harvey (1980, p. 204): “formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido”. Sendo formas concentradoras de valor, têm responsabilidade na drenagem de valores de outras áreas, atuando como desestruturadoras no conceito de Hirschman e, de acordo com os processos históricos observados na origem das relações sociais, as cidades apresentam distintos perfis de desenvolvimento, estrutura, atividade e ocupação. Assim, o entendimento da dinâmica urbana apresenta-se associado à compreensão da dinâmica do processo de acumulação e a rede urbana pode ser tomada como a forma espacial privilegiada por meio da qual, no capitalismo, ocorrem a criação, a apropriação e a circulação do excedente (CORRÊA, 1989).

2.2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO

Como consequência da importância das regiões, tem se aprofundado o estudo e as intervenções objetivando o desenvolvimento regional, que

[...] alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Alguns fatores, como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região. (DAMO; LOCH, 2006b, p.4).

Ainda de acordo com os autores (2006b, p.4),

[...] o desenvolvimento socioeconômico contemporâneo busca, através de conceitos que enfocam, principalmente, o local (regional), proporcionar uma melhora nas condições econômicas da região e também valorizar o indivíduo e a comunidade, ou seja, na visão atual, o principal é a valorização da vida (do ser humano), maior responsável pelas transformações sociais.

Haddad (1999) destaca a importância de se fazer distinção entre desenvolvimento regional e crescimento econômico, uma vez que a localização e implantação de novas atividades econômicas em uma região podem elevar o nível de sua produção, a renda e a oferta de empregos, sem que, entretanto, ocorra desenvolvimento econômico e social.

Breitbach (2003, p. 23) os define como

Par croissance économique nous entendons l'argumentation de la production que peut être mesurée par le PIB ou bien par d'autres indicateurs de production ou d'emploi. La croissance économique est surtout un mouvement mesurable à moyen et court termes. Le développement, quant à lui, reside em um processus plus complexe où la *production* n'est pas le seul enjeu, et Il s'apprécie notamment sur le long terme. Pour l'essentiel, la notion de développement permet de prendre em compte la distribution des résultats de croissance comme partie intrégrante de ce processus.⁸

⁸ Para o crescimento econômico ouvimos o argumento de que a produção pode ser medido pelo PIB ou outros indicadores de produção ou de emprego. O crescimento econômico é especialmente um movimento mensurável a médio e curto prazo. Desenvolvimento, por sua vez, encontra-se em um processo mais complexo, onde a produção não é a única questão, e é avaliada em grande parte a longo prazo. Essencialmente, o conceito de desenvolvimento permite que você tome em conta a

Também para Vasconcellos crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia). (VASCONCELLOS, 2002, p.401)

Para Perroux (1967, p. 179), ao se perguntar a um economista o que é desenvolvimento, este deveria responder que “o desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social numa população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global”.

O autor salienta que

As fases de desenvolvimento são, na história econômica, diferentes das fases de crescimento caracterizadas por uma progressiva elevação ou redução da taxa de crescimento do produto. O economista contemporâneo distingue-as a fim de averiguar como é que as segundas (fases de crescimento) se relacionam com as primeiras (fases de desenvolvimento). Submete essas mesmas fases de desenvolvimento à análise econômica. Submete-as a um juízo econômico cujo princípio é comum ao Leste e ao Ocidente. A única obra colectiva susceptível de ser economicamente definida é a eliminação de toda e qualquer destruição de seres e coisas cuja utilização possa ser útil à totalidade dos homens. (PERROUX, 1967, p. 187)

O conceito de desenvolvimento, principalmente no pós Segunda Guerra, vinculou-se à expectativa de retomada do crescimento econômico, tendo o Estado como protagonista nessa tarefa. Na política internacional deve-se destacar a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) que incorporou, a partir de sua fundação em 1945, a palavra desenvolvimento, criando indicadores que o mensurassem e permitissem comparações entre os países. (ARRAIS, 2007, p.27)

Segundo Lahorgue (2006, p. 2),

distribuição dos resultados do crescimento como parte integrante deste processo. (BREITBACH, 2003, p.23)

Durante o período em que o crescimento da economia parecia duradouro e em que a ideia de convergência dos níveis de desenvolvimento dominava, as regiões estiveram quase esquecidas. A passagem de uma situação de subdesenvolvimento para uma situação de desenvolvimento parecia depender do tempo e do adequado financiamento. Assim, entre 1950 e 1980, somente se falou sobre os territórios regionais como elementos de suporte aos planos de desenvolvimento econômico, via de regra originados nos governos centrais, que procuravam replicar as condições de crescimento das regiões mais desenvolvidas.

Becker (2000, p.12) entende que para o desenvolvimento regional é necessário que haja condições econômicas setorializadas, verticalizadas e hierarquizadas pelos interesses econômico-corporativos (reprodução do capital financeiro) e também que a região seja auto-articulada de forma espacializada, regionalizada, horizontalizada e contigualizada pelos interesses regionais. Assim, para o desenvolvimento de uma região é necessária a cooperação, o pluralismo político e a solidariedade entre os agentes, com estratégias direcionadas à construção de capacidades, enriquecimento com valores e comportamentos voltados ao desenvolvimento sustentável. (DAMO; LOCH, 2006a, p.4)

Já Castells (2001, p. 101), para quem empresas e nações são os verdadeiros agentes do crescimento econômico, entende que estas

Não buscam tecnologia pela própria tecnologia ou aumento de produtividade para a melhora da humanidade. Comportam-se em um determinado contexto histórico, conforme regras de um sistema econômico (o capitalismo informacional, como proposto anteriormente). [...] Assim, as empresas estarão motivadas não pela produtividade, e sim pela lucratividade, para a qual a produtividade e a tecnologia podem ser meios importantes mas, com certeza, não os únicos. [...] A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade.

Para Aun, Carvalho e Kroeff (2005, p.4), “a construção de uma ação coletiva deve substituir a visão de competição pela visão de parceria, consolidada pelo estabelecimento de relações de interdependência e de cooperação construída entre os atores.”

Crocco (2003, p.7) acredita que “a capacidade de combinar as dimensões estática e dinâmica das relações inter-firmas em um espaço geograficamente delimitado constituiria o substrato a partir do qual redes de firmas poderiam florescer

e se tornar inovativas.” Deve-se considerar também que muitas destas redes surgiram não somente pela proximidade física, mas por ações governamentais ou por iniciativa de universidades, que forneceram o aporte técnico e logístico para seu desenvolvimento, propiciando a criação e o compartilhamento do conhecimento e favorecendo um processo contínuo de inovação. (AUN; CARVALHO; KROEFF, 2005, p.3)

Com base no exposto, deve-se considerar que a análise da questão regional está dentro de um amplo espectro, de forma a ter-se parâmetros abrangentes englobando as variáveis efetivamente mais impactantes. Estas variáveis, chamadas por Yusuf e Stiglitz (2001) de tendências atuais, seriam:

- Globalização: maior integração entre as economias mundiais (comércio de produtos e serviços e mercado financeiro)
- Localização: descontentamento com os governos centrais a respeito das disparidades dentro do país, criação de emprego, geração de renda e assim por diante.
- Degradação ambiental: as ações coletivas das comunidades devem ser tomadas imediatamente, especialmente em relação ao aquecimento global, à perda de diversidade e outros problemas relacionados à terra.
- Mudança demográfica: o crescimento demográfico na África, no Oriente Médio e Sul da Ásia, bem como a população estagnada em alguns países são problemas a serem resolvidos pelas políticas interna e externa.
- Segurança do alimento e da água: um terço da população mundial está sob moderado ou severo stress em relação à água (no Oriente Médio e no norte da África). A demanda por água aumentará devido à urbanização e industrialização. A segurança do alimento depende da disseminação da prática da agricultura, do óleo, da água e das condições climáticas.
- Urbanização: o trabalho escasso faz com que os moradores de áreas rurais migrem às cidades, frequentemente com transformação social e institucional na sua fase inicial, sendo necessárias novas instituições e estruturas legais.

Os autores (op.cit.) também levantam algumas questões para o século XXI, referentes à governança e regulação em variados níveis (com políticas participativas, capacidade de organização, descentralização, desigualdade e administração urbana) e questões relativas aos recursos de controle humanos, capitais e naturais (migração transfronteiriça, envelhecimento e suprimento de capital, mudanças demográficas e segurança do alimento e da água).

Seguindo este pensamento, deve-se sempre ter em conta que o desenvolvimento de uma região está ligado diretamente à política regional de desenvolvimento. Para Santos et al.(2004, p.62),

Pode-se chamar de política regional qualquer política que tenha como uma de suas funções ou consequências fazer convergir a renda de uma região subdesenvolvida com a renda média do país, reduzir a disparidade de renda regional ou desenvolver regiões pobres ou estagnadas.

Nessa perspectiva, as políticas voltadas ao desenvolvimento regional geralmente buscam diminuir as diferenças regionais, o que justifica a necessidade de que o governo faça investimentos, sejam eles econômicos, sociais, em saneamento, saúde e educação, de modo a atenuar os desequilíbrios regionais. O desenvolvimento regional, sem dúvida alguma, existe quando se posiciona diante do parâmetro de crescimento nacional. A relevância desses processos está em comparar, para determinar de forma justa, seu potencial de crescimento regional.

Perroux (1967) enfatiza o papel do Estado como unidade econômica dominante, exercendo, dentro de seus limites, uma influência econômica irreversível sobre os grupos. De acordo com o autor, seu efeito de dominação exerce-se por três processos fundamentais:

- a) A cobrança autoritária em que consiste o imposto. O imposto retira dos respectivos circuitos privados um fluxo de moeda e um fluxo de bens e serviços reais. A direção e extensão destes fluxos dependem *em princípio* da coação organizada e legitimada que os poderes públicos exercem, por muito vastas e numerosas que se possam imaginar as resistências opostas a esta coação. A razão de ser mais *profunda* e *irredutível* do imposto é a eficiência econômica e política da coação organizada e legitimada.
- b) A organização de uma arbitragem efetiva no sentido mais lato do termo. Reveste ela formas mais ou menos patentes e institucionais, desde as conciliações e arbitragens difusas e inominadas que os governos mais liberais sempre têm exercido sob pena de demissão,

passando pelas conciliações e arbitragens limitadas e facultativas, até a arbitragem obrigatória propriamente dita e à magistratura econômica.

- c) A atuação de um setor público capaz de exercer uma influência irreversível no setor privado, graças à fixação ou orientação de preços e quantidades globais. (PERROUX, 1967, p. 107,108)

Segundo o autor, estes processos, e em especial os dois primeiros, compactuam no sentido de preservar as potencialidades dos grupos e dos indivíduos.

Santos (2003) lembra que o processo de desenvolvimento também está associado ao momento histórico da região, sendo influenciado pelas questões sociais, políticas, históricas, econômicas, culturais que dizem respeito a determinado local ou região. Perroux (1967, p. 144) complementa que:

A geografia propõe temas à história e a história é uma das matérias-primas do homem de Estado. A terra não pode ser completa e imediatamente remodelada, o passado não pode ser apagado. Nada, porém, há nestas verificações que fundamente as venenosas e intermináveis querelas sobre as fronteiras naturais e as fronteiras históricas.

No Brasil, apesar do fortalecimento econômico das últimas décadas e o direcionamento dos investimentos públicos e privados para regiões menos dinâmicas, as desigualdades sociais e regionais, embora em descenso, ainda são consideráveis (ESTEVES, 2013). Neste sentido são fundamentais as ações de planejamento, de modo a criar diretrizes para o desenvolvimento, seja ele no âmbito regional, nacional ou internacional.

2.3 PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Segundo Lopes (1990, p. 24), o planejamento “consiste, num sentido lato, em processo que estabelece objetivos, define linha de ação e planos detalhados para atingi-los e determina os recursos necessários à consecução dos mencionados objetivos”

Para Perobelli et al. (1999) planejar, em sentido amplo, está interligado a uma

determinada área do conhecimento ou de problema, como uma determinada jurisdição territorial, podendo ser um país, uma região (independentemente de sua definição), município, Estado, centro urbano, dentre outros.

Miglioli (1975, p. 9) ao se reportar ao planejamento econômico propriamente dito, o entende como

[...] um processo de orientação ou direção da economia, em substituição ao livre funcionamento do mecanismo de mercado ou como uma correção desse funcionamento. Em outras palavras, o planejamento consistiria na aplicação à economia, de modo coordenado e coerente, de determinados princípios e métodos apoiados no conhecimento científico para a obtenção de resultados previamente selecionados.

Remonta aos anos 1920 a elaboração teórico-metodológica acerca do planejamento, o que pode ser classificado como fato recente na história social do conhecimento. O modelo, aplicado em princípio nos países socialistas, foi adotado pelos países capitalistas a partir da década de 1930 em razão da grave instabilidade política e econômica, pois as diferenças regionais na concentração do nível de emprego, da riqueza e a atividade econômica acentuaram-se com as rápidas mudanças que aconteceram na economia mundial após a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929/30.

Aplicado inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, o planejamento regional foi sendo difundido em outros países capitalistas devido ao fato de que a distribuição desigual dos recursos naturais, aliada às diferentes estratégias do capital territorialmente materializadas, impuseram a necessidade da elaboração de outra metodologia para a intervenção estatal: a que articulasse o regional ao nacional e vice-versa (SANTANA, 2009).

Esse modelo se caracterizou pelo conjunto de mecanismos voltados à racionalização da ação do Estado, capazes de prever o desenvolvimento do país e transformá-lo segundo seus interesses. O Estado passou a intervir no processo de distribuição dos elementos e fatores de produção, assim como na administração dos recursos e dos meios em função de objetivos pré-determinados, através do qual se tornou possível mapear o desenvolvimento de um determinado país. (CARDOSO, 1997)

Ao se reportar à experiência americana, Ferreira (2011) relata o ocorrido em 1933, nos Estados Unidos, com a criação do Tennessee Valley Authority (TVA), no governo de Roosevelt, como parte do programa New Deal⁹ (1933-1937), de recuperação da economia face à crise econômica iniciada em 1929. Naquele momento foram criadas dezenas de agências ou autarquias, planos para a recuperação da agricultura, metas para a indústria e uma legislação direcionada para o controle do setor financeiro. Essa experiência também possibilitou realizar obras de infraestrutura vinculadas ao rio Tennessee, como a construção de hidrelétricas, rodovias, pontes, abastecimento de água e irrigação.

As políticas regionais expandiram-se por praticamente todas as nações europeias no período pós Segunda Guerra Mundial. Foi no início dos anos 1950 que diferentes países, como a França, a Itália, a Alemanha e a Bélgica consolidaram ações em busca de minimizar as desigualdades regionais existentes em seus territórios.

A primeira experiência italiana de planejamento aconteceu após a reconstrução do Estado italiano com base nas orientações do Plano Marshall, o qual foi de grande importância para o país, uma vez que o levou a capacitar-se para obter crescimento e desenvolvimento a longo prazo (SOLDI, 2013).

Contemporaneamente, toda uma vertente da Economia voltada ao estudo do desenvolvimento regional sistematizou os 'momentos marshallianos' do desenvolvimento das aglomerações produtivas em novas categorias. O primeiro momento, é o da aglomeração. Uma vez constituída, ela tende a se desenvolver deixando de ser um mera aglomeração, e passa a ser um arranjo produtivo. E quando o arranjo produtivo toma consciência de si e coordena racionalmente o seu desenvolvimento, ele se transforma em sistema local de produção (SLP). (PAIVA, 2005, p. 1,2)

Soldi (2013) ao comparar Itália e Brasil nas questões de planejamento, desenvolvimento regional e em relação ao papel do Estado, verificou que a crise econômica ocorrida na Itália passou após a Primeira Guerra. Mas, se a ascensão fascista ao poder intensificou a participação do Estado na continuidade do processo, por outro lado, fez com que o crescimento econômico intensificasse o aumento da

⁹ Que tinha como metas o investimento maciço em obras públicas, a destruição dos estoques agrícolas para conter a queda de seus preços, o controle sobre os preços e a produção e a diminuição da jornada de trabalho, entre outros.

desigualdade regional, principalmente entre as regiões Norte e Sul da Itália.

Naquele país, o ritmo de desenvolvimento distinto entre o norte e o sul resultou em um sério problema, principalmente no período de redemocratização do pós-fascismo. Em razão disso, em 1950, foi criada a Cassa del Mezzogiorno¹⁰ e uma ambiciosa política de industrialização para o sul da Itália. Essa política introduziu o sistema de uso de incentivos fiscais para baratear a formação de capital e da produção, o que foi assimilado e disseminado por outros países, inclusive pelo Brasil.

Mais tarde, ao serem reavaliadas tais políticas observou-se que as dificuldades de o Sul competir com o Norte, pelo dinamismo do último, assinalou a dificuldade de superar o dualismo, o que posteriormente, foi verificado como sendo uma controvertida interpretação de que o desenvolvimento do Sul teria sido dificultado pela falta de capital (DINIZ, 2009).

Quanto à experiência espanhola, ao abordarem suas principais características, Costa Júnior e Costa (2014) destacam que o país passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais durante o século passado, evoluindo de uma estrutura produtiva eminentemente agrária, nos anos 1950, para uma economia industrial e principalmente terciária no final do século XX. Partindo do ponto de vista territorial, essa mudança estrutural se deu de forma desequilibrada, com uma profunda migração inter-regional, afetando tanto a produtividade do trabalho quanto a renda per capita das distintas regiões.

A política econômica do governo nesse período de desenvolvimento, chamada de franquista, em razão da ditadura do General Francisco Franco (1938-1973), apresentava como principal estratégia de desenvolvimento econômico a industrialização. Os objetivos de política econômica espanhola nesse período eram recuperar a produção industrial e agrária, diminuir o desemprego agrícola e aumentar o nível de renda por habitante (SIMÕES, 2007).

O modelo franquista, similar ao processo vivenciado no Brasil no primeiro

¹⁰ A Cassa del Mezzogiorno objetivava a realização de obras de interesse público na Itália meridional. Instituída em 1950 com o objetivo de financiar e executar obras para o progresso econômico da Itália meridional. Atuou até 1984. Dois anos depois foi substituída pela Agenzia per la promozione e lo sviluppo del Mezzogiorno, a qual foi extinta em 1992.

governo getulista, caracterizava-se pela forte presença do Estado em todos os setores econômicos, marcado por quatro aspectos conjugados: o dirigismo econômico, o intervencionismo no mercado, autarquização da economia e a própria industrialização como via de desenvolvimento econômico.

Mourão (2007, p.5) afirma que

[...] o planejamento regional europeu surge com vigor definitivo a partir da década de 1970, largamente dependente da autonomia possibilitada pelos instrumentos de financiamento das competências de harmonização regional da Europa, instrumentos como o FEDER¹¹, o FEOGA¹² ou os fundos de coesão.

Esta nova estrutura produtiva mudou a distribuição das atividades entre as regiões. Algumas, com tradição industrial, entraram em declínio, e novas indústrias se instalaram em regiões sem tradição industrial, levando à inversão das taxas de crescimento regional e dos movimentos migratórios. (LAHORGUE, 1988, p.18)

De acordo com Breitbach (2003, p 31)

La diversité des trajectoires réelles suivies par les régions témoigne justement du fait que la région est une réalité mouvante et multidimensionnelle. Le développement régional s'exprime par la création de ressources et s'appuie en même temps sur l'organisation productive et sur les conditions du contexte (liens sociaux, valeurs culturelles, règles et conventions locales). La combinaison des éléments productifs et des conditions du contexte explique les différentes modalités de créations de ressources selon les régions, un fait qui produit la pluralité des trajectoires de développement régional. Ainsi pour le développement, ce sont les particularités de la région qui jouent, c'est-à-dire sa façon de combiner l'organisation productive et les conditions du contexte.¹³

Ao falar sobre a questão da desigualdade econômica e sua influência sobre os locais, Perroux (1981, p.67) declara que não são homogêneos os espaços

¹¹ FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

¹² FEOGA: fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

¹³ A diversidade de trajetórias reflete precisamente o fato de que a região possui um movimento e realidade multidimensionais. O desenvolvimento regional se expressa pela criação de recursos e ao mesmo tempo pela organização produtiva e suas condições contextuais (culturais, regras locais e convenções sociais). A combinação de elementos produtivos e das condições contextuais explica as diferentes modalidades de recursos de criações pelas regiões, fato que produz a pluralidade de trajetórias de desenvolvimento regional. Assim, para o desenvolvimento, são as peculiaridades da região, ou seja, a sua maneira de combinar as organizações produtivas e as condições contextuais. (BREITBACH, 2003, p.31)

econômicos e os espaços sociais, e não há nenhuma indicação que o tendam a ser.

Para Paiva (2005, p. 8, 9), os países e regiões que demonstraram nas últimas décadas a vitalidade e o dinamismo de equações produtivas pós-fordistas¹⁴ são marcados por

- 1) Uma economia mercantil pré-capitalista urbana e rural pujante;
- 2) um dinamismo econômico (e, portanto, um processo de acumulação e concentração de capital) truncado ao longo da segunda metade do século XIX e primeiros dois terços do século XX;
- 3) uma forte identidade cultural e padrões de solidariedade particularmente desenvolvidos;
- 4) políticas públicas ativas na defesa e articulação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) de base local.

Lahorgue (1988, p.19) lembra que “la mobilité des facteurs de production a été encouragée par des mesures qui ont été prises par presque tous les gouvernements, tant dans les pays capitalistes avancés que dans les pays du tiers monde.”¹⁵

As primeiras experiências de planejamento nos países capitalistas periféricos, como os da América Latina, tiveram lugar apenas no período pós Segunda Guerra, quando cresceu a preocupação com políticas de desenvolvimento nacionais. Acreditava-se que com planejamento adequado, as economias desses países poderiam se desenvolver (VARGAS; THEIS, 2008).

Nas décadas de 1960 e 1970, dentro dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, foi dada especial atenção aos polos de desenvolvimento e aos complexos industriais. Os polos de desenvolvimento são associados a grandes projetos de investimento que mantêm fortes vínculos com suas áreas de influência política, social, econômica e institucional. Já os complexos industriais consistem em conjuntos de atividades que ocorrem em determinado local e que pertencem a um grupo ou subsistema de atividades que estão sujeitas a importantes inter-relações de produção, comercialização e tecnologia (HADDAD, 1989, p. 1,2).

¹⁴ De acordo com Courlet (1993, p.1) no sistema de produção industrial fordista, “as estruturas espaciais foram amplamente modeladas pelas grandes empresas que dominavam os setores ligados à produção em massa.”

¹⁵ A mobilidade dos fatores de produção foi encorajada por medidas tomadas por quase todos os governos, tanto nos países capitalistas avançados quanto nos países do terceiro mundo.

No último quarto do século XX o tema do desenvolvimento econômico aparece, segundo Barquero (2007, p. 185)

[...] en una nueva fase del proceso de formación e integración de los mercados y la irrupción de las nuevas tecnologías de la información y de las comunicaciones, en el centro de la reflexión teórica está, como en el pasado, la cuestión del aumento de la productividad y los mecanismos que favorecen el progreso y la transformación productiva de las economías.¹⁶

Nesse contexto, os países latino-americanos aderiram gradativamente à ideia de planejamento para a mudança, buscando a adequação à nova realidade econômica que estava sendo incorporada em diferentes países do globo. Contudo, em razão das características sócio históricas destes, os governos ditatoriais influenciaram a questão do planejamento e desenvolvimento.

O planejamento centralizado que, com o decorrer do tempo, se torna um instrumento de repressão da democracia, em conjunto com o aperfeiçoamento de técnicas adquiridas em grande medida no pós-guerra (que havia proporcionado o uso das teorias de crescimento econômico para fortalecer o desenvolvimento), condicionam o contexto em que surge o planejamento na América Latina. Vários países do subcontinente estabeleceram antecipadamente oficinas de planejamento nacional. Sua aceitação generalizada para promover o desenvolvimento deve-se às resoluções da Carta de Punta del Este, de 1961, e de seu mecanismo principal, a Aliança para o Progresso, que condicionava a “ajuda” internacional para a preparação e implementação de programas nacionais de desenvolvimento econômico e social (ESCOBAR, 2000; LIRA, 2006 apud VARGAS e THEIS, 2008, p.12).

Assim, na América Latina o planejamento por vezes foi utilizado de maneira não democrática, com dirigismo estatal no cumprimento das responsabilidades do Estado para como crescimento e o desenvolvimento.

No caso específico do Brasil, Silva (2004, p.8) destaca que

[...] el fin de la segunda guerra mundial marcó el comienzo de un período en el que se intensificaron los cambios que la sociedad brasileña sufría, a un ritmo más lento, desde las primeras décadas del siglo XX. Este período, que duró hasta el umbral de los años ochenta, se caracterizó por la acelerada transición estructural de una sociedad

¹⁶ [...] em uma nova fase do processo de formação e integração dos mercados e a emergência de novas tecnologias da informação e comunicações. No centro de reflexão teórica está, como no passado, a questão do aumento da produtividade e os mecanismos que favorecem o progresso e a transformação produtiva das economias. (BARQUERO, 2007, p.185)

agraria tradicional a uma sociedade de classes moderna. El motor de esta transición, definida por algunos observadores como “modernización conservadora” o “excluyente”, fue el rápido crecimiento económico debido a la difusión de formas de producción capitalistas en todos los sectores de la economía.¹⁷

Até a década de 1970 o país era eminentemente agrícola, tanto quando se pensava em população economicamente ativa como em exportação. Dentre os produtores, havia basicamente os latifundiários e os agricultores familiares. Nas áreas urbanas destacavam-se os comerciantes e profissionais liberais, já que as indústrias eram ainda incipientes. Estas atividades eram comandadas basicamente por imigrantes europeus. (SILVA, 2004)

A adoção do Modelo de Substituição de Importações por vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, contribuiu para o aumento expressivo da taxa de crescimento econômico. Este modelo apresentou particularidades em cada país, mas tinha como princípio básico o aumento da produção nacional e consequente redução das importações. Silva (2004) destaca que com isso a exportação de recursos naturais, até hoje relevante no nosso PIB, desencadeou a redução da mão-de-obra na produção agrícola devido à mecanização e uso de agrotóxicos, e a consequente migração de parte da população rural para as cidades. A maior rentabilidade da produção destinada à exportação gerou uma redução da produção de alimentos básicos a partir da década de 1970. Esta redução da produção ocasionou aumento dos preços dos produtos de consumo básicos e aumento da inflação. Houve intervenção governamental no sentido de controlar os preços, o que desestimulou ainda mais a produção para consumo local. Por outro lado, com proteção governamental e orientação para o mercado interno, paralelamente viu-se desenvolver o setor industrial. Este foi fortemente incentivado durante o regime militar (1964-1985) e era voltado principalmente para as áreas metalmecânica e eletroeletrônica. No período de 1960 a 1980 estes foram os setores que apresentaram maior dinamismo. Assim como os demais, o setor terciário também cresceu

¹⁷ [...] o fim da Segunda Guerra Mundial marcou o início de um período em que se intensificaram as mudanças que a sociedade brasileira sofria, a um ritmo mais lento, desde as primeiras décadas do século XX. Este período, que durou até o limiar da década de oitenta, foi caracterizado pela acelerada transição estrutural de uma sociedade agrícola tradicional para uma sociedade de classes moderna. O motor desta transição, definida por alguns observadores como "modernização conservadora" ou "excludente" foi o rápido crescimento econômico, devido à difusão de formas de produção capitalistas em todos os setores da economia. (SILVA, 2004, p.8)

consideravelmente no período, e apresentou alteração na sua estrutura, com maior destaque nas décadas de 1960-1970. Especialmente cresceram os serviços relacionados à administração pública e às atividades sociais, de modo a atender as novas demandas em nível nacional.

Este crescimento não foi equitativo em todo o país, visto que estava concentrado basicamente em algumas regiões geograficamente definidas e nas mãos de poucos grupos econômicos, o que de certa forma acabou por aumentar ainda mais as desigualdades regionais. De forma a minimizar as disparidades nacionais, o planejamento foi utilizado amplamente não apenas em âmbito federal, mas também regional, sendo que a experiência mais avançada neste sentido aconteceu no Nordeste, devido aos trabalhos desenvolvidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a partir de 1954 e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a partir de 1959.

Contudo, ressalta-se que “as organizações públicas brasileiras voltadas ao desenvolvimento regional são historicamente marcadas pela centralização das iniciativas e pela falta de articulação real com as experiências vividas pelos atores locais.” (RUMOS, 2006, p.17).

Entre os anos 1960 e 1970 deu-se o início da crise aberta do modelo de desenvolvimento mundial do pós-guerra, em decorrência da desarticulação das relações virtuosas do padrão do desenvolvimento norte-americano (BECKER et al, 2009).

No caso brasileiro, na década de 1960 as organizações de âmbito regional que surgiram a partir da influência do Plano de Desenvolvimento Nacional provocaram a criação de diversos novos municípios. No sul do Brasil, com a criação da Superintendência Regional – a SUDESUL¹⁸ – foi incentivada a “instituição de três grandes agrupamentos regionais: as Associações Microrregionais de Municípios, as Microrregiões Homogêneas do IBGE¹⁹ e as Unidades Territoriais Polarizadas do

¹⁸ “Instituída a partir do Decreto-Lei 301 de 28 de fevereiro de 1967 e extinta pela Medida Provisória 151 de 15 de março de 1990, a Superintendência para o Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), atuou durante 23 anos na formulação, coordenação e orientação de diversos planos de desenvolvimento da Região Sul do Brasil.” (ALMEIDA, MESSIAS E GOULARTI FILHO, 2010, p.1)

¹⁹ Neste período (em 1968), foram instaladas 361 unidades regionais homogêneas, objetivando a

Governo Catarinense (usualmente Microrregiões Polarizadas). (DAMO; LOCH, 2006a, p.4).

Já na década seguinte, assim como na Europa, no Brasil observa-se um crescimento da industrialização em novas áreas. Desde então a questão regional tem ganho cada vez maior ênfase tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nas políticas públicas.

De acordo com Lahorgue (1988, p.17),

La décennie 1970 marque un tournant dans le processus de croissance des économies capitalistes. Avec le ralentissement de l'industrie des biens de consommation durables, le moteur de la croissance s'essouffle. Le désordre monétaire s'installe. Les nouveaux pays industriels viennent changer la géographie de la production. Un nouveau système technique commence à se dessiner avec l'expansion des nouvelles technologies (l'informationnel, les biotechnologies, les nouveaux matériaux). Les relations de production qui ont caractérisé les 30 "glorieuses années" d'après-guerre sont en train d'évoluer en raison des transformations profondes que le système productif est en train de subir. Ces transformations sont particulièrement sensibles dans le domaine spatial avec la persistance, voire l'émergence, de nouvelles disparités entre les espaces régionaux.²⁰

Como consequência natural do processo, no Rio Grande do Sul foram criadas as Associações de Municípios, subdividindo o Estado em microrregiões afins. Em função da falta de representatividade das associações isoladamente, em 1976 foi fundada no RS a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), tornando-se em 1994, pela Lei 10.114, a entidade oficial dos municípios do Estado.

Mesmo com o (ou devido ao) intervencionismo constante do governo, a partir do final da década de 1970, o Brasil entrou num período de recessão que perdurou por anos. Em meados da década seguinte houve um período de melhoria com a

realização de um censo demográfico, tarefa que ficou a cargo do IBGE

²⁰ A década de 1970 marcou uma reviravolta no processo de crescimento das economias capitalistas. Com a desaceleração na indústria de bens de consumo durável, o motor do crescimento abrandou. A desordem monetária se instalou. Novos países industriais estão mudando a geografia da produção. Um novo sistema técnico começa a se desenhar com a expansão das novas tecnologias (informacional, biotecnologia, novos materiais). As relações de produção que caracterizaram o pós-guerra dos '30' anos de glória estão evoluindo por causa de mudanças profundas no sistema produtivo. Estas mudanças são particularmente sensíveis no espaço com a persistência e até mesmo o surgimento de novas desigualdades em espaços regionais.

implementação de um plano de estabilização econômica (Plano Cruzado - 1986), mas que, todavia, não foi suficiente para fazer o país voltar às antigas e mais elevadas taxas de crescimento.

La crisis social y económica que sobrevino a comienzos de los años ochenta, cuando la deuda pública alcanzó niveles explosivos, hizo inviable la acción del Estado brasileño -motor del modelo de desarrollo- y provocó su quiebra. El proceso descrito anteriormente le paralizó e inclusive llegaron a revertirse algunas de las tendencias hasta entonces predominantes. Después de una década de crisis cíclicas, se cambió radicalmente el estilo de desarrollo, rompiendo con el modelo anterior. El nuevo modelo se basaba en la apertura comercial y financiera, la disminución sustancial de las actividades Del Estado (sobre todo de su participación directa en las actividades productivas, mediante la privatización de empresas estatales y servicios públicos), la prioridad otorgada a la estabilidad macroeconómica (baja inflación, equilibrio presupuestario y en las cuentas externas) y la elaboración de políticas económicas para atraer inversiones extranjeras privadas. ²¹(SILVA, 2004, p.27)

Segundo Feger, Rossetto e Edges (2008), até a década de 1980 a criação e a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento eram responsabilidade exclusiva do governo federal, sem a participação dos Estados e dos municípios. “Utilizando-se de técnicos altamente treinados para a função de planejamento, o governo central tradicionalmente ditava os planos de desenvolvimento sem considerar as particularidades de cada Estado e de cada município.” (op. cit., p. 1). Uma das consequências econômicas e sociais mais impactantes foi o expressivo aumento, na casa dos 49%, do setor informal urbano, entre 1980 e 1985. (SILVA, 2004, p29)

Lahorgue salienta que neste período começou a surgir uma nova indústria e uma nova economia, baseadas no conhecimento.

A volta à reflexão e à investigação sobre o que estava acontecendo nos territórios dos países centrais com o declínio da indústria fordista e a ascensão da manufatura flexível e da introdução de novas tecnologias, mostrou que as regiões não eram entidades neutras nas

²¹ A crise social e econômica que se seguiu no início dos anos oitenta, quando a dívida pública atingiu níveis explosivos, inviabilizou a ação do Estado brasileiro – motor do modelo de desenvolvimento - e levou à sua falência. O processo descrito anteriormente o paralisou e até chegou a se reverter algumas das tendências prevaletentes até então. Após uma década de crises cíclicas, se mudou radicalmente o estilo de desenvolvimento, rompendo com o modelo anterior. O novo modelo foi baseado na liberalização comercial e financeira, no declínio substancial nas atividades estatais (especialmente de sua participação direta nas atividades produtivas, através da privatização de empresas estatais e serviços públicos), na prioridade dada para a estabilidade macroeconômica (baixa inflação, orçamentos equilibrados e contas externas) e no desenvolvimento econômico para atrair as políticas de investimento privado estrangeiro. (SILVA, 2004, p.27)

suas relações com os fatores de desenvolvimento. Ao contrário, sua história e sua capacidade de auto-organização apareceram claramente como elementos essenciais para a compreensão das diferenças de ritmos e de qualidade de crescimento regional. (LAHORGUE, 2006, p.2)

O Brasil fechou a década em 1980 mergulhado numa grave crise econômico/social. Novas tentativas de controle inflacionário foram feitas, destacando-se a abertura da economia à concorrência internacional e as tentativas de estabilização dos preços. No início da nova década pôde-se observar uma redução no emprego no setor industrial e conseqüente aumento nos demais setores, inclusive no informal. Neste período surgiram projetos de desenvolvimento de caráter local e/ou regional baseados em arranjos de produção e/ou inovação.

Esses projetos, chamados [...] de pólos tecnológicos, procuram, além da consolidação e da capacitação da produção propriamente dita, desenvolver inovações organizacionais que favoreçam um maior capital social. Cooperação e confiança são elementos essenciais e definidores do capital social de uma sociedade e estão na base da construção da viabilidade de crescimento durável dos arranjos ou sistemas de produção e/ou inovação. (LAHORGUE, 2006, p.2)

As razões do ressurgimento da temática regional como foco do interesse de atores sociais e do governo se devem - provavelmente - também, às significativas desigualdades de renda entre regiões do Brasil. Assim, a participação e a articulação de atores sociais com a formação de parcerias são fundamentais à medida que a importância da mobilização dos fatores endógenos para a promoção do desenvolvimento regional é crescentemente enfatizada (BANDEIRA, 1999). Tradicionalmente, as políticas regionais adotadas no Brasil caracterizaram-se por sua formulação e implementação desconsiderarem a participação dos segmentos da sociedade civil afetados. E, por mais que suas deficiências venham se revelando evidentes, esse procedimento ainda marca grande parte das ações nas diferentes esferas da administração pública brasileira.

2.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O interesse pela participação tem aumentado ao longo das últimas décadas e o argumento mais frequentemente utilizado em sua defesa é relacionado à eficácia das ações governamentais. Uma série de instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento tem apontado a falta de participação da sociedade civil como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos (BANDEIRA, 1999). Tais instituições avaliam que a deficiência na interação com segmentos relevantes da sociedade tende a prejudicar a eficácia de muitas ações públicas em alcançar integralmente os objetivos propostos. Além disso, quando tratada como objeto e não como sujeito do processo de concepção e implementação de políticas, a população local tende a não se identificar com elas, reduzindo sua sustentação política e aumentando o risco de que se tornem efêmeras (BANDEIRA, 1999).

Com base nestas análises, em 2005 o Ministério da Integração Nacional implantou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com tendência de descentralização, respeito e valorização das diversidades regionais. Objetivava engajar a população na elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento e, a partir de um referencial nacional comum, reduzir as desigualdades regionais.

Também várias organizações internacionais passaram a recomendar, com ênfase e muitas vezes como requisito para aprovação, o envolvimento direto dos segmentos interessados da sociedade civil²² na formulação e implementação dos programas que recebem seu apoio financeiro para assim assegurar sua eficácia.

Outras linhas de argumentação podem ser desenvolvidas, como afirma Bandeira (1999), para destacar a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, além da que a toma por meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade. Há de se salientar a importância de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo, com a implicação de que a participação da sociedade civil é importante para assegurar a transparência das ações e permitir a eficiência no que concerne à corrupção latente

²² Aqueles cujos interesses são direta ou indiretamente afetados pelo programa ou projeto em questão.

no setor público.

A terceira linha de argumentação vincula a participação à acumulação de capital social, sendo esse fundamentado em um conjunto de fatores culturais que aumenta a propensão dos atores sociais à colaboração para empreender ações coletivas. Alguns estudos apontam-no como importante fator explicativo das diferenças regionais com relação ao nível de desenvolvimento.

A quarta estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região e a última ressalta o papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, facilitando a formação de consensos entre os atores sociais essenciais ao desenvolvimento.

Essas vertentes destacam dois aspectos fundamentais da participação: seu caráter de elemento essencial da ideia de democracia propriamente dita e seu papel instrumental, derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e viabilização de processos de capacitação e de aprendizado coletivo, de extrema relevância para a promoção do desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Uma das principais dificuldades a serem enfrentadas na promoção da participação e articulação de atores sociais em escala regional no Brasil é o fato de que muitas regiões caracterizam-se por um grau de organização da sociedade civil reduzido. Constata-se também que as atividades desse tipo que têm sido promovidas por iniciativa de governos raramente alcançaram resultados duradouros. Em alguns casos, foram abandonadas após o final do mandato da administração responsável pela sua implantação. Além disso, sua credibilidade foi negativamente afetada pela incidência de interesses políticos-eleitorais, que contribuiu para distanciar atores sociais, políticos e econômicos cujo envolvimento continuado teria sido necessário para a consolidação do processo (BANDEIRA, 1999).

O próximo Capítulo é dedicado à análise em escala regional. São conceituados termos como região e território e também as quatro variáveis-chave que embasam as análises: capital, trabalho, capital humano e tecnologia.

3 DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

Nas últimas três décadas o planejamento em escala regional passou a ser considerado como uma fonte importante de vantagens competitivas, tanto das empresas como das nações (PORTER, 1980, 1999, 2003). Este debate apresenta muitas variâncias, dependendo da abordagem empregada. Assim, para o encaminhamento deste trabalho entende-se como fundamental a conceituação dos termos região e território.

Segundo Haesbaert (2004, p.78), “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido.” Ainda complementa com o conceito de que o território

[...] aparece ao longo do tempo e na maior parte das reflexões teóricas como conceito capaz de apreender uma das principais dimensões do espaço geográfico, a sua dimensão política ou vinculada às relações de poder, dentro das diferentes perspectivas com que se manifesta o poder. Deste modo, território, político por natureza, contrasta e se cruza com outros conceitos, como região, paisagem e lugar, o primeiro com ampla tradição na chamada Economia Regional [...], os dois últimos com longa tradição nas abordagens da Geografia Cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 36,37)

Nas pesquisas acerca do desenvolvimento regional, tema do estudo proposto, o termo mais comumente empregado é região, em substituição a território, a qual na maior parte das vezes possui delimitação geográfica ou político-administrativa, como é o caso da região norte gaúcha.

Muitas são as abordagens acerca do conceito de região. Breitbach (1988, p.18) define região como uma realidade objetiva, dotada de elementos que podem ser

identificados e analisados, passível, portanto, de exame de acordo com procedimentos científicos adequados.

Pode-se considerar que na bibliografia atual é consenso que “a região sempre surge como um ato político” (DAMO; LOCH, 2006a, p.4). Sendo assim, “[...] as regiões são construídas a partir das ações de agentes em múltiplas escalas que se encontram espacialmente localizadas e atendem necessidades impostas por políticas ou práticas de planejamento regional” (FEGER; ETGES; ROSSETTO, 2010, p.174).

Para Damo e Loch (2006b, p.3) deve-se, ao analisar uma região, levar em conta “a dimensão política, dentro do conceito de território, principalmente se o objetivo é a formulação de políticas públicas que venham transformar e dinamizar comunidades específicas”. Complementam com o entendimento de que

Essa caracterização territorial é que permite identificar as relações de poder, gestão e controle, próprias de um determinado território, o que pode dar visibilidade ao exercício do poder relacionado a grupos, classes e instituições, que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas específicas de uma determinada região. Assim, [...] a definição de região e sua análise deve considerar todas as dimensões próprias de uma determinada região. (DAMO; LOCH, 2006b, p.3).

Santos (2003, p.318) entende que a proximidade

[...] não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contíguos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações.

A literatura técnica e acadêmica, nos últimos anos, tem enfatizado a importância da proximidade geográfica das empresas para explicar um bom desempenho na competitividade de firmas e no desenvolvimento de algumas regiões. Termos como sinergia, economias de aglomeração (*clustering*²³) sistemas locais de inovação ou eficiência coletiva exprimem as principais preocupações de tal debate.

²³ De acordo com Porter (1999, p.209), clusters são [...] concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos e outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais), que competem mas também cooperam entre si.

(CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

Estes agrupamentos, que Crocco (2003, p. 6) chama de arranjos produtivos locais, são por ele considerados um mecanismo fundamental para o desenvolvimento regional. De acordo com Lastres e Cassiolato (2003, p.3-4),

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Ainda de acordo com os autores (2003, p.2),

Tal discussão é realizada num momento em que o sistema produtivo mundial passa por profundas e importantes transformações. Estas, associadas à conformação de uma nova ordem mundial, vêm implicando significativas readaptações e reestruturações produtivas. Dentro do conjunto mais amplo das transformações, emerge uma de relevância central, que é a influência das significativas mudanças ocorridas nas duas últimas décadas sobre o próprio processo de desenvolvimento econômico. Na busca de um melhor entendimento sobre os fatores subjacentes ao melhor desempenho competitivo das empresas, verifica-se uma crescente convergência de visões entre as diversas escolas de pensamento. O foco de análise deixa de centrar-se exclusivamente na empresa individual, e passa a incidir sobre as relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido, assim como a de privilegiar o entendimento das características do ambiente onde estas se inserem. Como decorrência, tal foco passa a orientar as novas formas de intervenção do Estado na promoção da política industrial e tecnológica.

A crescente competição internacional e a necessidade de introduzir eficientemente nos processos produtivos os avanços das tecnologias de informação e comunicações têm levado as empresas a centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa. Esta é essencial até para permitir a participação nos fluxos de informação e conhecimentos (como os diversos arranjos cooperativos) que marcam o presente estágio do capitalismo mundial.

A capacidade de gerar inovações, identificada como fator chave do sucesso de empresas e nações, é obtida através da interdependência entre os diversos atores, produtores e usuários de bens, serviços e tecnologias, facilitada pela especialização em ambientes socioeconômicos comuns. As interações tecnológicas em torno de diferentes modos de aprendizado culturalmente delimitados criam diferentes complexos ou *clusters* de capacitações tecnológicas que, no seu conjunto, definem as diferenças específicas entre países e regiões. (CASSIOLATO; LASTRES, 1999)

Quanto mais próxima a relação entre os locais de inovação, produção e utilização das novas tecnologias, mais rápida será a transformação das sociedades e maior o retorno positivo das condições sociais favorecendo novas inovações. Condições sociais específicas favorecem a inovação tecnológica, que alimenta a trilha do desenvolvimento econômico e as demais inovações. Contudo, a reprodução dessas condições é tanto cultural e institucional quanto econômica e tecnológica (CASTELLS, 2001).

De maneira geral, é amplamente aceito que as fontes locais da competitividade são importantes, tanto para o crescimento das firmas quanto para o aumento da sua capacidade inovativa. A ideia de aglomeração torna-se explicitamente associada ao conceito de competitividade, principalmente a partir do início da década de 1990, o que explica parcialmente seu forte apelo para os formuladores de políticas. Dessa maneira, distritos industriais, *clusters* e arranjos produtivos tornam-se tanto unidade de análise como objeto de ação de políticas industriais. Muitas organizações (centros de pesquisas, organismos governamentais e consultorias) realizam estudos sobre aglomerações em que a especialização e competitividade econômicas são reinterpretadas numa perspectiva de interações, ênfase reforçada com o sucesso observado na aglomeração espacial de firmas tanto em áreas *high-tech* (*Silicon Valley*), como em setores tradicionais (Terceira Itália) (CASSIOLATO; LASTRES, 1999).

Dentre as principais questões que contribuíram para um melhor entendimento do processo de inovação nos últimos anos, destacam-se: o reconhecimento de inovação e conhecimento como elementos centrais da dinâmica e do crescimento de nações, regiões, setores, organizações e instituições; a compreensão de que a inovação é um processo de busca e aprendizado, dependente de interações,

socialmente determinado e fortemente influenciado por formatos institucionais e organizacionais específicos; as diferenças entre os agentes e suas capacidades de aprender, as quais refletem e dependem de aprendizados anteriores; o entendimento de que existem importantes diferenças entre sistemas de inovação em função de cada contexto social, político e institucional específico; a visão de que, se informações e conhecimentos codificados apresentam condições crescentes de transferência, conhecimentos de caráter específico ainda têm um papel primordial para o sucesso inovativo e permanecem difíceis (senão impossíveis) de serem transferidos. (CASSIOLATO; LASTRES, 1999)

A maior atenção dada ao processo inovativo ao longo das duas últimas décadas se dá no sentido de uma maior compreensão sobre a importância de processos interativos de natureza social. Quatro tendências principais relativas às novas especificidades do processo inovativo podem ser destacadas: uma significativa aceleração da mudança tecnológica; a colaboração entre firmas e a montagem de redes industriais; a integração funcional e a montagem de redes oferecendo vantagens na busca de rapidez no processo inovativo e a crescente colaboração com centros produtores do conhecimento, dada a necessidade do processo inovativo se apoiar em avanços científicos em praticamente todos os setores da economia.

Todavia, a inovação tecnológica não ocorre isolada; reflete um determinado estágio de conhecimento, um ambiente institucional e industrial específico, disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo, uma mentalidade econômica para dar à aplicação boa relação custo/benefício e uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo. A interatividade dos sistemas de inovação tecnológica e sua dependência de certos ambientes propícios para trocas de ideias, problemas e soluções são aspectos importantes que podem ser estendidos da experiência de revoluções tecnológicas passadas para a atual. (CASTELLS, 2001)

Na literatura neo-schumpeteriana²⁴ sobre sistemas de inovação observa-se

²⁴ “J. Schumpeter elaborou o seu circuito dilatado, onde, diferentemente do que acontece no circuito estacionário, população, produção e capital aumentam de período para período exactamente nas mesmas proporções; onde produtos, serviços e moeda executam os mesmos percursos, os fluxos aumentam sem variações de estrutura nem flutuações” (PERROUX, 1967, p. 163, 164).

uma ênfase significativa na importância do aprendizado por interação (entre produtor e usuário), numa forte associação entre inovação e difusão, no caráter localizado do processo inovativo associado a processos de aprendizado específicos e na importância do conhecimento tácito – não transferível – em tal processo. O conceito de sistemas de inovação, inicialmente de caráter nacional, vem sendo ampliado para incorporar níveis regionais e locais e igual ênfase vem sendo dada à chamada “*learning region*”. (COOKE; MORGAN, 1994; CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

Argumenta-se que a explicação do sucesso de aglomerações regionais repousa no caráter inovativo das firmas. Duas são as maneiras, segundo os neoschumpeterianos, pelas quais inovações locais são as responsáveis por tal sucesso (COOKE; MORGAN, 1994). Inicialmente, sugere-se que padrões localizados de desenvolvimento facilitam processos coletivos de aprendizado, de tal maneira que informação e conhecimento rapidamente se difundam no ambiente local, aumentando a capacidade criativa das firmas e instituições. Em segundo lugar, um sistema produtivo localizado auxilia a reduzir os elementos de “incerteza dinâmica”, o que também facilita a inovação local, pois permite um melhor entendimento dos possíveis resultados das decisões da firma. (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

Assim, vêm ganhando progressiva ênfase as análises que – de forma complementar aos enfoques em grupos empresariais ou setores específicos – tendem a focalizar os diferentes arranjos e sistemas produtivos locais, visando possibilitar o exame das formas de articulações (e suas dinâmicas) das quais, atualmente entende-se, origina-se a força competitiva dos mesmos.

O próprio conceito de aglomeração²⁵ tornou-se mais articulado e um importante passo neste sentido foi a ligação da ideia de aglomeração com a de ‘redes’, especialmente no contexto de cadeias de fornecimento e ao redor de empresas-âncora. Com base na experiência japonesa e da Terceira Itália, a cooperação entre agentes ao longo da cadeia produtiva passa a ser cada vez mais destacada como elemento fundamental na competitividade. Todavia, apesar desta ênfase na cooperação, autores como Porter (1999), ao desenvolverem a ideia de *cluster*

²⁵ “A especialização de um determinado ‘sítio’ (que pode ser uma rua de um bairro, um bairro de uma cidade, uma cidade de uma região, ou uma região de um estado) em uma determinada atividade é o que chamamos de aglomeração.” (PAIVA, 2005, p. 2)

colocavam um peso muito maior na ideia de rivalidade (concorrência) entre empresas como estimulador da competitividade. (CASSIOLATO; LASTRES, 1999)

Cabe ressaltar que não existe uma unidade conceitual sobre termos como arranjos produtivos, sistemas produtivos locais, clusters, redes de empresas, distritos industriais, aglomerações e outros. Todavia, estas categorias “[...] aparecem sempre realçando o papel de laços não-formais entre atores e, sobretudo, a dimensão espacializada dos conhecimentos tácitos com base nos quais eles se relacionam.” (RUMOS, 2006, p.16).

A concorrência está cada vez mais baseada em conhecimento e na organização dos processos de aprendizado. Observa-se a crescente importância de outros fatores que não preços na concorrência entre as empresas. As capacitações das empresas, em termos de produção e uso do conhecimento, têm cada vez mais um papel central na sua competitividade.

Num mundo crescentemente globalizado, as possíveis articulações entre os agentes locais inexoravelmente se relacionam a outras articulações com agentes localizados fora do território. Deve-se, portanto, buscar entender sob que sistema de coordenação se estabelece (ou podem ser estabelecidas) as relações de caráter local entre empresas e instituições. A governança, portanto, é crucial. (CASSIOLATO; LASTRES; 1999)

O conceito de governança parte da ideia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores (Estado, empresas privadas locais, cidadãos, trabalhadores e organizações não governamentais) nos processos de decisão local. (CASSIOLATO; LASTRES, 1999) Esta visão não pode ignorar o fato de grandes empresas localizadas fora do arranjo de fato coordenarem as relações técnicas e econômicas ao longo da cadeia produtiva, condicionando os processos decisórios locais.

A classificação de Markusen (1995), baseada na existência ou não de uma firma ou instituição local que governa as relações técnicas e econômicas ao longo da cadeia produtiva, permite que uma categorização inicial e simples seja obtida a partir de uma característica: a ausência de alguma forma local de governança ou a

existência de pelo menos uma grande empresa que funcione como ponto central ou eixo baseado localmente no aglomerado. Em outras palavras, as empresas locais se organizariam em forma de redes ou a governança se daria através de formas hierárquicas.

Nos casos de governança hierárquica (onde existe uma empresa âncora na base do processo de produção) as diferenças fundamentais referem-se mais à propriedade do capital das grandes empresas âncora que coordenam as atividades das micro e pequenas empresas (MPEs). De acordo com Perroux (1967, p. 101),

A região pode conservar uma estrutura econômica e social relativamente independente ou, pelo contrário, ser inteiramente remodelada por influência da empresa dominante, como aconteceu no século XVIII com Le Creusot e como acontece no século XX na 'zona Michelin'.

Ainda para Perroux (1967, p.102), o efeito de dominação para a empresa que o exerce seria geral e total

[...] se pudesse ao mesmo tempo controlar, ou pelo menos influenciar, de maneira irreversível, o mercado dos serviços de produção e o mercado dos produtos, por exemplo pagando os factores de produção por preço inferior à sua produtividade marginal e vendendo os produtos por preço superior ao seu custo marginal, sem que nenhuma força econômica se opusesse às suas pretensões. É um caso limite; ordinariamente, o efeito de dominação é de alcance especial e mais ou menos limitado.

Assim, a partir da abertura comercial, os casos em que a coordenação é feita por filiais de multinacionais são aqueles onde o grau de territorialização diminuiu e os processos de capacitação e aprendizado foram reduzidos. Inversamente, naqueles casos em que a coordenação local é dada majoritariamente por empresas de controle local, observou-se um aumento no grau de territorialização.

No que se refere às redes, observa-se a existência de aglomerações de micro e pequenas empresas, sem grandes empresas localmente instaladas e que possam desempenhar o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas. Dois casos podem ser encontrados nessa situação, com apenas uma única significativa diferença entre eles. No primeiro, surgem a partir da existência, na localidade, de instituições científico-tecnológicas de excelência. Neste caso, têm-se aqueles aglomerados de pequenas empresas de base tecnológica onde a

especialização ocorre em áreas científicas e tecnológicas, casos em que áreas de conhecimento específicas e predominantes nos locais determinarão a especialização dos aglomerados em detrimento de setores particulares. Podem ser encontrados diversos programas de estímulo público (como os programas de incubadoras) voltados ao surgimento de tais empresas.

O segundo caso de aglomerações com governança em forma de redes pode ser caracterizado a partir dos chamados distritos industriais italianos (localizados nas regiões nordeste e centro italianas). De acordo com Courlet (1993, p 11), os distritos “representam um conjunto de empresas – de pequenas dimensões e que constituem partes interdependentes de um mesmo processo de produção – que interage com uma comunidade de pessoas.” Estes são estruturados em torno de setores como calçados, vestuário, etc. onde a especialização das aglomerações é predominantemente setorial. Tomando este exemplo, que se caracteriza por redes de Micro e Pequenas Empresas aliadas a agentes institucionais, observou-se a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, revertendo o quadro de depressão econômica em que viviam. (AUN; CARVALHO; KROEFF, 2005, p.5).

Segundo Crocco (2003, p.8)

O formato clássico dos sistemas produtivos locais, com processos inovativos tipicamente localizados, são os chamados distritos marshallianos, especialmente sua vertente contemporânea, os distritos da Terceira Itália [...]. Estes são caracterizados pela proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas (PMEs), cooperação inter-firmas, competição inter-firmas determinada pela inovação, troca de informações baseada na confiança socialmente construída, organizações de apoio ativas na oferta de serviços e parceria estreita com o setor público local. Seu dinamismo inovativo decorre do fato de ser um tipo de arranjo institucional específico e localizado, capaz de estabelecer o aprendizado coletivo interativo, que, por sua vez, é alimentado e induzido no tempo pelo próprio processo de competição entre as firmas do distrito.

Para Lahorgue (2006, p.4), o sucesso da Terceira Itália advém de:

i) uma rede de pequenos e médios centros urbanos com uma importante tradição comercial e técnica; ii) disponibilidade de mão-de-obra relativamente barata, tendo em vista sua integração à área rural; iii) tradição política tendente a privilegiar o bem coletivo e não os interesses de famílias ou privados. Esses fatores mostram que o ambiente sóciopolítico democrático está na base da capacidade de

definir um projeto flexível, enquanto que as condições econômicas objetivas permitem as necessárias transformações produtivas.

Veiga (2002, p.8,9) salienta que

[...] a organização municipal específica do Centro-Norte da Itália, cuja origem remonta à Idade Média, mostrou que essas comunidades locais haviam estabelecido há muito tempo uma boa divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, uma organização muito articulada da sociedade urbana, e uma rede muito densa de comunicações.

Nos casos de governança em redes, em geral a maior territorialização está associada com a produção direcionada ao mercado nacional. Nestes casos a inerente alta intensidade em conhecimento das atividades locais ou o aprofundamento da industrialização local são fatores explicativos.

Assim, os arranjos governados por grandes firmas cuja produção é destinada ao mercado nacional têm maior propensão a maiores graus de territorialização. No entanto, o alto/médio grau de territorialização dos arranjos coordenados em redes é decorrência de diferentes tipos de especificidades. Porém, nestes casos a territorialização tem sido crescentemente decorrente de especificidades locais ligadas ao trabalho e à tecnologia.

Na região objeto deste estudo observa-se que há empresas âncoras cujos produtos destinam-se não somente ao mercado nacional, mas também são grandes exportadoras. Em paralelo a estas também há redes de MPEs consolidadas, como será analisado na sequência deste trabalho.

Assim, como já citado, entende-se que as questões relativas à análise do desenvolvimento em nível regional estão diretamente relacionadas a quatro variáveis-chave, de cunho econômico e social: o capital, o trabalho, o capital humano e a tecnologia. As mesmas foram analisadas de acordo com os indicadores relacionados na Figura 2:

Figura 2 – Relação dos indicadores por variável-chave



Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver

As variáveis e seus indicadores, compreendidos como adequados para embasar o estudo em tela, estão conceituados a seguir.

3.1 A VARIÁVEL CAPITAL

Segundo Harvey (2011, p. 41), “o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”. Em termos econômicos, é considerado um dos fatores de produção duráveis, juntamente com o trabalho e a terra (estes considerados fatores de produção primários). A quantidade

de capital depende basicamente da quantidade de investimento, sendo que este resulta da poupança, isto é, do sacrifício de consumo presente.

De acordo com o modelo de Solow (1956), o aumento do estoque de capital por trabalhador aumenta o produto de um país, mas a taxas decrescentes. A taxa de crescimento econômico aumenta até se igualar à taxa de crescimento da população, chegando-se então ao equilíbrio de *steady state* (estado estacionário), quando a renda per capita é constante.

Nesta variável-chave foi analisado o desempenho econômico da região. A análise partiu deste período histórico e utilizou os indicadores do Produto Interno Bruto, porcentagem de pobres e Índices de Gini e de Theil:

A) Produto Interno Bruto (PIB)

Um dos principais índices utilizados para mensurar o capital é o do Produto Interno Bruto, já que este considera justamente a dimensão econômica do crescimento (PERROUX, 1967). Ele representa a soma, (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um determinado período. Para o cálculo do PIB são considerados somente os bens e serviços finais, excluindo todos os bens de consumo intermediários.

B) Porcentagem de Pobres

Indicador que informa os que têm renda familiar de até dois salários mínimos. Este dado por si só não caracteriza as desigualdades dentro de uma região, mas fornece importantes informações ao verificar a evolução temporal das condições de vida dos mais carentes.

C) Índice de Gini

O Índice de Gini²⁶ é utilizado para medir o grau de concentração de renda ou, em outras palavras, o grau de desigualdade na distribuição de rendimentos. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, sendo que o valor

²⁶ Foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini e mede o grau de concentração de renda em determinado grupo. De maneira geral, costuma comparar os 20% mais pobres aos 20% mais ricos.

0 (zero) representa total igualdade de renda e o valor 1 (um) total desigualdade, quando apenas um indivíduo ou grupo se apropria de toda a renda. Este índice não tem sensibilidade de transferência, mas permite avaliar efeitos da conjuntura e de medidas de política econômica sobre distribuição da riqueza.

D) Índice de Theil

O Índice de Theil-L²⁷ ou Medida de Desigualdade de Theil mensura a desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita. É a razão entre as médias aritmética e geométrica da renda familiar per capita média. Quando esta razão é 1 (um), Theil é igual a 0 (zero), o que indica perfeita distribuição, e tende ao infinito quando a desigualdade tende ao máximo.

Sua análise é interessante porque é um índice simétrico, haja vista ter a propriedade de invariância em caso de permuta de indivíduos; é invariante à replicação (independe de replicações de população), é independente da média (tem a propriedade de ser invariante em caso de alteração da escala da renda), e satisfaz o Princípio de Pigou-Dalton²⁸, quando os indicadores de renda indicam queda na desigualdade quando há transferência de renda de um rico para um pobre, e vice-versa.

3.2 A VARIÁVEL TRABALHO

Dentro dos conceitos de macroeconomia, o Trabalho é uma das variáveis mais importantes para análise.

Pense no que acontece quando as empresas respondem a um aumento da demanda com aumento da produção. Uma produção maior leva a um emprego maior. Um menor desemprego leva a

²⁷ Henry Theil, em 1967, propôs uma medida de desigualdade a partir da entropia da distribuição. No índice Theil-L os fatores de ponderação da desigualdade dentro dos grupos são as populações dos grupos.

²⁸ Originalmente proposto por Arthur Pigou na obra **Wealth and Welfare**. New York: Macmillan, 1912, e posteriormente por Hugh Dalton em **The Measurement of the Inequality of Incomes**, *Economics Journal* 30, 1920, p348-61.

salários maiores. Salários maiores aumentam os custos de produção, levando as empresas a aumentarem os preços. Preços maiores levam os trabalhadores a reivindicarem salários maiores, que levam a novos aumentos nos preços, e assim por diante. (BLANCHARD, 2011, P.100

O trabalho, ou o nível de emprego, é fundamental para verificar se a economia de um local tem potencial de crescimento. Está diretamente relacionado ao aumento de produção, pois esta gera demanda por mais empregos. Por outro lado, uma região com pouca oferta de trabalho deixa de ser atrativa, reduzindo seu desenvolvimento de forma global.

Dentro desta variável, foram considerados os indicadores População Economicamente Ativa (PEA), Ocupação dos trabalhadores, Renda per capita, Variação do emprego e empresas:

A) População Economicamente Ativa (PEA)

A população economicamente ativa pode indicar a atratividade de um determinado local, mas pode não estar diretamente relacionada à disponibilidade de empregos nos diversos setores, haja vista que dentre esta população pode haver uma porcentagem significativa de desempregados, o que não seria positivo.

B) Ocupação dos trabalhadores

Este indicador é reflexo das atividades predominantes de um local. Sua evolução temporal mostra a tendência de predominância de uma ou outra atividade, o que pode embasar políticas para incentivo a instalação de novas empresas que possam absorver mão-de-obra específica.

C) Renda Per Capita

A renda familiar per capita é o resultado da divisão entre a renda familiar total e o número de membros da família, isto é, é a parcela individual de renda familiar alocada para consumo de cada membro da família.

D) Variação do Emprego

Os dados vêm do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

do Ministério do Trabalho, tratando-se de um registro permanente de admissões e dispensa de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É usado em pesquisas ligadas ao mercado de trabalho e subsidia decisões governamentais.

E) Empresas

Este indicador é referente às empresas instaladas em cada uma das 32 cidades da região. Os dados foram colhidos junto ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) com base no somatório de todos os tipos jurídicos (S.A., Ltda., EIRELI, MEI, empresários individuais, sociedades simples cooperativas, consórcios, comanditas e estrangeiras), entidades privadas (como associações, fundações, institutos, igrejas, fundos e sindicatos) e entidades públicas (nas esferas federal, estadual e municipal).

3.3 A VARIÁVEL CAPITAL HUMANO

Entende-se por capital humano o conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho para a produção de valor econômico. São adquiridos pelo trabalhador através da educação, desenvolvimento de habilidades e experiência.

De acordo com Barquero (2007, p. 190),

[...] cuando em uma sociedade se premia el esfuerzo y la ética de trabajo, la capacidad emprendedora es um valor social reconocido, y a movilidad social se estimula, la población está em capacidad de responder a los retos y desafíos, de manera creativa.²⁹

Até a década de 1950 estudos como o de Solow (1956), inspirados na economia clássica, utilizavam somente os fatores capital e trabalho para definir a

²⁹ [...] quando em sociedade se premia o esforço e a ética de trabalho, a capacidade empreendedora é um valor social reconhecido e a mobilidade social é estimulada, a população tem capacidade de responder aos desafios de forma criativa. (BARQUERO, 2007, p.190)

diferença de crescimento entre países. Todavia, estas duas variáveis se mostravam insuficientes e então passou a ser considerado também o capital humano na análise.

Porém, ainda em 1776 Smith já considerava as habilidades dos trabalhadores como um fator importante. Segundo ele,

A aquisição dessas habilidades para a manutenção de quem as adquiriu durante o período de sua formação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que constitui um capital fixo e como que encarnado na sua pessoa.

Assim como essas habilidades fazem parte da fortuna da pessoa, da mesma forma fazem parte da sociedade à qual ela pertence. A destreza de um trabalhador pode ser enquadrada na mesma categoria que uma máquina ou instrumento de trabalho que facilita e abrevia o trabalho e que, embora custe certa despesa, compensa essa despesa com lucro. (SMITH, 1996, p. 289)

Marshall (1920, p.16) enfatiza a importância do capital humano quando diz que "o capital mais valioso de todos é aquele investido em seres humanos".

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a abordagem de desenvolvimento humano diferencia-se do crescimento econômico, pois este tem análise a partir dos recursos ou renda, enquanto que o outro "procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades". (PNUD, 2012)

Nesta variável-chave foram analisados o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a taxa de analfabetismo, grau de escolaridade dos ocupados e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Ressalta-se que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calcula o valor do Capital Humano³⁰. Contudo, para este estudo, as informações disponibilizadas são insuficientes, haja vista que não há dados para todos os municípios em 1991 e não estão disponíveis os dados referentes a 2010, o que impossibilita a análise da sua evolução histórica.

³⁰ Calculado, conforme o IPEA, como o valor esperado presente dos rendimentos anuais, descontados a 10% a.a., associados à escolaridade e experiência (idade) da população em idade ativa (entre 15 e 65 anos). Ainda de acordo com o IPEA, "o estoque de capital humano é calculado pela diferença entre o rendimento obtido no mercado de trabalho e a estimativa daquele obtido por um trabalhador sem escolaridade e experiência. "

A) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

De acordo com o PNUD (2012),

O conceito de Desenvolvimento Humano [...] parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD.

Atualmente o principal índice utilizado para medir o Desenvolvimento Humano é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Trata-se de “um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).” (PNUD, 2012).

Os três pilares que atualmente constituem o IDH são saúde, educação e renda e são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD,2012)

B) Taxa de analfabetismo

A educação tem tido importância determinante no crescimento econômico haja vista que, de acordo com a teoria do capital humano, está diretamente associada à produtividade. Mincer (1958) foi um dos primeiros teóricos a associar o rendimento à escolaridade. Sua equação capta a relação entre salário, renda do trabalho,

experiência e taxa de retorno da educação. Analfabetos são aqueles que não conseguem assinar o nome nem decifrar palavras simples. “Com essas limitações, constitui uma medida de atraso e permite comparar regiões geográficas quanto ao desenvolvimento social” (RUMOS, 2006, p. 283)

C) Grau de Escolaridade dos Ocupados

O grau de escolaridade dos ocupados reflete a situação social e econômica dos mesmos. Maior escolaridade representa maiores rendimentos e, portanto, melhoria da posição ocupada socialmente. Também reflete-se nos tipos de empresas instaladas num local, as quais prescindem ou não de mão-de-obra qualificada e com alto nível de instrução.

D) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

Outro índice interessante para verificar a disparidade entre as regiões é o Índice Firjan³¹ de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que se baseia no emprego e renda, educação e saúde. Analisa os municípios brasileiros com base nos dados dos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, gerando o ranking nacional e estadual.

3.4 A VARIÁVEL TECNOLOGIA

O crescimento tecnológico, de acordo com Becker (1964), está diretamente relacionado ao capital humano, visto ambos serem determinados pelo nível de qualificação. A área tecnológica tem apresentado um grande dinamismo no Brasil. A necessidade de novos métodos e técnicas para o crescimento de empresas e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos exigiu a busca acelerada por novos recursos tecnológicos. Tapscott (1997) salienta que as novas tecnologias estão provocando uma mudança fundamental na natureza do trabalho do homem, na maneira como os negócios são conduzidos, na maneira como a riqueza é criada e na

³¹ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

própria natureza do comércio e das empresas. O autor complementa que a adoção de tecnologias permite que as pessoas façam mais coisas em menos tempo, o que pode ser reinvestido na eficácia pessoal.

A geração do conhecimento foi acelerada, e por consequência a necessidade de disseminação deste. A rápida absorção de novas tecnologias gera vantagem competitiva, alterando as bases da economia, as relações de trabalho e influenciando direta ou indiretamente toda a cadeia. Esta competitividade exige um processo ágil de gestão da informação e tornou-se fator imprescindível para a sobrevivência e o crescimento de firmas e de governos. Porter (1980) considera fundamental a utilização efetiva da Tecnologia da Informação (TI) para a sobrevivência e a estratégia competitiva das organizações.

O custo da TI tem sido reduzido devido à sua universalização e ganho de escala. Todavia, ainda pode causar grande impacto financeiro nas firmas e demandar tempo para seu aprendizado. Além disso, a própria evolução tecnológica acelerada torna a tecnologia obsoleta rapidamente, demandando mais recursos financeiros e de pessoal para atualização, o que pode gerar alguma defasagem de firmas que não conseguem ou optam por não acompanhar esta evolução, impactando (in)diretamente no desenvolvimento em todos os níveis.

A tecnologia da informação, mais precisamente, mudou inclusive o relacionamento interpessoal, alterando as relações comunitárias e expandindo-as globalmente. A TI transformou o planeta numa unidade onde não há mais limites geográficos. Nas firmas esta aceleração do fluxo de informações pode fazer com que elas se destaquem no mercado. O crescimento da economia depende da sua produtividade e da sua competitividade global. A inovação e a tecnologia são hoje os grandes suportes do desenvolvimento econômico e conferem maior competitividade à capacidade produtiva de um país ou, mesmo, de uma empresa ou setor produtivo.

Castells e Hall (1994), após estudarem vários centros tecnológicos do planeta, chegaram à conclusão de que foi o Estado, e não o empreendedor de inovações em garagens, que iniciou a revolução da tecnologia da informação em todo o mundo. Mas, sem os empresários inovadores, a revolução da tecnologia teria adquirido características muito diferentes e é improvável que tivesse evoluído para a forma de

dispositivos tecnológicos flexíveis e descentralizados, em difusão por todas as esferas da atividade humana. Na realidade, é mediante essa interface entre os programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e modelos de sucesso pessoal rápido, que as novas tecnologias prosperam.

Em muitos países a formação de parques tecnológicos passou a ser, nos últimos anos, um dos objetivos da política industrial e de promoção de desenvolvimento tecnológico. Alguns elementos podem ser apontados como importantes para a definição de um parque tecnológico, como: proximidade geográfica com universidades ou institutos de pesquisa, de forma a facilitar e estimular a manutenção de inter-relações com as empresas; elevado grau de transferência de tecnologia da universidade para o conjunto dos produtores; presença de produtores especializados atuando em setores de alta tecnologia ou o surgimento de organismos voltados à prestação de serviços às empresas, especialmente nas chamadas áreas pré-competitivas (Gomes, 1995).

Como não há parques tecnológicos instalados na região objeto de estudo, foi analisada a situação das principais Instituições de Ensino Superior (IES) instaladas. Destaca-se o fato de que, segundo Bandeira (1999), a maior parte das Universidades existentes no interior do Rio Grande do Sul originou-se da aglutinação de instituições isoladas de ensino superior. Essas Universidades são geridas por fundações mantenedoras cuja direção é eleita por representantes da sociedade civil das regiões em que atuam, configurando um modelo pouco comum no resto do país, o da “Universidade Comunitária”.

As universidades comunitárias, existentes por praticamente todo o território gaúcho, são um dos mais importantes trunfos para a incorporação do conhecimento e da inovação nas práticas do planejamento descentralizado. A universidade tem a vocação de inspirar-se em exemplos nacionais e internacionais para propor soluções inovadoras aos problemas locais. Mais que isso, ela pode incorporar ao planejamento de suas próprias atividades uma orientação que contribua ao fortalecimento do empreendedorismo e da pesquisa, capaz de estimular o surgimento de iniciativas inovadoras. (RUMOS, 2006, p 18)

A instituição de maior destaque junto à comunidade regional é comunitária, mas, além desta há universidade federal, instituto técnico e várias instituições

particulares. No estudo foram consideradas as de maior porte na região, e instaladas no município de Erechim.

Após as conceituações supra relacionadas, é conveniente tratar do quadro evolutivo da região objeto de estudo, foco do próximo Capítulo. Na análise se fará um apanhado da evolução do planejamento regional no Rio Grande do Sul, com ênfase nos COREDEs, COMUDEs, no projeto RUMOS 2015 e na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Na sequência explicita como foi a ocupação territorial do norte gaúcho, além da ocupação territorial e evolução urbana da cidade polo analisada, Erechim.

4 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO DO COREDE NORTE

De acordo com Paz e Rodriguez (1972, p.7,8),

[...] a teoria não poderá ser captada ou compreendida se não for historicamente situada. [...] o modelo formal adquirirá verdadeiro conteúdo conceitual e riqueza analítica apenas na medida que for abordado dentro do contexto da corrente de pensamento que integra; e cada corrente de pensamento somente poderá ser devidamente entendida à luz da realidade histórica que a originou e de seu ambiente cultural.

Para viabilizar o trabalho proposto é fundamental que seja feito um apanhado histórico da região objeto de estudo. Com base neste pensamento, pretende-se abordar, de forma sucinta, sua evolução sócio-político-econômica a partir do início do século XX até a atualidade. Esta contextualização poderá fornecer subsídios para o entendimento da etapa seguinte, na qual se pretende fazer a análise de fatores que podem ser determinantes para o desenvolvimento urbano e regional, como os políticos-legais, socioeconômicos, naturais, demográfico/comportamentais e tecnológicos.

Para fins de encaminhamento, é apresentada a ocupação territorial do norte gaúcho, com ênfase nos municípios do COREDE Norte e, em especial, Erechim. Assim, a contextualização da região objeto de estudo dá algumas informações que podem auxiliar nas análises, inclusive justificando alguns resultados.

4.1 PLANEJAMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

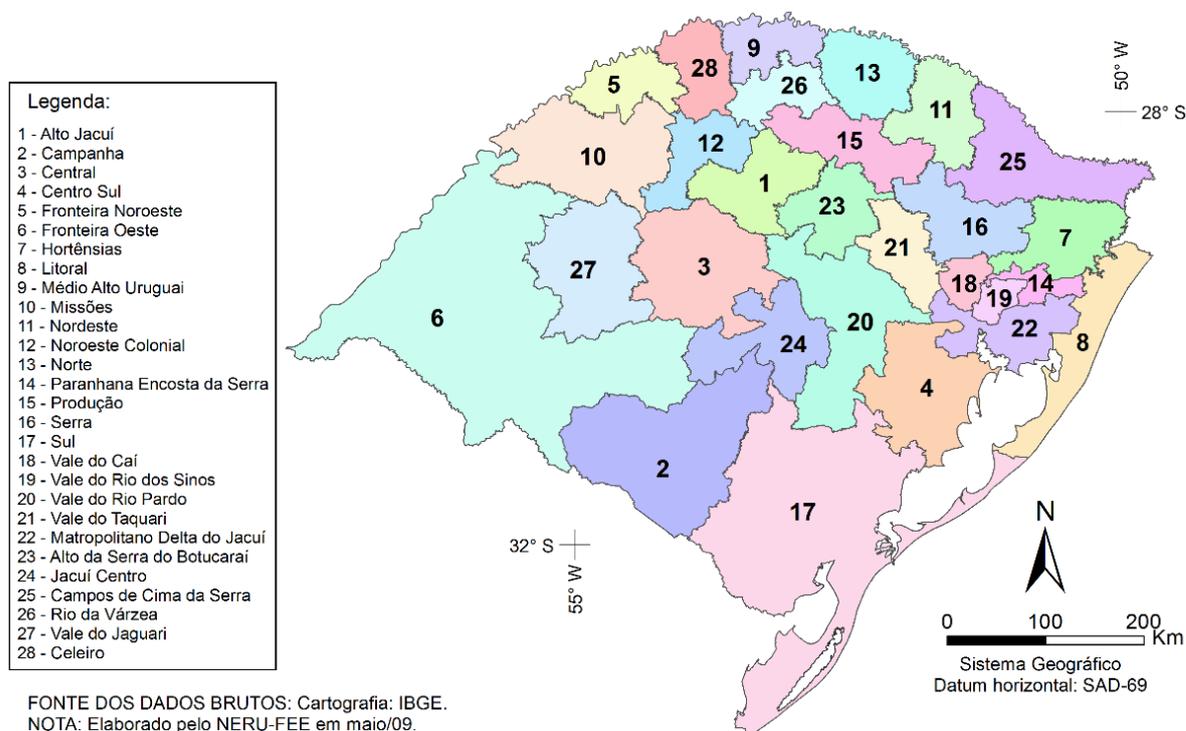
Podem-se observar as disparidades regionais no Estado do Rio Grande do Sul pelo atual grau de desenvolvimento das cidades polo e suas respectivas regiões. Na metade sul do Estado, depois de anos de ativo crescimento econômico, com a produção do charque no Século XVIII, houve uma forte desaceleração da economia. De outro lado, com a vinda dos imigrantes italianos e alemães há cerca de 150 anos, a região da Serra teve seu desenvolvimento acelerado, superando em muito a região Sul. Já o Norte, apesar de conter polos de crescimento, possui desigualdades regionais visíveis.

Dadas as diversidades historicamente existentes, em 1973 a Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, órgão pertencente ao governo estadual, propôs a Organização Territorial do Estado para Fins de Programação Regional e Urbana. Objetivava a definição de uma regionalização padrão, a descentralização de atividades públicas e privadas e também a conscientização dos diferentes setores do governo sobre a necessidade de utilização da escala regional. Este primeiro intento de regionalização não teve o alcance esperado.

Na década de 1980, foi elaborado o Programa Regional de Ciência e Tecnologia, com a criação de Polos de Modernização Tecnológica cujas bases se situaram junto às universidades comunitárias gaúchas. (ALLEBRANDT, 2006, p.6)

A partir de 1991 foi iniciada a implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – os COREDEs, instituídos oficialmente pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados pelo Decreto N° 35.764 do mesmo ano. Foram criados a fim de suprir a carência de instâncias promotoras da articulação regional no Estado, constituindo instrumentos de mobilização da sociedade capazes de aprofundar a compreensão dos problemas regionais, e canais de comunicação com a administração pública, permitindo a participação da comunidade na formulação e implementação de iniciativas no sentido de promover o desenvolvimento regional. (BANDEIRA, 1999). Sua atual subdivisão territorial é mostrada no Mapa 2:

Mapa 2 – Divisão dos COREDEs – RS (sem escala)



Fonte: http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/coredes_rs_2008.png.
Acesso em 19 dez 2016.

São objetivos dos COREDEs, de acordo com o Art. 2º. Da Lei que os instituiu,

[...] a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Já as atribuições dos Conselhos são, segundo o Art. 3º da mesma Lei:

- I - promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidade, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- II - elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- III - manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;
- IV - constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado;
- V - orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das

ações dos Governos Estadual e Federal na região;
VI - respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Os COREDEs discutem e apontam os caminhos para as políticas e ações que visam alavancar o desenvolvimento regional. É aberto à comunidade regional, através da participação dos poderes públicos, setor produtivo e sociedade civil. Juntamente com os órgãos estaduais de planejamento, instituições de ensino superior e outras entidades públicas ou privadas, trabalham na elaboração e discussão de diagnósticos regionais, visando a preparação do Plano Estadual e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e suas respectivas alterações e atualizações, promovendo a articulação regional para captação de recursos para a implantação dos planos e programas regionais. Cabe aos Conselhos Regionais apoiar e complementar as atividades dos órgãos públicos estaduais em âmbito regional, ajudando na identificação das principais necessidades de atendimento, no que se refere às ações de responsabilidade do governo do Estado, e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados na região pelas diferentes esferas da administração pública (BANDEIRA, 1999).

Entre os Conselhos mais atuantes e melhor articulados, destacam-se aqueles cujo trabalho é apoiado pelas Universidades existentes nas regiões. Vários dentre os COREDEs têm sido dirigidos por reitores ou por pessoas ligadas a instituições de ensino superior.

Em 1998 a importância dos COREDEs foi reforçada pela Lei 11.179, que regulamentou a consulta direta popular para a destinação de parte do Orçamento estadual voltado para investimentos de interesse regional.

No governo Dutra (1999 – 2002) foi implantado, pela administração estadual, o Orçamento Participativo (OP), que somente mais tarde foi agregado aos COREDEs. Já na administração Rigotto (2003 – 2006) o OP foi substituído pelo Processo de Participação Popular (PPP), coordenado pelos COREDEs e pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, os COMUDEs, criados em 2003.

Os COMUDEs, assim como os COREDEs, eram vinculados ao Gabinete da Vice-Governadoria do Rio Grande do Sul e atualmente estão na Secretaria de

Planejamento (SEPLAN), tendo como objetivo coordenar a discussão orçamentária nos municípios através de Audiências Públicas na escolha das prioridades. Participam dos Conselhos representantes do Legislativo, Executivo, trabalhadores, empresários, entidades sociais e cidadãos. A criação dos COMUDEs era imprescindível para a participação nos PPPs, todavia em muitos municípios estes Conselhos não são efetivamente atuantes.

A experiência dos COREDEs pode ser considerada relativamente bem sucedida. Mesmo sujeitos a eventuais dificuldades na cooperação com as instâncias políticas, sua performance tem obtido eficácia em reivindicar ações governamentais de interesse para as regiões e em promover discussões em torno dos problemas das áreas onde atuam. Vários COREDEs produziram documentos com diagnósticos e propostas de ação para a promoção do desenvolvimento regional³². Embora até o momento tenham predominado as ações relacionadas com a elaboração do orçamento, os Conselhos Regionais têm buscado ampliar a gama de temas levados à discussão pública no interior do Estado, tanto por parte do poder Executivo quanto do Legislativo.

Dentro do recorte geográfico deste trabalho, o estudo de caso é focado na região do COREDE Norte, composta por 32 municípios.

A região, de acordo com o Censo de 2010, possuía 221.418 habitantes distribuídos em 6.360,29Km², conforme Tabela 1, a seguir.

³² Esses documentos têm sido utilizados principalmente para reivindicar ações das diferentes instâncias de governo em apoio ao desenvolvimento regional. Em novembro de 1997, em Chapecó (SC), foi feita entrega a um representante da Secretaria Especial de Políticas Regionais, então ligada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, de um desses textos, intitulado **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Uruguai**, produzido conjuntamente por representantes de oito COREDES do Norte do Rio Grande do Sul, de oito Associações de Municípios catarinenses, e dos governos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (BANDEIRA, 1999).

Tabela 1 – Dados gerais por município – COREDE Norte, 2010

Lugar	Área Km ²	Densidade Demográfica (hab/Km ²) (2010)	Ano de Instalação	População total (2010)
COREDE Norte	6360,29	34,81		221418
Aratiba	341,05	19,26	1995	6565
Áurea	158,26	23,16	1989	3665
Barão de Cotegipe	261,07	25,01	1964	6529
Barra do Rio Azul	148,21	13,51	1993	2003
Benjamin Constant do Sul	132,07	17,47	1997	2307
Campinas do Sul	262,47	20,99	1959	5506
Carlos Gomes	83,1	19,34	1993	1607
Centenário	134,5	22,06	1993	2965
Charrua	199,01	17,44	1993	3471
Cruzaltense	166,06	12,89	2001	2141
Entre Rios do Sul	119,59	25,75	1989	3080
Erebango	151,11	19,65	1989	2970
Erechim	431,9	222,52	1918	96087
Erval Grande	286,98	18	1959	5163
Estação	101,25	59,37	1989	6011
Faxinalzinho	142,61	18	1989	2567
Floriano Peixoto	167,76	12,03	1997	2018
Gaurama	204,94	28,6	1954	5862
Getúlio Vargas	287,09	56,28	1934	16154
Ipiranga do Sul	158,48	12,27	1989	1944
Itatiba do Sul	212,86	19,6	1964	4171
Jacutinga	178,8	20,3	1964	3633
Marcelino Ramos	233,93	21,95	1944	5134
Mariano Moro	98,61	22,41	1965	2210
Paulo Bento	148,05	14,83	2001	2196
Ponte Preta	100,47	17,42	1993	1750
Quatro Irmãos	269,54	6,6	2001	1775
São Valentim	154,45	23,52	1959	3632
Sertão	441,07	14,27	1963	6294
Severiano de Almeida	168,29	22,83	1963	3842
Três Arroios	148,78	19,19	1989	2855
Viadutos	267,93	19,82	1959	5311

Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver a partir de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 julho 2014.

Geograficamente, os limites municipais estão apresentados no Mapa 3:

Mapa 3 – Limites dos municípios do COREDE Norte



Fonte: <http://www.emater.tche.br/site/social/regionais/erechim.php>

De modo a não se estender em análises individualizadas dos municípios neste momento, no Apêndice B encontra-se um breve resumo das características de cada um deles.

Na questão do planejamento regional também merece destaque uma iniciativa do RS, considerado por Rosa e Porto (2008, p.4) “o mais amplo estudo sobre desenvolvimento regional feito sobre um estado no Brasil.” Trata-se do Rumos 2015 - Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS. De acordo com o relatório elaborado, a principal diretriz foi o planejamento estratégico. (RUMOS,

2006, p.7)

Importante salientar que, de acordo com o Relatório do RUMOS 2015 (2006, p. 141),

Estudos recentes demonstram que o desenvolvimento regional é muito associado à atuação do capital social nos territórios. Os COREDEs são, hoje, a única instituição que congrega, mesmo com deficiências, representantes políticos, empresariais, setoriais, universitários e trabalhadores, que pode permitir o afloramento de um 'planejamento integrado' e não apenas setorizado.

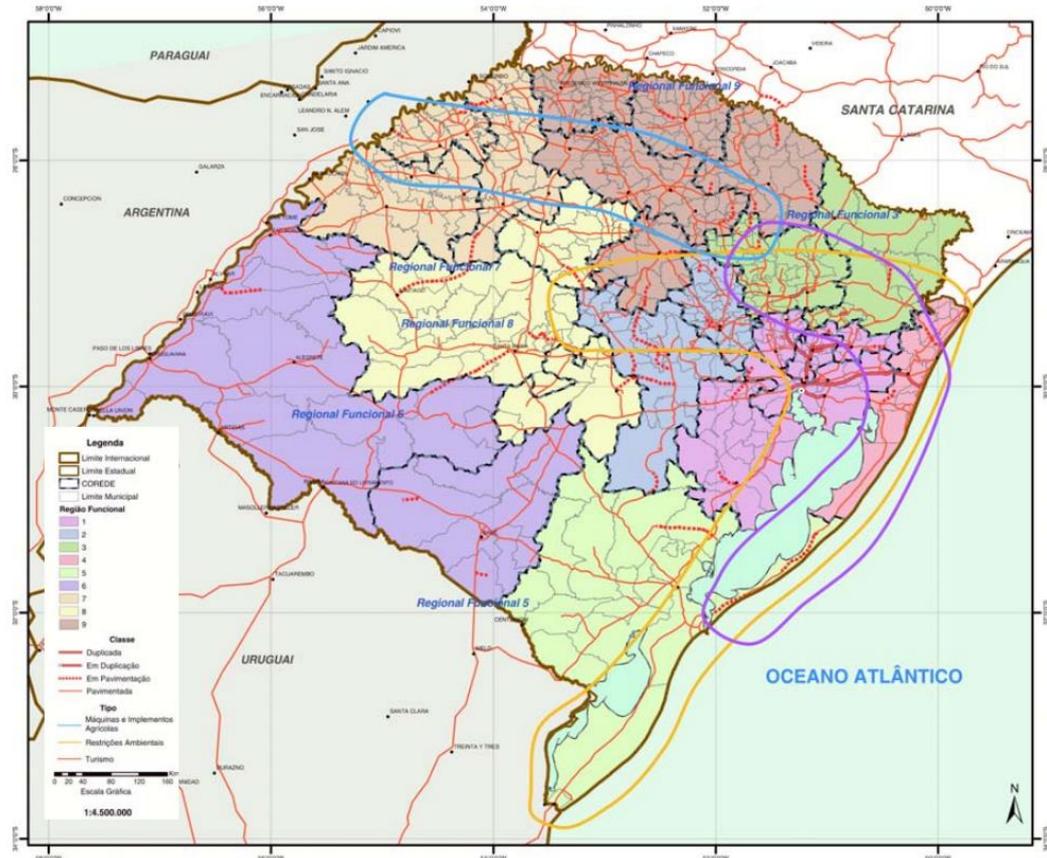
O Estudo considerou a regionalização por COREDEs “excessivamente fragmentadora do espaço gaúcho, induzindo maior volume de ações focadas em espaços menores, dispersando a ação do governo e demandando recursos geradores de impactos muito localizados e pouco abrangentes.” (ALLEBRANDT, 2006, p.8) Por outro lado, também descartou a divisão do Estado em três macrorregiões (Norte, Nordeste e Sul), pois agrega “espaços heterogêneos, dificultando o planejamento de ações concretas que beneficiem toda a região”. (op. cit., p.8)

Como meio-termo, os então vinte e quatro COREDES foram agrupados em nove regiões de planejamento, por semelhanças econômicas, ambientais e sociais. Manteve-se o recorte atual dos COREDEs, mas esta nova divisão teve como objetivo aumentar a eficácia das ações propostas para alavancar o desenvolvimento.

Na Região 9 (em marrom no Mapa 4), da qual faz parte o COREDE Norte, juntamente com os COREDEs Médio Alto Uruguai, Produção, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste, são feitas importantes observações que podem servir como base para a análise do (atual) estágio do desenvolvimento regional. De acordo com o Estudo, nesta região percebe-se uma

Forte presença da cadeia de produtos de origem animal e de máquinas e equipamentos agrícolas, que forma, na Região e com Santa Catarina (Chapecó e Concórdia), um eixo industrial interligando seus principais polos (Erechim, Passo Fundo e Carazinho), localizados na área central. Nas porções periféricas, a dominância é do setor agrícola e terciário, pouco desenvolvido. (RUMOS, 2006, p.172)

Mapa 4 – Regionalização funcional para efeito de planejamento



Fonte: RUMOS (2006, P. 160)

O Estudo apresentou as tendências para a década seguinte (no caso, a atual) relativas ao desempenho econômico, demográfico, migrações, rede urbana, emprego e renda, desenvolvimento social, de infraestrutura e outros. Basicamente haveria uma leve queda na participação da Região no PIB estadual e, embora o PIB per capita quase alcançasse a média estadual, seriam ampliadas as desigualdades na renda e haveria crescimento acelerado da urbanização. (RUMOS, 2006)

Ainda vislumbrou-se a intenção de consolidar a região como uma grande produtora agroindustrial de aves, suínos, grãos, leite, equipamentos agrícolas e alimentos para os mercados estaduais, nacionais e externos, com estreita conexão com Santa Catarina. Para alcançar este objetivo, foram traçadas estratégias, dentre as quais:

- O fortalecimento dos polos urbano-regionais: especialmente o eixo Passo Fundo – Erechim – Carazinho, devido ao risco de perda de competitividade da agricultura e da indústria em relação a outras regiões do país;
- O fortalecimento da competitividade das culturas empresariais: principalmente com o aumento da irrigação nas culturas de soja e milho;
- A integração de pequenos produtores com a diversificação e integração em cadeias agroalimentares;
- O estímulo às atividades emergenciais em áreas pouco dinâmicas reduzindo as desigualdades regionais com o investimento em turismo regional e na cadeia de pedras preciosas.

A presente pesquisa busca elucidar algumas das questões levantadas pelo RUMOS 2015, por utilizar alguns indicadores similares.

Além das regionalizações aqui citadas, para entender o processo de desenvolvimento regional, na sequência é feito um breve relato da evolução do norte gaúcho, objeto deste trabalho.

4.2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE GAÚCHO

Com o Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1938, que possibilitou aos Estados elevarem à categoria de município as sedes de distritos, o Brasil entrou em uma nova fase no que concerne ao planejamento urbano. Sob a influência do pensamento positivista, alguns governantes intervieram na estrutura das cidades com o objetivo de saneá-las e impor seus ideais políticos-filosóficos. Assim, o planejamento urbano foi tratado como um dos mais importantes mecanismos para o controle das cidades e de seus cidadãos por coordenar a organização racional dos espaços, objetivando a valorização do solo e os usos adequados ao desenvolvimento do homem na sociedade.

[...] até o século XIX, especialmente, muitos estados pontilhavam uma imensa rede urbana na área litorânea em oposição aos grandes vazios da área ocidental. Não era o caso gaúcho. O centro e o nordeste transformaram-se em verdadeira teia pulverizada de núcleos urbanos, em contraste com a rarefeita ocupação da faixa litorânea e da área nordeste (BARROSO, 1992, p.35).

No caso do Rio Grande do Sul, inicialmente ocupado por índios, destacam-se as missões jesuítas, no século XVII, e a chegada dos açorianos em 1752. No século seguinte, com a chegada dos alemães (1824) e italianos (1875), criaram-se núcleos de cidades formados quase que exclusivamente por estes imigrantes. Próximo a Porto Alegre instalaram-se os alemães. Mais tarde, os italianos fundaram diversas cidades na região da Serra, cujas características climáticas e topográficas assemelhavam-se às da terra natal.

De acordo com o art. 64 da Constituição Federativa de 1891, as terras devolutas do RS passaram à propriedade e domínio do Estado. (CASSOL, 1979) Através de Lei, o Governo Imperial autorizou a venda de terras públicas a particulares sob o compromisso de colonizá-las. Assim, diversas cidades foram fundadas respeitando um planejamento de ordenação do território elaborado à época.

No final do século XIX, o norte do Rio Grande do Sul ainda era uma das regiões mais atrasadas da Província em termos econômicos. O território era formado por grandes florestas virgens, pinhais e ervais, e organizava sua economia mesclando extrativismo, madeira, pecuária e agricultura de baixo volume de produção (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013). A região na qual está inserida Erechim era ocupada naquela época por indígenas, bandeirantes paulistas, caboclos e fugitivos das revoluções Farroupilha e Federalista (CASSOL, 1979).

Esta foi a última região a ser alvo dos projetos de colonização do Governo do Estado, abarcando o excedente de imigrantes que vinham para o sul do Brasil. Uma das premissas era a construção de uma estrada de ferro, que seria paralela ao Rio Uruguai, a uma distância aproximada de 40 Km ao sul deste, ligando o noroeste do Estado a Torres. Ao longo desta linha foram estrategicamente implantadas várias cidades.

É importante ressaltar que este período foi fortemente marcado pela doutrina positivista. Assim,

[...] o processo de implantação de colônias e fundação de núcleos assumiu algumas características científicas, quer ao nível de planejamento espacial, quer ao nível das normas a serem aplicadas na organização dos núcleos urbanos. Daí nasceu uma tradição que até hoje perdura (RIBEIRO, 1992, p. 135).

A política positivista apresentou uma função importante no processo de regulação da produção e diversificação da economia do Rio Grande do Sul (BECKER, 1992). Nesse sentido, a colonização da região norte recebeu total apoio do Governo do Estado, que forneceu materiais agrícolas, distribuiu sementes para o plantio e abriu estradas que possibilitaram a distribuição dos produtos da região para os demais Estados brasileiros.

Em 21 de outubro de 1902, pelo Ato nº 38, foi criado o 7º distrito do município de Passo Fundo, com sede em Capoeirê³³, subdividido no ano seguinte em nove seções. A demarcação de terras da região do Alto Uruguai iniciou-se a partir de 1904, concomitantemente com a abertura da ferrovia (CASSOL, 1979, p.27). No ano seguinte o 7º distrito foi suprimido, sendo o seu território rateado entre o 3º e o 6º distritos do município de Passo Fundo.

A formação histórica do atual município de Erechim faz parte de inúmeros acontecimentos políticos de ocorridos na região. A área onde hoje está implantada a cidade outrora pertenceu a Rio Pardo; em 1817 passou a pertencer a São Luís da Leal Bragança e, em 1833 a São Borja; em 1834 a Cruz Alta; em 1846 passou à jurisdição de Soledade que, em 1857 foi repassada a Passo Fundo. Em 1908, o Governador do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa, criou a colônia de Erechim, com sede em Capoeirê (BRUM, 1983).

A Colônia Erechim³⁴, fruto da colonização oficial proposta pelo Estado, foi planejada rigorosamente por Carlos Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização que, atendendo aos princípios positivistas, deveria tornar-se modelo de colonização (CARON; TEDESCO, 2012). A fundação da Colônia buscava absorver os colonos procedentes das velhas colônias, principalmente da Serra Gaúcha, para povoar o norte gaúcho.

³³ Neste período trata-se de “Capoeirê Velho”, não o atual distrito de Capoeirê, pertencente a Erechim.

³⁴ “O Erechim da época é o atual município de Getúlio Vargas.” (ZAMBONATTO, 2000, p.15)

A imigração e colonização da região recebeu apoio da Comissão de Terras, órgão público vinculado à Secretaria da Agricultura, que era responsável pela demarcação das terras e pelo assentamento dos colonizadores com toda a infraestrutura necessária (CASSOL, 1991). Assim, em fevereiro de 1909 chega à Colônia Erechim o primeiro grupo de imigrantes, formado por 36 colonos que formavam 4 famílias com 28 pessoas e 8 solteiros (BRUM, 1983; CASSOL, 1979).

Além da Comissão de Terras, empresas particulares atuavam na demarcação e comercialização dos lotes rurais, dentre as quais citam-se Jewish Colonization Association (ICA) – judaica; Colonizadora Luce Rosa – alemã; Companhia Colonizadora Rio-Grandense e a Sociedade Territorial Eberle, Mosele, Ahrons (DELAZERI, 2000).

Os núcleos de colonização oficial e os de iniciativa privada foram bases para o prolongamento do processo de ocupação do solo. A vinda dos imigrantes europeus e/ou de seus descendentes à região permitiu a construção de uma nova territorialidade: a do pequeno proprietário e agricultor familiar, com a produção para a formação de um mercado interno que, com a introdução de novas tecnologias, possibilitou a incorporação da região a um processo produtivo de excedentes comercializáveis, o que vinha ao encontro das diretrizes políticas para a agricultura do período (CARON; TEDESCO, 2012).

Os imigrantes chegados à região Norte do Estado criaram uma economia baseada na produção diversificada e na pequena criação de gado, desenvolvidos na pequena propriedade rural (LEONARDI et al., 2006). Já a expansão da agricultura colonial beneficiou-se da fertilidade do solo e as extensas matas deram lugar à agricultura, no início de subsistência e, mais tarde, comercial. (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013). Não se pode afirmar que a produção colonial se organizava como objetivo principal de subsistência visto que era necessária a produção de excedentes para o pagamento de suas terras e complementar a manutenção familiar (PIRAN, 1995).

Tedesco (2001, p.77) explica o valor do trabalho para a estrutura de vida familiar, pois isso

[...] assegurava ao grupo sua sobrevivência; a cooperação familiar aparecia como fundamental para a formação de capital econômico e social como consequência. Para isso, dependia do grau de intensificação do trabalho, da redução do consumo àquilo de que realmente necessitavam; a solidariedade e a combinação dos esforços de todos os membros da família e um bom casamento eram os elementos centrais que fundavam a lógica da herança em função do sexo, da idade, dos tipos, quantidades e importância dos bens. A situação de carência, as dificuldades na obtenção de recursos para realizar os trabalhos e comercializar os produtos, entre outros, dimensionavam uma ética familiar de autodependência, solidariedade e submissão de alguns membros.

Para que a colonização prosseguisse avançando era necessário um meio de transporte terrestre mais eficiente que o carro de boi. Assim, a estrada de ferro foi a solução (SINGER, 1977). Inaugurada em 1910, valorizou o território ao longo do qual iam surgindo diferentes indústrias extrativistas, principalmente de erva-mate e madeira. A madeira colocada ao longo das ferrovias já se destacava em 1914. Segundo depoimentos orais dos colonizadores, os engenhos serravam sem parar, não havendo vagões suficientes para realizar o transporte (BALDISSERA, 2008, p.94).

O rápido desenvolvimento da região norte gaúcha então foi alavancado pela estrada de ferro que ainda ligaria São Paulo a Rio Grande, e que na região norte seria “servida por nove estações: Erechim, Erebangó, Capoerê, Boa Vista³⁵, Baliza, Barro, Viadutos, Canavial e Marcelino Ramos” (CASSOL, 1979, p.115).

A viabilidade de transporte proporcionado pela estrada de ferro fez com que os capitalistas adentrassem na região. Enquanto se construíam estradas de ferro que “comiam madeira” e que transportava e empregava pessoas, promovia-se a derrubada da mata não só para fazer sua passagem, mas para trazer progresso, na concepção dos empreendedores da época (TEDESCO; SANDER, 2005). As áreas de mata possibilitavam, além da venda da madeira, uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas pelos colonos, a sua extração para a construção das casas e demais benfeitorias para acolher os animais e o excedente produzido (CONTERATO, 2004).

De acordo com Tedesco e Sander (2005) a agricultura colonial, da forma como

³⁵ Que atualmente é a cidade de Erechim.

foi imposta, não seria viável sem a presença das serrarias. Ambos, ao lado do comércio, constituíram novas relações de produção, de trabalho e de contato com referenciais de natureza. Nesse sentido, as empresas colonizadoras, colonos e madeireiros formaram uma comunidade de interesses em torno da madeira extraída.

Os autores supracitados ainda enfatizam que grande parte das populações pobres da terra tornaram-se trabalhadores das serrarias, derrubando a mata, inclusive a que estava em suas terras. Como exemplo cita-se o caso dos povos ribeirinhos do rio Uruguai, próximos às serrarias que

[...] depositavam a madeira à beira do rio, à espera da enchente. Quando se aproximava a época das chuvas, começava o trabalho de embalsar. Compunham-se os quartéis de tábuas serradas. A amarração se fazia no começo com cipó Imbé, que se chamuscava ao fogo antes de usar. Ultimamente, na falta de cipó se usou arame queimado liso.

Cada balsa compunha-se de 10, 20, 30 quartéis, perfazendo 200 metros de comprimento. Cada balsa tinha o seu fogão de terra e barraca, com canais e dispensa para os mantimentos. [...] Quando sobrevinha a enchente, as balsas eram soltas com grande foguetório (DUCATTI NETO, 1981, p.269).

O destino das balsas era a Argentina, onde a madeira era vendida. Ducatti Neto (1981) afirma que muitos ganharam dinheiro com tais empreendimentos, uma vez que o transporte pelo rio era o mais fácil e econômico.

Quando findou a extração das reservas de madeira, acabou a caça, a pesca, reduziu-se a fertilidade natural do solo, houve alteração do equilíbrio climático e redução dos recursos naturais. Com isso sobressaiu-se o comércio da região, que possibilitou o surgimento de diversas profissões, gerando profundas alterações nos contingentes sociais e culturais e influenciando o modo de vida da comunidade. (TEDESCO; SANDER, 2005).

Paralelamente aos acontecimentos citados, o Governo continuava a organizar a região político-administrativamente. Assim, em 15 de julho de 1909 foi definido o local da nova sede regional, a 5.587 metros a noroeste da estação férrea de Erechim, no local onde hoje se localiza o município de Getúlio Vargas (CASSOL, 1979, p.28). Em razão de a Colônia Erechim estar distante da estação férrea, “a primeira providência da Comissão Colonizadora foi a construção da estrada de rodagem ligando a sede a, então, Estação Erechim da estrada de ferro” (STUMPF; RANZOLIN,

1954, p.14).

Os povoados formados ao longo da via férrea mais tarde originaram diferentes municípios, entre eles Estação Paiol Grande e Estação Erebango, atuais municípios de Erechim e Erebango, respectivamente (FACCIO, 2012). Nos anos seguintes a sede regional foi transferida para Paiol Grande, que após várias trocas de nomes, hoje é oficialmente Erechim.

Na sequência deste trabalho é aprofundada a análise da evolução histórica desta cidade.

4.3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL E EVOLUÇÃO URBANA DE ERECHIM

Na dissertação intitulada Erechim, Processo e Projeto (AVER, 2008) encontra-se uma pesquisa histórica que auxiliou o embasamento da presente análise do desenvolvimento urbano e regional desde o final do século XIX. A partir daquele período, foi analisado o crescimento da cidade até 2010, em períodos compreendidos a cada vinte anos, aproximadamente, baseados na disponibilidade de mapas e informações da sua evolução urbana. Na atual pesquisa é apresentado um resumo da evolução histórica da cidade, com ênfase nas questões relacionadas ao desenvolvimento, e é complementada a análise com o período posterior a 2010.

4.3.1 PRIMEIRA FASE - A COLONIZAÇÃO

DÉCADAS DE 1910 E 1920

Em 1910 a colônia Erechim (atual Getúlio Vargas) já possuía nove casas comerciais, uma barbearia, uma alfaiataria, três padarias e um açougue (ILLA FONT, 1983).

De acordo com o Relatório do Governo do Estado de 1912,

De todos os povoados da colônia, é atualmente mais importante

Erechim, infelizmente mal localizado e mal instalado, sem prévio estudo do terreno, sobretudo em consequência do atropelo havido na fase inicial da colônia, devido à entrada de grandes levas de imigrantes. (1912, p.175)

Em 1913, ano em que foi concluída a ponte de ferro sobre o Rio Uruguai, no povoado Marcelino Ramos, a população da sede já alcançava 18.000 habitantes, sendo que 10.000 destes eram imigrantes. Iniciou-se, neste período, a discussão sobre a possibilidade de realocação da sede da colônia para Paiol Grande (atual Erechim).

Os lotes coloniais, apesar de demarcados em grande número, foram rapidamente povoados pelos imigrantes provenientes das colônias velhas. Houve um verdadeiro êxodo para o que foi considerada Terra de Promissão. Eram principalmente descendentes de italianos e alemães que procuravam as novas terras e do estrangeiro chegavam principalmente poloneses e russos. Em 1914, dois eventos motivaram o fim da imigração no Estado; o primeiro se deve ao fato de que findou o acordo que o Rio Grande do Sul havia firmado com a União a respeito da introdução de estrangeiros na região, e o segundo foi em decorrência da Primeira Grande Guerra.

Assim, em 20 de abril de 1915, por determinação da Diretoria de Terras, a sede do escritório da Comissão de Terras foi transferida para Paiol Grande. (CASSOL, 1979, p.115) Nesta época, a nova sede contava com 245 moradores, 41 casas de madeira e 20 estabelecimentos comerciais, na sua maioria nos arredores da estação ferroviária.

Devido ao grande número de edificações já existentes em Paiol Grande, a organização física do povoado era urgente. O projeto, elaborado sob coordenação de Torres Gonçalves, procurou adequar-se ao Decreto nº 247 de 19 de Agosto de 1899, que regulamentava a organização das colônias do Estado. A nova cidade foi concebida para abrigar 15.000 habitantes em uma área de 589 hectares, a ser subdividida em 2.500 lotes.

Claramente inspirado nos ideais positivistas, como “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”³⁶, Torres Gonçalves projetou uma malha em grelha sobre a qual implantou quatro vias diagonais que partem da praça central,

³⁶ Foi assim que Auguste Comte (1934) resumiu sua doutrina na primeira edição do Catecismo Positivista. Mais tarde este lema inspirou o dístico da bandeira brasileira: “Ordem e Progresso”.

simbolizando a concentração do poder³⁷.

Em 30 de abril de 1918, através do Decreto nº 2342, o Governo do Estado elevou à categoria de Município o território constituído pelo oitavo distrito de Passo Fundo, tendo por sede a Vila Paiol Grande, que passou a ser denominada Boa Vista. Neste ano a população do município era de 38.526 habitantes, sendo que 5.590 viviam na zona urbana e 32.936 na zona rural. (C.E.S.E., 1979, p.116) A sede do município já contava com uma população de 1.700 habitantes e 110 edificações, incluindo diversas casas comerciais, bancos, igrejas e até um cinema, construído em 1916. Em 02 de janeiro de 1919, através do Decreto Municipal nº 17, foi estabelecido o perímetro urbano e suburbano da vila. (C.E.S.E., 1979, p.29).

Com a chegada do pessoal encarregado da construção da ferrovia e das pontes, o comércio (casas de negócios, lojas de “secos e molhados” e armarinhos) e a indústria cresceram e fortaleceram-se os laços entre o urbano (vila, centro de comércio) e o rural (colônia) (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013). Segundo Tedesco e Sander (2002, p. 64), “as casas de negócios do interior [...] forneciam aos colonos os artigos que necessitavam, a crédito, [...] uma forma de financiamento cujo débito seria pago na época da colheita da produção agrícola ou com a venda dos animais [...]”.

A renda oriunda da produção agrícola passou, desta forma, para as mãos dos comerciantes, surgindo com isso uma nova forma de organização econômica na região colonial, e, com o desenvolvimento dos meios de transportes, houve maior visibilidade mercantil para o comércio de grãos, que era transportado para o centro do país, o que contribuiu para a formação de um novo perfil socioeconômico para a região Norte do Estado (TEDESCO; SANDER, 2002; GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013). Assim, os comerciantes tornaram-se os mais ricos da colônia. Conforme Roche (1969, p.412),

O patrimônio é não só mais elevado, mas também composto, na maior parte, do capital investido, no negócio que assegura lucros incomparavelmente superiores aos de uma exploração agrícola,

³⁷ Nos relatórios da Diretoria de Terras e Colonização não se encontra a explicação para a escolha do traçado da cidade. Acredita-se que isso se deve ao fato de que o gaúcho Torres Gonçalves, em 1894, foi a Ouro Preto com a intenção de matricular-se na Escola de Minas. Desistiu do curso e foi para o Rio de Janeiro cursar Engenharia Civil na Escola Politécnica (CASSOL, 2003, p.17), a mesma escola onde anos antes estudou Aarão Reis, autor do projeto de Belo Horizonte, e onde frutificavam os ideais da filosofia positiva no Brasil. Também há vertentes que indicam que o projeto da cidade foi uma homenagem a Paris (PEZAT, 2003, p.188).

graças ao mesmo tempo à elevação das margens de lucro e à rapidez de giro das reservas.

4.3.2 SEGUNDA FASE – OS PRIMEIROS PASSOS DA NOVA CIDADE

DÉCADAS DE 1930 E 1940

No início da década de 1930, o então prefeito, Dr. Amintas Maciel, estabeleceu novas normas a serem aplicadas na cidade, que devido ao seu grande desenvolvimento “[...] precisa tomar outra feição” (Ato nº 22, de 12 de fevereiro de 1931). Foram proibidas as construções de novas edificações em madeira, bem como reformas nas existentes na área central da cidade. Nesta época, além da estação ferroviária, havia apenas outras duas edificações em alvenaria na cidade.

De acordo com os ideais positivistas referentes à concentração do poder (que se reflete também nos aspectos geográficos do sítio), o novo prédio da Prefeitura, concluído em 1932 (que abrigava também o Poder Legislativo e a Cadeia Pública) foi construído em frente à praça central, no lado oposto ao da Comissão de Terras, em estilo neoclássico, em referência ao poder republicano.

Em 23 de março de 1933, através do Ato nº 73, foi implantado o primeiro Código de Construções para Boa Vista do Erechim, atendendo à determinação do Governo do Estado constante no Relatório de 1931 que, dentre outras coisas, dizia:

Todas as municipalidades do Estado, dentro do prazo máximo de um ano, procurarão tratar da organização de seus códigos de construções urbanas e ruraes, levando em conta, além de outros requisitos, a higiene, a estabilidade, a esthetica, prevendo também, na parte econômica, os alargamentos, que se tornarem necessários, de suas ruas, evitando desapropriações onerosas. (1931, pg. 115)

Em março de 1938 o município foi mais uma vez dividido em novos distritos, com a sede elevada à categoria de cidade, através do Decreto Estadual nº 7.199. Em abril, o município passou a chamar-se José Bonifácio.

Na década de 1940 houve um significativo crescimento da cidade, baseado principalmente na produção, industrialização e comercialização de produtos agropastoris e na extração e beneficiamento da madeira, ainda abundante na região. O número de habitantes duplicou e, nesta época, a população urbana ultrapassou em

números a rural.

Como símbolo representativo do grande desenvolvimento da cidade, em 1941 foi construído o aeroclube, que passou a receber voos regulares, tornando-se, em 1962, o segundo aeroporto do estado em movimento de aviões.

Em 1944, o município passou a chamar-se Erechim, seu nome definitivo.

4.3.3 TERCEIRA FASE - O AUGE DO DESENVOLVIMENTO

DÉCADAS DE 1950 E 1960

Apesar das perdas territoriais e populacionais, como Getúlio Vargas em 1934 e Marcelino Ramos em 1945 (COSTA, 1968), Erechim era, em 1950, um dos municípios gaúchos com maior densidade populacional. (C.E.S.E., 1979, p.134). Em decorrência do desenvolvimento da cidade, o crescimento populacional urbano chegou a 6% ao ano. Neste período os demais municípios da região apresentavam pequeno desenvolvimento, haja vista que seus habitantes estavam em sua maioria na zona rural e tinham Erechim como seu centro comercial mais importante.

De acordo com Rampazzo (1998), a partir da década de 1950 a agricultura entrou em crise em razão do esgotamento natural do solo, minifundização das propriedades rurais, baixos preços dos produtos agrícolas e elevados custos tecnológicos, desencadeando grande migração de camponeses para o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná; e é a partir desta fase que inicia um processo de modernização da agricultura na região.

Mesmo com a predominância da atividade agrícola³⁸, houve grande expansão da atividade industrial, alcançando a marca de 4% da produção no Estado, alavancada por incentivos fiscais concedidos pelo Município. De acordo com Cassol (2003, p. 82), em 1955 o município contava com 374 indústrias, com destaque para as serrarias, de transformação de madeiras, metalúrgicas e indústrias do ramo alimentício, como erva-mate, doces, produtos suínos e farinhas.

³⁸ Em 1953 o município foi responsável por grande parte da colheita de trigo no Brasil, recebendo assim o título de “Capital do Trigo”.

O núcleo urbano expandiu-se horizontalmente com a criação de novos loteamentos e, paralelamente a isso, a cidade começou a se verticalizar no final dos anos 50.

Analisando a periferia da cidade, percebe-se que na região oeste onde, de acordo com o projeto de Torres Gonçalves, haveria uma 'área reservada para desenvolvimento futuro', desde os anos 1920 já era possível visualizar uma forte tendência de expansão. Graças à implantação de grandes frigoríficos naquela zona, seu desenvolvimento acentuou-se e acabou transformando-se, por ação do mercado e em função da localização, no "bairro industrial" da cidade.

No final da década de 1950 a rede ferroviária, responsável pelo surgimento do núcleo urbano e pelo seu rápido crescimento, começa a entrar em decadência devido ao 'surto rodoviário Brasileiro', iniciado no governo Kubitschek. Todavia, como a ligação rodoviária entre o Estado e Santa Catarina era ainda feita (na travessia do Rio Uruguai) por balsas que não comportavam veículos de grande porte, o desenvolvimento do município e da região não chegou a ser duramente prejudicado, já que todo o transporte de carga ainda tinha que necessariamente ser feito pela via férrea.

Na década de 1960 o crescimento da cidade já não era tão acelerado como na década anterior. Com isso, os migrantes (e imigrantes) que chegavam à cidade já não tinham tanta facilidade em encontrar emprego e moradia. Para resolver parte deste problema, foram construídos os primeiros núcleos de casas populares em convênio com a antiga Cooperativa Habitacional do Estado (COHAB). (COSTA, 1968)

4.3.4 QUARTA FASE - A CIDADE INDUSTRIAL

DÉCADAS DE 1970 E 1980

A grande transformação que caracterizou a década de 70 foi a decadência da atividade primária no município e sua substituição gradativa pelas atividades comercial e industrial. Isto se deveu basicamente à emancipação de 14 distritos, o que causou grandes perdas territoriais à cidade polo. De acordo com então prefeito Zambonato (2000, p.18),

Com o prosseguimento das obras da ponte, - década de 70 - divisa do rs e sc-br153, começou a haver interesse pelas terras situadas à margem da Br 153. Houve firmas que se anteciparam com visão para o futuro. Uma delas, a firma Menno Equipamentos para Escritório, foi a primeira a se instalar. Escolheu um local elevado. Era um morro que teve de ser posto abaixo, com as máquinas da prefeitura, tarefa que começamos a executar ainda no nosso governo, período de 1973 – 1977. Outras mais seguiram seu exemplo, como a firma Carlon, a União Erechim de Transportes – Unetral – onde as máquinas da Prefeitura ficaram quase 04 anos ali trabalhando. Suas instalações foram inauguradas em junho de 1976. A firma de Arlindo Feranti construiu um posto de gasolina, próximo à Carlon.

O grande número de indústrias começou a causar problemas na estrutura da cidade. Surgiu, assim, a necessidade de criar um local afastado das zonas residenciais destinado a abrigar as empresas que necessitavam ser relocadas e as que viessem a surgir. Em 1974 foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado projeto de Lei solicitando a utilização de uma área para a instalação do distrito industrial, localizada no polígono sul, junto ao antigo matadouro público. Em 1978 foi aprovada a Lei Municipal n°1659, que instituiu a “Área Industrial” e objetivava a atração de novas indústrias para o município através da oferta de incentivos fiscais³⁹. Com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Erechim (ACCIE), foi adquirida pelo município nova área para a instalação do distrito industrial, também localizada no Polígono Sul, próxima à BR 153, a leste da área onde tentou ser implantado o distrito em 1974. No ano seguinte iniciaram-se as obras de infraestrutura e a instalação das primeiras indústrias. O projeto foi aprovado, porém apenas uma indústria instalou-se no local já que, por ser adjacente a uma área residencial ocupada por pessoas marginalizadas, os empresários não se sentiram incentivados a relocar suas empresas pra lá.

Paralelamente aos esforços que estavam sendo feitos para a criação do Distrito Industrial, foi concluído o asfaltamento da BR 153⁴⁰ e a ponte sobre o Rio Uruguai, na mesma estrada. Conforme Zambonato (2000, pg.20) “A partir da abertura da ponte, Erechim deu um salto”. Com isso todas as cidades da região foram beneficiadas pois foi alavancado o relacionamento com Santa Catarina e com o restante do país, através do escoamento da produção e da maior facilidade de mobilidade entre os moradores dos dois lados do Rio Uruguai. Desta forma, aumentou a atração do local para a

³⁹ Que eram oferecidos desde a década de 50, como a isenção de impostos pelo prazo de 10 anos.

⁴⁰ Que liga a cidade (e região) a Santa Catarina.

instalação de novas indústrias⁴¹, desenvolvendo também as atividades comerciais e de prestação de serviços.

A década de 1970 também foi marcada pela criação do primeiro plano diretor da cidade, regulamentado pela Lei nº 1733/81, e instituiu o zoneamento urbano, parcelando a cidade em setores de atividades e determinando usos e índices para cada zona delimitada.

4.3.5 QUINTA FASE - A CIDADE ATUAL

DÉCADA DE 1990 ATÉ A ATUALIDADE

Em 1990 haviam 1.774 empresas comerciais, 465 estabelecimentos comerciais, 1.733 prestadores de serviços, 4.440 profissionais autônomos e 3.708 produtores primários. A maior participação da economia era a do comércio, com 40,10%, seguido pela indústria, com 29,59%, prestação de serviços, com 18,62% e produção primária, com 11,69%. Estavam em funcionamento cinquenta e quatro escolas municipais, com 2.295 alunos. Destas, apenas quatro ficavam na zona urbana. Havia trinta e dois escolas estaduais, as quais atendiam mais 10.091 estudantes; e as sete escolas particulares tinham 3.416 alunos. O Centro de Ensino Superior de Erechim – CESE⁴² oferecia oito cursos de nível superior. (PREFEITURA, 1990)

No princípio da década de 1990 teve início a implantação da Política Municipal de Habitação Social, com a criação de vários loteamentos denominados pelo governo como “Sociais”. Entre os anos 1990 e 1992 foram implantados nove loteamentos sociais na periferia da cidade, em locais carentes de infraestrutura básica. A partir de 1993 iniciou-se a implantação do Loteamento Social 10, gerando um novo bairro popular na cidade: o Bairro Atlântico. Implantado ao sudeste da cidade, às margens da BR 153 e nas proximidades do Distrito Industrial, composto por mais de 300 terrenos com 250 metros quadrados cada. Este loteamento atraiu os olhares dos

⁴¹ Erechim fica a meia distância entre São Paulo e Buenos Aires, sendo assim um ponto estratégico para o escoamento da produção.

⁴² Que atualmente é a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

investidores e, em poucos anos, novos loteamentos surgiram na margem deste. Assim, em menos de uma década aquela área passou a abrigar uma população de 3.495 habitantes⁴³.

Com o crescimento da cidade, no ano de 1992 iniciaram-se as discussões para a elaboração de um novo plano diretor, cujas leis foram aprovadas em 1994.

No final dos anos 1990, a região geograficamente oposta ao Bairro Atlântico também teve seu crescimento impulsionado pela criação de mais três loteamentos sociais. Desta forma, começou a consolidar-se o direcionamento do crescimento urbano de Erechim.

Com isso, foi preciso rever o perímetro urbano da cidade, o qual já não comportava os novos loteamentos. O mesmo, num período de apenas dois anos, sofreu duas ampliações. Ironicamente, enquanto o perímetro urbano era expandido, a área territorial do município diminuía (Figura 3). Em 1997 Erechim perdeu quase a metade de seu território, com a criação dos Municípios de Paulo Bento e Quatro Irmãos (figura 3), ficando com apenas 431 Km². A alegação para as emancipações era de que os dois distritos tinham seus núcleos urbanos muito distantes da sede do Município, ficando à margem do desenvolvimento.

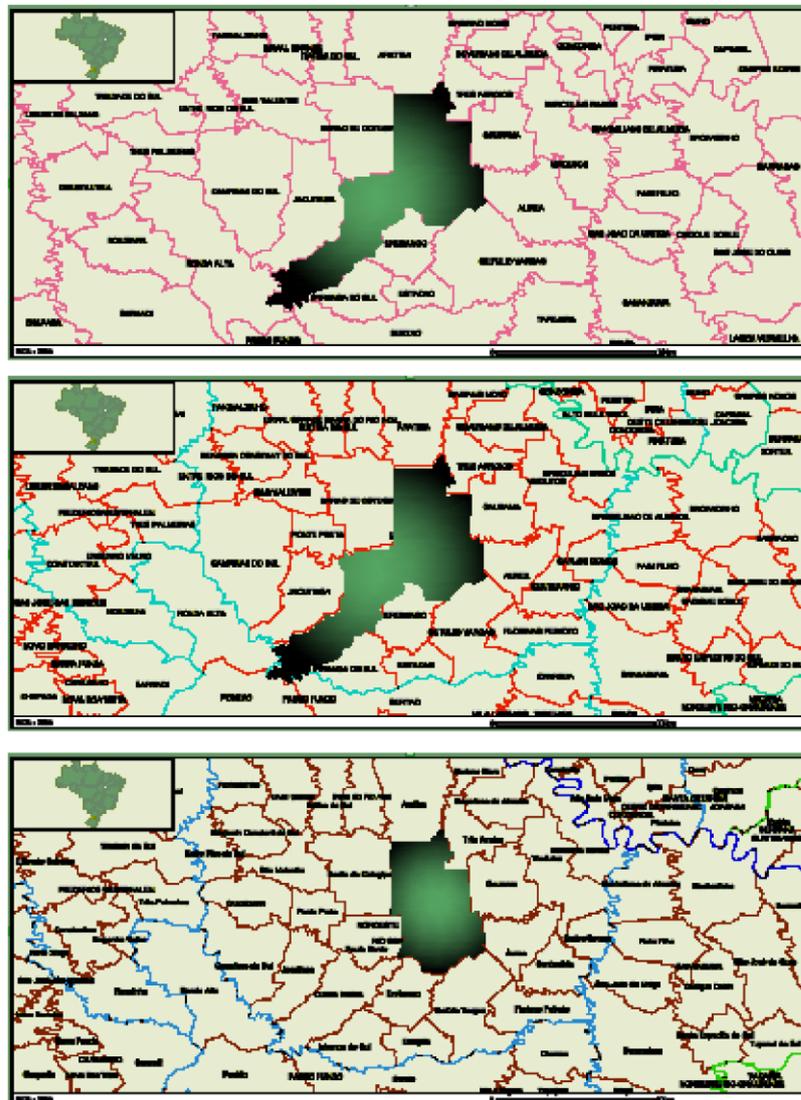
No início da década de 2000, além da estrutura física da cidade, a economia também sofreu profundas transformações. A agropecuária, tão importante nas primeiras décadas para o desenvolvimento do município, passou a representar uma pequena fração da economia da cidade, mas ainda importantíssima, visto a presença de uma das maiores cooperativas do Brasil na Cidade, a Cooperativa Tritícola Erechim - Cotrel.

A atividade comercial disseminou-se pelos bairros, a fim de atender aquela população que acabou ficando distante do centro histórico-comercial. No total, Erechim tinha, em 2007, 6.697 estabelecimentos comerciais, contribuindo com 17,85% da arrecadação do Município⁴⁴.

⁴³ Fonte: IBGE, CENSO 2000.

⁴⁴ Informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Erechim.

Figura 3 - Mapas dos limites municipais em 1991, 1997 e 2001.



Fonte: IBGE, 2007.

No Distrito Industrial, no mesmo ano (2007), havia 34 empresas instaladas, nas quais trabalhavam mais de 3.000 pessoas. Nos últimos anos foi implantada a quarta fase do DI, com capacidade para abrigar mais 20 empresas. A força das indústrias no Município (com a presença de grandes empresas nas áreas alimentícia e metalmeccânica) movia 37,53% da economia em 2010⁴⁵.

Entretanto, o primeiro lugar em termos de arrecadação fica com a prestação de

⁴⁵ Ao todo, são 669 indústrias instaladas no Município, de micro, pequeno, médio e grande porte.

serviços, que vem crescendo a cada ano, demonstrando o empreendedorismo do povo erechinense. Este setor respondia por 39,16% da arrecadação em 2010, tendo duplicado em apenas uma década.

Nos últimos anos o município tem mantido essa tendência. Contudo, em relação especificamente à atividade industrial, tem tido perdas devido às dificuldades financeiras de empresas tradicionais. Pode-se citar como exemplo a indústria metalmeccânica Intecnical, existente desde 1968 e que tem enfrentado grandes dificuldades financeiras. Também a montadora de ônibus Comil⁴⁶ em meados de 2016 demitiu 850 de seus quase dois mil funcionários, o que equivale a mais de 1,5% da população economicamente ativa do município demitida em um único dia.

Já em relação às atividades agroindustriais, após denúncias de fraudes na Cooperativa Cotrel, houve um período de grandes prejuízos aos pequenos produtores que dependiam da cooperativa para a comercialização de produtos agropecuários. As instalações de abate de frangos e suínos, os mercados e os silos foram locados, tendo sido postos a leilão em 2016. Tal situação gerou grande apreensão em toda a região, pois a maioria dos pequenos agricultores dependem desta cooperativa para a comercialização de seus produtos.

Por outro lado, Erechim tem um grande potencial no âmbito educacional, com várias instituições de ensino superior privadas, campus da Universidade Estadual do RS (UERGS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com oferta de dezenas de cursos de graduação e pós-graduação.

Cabe salientar que Erechim recebe influência direta de Passo Fundo, classificada pelo IBGE (2007), como Capital Regional B. Erechim, de acordo com esta mesma classificação, é considerada um Centro Sub-regional (Figura 4).

⁴⁶ Antiga fábrica de carrocerias Incasel, fundada em 1949.

5. ANÁLISES DAS VARIÁVEIS-CHAVE

Neste Capítulo foram analisadas as variáveis que fundamentam a análise do desenvolvimento regional na região do COREDE Norte. Dentro da disponibilidade de informações, procurou-se analisar comparativamente à cidade objeto de estudo os contextos regional, estadual e nacional. Com isso é possível ter parâmetros para verificar se o município polo e sua região seguem as tendências estadual e nacional.

No caso do Brasil observa-se um (discreto) crescimento ao longo dos últimos anos. Contudo, sua dimensão territorial indica que os índices nacionais podem ser divergentes dos estaduais. De acordo com Souza (2011, p.15),

A crescente magnitude dos problemas urbanos no Brasil, país semiperiférico onde cerca de 80% da população vivem em entidades geográficas consideradas urbanas (cidades e vilas), reclama uma presença cada vez mais ativa dos pesquisadores (pesquisa aplicada socialmente útil); por outro lado, o fracasso do planejamento convencional em proporcionar melhores condições de vida, sob o ângulo da justiça social, não significa que o planejamento deve ser negligenciado, mas sim que alternativas estratégicas precisam ser apresentadas.

A parametrização pelos índices nacionais deve aqui ser usada comedidamente. Faz-se importante, assim, também a análise dos dados da Unidade da Federação (UF) onde está inserida a região objeto de estudo, bem como as relações entre esta região e sua cidade polo, de modo a verificar o comportamento individualizado e seus reflexos no contexto geral, já que podem influenciar positiva ou negativamente a respectiva região.

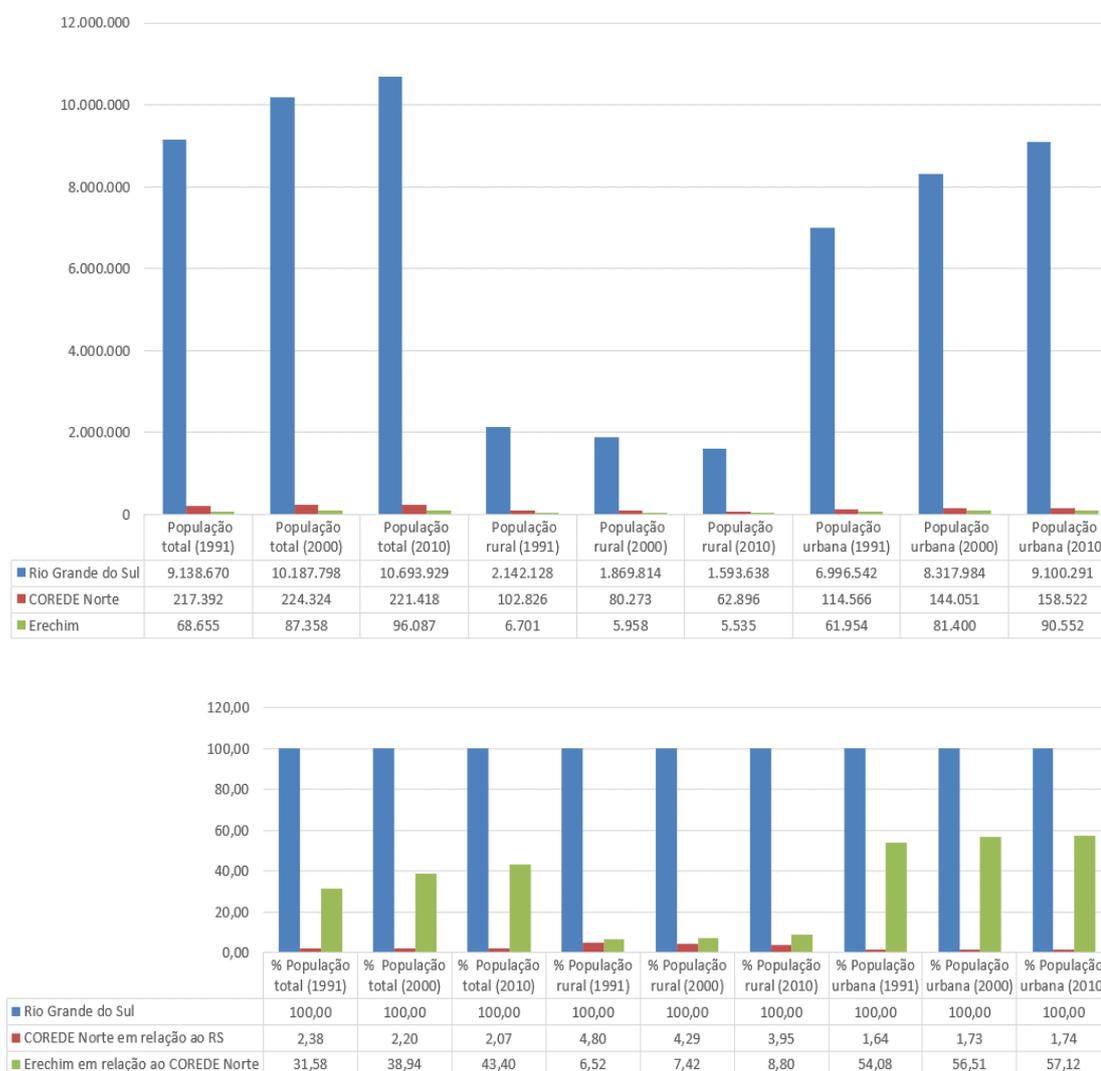
De acordo com o Relatório do RUMOS 2015 (2006, p. 40), foi considerado que “a caracterização das disparidades regionais pode ser feita sob dois pontos de vista:

concentração e desigualdade.” A concentração pode ser avaliada pelo PIB, por exemplo, enquanto que a desigualdade pode ser mensurada pela renda per capita, saúde e educação, entre outras. Salienta-se que um bom índice de desigualdade deve atender os seguintes requisitos: ser insensível a mudanças de escala proporcional (deve ser independente em relação à média); insensível a mudanças no tamanho da população (não alterar se o número de pessoas em cada nível se alterar na mesma proporção); satisfazer a condição de Pigou-Dalton (1912;1920); satisfazer a propriedade de Sensibilidade de Transferência de Shorrocks-Foster (1987), isto é, apresentar maior sensibilidade a transferências na parte inferior da distribuição, e ser passível de composição (o indicador deve poder ser expresso como a soma de dois ou mais termos). Com base no referencial teórico abordado e em análises prévias, chegou-se às quatro variáveis-chave básicas que fundamentam esta etapa. São elas: o capital, o trabalho, o capital humano e a tecnologia, as quais são analisadas a seguir.

Estas variáveis têm relação direta com o crescimento demográfico e, por este motivo, inicialmente é fundamental verificar em qual intensidade este ocorreu. De acordo com o Censo do IBGE de 1950, na região que compreendia os municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, o total de habitantes era 171.187. Destes, 20.268 vivem nas cidades, sendo 14.418 em Erechim. Nas décadas seguintes, devido às emancipações de municípios e à mudança dos limites administrativos destes, os dados censitários sofreram diversas alterações, dificultando uma análise exata do crescimento demográfico regional. Entre os anos de 1980 e 1991 houve redução populacional em 59% dos municípios gaúchos. No período seguinte (1991 a 2000), 63,6% dos municípios tinham taxa de crescimento negativa ou de até 1% ao ano. (IPEA et al., 2000). Este período foi marcado pela “consolidação das aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas do Rio Grande do Sul, pois foram estas as regiões que mais concentraram a população no período, enquanto ocorria um esvaziamento no restante do Estado.” (RUMOS 2015, 2006, p.169)

Os dados estaduais, do COREDE Norte e de Erechim, referentes aos Censos de 1991, 2000 e 2010 estão apresentados no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – População total, urbana e rural do RS, COREDE Norte e Município de Erechim - 1991, 2000 e 2010 (população absoluta e relativa)



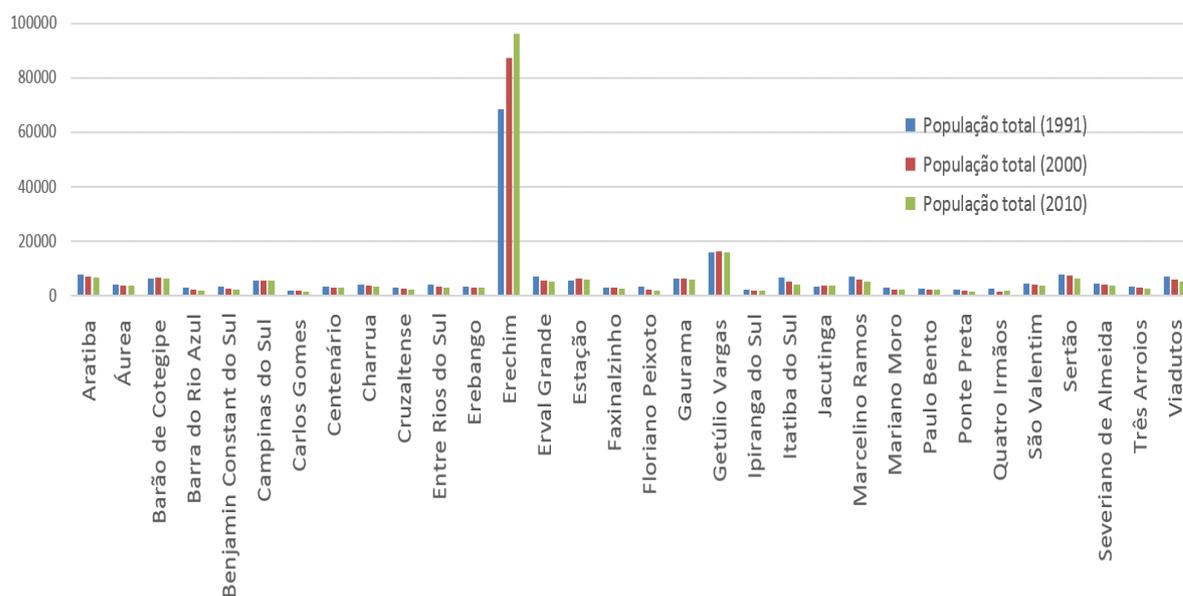
Fonte: Elaborado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Entre 1991 e 2010 o aumento da população brasileira foi de 29,92%, no RS de 17,02% e na região do COREDE Norte foi de apenas 1,85%, apresentando curva decrescente na última década. A região, no período, teve sua população total reduzida quando comparado ao total do RS.

Dos 32 municípios do COREDE (Gráfico 2), 26 tiveram sua população reduzida neste período, sendo que Floriano Peixoto foi o caso mais impactante, com redução de 42%. Dos demais, os que tiveram maior redução populacional não tinham acesso

pavimentado às cidades, como era o caso do município citado (quando da realização do último Censo, pois atualmente há acesso asfáltico ao mesmo). Dos seis que tiveram aumento populacional, o município com maior índice foi Erechim.

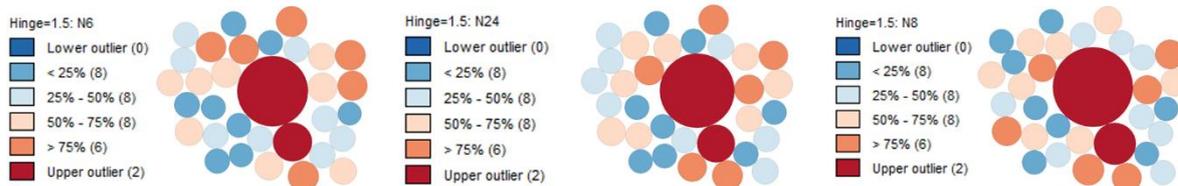
Gráfico 2 – População total anos de 1991, 2000 e 2010 – Municípios do COREDE Norte



Fonte: Elaborado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Em relação especificamente à população urbana, Faxinalzinho apresentou o maior aumento (401,18%). Erechim apresentou índices próximos aos nacionais, com redução de 17,40% da população rural e aumento de 46,16% na urbana. Salienta-se que, apesar de estar em declínio, há ainda uma significativa parcela da população regional vivendo na área rural.

Figura 5 – Cartograma: População Total por município do COREDE Norte. Anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver

Considerando que a população total da região teve pequena variação no período, acredita-se que houve migração das pequenas cidades para o polo regional (Figura 5). Ainda há de se ponderar que não houve redução significativa na taxa de natalidade, então supõe-se que tenha havido migração de parte desta população para outras regiões.

De maneira geral, analisando os índices populacionais, observa-se uma tendência à diminuição da população no COREDE, suavizada pelo aumento populacional de Erechim. (RUMOS 2015, 2006).

No RUMOS 2015 (2006), fez-se uma projeção populacional no horizonte 2000-2015, considerando as tendências, padrões e perspectivas da Transição Demográfica, do Desenvolvimento Regional e da Dinâmica Migratória pelo território nacional e gaúcho. (RUMOS 2015, 2006, p. 179) Foi projetado que a região do COREDE Norte teria, em 2011, 231.314 habitantes e em 2015, 234.741. Contudo, chegou em 2010 com 221.418 habitantes e a população estimada para 2016, de acordo com o IBGE, é de 228.888 habitantes. Nesta projeção observa-se que a perspectiva apontada pelo RUMOS 2015 não foi confirmada.

Considerando a análise populacional, na sequência deste são parametrizados os indicadores das variáveis-chave.

5.1 A VARIÁVEL CAPITAL

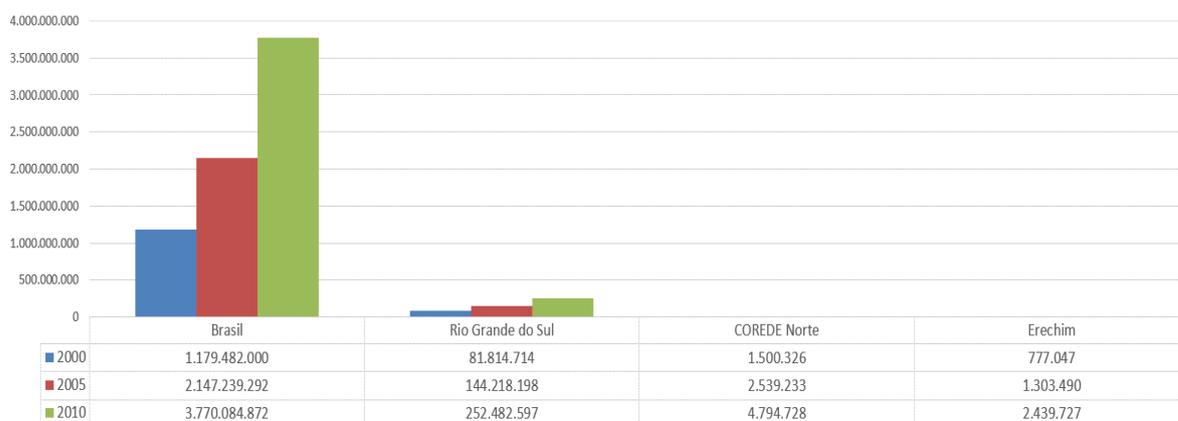
No Brasil, no final da década de 1970 e início da de 1980, houve retração da produção industrial, principalmente nos bens de consumo duráveis e bens de capital. A partir de 1985 a produção destes setores voltou a crescer, principalmente devido à expansão das exportações (CARVALHO, 1987). No início da década seguinte, com a redução dos níveis de crescimento em consequência da crise econômica brasileira e a abertura internacional iniciada no governo Collor, as indústrias brasileiras precisaram buscar alternativas para sobreviver e se expandirem.

A fim de analisar esta variável, foram utilizados os seguintes indicadores: produto interno bruto, porcentagem de pobres, índice de Gini e índice de Theil.

5.1.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

No Brasil e no COREDE aumentou em 220%. NO RS e em Erechim o aumento foi menor, de 209% e 214%, respectivamente. Observa-se que o aumento do PIB na região foi alavancado pelos municípios menores. O Gráfico 3 mostra a evolução do PIB entre 2000 e 2010.

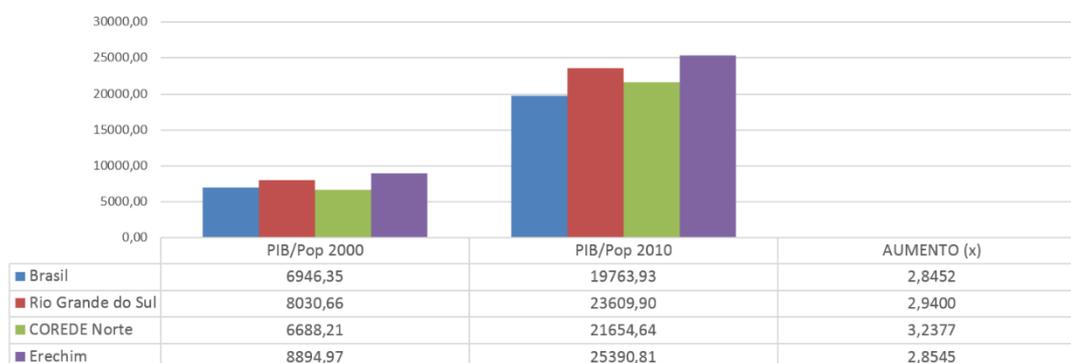
Gráfico 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes (mil Reais). Brasil, RS, COREDE Norte e Erechim. Anos de 2000, 2005 e 2010.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.cidades.ibge.org. Acesso em 23 mar 2014.

No Gráfico 4 é apresentado o PIB per capita para os anos de 2000 e 2010 e o aumento proporcional no período. Neste caso confirma-se que há uma tendência de melhora mais significativa no COREDE, quando comparado ao RS e ao Brasil. Contudo, o valor regional ainda é inferior ao estadual. Também há de se ponderar que a relação PIB/população em Erechim é 17% maior que a média regional.

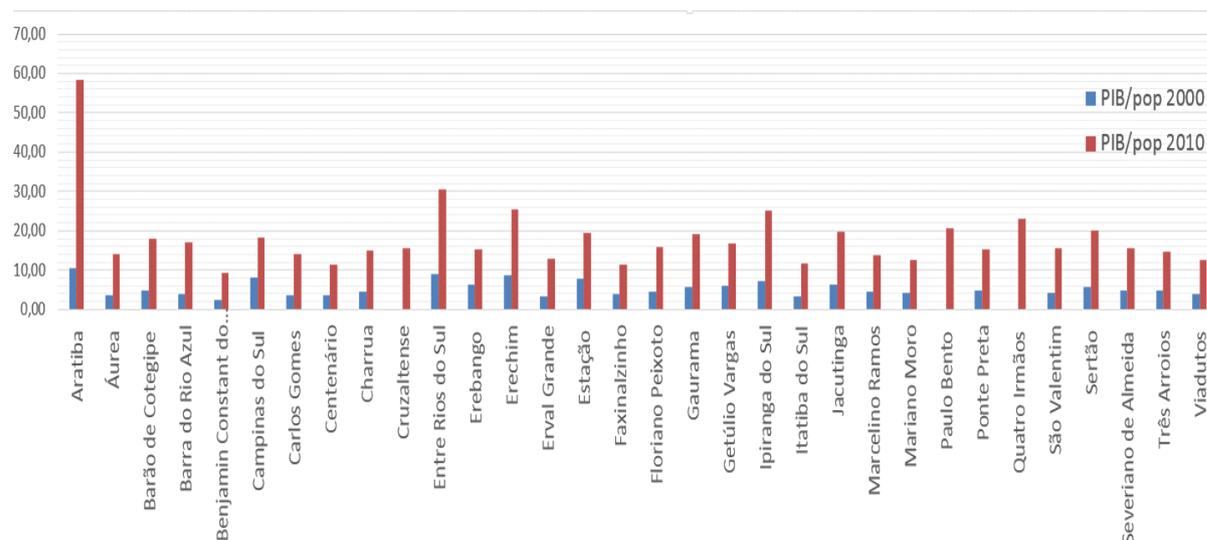
Gráfico 4 – Produto Interno Bruto per capita (Reais). Anos de 2000 e 2010.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.cidades.ibge.org. Acesso em 23 mar 2014.

Quando analisado por município, conforme visualizado no Gráfico 5, observa-se uma melhora significativa em todos os municípios, com destaque para Aratiba (devido aos *royalties* advindos da Usina Hidrelétrica instalada na divisa com SC). Os municípios com menor variação são Benjamin Constant do Sul, Centenário e Faxinalzinho, mas mesmo estes quase triplicaram de valor no período.

Gráfico 5 – PIB/ população. Municípios do COREDE Norte. Anos de 2000 e 2010.



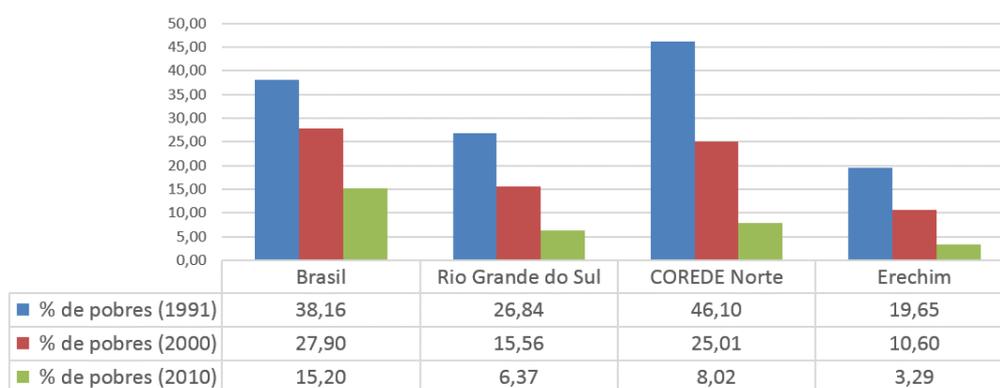
Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver

De acordo com a projeção (cenário tendencial) do RUMOS 2015 para o ano de 2015, a relação do PIB RS / PIB Brasil deveria ter alcançado 7,92 e, no entanto, chegou a 6,64. Salienta-se que o PIB estadual teve variação negativa nos anos de 2005, 2009, 2012, 2014 e 2015. Assim como já abordado quando da análise do crescimento populacional, o PIB projetado pelo RUMOS 2015 não foi atingido.

5.1.2 PORCENTAGEM DE POBRES

Além da evolução do PIB, outro índice relacionado a este e também importante para a análise é referente à porcentagem de pobres (Gráfico 6), sendo aqui considerados os que têm renda média familiar de até dois salários mínimos⁴⁷, conforme o IBGE.

Gráfico 6 – Porcentagem de Pobres. Anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

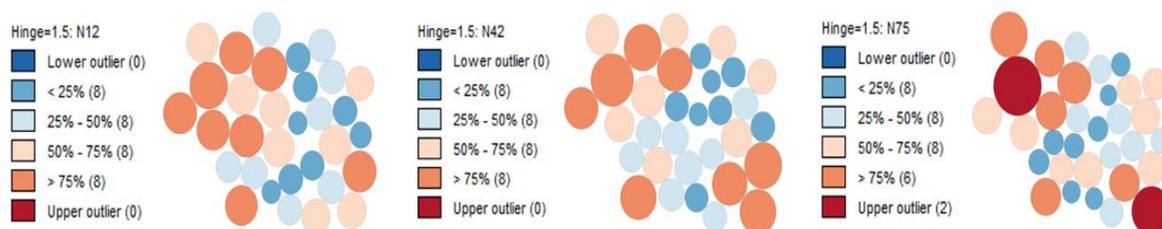
De acordo com o Censo de 1991, dez municípios do COREDE apresentavam mais de 50% da sua população considerada pobre. Benjamin Constant do Sul⁴⁸ tinha,

⁴⁷ Ressalta-se que entre 1991 e 2000 houve uma queda de 25% no poder de compra do salário mínimo. (RUMOS, 2006, p. 48)

⁴⁸ Neste período houve uma grande ocupação de indígenas no município, vindos de outras regiões

na época, 80,57% de seus cidadãos nesta condição. Desde então houve uma redução significativa do número de pobres. No Brasil caiu 150% e no RS 321%. O COREDE teve maior redução que no RS (475%) e, da mesma forma, a cidade polo reduziu em 497% o número de pobres.

Figura 6 – Cartograma: Porcentagem de Pobres – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver

Em 2010, conforme demonstrado na Figura 6, Benjamin Constant do Sul e Charrua ainda apresentavam alta porcentagem de pobres (31,18% e 20,9%, respectivamente). Todavia, há de se considerar que parte da população destes municípios é predominantemente indígena, cuja renda provém basicamente de benefícios sociais providos pelo Estado. Ainda assim a evolução foi significativa pois quase metade de sua população saiu da pobreza em menos de vinte anos.

Fazendo a relação entre população total e porcentagem de pobres em nível regional, observa-se que em 1991 havia 37,61% de pobres na região e em 2010 este valor foi reduzido para 5,51%.

5.1.3 ÍNDICE DE GINI

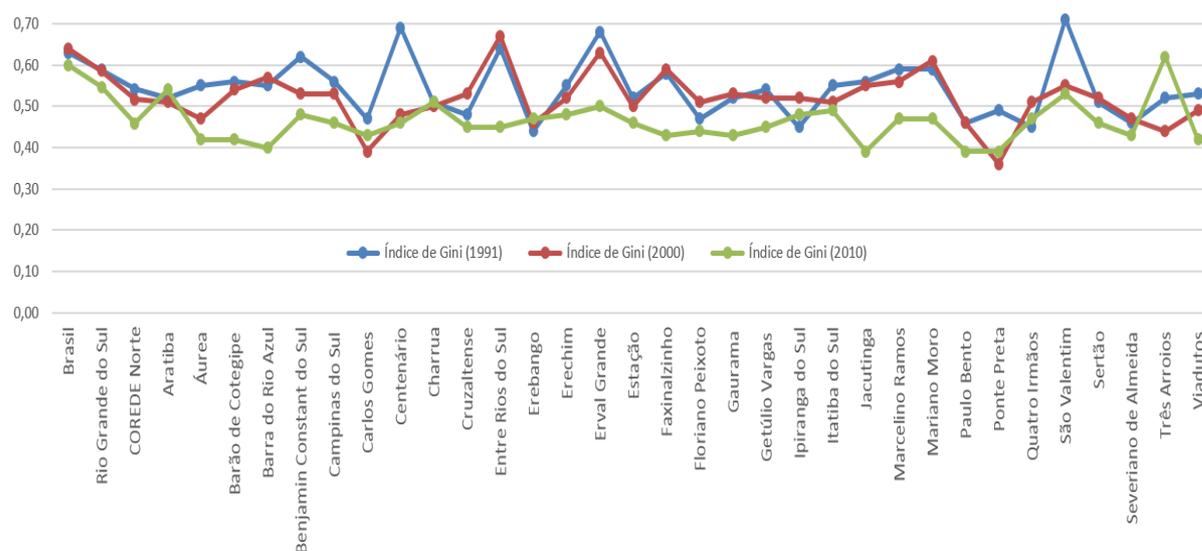
O índice de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de rendimentos, possui valor máximo de 1 (máxima desigualdade) e mínimo de 0

próximas, gerando conflitos por posse de terras que ainda perduram. Um dos acontecimentos recentes relativos a este conflito foi o assassinato, por índios, de dois agricultores no ano de 2014.

(máxima igualdade). Nos casos do Brasil e do RS houve melhora neste índice no período de 1991 a 2010. No Brasil caiu de 0,6383 para 0,6086 e no RS de 0,5880 para 0,5472. No caso do índice da região, foi feita a média aritmética simples dos municípios que a compõe, já que não há este dado específico disponível. Em 1991 era de 0,5413, em 2000 de 0,5166 e no ano de 2010 atingiu 0,4591, o que comprova significativa melhora no período.

No Gráfico 7 pode-se verificar a situação de cada cidade e a grande variação dos resultados no período. Percebe-se que no ano de 2010 havia maior homogeneidade entre os municípios da região.

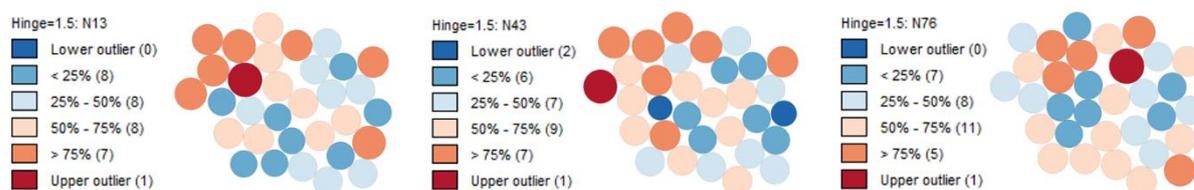
Gráfico 7 – Índice de Gini. Anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Dos 32 municípios do COREDE, cinco municípios (Aratiba, Erebang, Ipiranga do Sul, Quatro Irmãos e Três Arroios) apresentaram índices piores em 2010 do que em 1991. Se considerarmos a janela entre 2000 e 2010, houve piora no índice nos municípios gaúchos de Aratiba, Carlos Gomes, Charrua, Erebang, Ponte Preta e Três Arroios. Em todos os demais casos houve melhora, inclusive nas cidades polo, que em 2010 apresentavam Gini de 0,48.

Figura 7 – Cartograma: Índice de Gini – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010



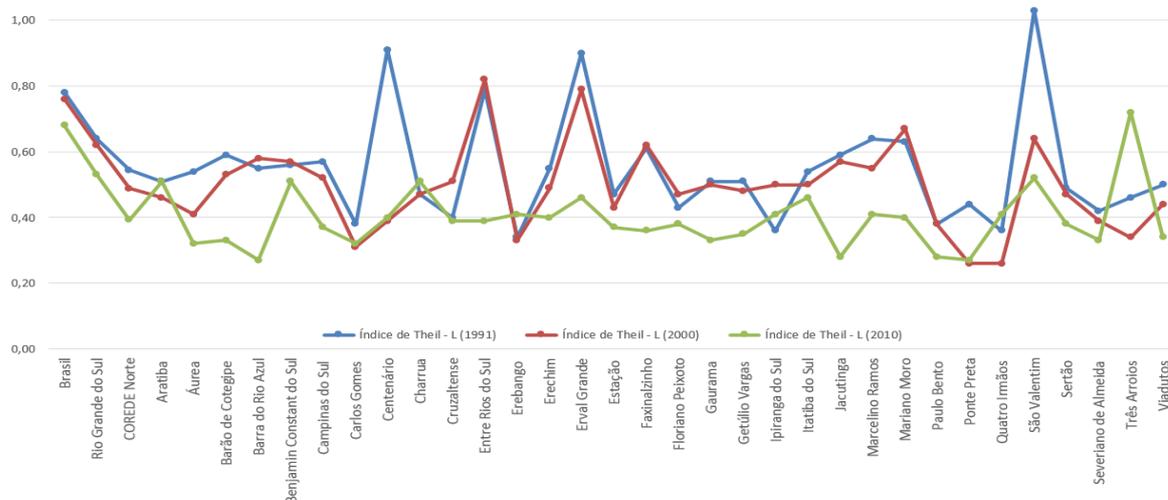
Fonte: Ivana Karine Aver.

A Figura 7 mostra o desvio padrão do índice e indica que os municípios com valores mais altos eram, em 1991, São Valentim com 0,71, no ano de 2000 Entre Rios do Sul com 0,67 e em 2010 era Três Arroios com 0,62.

5.1.4 ÍNDICE DE THEIL

O índice de Theil, que mensura a desigualdade na distribuição da renda familiar per capita, atinge o valor de zero quando indica a perfeita distribuição e, por outro lado, quanto mais alto o valor, maior a desigualdade apresentada.

Gráfico 8 – Índice de Theil-L. Anos de 1991, 2000 e 2010.

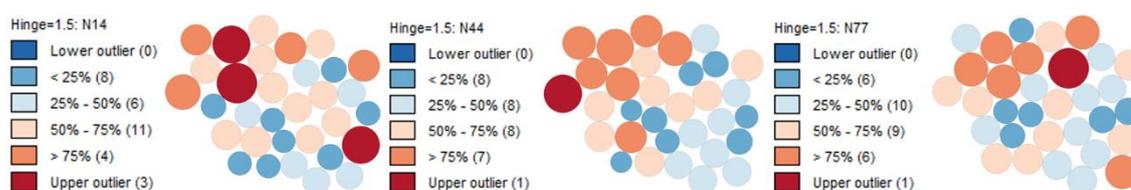


Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

No Brasil, entre 1991 e 2010 o índice de Theil caiu de 0,78 para 0,68 (-12,82%) e no RS foi de 0,64 para 0,53 (-17,18%).

O índice apresenta comportamento similar ao índice de Gini, com grande variação no período quando analisados os municípios individualmente, mas com tendência a homogeneização no resultado de 2010 (Gráfico 8).

Figura 8 – Cartograma: Índice de Theil-L – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver.

Visualizando a Figura 8, observa-se uma redução significativa do Índice de Thiel-L na maioria dos municípios. Apenas em Charrua, Erebangó, Ipiranga do Sul, Quatro Irmãos e Três Arroios este índice teve aumento, com destaque para a última cidade citada, que teve variação para mais de 57%. Dentre os demais houve uma redução das disparidades, sendo que atualmente a média do Theil-L ficou em 0,39 para os municípios do COREDE. Erechim apresentou, em 2010, o valor de 0,4.

5.2 A VARIÁVEL TRABALHO

Os dados populacionais já analisados podem estar diretamente relacionados à procura/disponibilidade de empregos, visto a variação populacional apresentada, com tendência à redução nas cidades menores e de aumento significativo na cidade polo. Esta variável-chave – o Trabalho – foi analisada através dos seguintes indicadores: população economicamente ativa, principais setores de ocupação dos trabalhadores, renda per capita e variação no emprego.

5.2.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

A População economicamente ativa é aquela caracterizada por aquela parcela da população que está inserida no mercado de trabalho ou procurando se inserir com o objetivo de exercer alguma atividade remunerada. A Tabela 2, a seguir, apresenta um comparativo entre a evolução no Brasil, no RS, no COREDE Norte e em Erechim no período compreendido entre 2000 e 2010.

Tabela 2 – População economicamente ativa. Brasil, Rio Grande do Sul, COREDE Norte, Erechim. Anos de 2000 e 2010.

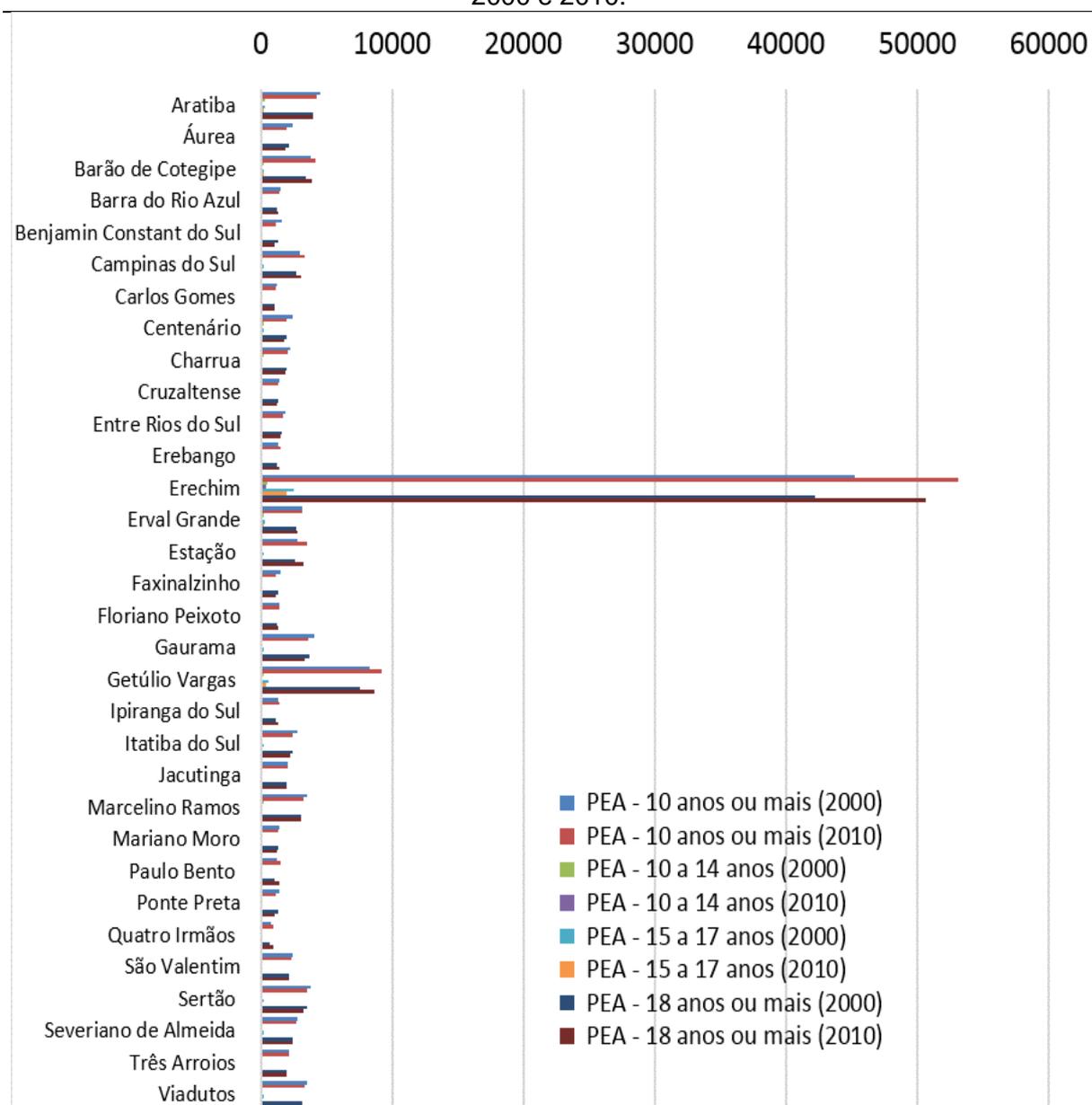
	PEA - 10 anos ou mais (2000)	PEA - 10 anos ou mais (2010)	Variação 2000 a 2010	PEA - 10 a 14 anos (2000)	PEA - 10 a 14 anos (2010)	Variação 2000 a 2010	PEA - 15 a 17 anos (2000)	PEA - 15 a 17 anos (2010)	Variação 2000 a 2010	PEA - 18 anos ou mais (2000)	PEA - 18 anos ou mais (2010)	Variação 2000 a 2010
Brasil	77.383.015	93.841.042	21%	1.598.580	1.293.199	-19%	4.296.047	3.082.987	-28%	71.488.388	89.464.856	25%
Rio Grande do Sul	5.166.123	5.831.829	13%	88.313	67.457	-24%	263.860	194.857	-26%	4.813.950	5.569.515	16%
COREDE Norte	122.905	129.165	5%	3.932	2.495	-37%	7.478	5.373	-28%	111.493	121.297	9%
Erechim	45.248	53.055	17%	496	425	-14%	2.525	2.010	-20%	42.227	50.620	20%

Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Há uma tendência de aumento na População Economicamente Ativa total. Considerando a PEA com 10 anos ou mais se vê que o índice gaúcho (13%) é inferior ao nacional, que no período foi de 21%. No COREDE o aumento foi de apenas 5%, sendo que proporcionalmente Erechim teve aumento de PEA maior que a região. Daí pressupõe-se que houve migração de mão-de-obra para a cidade polo.

Também é importante salientar um fator positivo: tem havido significativa redução da PEA entre 10 e 17 anos em todas as escalas analisadas.

Gráfico 9 – População Economicamente Ativa. Municípios do COREDE Norte. Anos de 2000 e 2010.



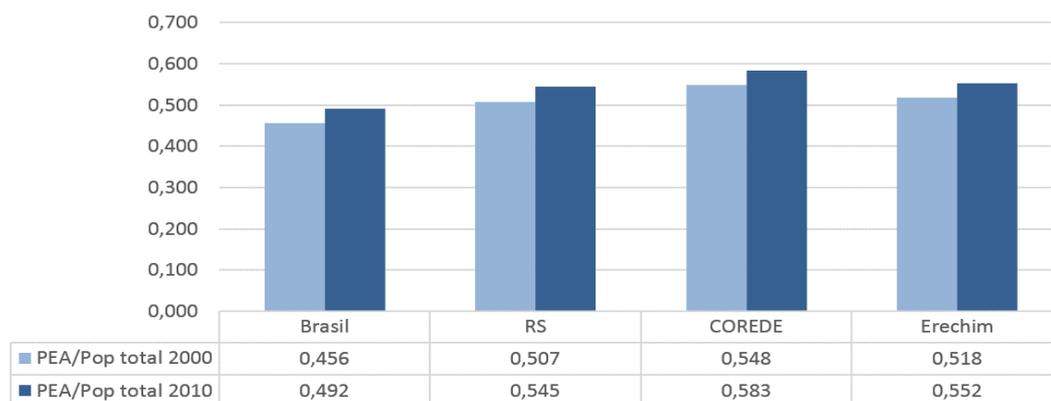
Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Considerando os municípios do COREDE isoladamente (Gráfico 9), observa-se que em 21 dos 32 houve redução de PEA no período de dez anos. Destes, três tiveram redução superior a 20%: Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho e Centenário (os três sem acesso pavimentado).

Na faixa de 10 a 14 anos houve diminuição em 26 municípios do COREDE e dentre a PEA entre 15 e 17 anos houve aumento em 4 municípios. Erechim teve aumento total de 17,3%. Se considerarmos o índice acima dos 18 anos, esta

proporção sobe para 19,9%.

Gráfico 10 – População Economicamente Ativa (10 anos ou mais) / População Total.
Anos de 2000 e 2010



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br.
Acesso em 10 jul 2014.

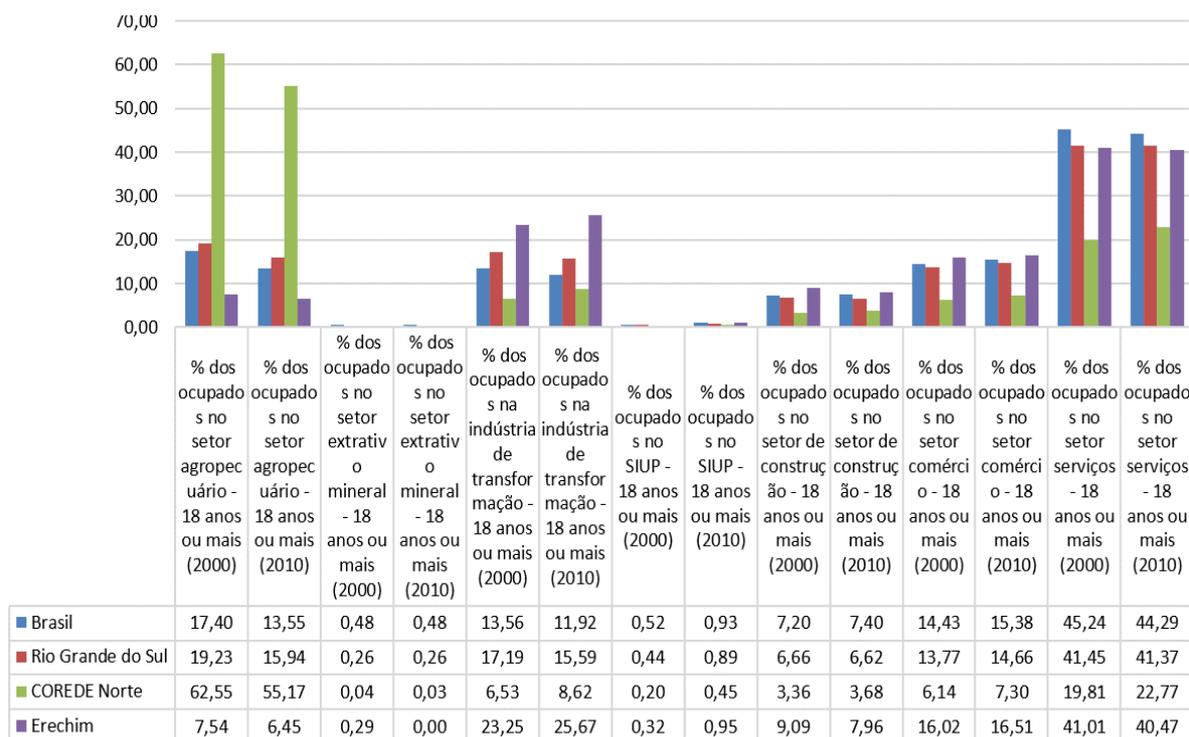
O Gráfico 10 ilustra a relação entre o aumento populacional e a PEA com 10 anos ou mais. RS, COREDE e Erechim seguiram a tendência nacional, sendo que a PEA do COREDE tem se mantido proporcionalmente superior. Por outro lado, há de se considerar também a porcentagem de desocupados com 10 anos ou mais. No período, o COREDE teve redução de 66,24% e em Erechim foi de 75,3%.

5.2.2 OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Analisando os setores de ocupação dos trabalhadores (Gráfico 11), vemos uma importante característica que denota a convergência da região de estudo: o alto índice de trabalhadores no setor agropecuário. Em 2000, 62,55% dos ocupados com 18 anos ou mais trabalhavam neste setor, enquanto que no Brasil e no RS não chegava a 20%. Seguindo a tendência nacional e estadual, em 2010 houve uma redução dos trabalhadores neste setor na região, na ordem de 11,79%. O único município onde aumentou a porcentagem de ocupados na agricultura foi Charrua.

A economia gaúcha, comparada com a média nacional, possui maior participação dos setores agropecuário, indústria de transformação, comércio, transportes e serviços domésticos no seu PIB. Já os setores da indústria extrativa mineral, de utilidade pública, construção civil, alojamento e alimentação, comunicações, serviços, financeira e administração pública possuem participação bem menor do que a média nacional. (RUMOS, 2006, p.185)

Gráfico 11 – Ocupação dos trabalhadores com 18 anos ou mais. Anos de 2000 e 2010



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Nacional e estadualmente observa-se uma redução na porcentagem de ocupados na indústria de transformação (12,09% no Brasil e 9,30% no RS). Contudo, no COREDE houve aumento de 32,16%, mostrando uma tendência de industrialização. Apesar de Erechim também ter tido aumento (10,40%), evidencia-se que o aumento de empregos nas indústrias de transformação ocorreu mais intensamente nas cidades menores, com aumentos superiores a cinco vezes em alguns casos.

Os ocupados nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), tais como energia elétrica, água e saneamento representam menos de 1% do total, mas tiveram

aumento do número de empregados na ordem de 25,81%, proporcionalmente acima de todas as outras ocupações.

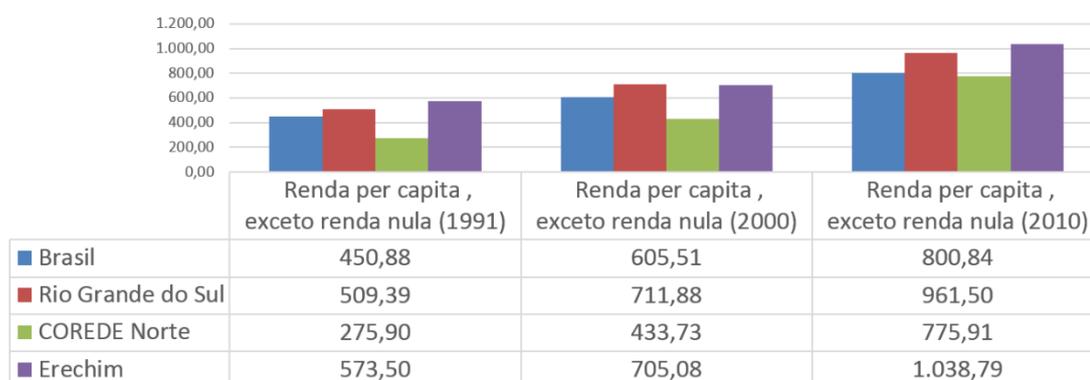
O setor da construção civil, que nacionalmente tem sido alavancado pelas políticas governamentais, apresentou resultados diversificados no período. No Brasil o aumento foi de 2,77%, no RS reduziu em 0,6%, no COREDE o aumento foi de 9,52% e em Erechim reduziu 12,43%. Estes indicadores apontam que o aumento da disponibilidade de mão-de-obra na construção deu-se principalmente nas pequenas cidades.

No setor de comércio há um discreto aumento em todos os níveis. Na região foi em torno de 18,80%. Já no setor de serviços houve redução dos ocupados no Brasil (-2,10%), no RS (-0,019%) e em Erechim (-1,32%). Contudo, o aumento na região foi de 14,94%.

5.2.3 RENDA PER CAPITA

Conforme observa-se no Gráfico 12, o país teve aumento na renda per capita na ordem de 78% entre 1991 e 2010. No RS este aumento foi de 89% e no COREDE chegou a 181%. Considerando que em 1991 a Renda per capita no COREDE era de 63% do valor da renda nacional, observa-se que está havendo uma recuperação. Entretanto, ainda está abaixo dos índices nacional e estadual.

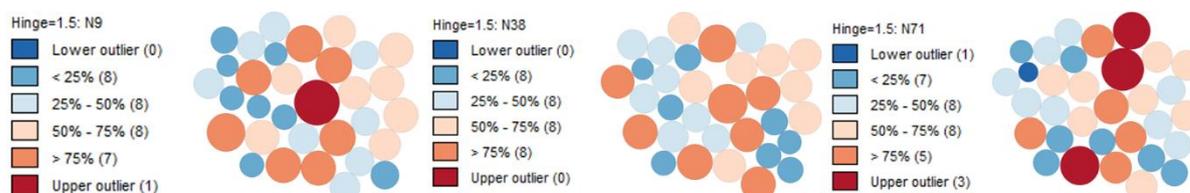
Gráfico 12 – Renda per capita (exceto renda nula) – R\$. Anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

A cidade polo, no período, teve aumento de 81%, o menor índice dentre as cidades do COREDE, o que mostra que a diferença no aumento regional está nas cidades menores, em muitos casos ultrapassando os 300%. Em 1991 Erechim destacava-se em relação à Renda Per Capita (Figura 9), com valor de R\$ 573,50. Já os municípios de Itatiba do Sul, Benjamin Constant do Sul e Ponte Preta tinham renda inferior a R\$ 160,00. No ano de 2000 Erechim tinha Renda per capita de R\$ 705,08. De outro lado, Benjamin Constant do Sul, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Floriano Peixoto e Centenário tinham renda per capita inferior a R\$ 300,00. Em 2010, as cidades com mais altas rendas eram Três Arroios (R\$ 1518,78), Ipiranga do Sul (R\$ 1301,23) e Aratiba (R\$1172,35). Já os municípios de Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho tinham renda per capita inferior a R\$ 500,00.

Figura 9 – Cartograma: Renda per capita (exceto renda nula). Municípios do COREDE Norte. Anos de 1991, 2000 e 2010

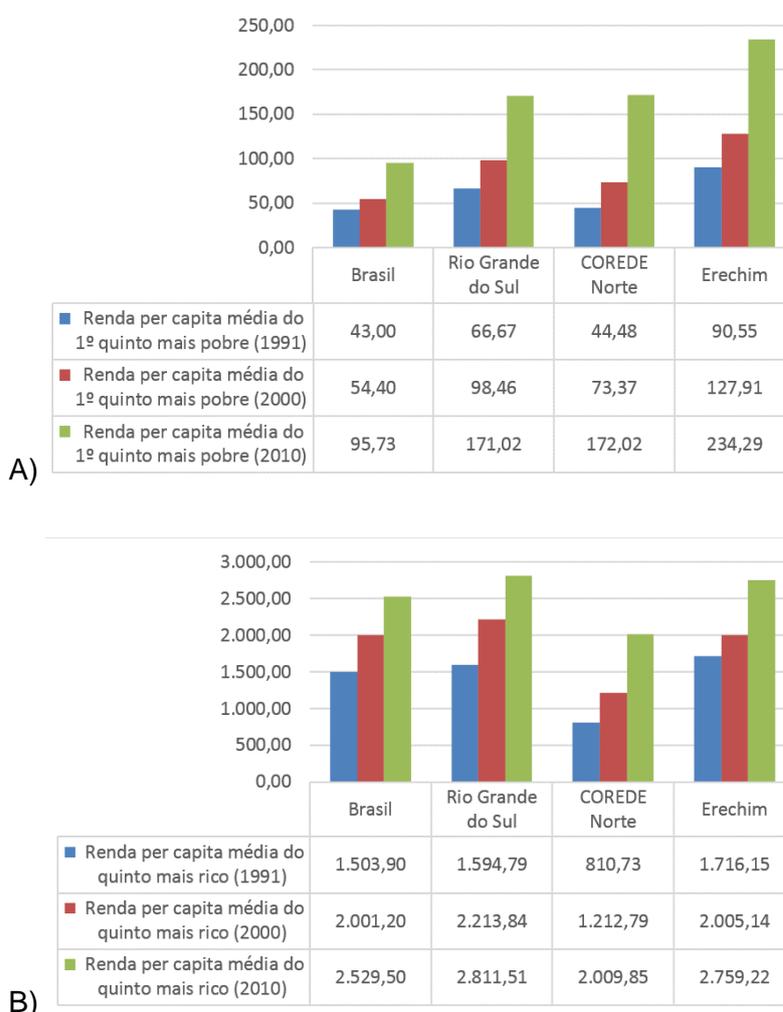


Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver.

Ressalta-se que nos últimos anos houve redução da informalidade no trabalho nas esferas federal e estadual. Mas apesar do aumento de empregados com carteira assinada no COREDE, também houve aumento da porcentagem de empregados sem carteira assinada (17%), especialmente nas cidades menores.

Analisando a renda per capita média do primeiro quinto mais pobre e o quinto mais rico (Gráfico 13), evidencia-se uma redução da diferença entre ambas, o que denota uma pequena diminuição das desigualdades.

Gráfico 13 – A) Renda per capita média do primeiro quinto mais pobre. B) Renda per capita média do quinto mais rico. Anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A variação da renda per capita média do primeiro quinto mais pobre foi significativamente acima da renda per capita média no período. No Brasil aumentou 122% e no RS 156%. O COREDE teve aumento superior ao estadual (286%) e Erechim manteve-se na média do Estado. Merecem destaque os municípios de Benjamin Constant do Sul⁴⁹, cuja renda aumentou em mais de onze vezes, e outras sete cidades do COREDE, que tiveram aumento de renda mínima superior a cinco vezes.

Em relação ao quinto mais rico, também houve aumento, mas em menor intensidade (e abaixo da renda per capita média). O Brasil teve aumento de 68%, no RS 76% e no COREDE 147%. A cidade polo manteve índice similar ao do RS. O destaque é para Aratiba, com aumento de 324%. Cabe ressaltar que este município sofreu impacto direto devido aos *royalties* gerados pelo início da atividade da Usina Hidrelétrica de Itá, localizada entre Aratiba-RS e Itá-SC.

5.2.4 VARIAÇÃO DO EMPREGO

Este indicador tem por base os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Governo Federal, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de janeiro de 2010 (Tabela 3).

A população do COREDE Norte equivale a apenas 2% da população do RS. No período analisado, no Estado houve um aumento, em relação à população total, de 2,07% no primeiro emprego no RS e 2,73% no COREDE. A população da cidade polo representava, em 2010, 43,39% do total da região e gerou 71,59% dos novos empregos.

Considerando o total de admissões, o COREDE manteve-se com índice próximo ao do Estado, sendo que 82,45% destas foram na cidade polo.

⁴⁹ Município com significativa concentração de indígenas.

Tabela 3 – Variação de Emprego Absoluta de 01/01/2005 a 31/01/2010

	Brasil	RS	COREDE	ERECHIM
ADMISSÕES				
Primeiro Emprego	12.444.769	660.844	18.054	12.925
Reemprego	60.302.000	4.416.337	92.517	78.254
Início de Contrato por Prazo Determinado	816.927	38.780	26	18
Reintegração	45.176	1.930	17	7
Transferência de Entrada	0	0	0	0
Total	73.608.872	5.117.891	110.614	91.204
DESLIGAMENTOS				
Dispensados	44.791.830	3.019.114	65.727	52.320
Dispensado Com Justa Causa	558.132	26.765	465	435
Disensado Sem Justa Causa	44.233.698	2.992.349	65.262	51.885
Espontâneos	14.294.190	1.076.969	24.340	20.688
Fim de Contrato por Prazo Determinado	890.092	50.707	196	128
Término de Contrato	6.579.083	602.586	8.634	7.913
Aposentados	127.942	8.620	216	120
Mortos	196.943	13.552	260	189
Transferência de Saída	0	0	0	0
Total	66.880.080	4.771.548	99.373	81.358
INDICADORES				
Estoque Base para Recuperação: 01/01/2014	40.656.491	2.652.127	53.930	39.901
Estoque Recuperado Início do Período (01/01/2005)	28.807.200	1.903.549	33.696	23.776
Estoque Recuperado Final do Período (31/01/2010)	35.535.992	2.249.892	44.937	33.622
Variação Emprego Absoluta de 01/01/2005 a 31/01/2010	6.728.792	346.343	11.241	9.846

Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

<http://bi.mte.gov.br/cagedestabelecimento/pages/consulta.xhtml#topo>. Acesso em 25 ago. 2014

Do total de desligamentos, o COREDE ficou dentro da média estadual, sendo que entre 2005 e 2010 Erechim concentrou 81,87% dos desligamentos da região.

Analisando a variação absoluta do emprego no período, 3,24% do total do RS foram no COREDE (maior, portanto, que a porcentagem populacional) e 87,59% da variação regional correspondem a Erechim.

Há de se considerar algumas particularidades nesta variável:

- Aratiba teve variação absoluta de 289 empregos devido à Usina Hidrelétrica de Itá, que entrou em funcionamento em 2001, alavancando a economia do município.
- Faxinalzinho, Jacutinga e Estação tiveram redução de empregos, sendo que este último foi o município mais prejudicado, pois perdeu 217 empregos principalmente devido à crise financeira na cooperativa instalada no município, a Cooperativa Triticola

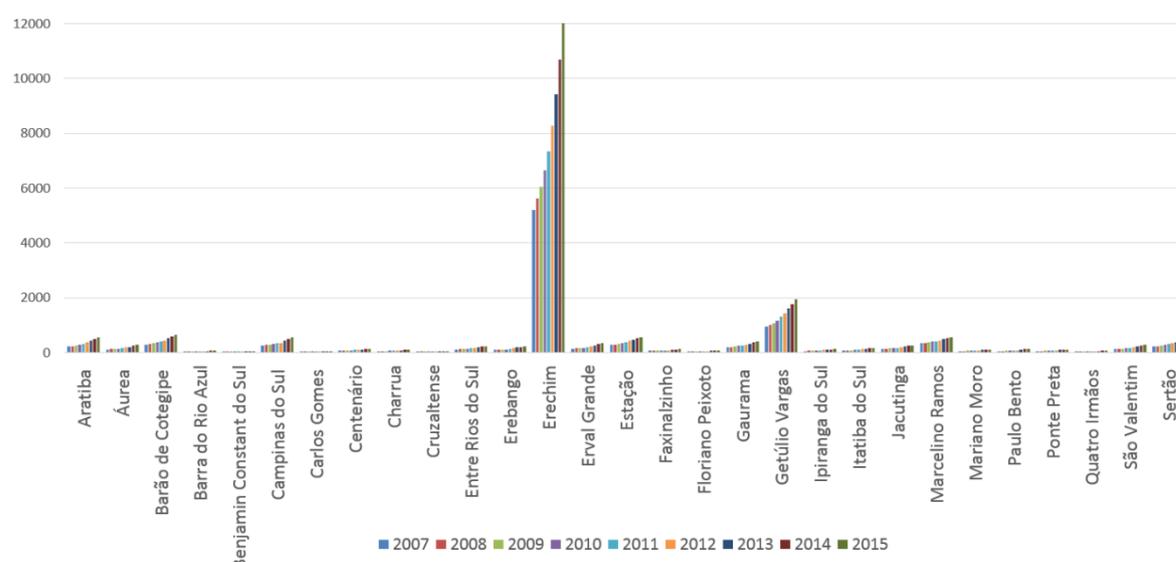
de Getúlio Vargas Ltda. – COTRIGO, no final da década passada.

- Em Erechim o aumento foi de 9.846 empregos, o que equivale, a grosso modo, a 10% da sua população.

5.2.5 EMPRESAS

A análise das empresas se faz fundamental neste trabalho, pois a variação no número de aberturas e fechamentos é reflexo direto da situação econômica.

Gráfico 14 – Empresas ativas. Anos de 2007 a 2015

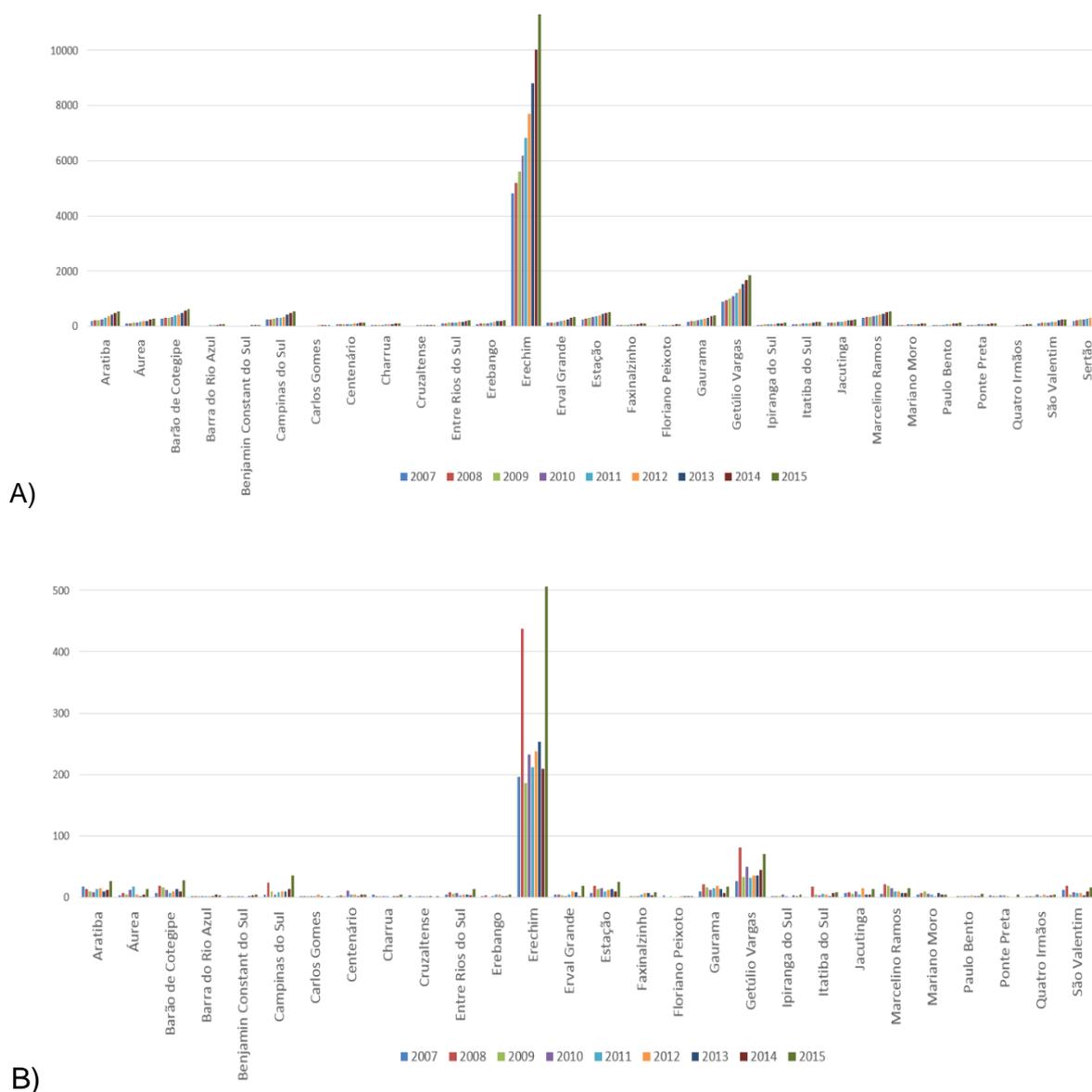


Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir do <http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>. Acesso em 23 set. 2016

Analisando as empresas ativas (Gráfico 14), observa-se que no período compreendido entre os anos de 2007 e 2015, de maneira geral, foi duplicado o número de empresas nos municípios. Passou de 9.182 empresas em 2007 para 20.704 em 2015. O destaque fica para Quatro Irmãos, com aumento de 280% e Marcelino Ramos com 70%. Salienta-se que Quatro Irmãos não possui acesso pavimentado, e Marcelino Ramos possui grande potencial turístico.

Do total de empresas ativas em 2007, 93,68% eram MPEs. Em 2015 este percentual foi de 95%.

Gráfico 15 – A) MPEs ativas. B) Mortalidade das MPEs. Anos de 2007 a 2015



Em relação especificamente às Micro e Pequenas Empresas – MPEs (Gráfico 15), o aumento chegou a 300% em Quatro Irmãos e a 69,62% em Marcelino Ramos. Analisando a mortalidade das MPEs, há grande variação no período: nos municípios

de Áurea, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Centenário, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Getúlio Vargas, Itatiba do Sul, Marcelino Ramos, Paulo Bento e Sertão, houve proporcionalmente mais MPES que fecharam do que ativas, considerando o período inicial de 2007 e final de 2015.

Importante aqui ressaltar que na região existe uma APL reconhecida pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, vinculada à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Trata-se do Arranjo produtivo têxtil e do vestuário do Alto Uruguai Gaúcho – APL POLOVEST, que abrange quatro municípios (Entre Rios do Sul, Erechim, Estação e Getúlio Vargas). Estes municípios têm aproximadamente 90% dos empreendimentos vinculados ao setor têxtil.

A existência de vínculos é constatada no caso do presente arranjo, o qual possui um conjunto de instituições e organizações envolvidas na pesquisa e no desenvolvimento do setor, engajadas há vários anos na tarefa de compreender o seu funcionamento, verificar suas demandas e encaminhar providências para o atendimento das mesmas. (SINDICATO, 2013, p.3)

Este APL é de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, pois permite a cooperação entre as empresas, instituições e órgãos públicos.

A indústria metalmecânica também tem destaque na região, especialmente em Erechim (que tem dois cursos superiores de Engenharia Mecânica). Empresas que atuam em diversos ramos têm sede na cidade, como na área naval (INTECNIAL) e montagem de ônibus (COMIL), entre outras. Todavia, as duas nominadas no ano de 2016 encontravam-se em recuperação judicial.

Um terceiro setor fundamental para a região é vinculado ao cooperativismo. Em 2016 haviam 37 cooperativas na região, em sua maioria vinculadas à produção agropecuária. Apesar da atual estagnação da produção de suínos e aves e do arrendamento da principal cooperativa regional (COTREL) para empresa de Santa Catarina, com iminente risco de fechamento total, o setor ainda tem impacto direto na economia de todos os municípios da região.

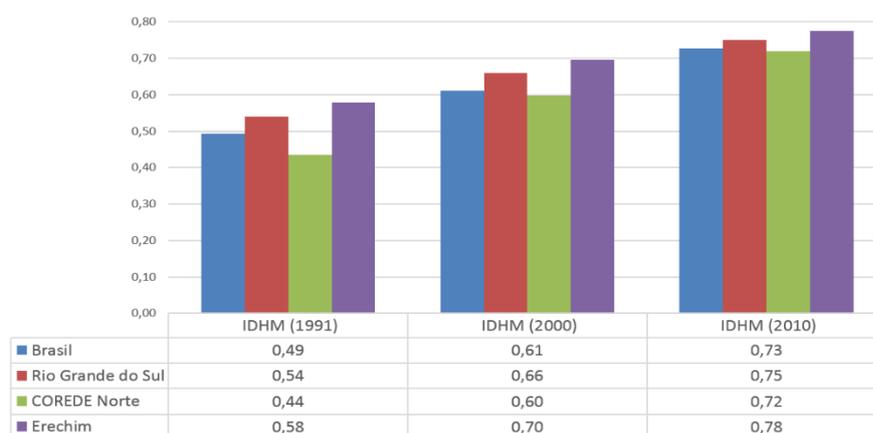
5.3 A VARIÁVEL CAPITAL HUMANO

O capital humano, que analisa as pessoas, suas oportunidades e capacidades, foi aqui analisado através do Índice de desenvolvimento humano, taxa de analfabetismo, grau de escolaridade dos ocupados e pelo Índice Firjan de desenvolvimento municipal, a seguir explicitados.

5.3.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

No Gráfico 16 são apresentados os índices de 1991, 2000 e 2010. Salienta-se que este índice foi publicado inicialmente em 1990 e, portanto, não há dados anteriores a este período.

Gráfico 16 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Anos de 1991, 2000 e 2010

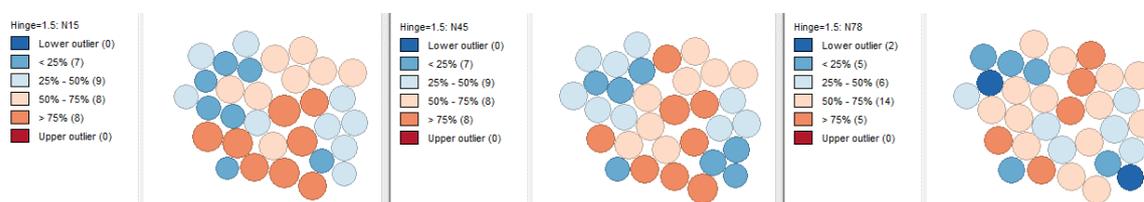


Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Em 1991, o IDH na região objeto de estudo estava abaixo das médias nacional e estadual. Em 2000 houve aumento geral do IDH, sendo que o Estado manteve a mesma proporção do restante do país (em torno de 24%). No COREDE o aumento foi de 36%. Todavia, a cidade polo teve aumento proporcionalmente menor, na ordem de

20% (abaixo de todos os demais). No período seguinte o IDH continuou a subir, mas em menor ritmo. No Brasil o aumento foi de 19% e no RS foi de 12%. O COREDE teve o maior aumento (20%), mas em Erechim o aumento foi de apenas 11%. Portanto, neste período o aumento do IDH da região do COREDE foi alavancado pelos municípios menores, com aumento de até 38%, como é o caso de Benjamin Constant do Sul (Figura 10).

Figura 10 – Cartograma: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – desvio padrão. Anos de 1991, 2000 e 2010.



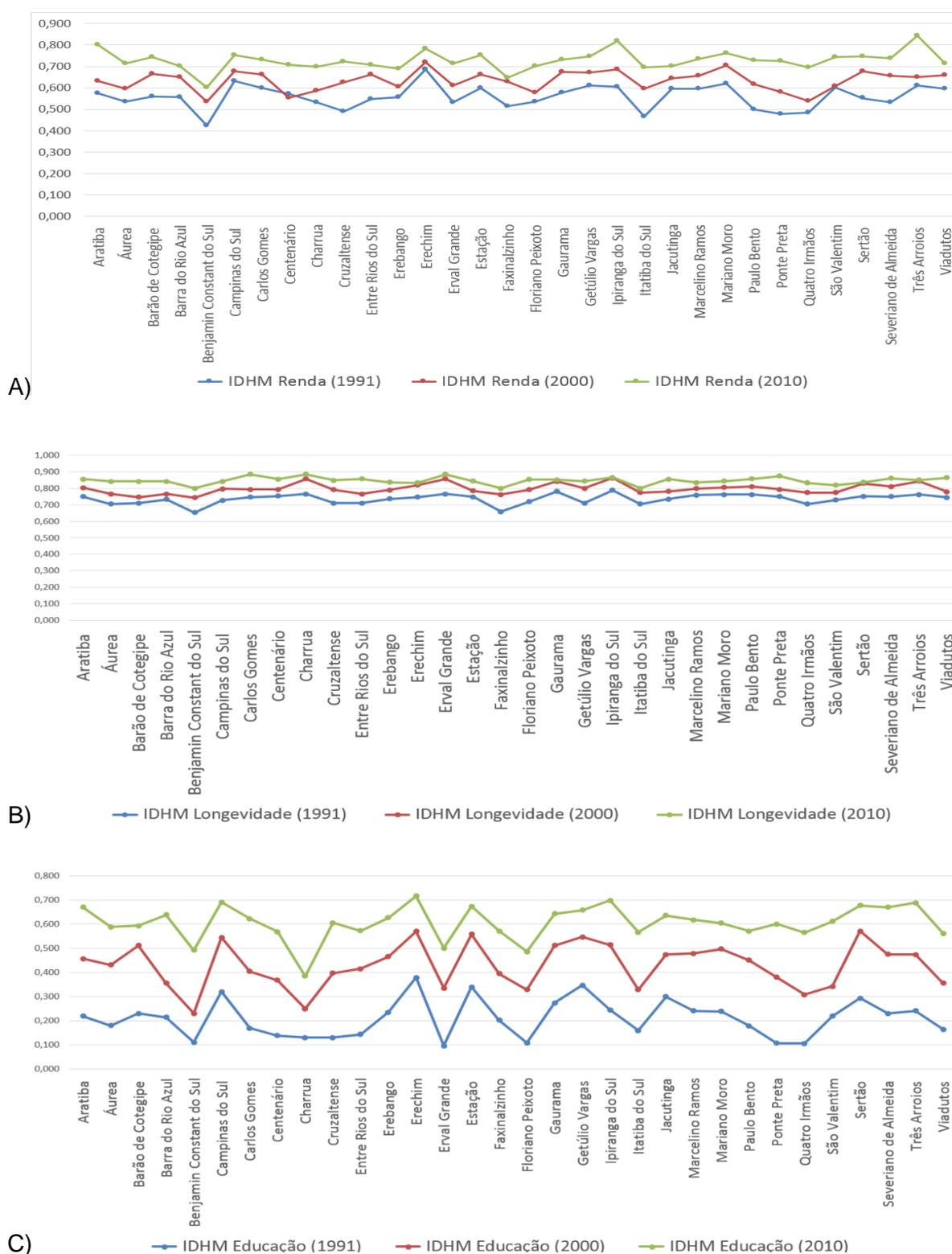
Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver.

No ranking nacional de 2010 dos 100 melhores índices de IDH, os municípios do COREDE melhor colocados (62^o. posição) são Três Arroios e Ipiranga do Sul, com IDH 0,791.

No IDH-M Renda (Gráfico 17) observa-se um aumento, entre 1991 e 2010, de 13,84% no país, 14,92% no RS e 30,35% Na média do COREDE. Todavia, a cidade polo teve aumento bastante inferior à região (apenas 13,04%).

Em relação à longevidade, o RS teve aumento proporcionalmente menor que o do país (este de 24,24%), inclusive na região objeto de estudo.

Gráfico 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – A) Renda, B) Longevidade e C) Educação. Anos de 1991, 2000 e 2010.



No item educação também o RS evoluiu menos que a média nacional, que foi de 128%. Já o COREDE teve aumento significativo (190%). Contudo, este aumento foi puxado pelas cidades menores, já que Erechim (com 89%) ficou abaixo da média da região. Cabe aqui salientar que em períodos anteriores a 1991 a cidade polo, pela sua característica urbana, já tinha níveis de escolaridade mais elevados que as cidades menores, eminentemente agrárias, justamente pela dificuldade destas de acesso à educação e cultura.

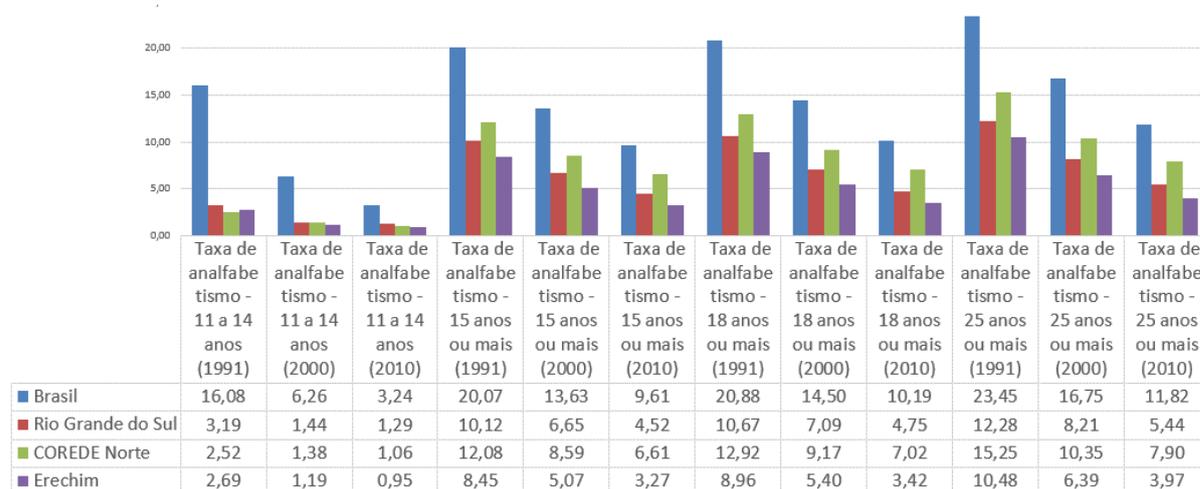
5.3.2 TAXA DE ANALFABETISMO

Pelos resultados do Gráfico 18, observa-se que a taxa de analfabetismo foi substancialmente reduzida desde 1991, principalmente na faixa etária entre 11 e 14 anos. No país esta redução foi de 80%, chegando a 3,24% em 2010 e zerando em nove municípios do COREDE. Na média dos municípios desta região a redução foi de 50%, chegando ao final do período a 1,12%.

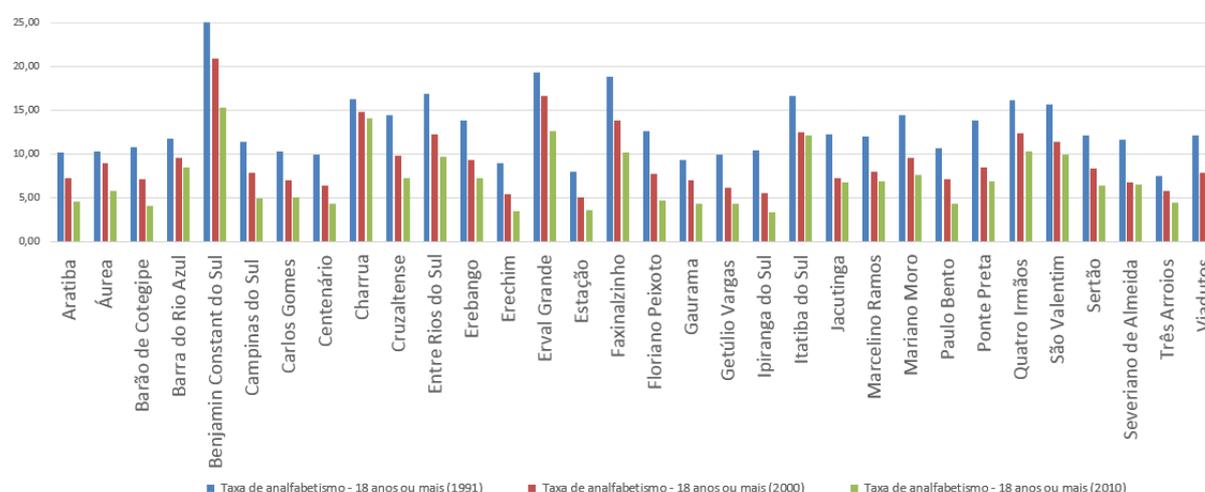
Dentre os com 18 anos ou mais as taxas reduziram em aproximadamente 50%. Em 2010, no Brasil esta taxa era de 10,19%. No RS de 4,75% e no COREDE 7,27%, o que vem ao encontro dos dados referentes à ocupação dos trabalhadores nas regiões (com grande porcentagem destes na agropecuária).

Gráfico 18 – Taxa de analfabetismo. A) A partir de 11 anos B) 18 anos ou mais – municípios do COREDE Norte. Anos de 1991, 2000 e 2010

A)



B)



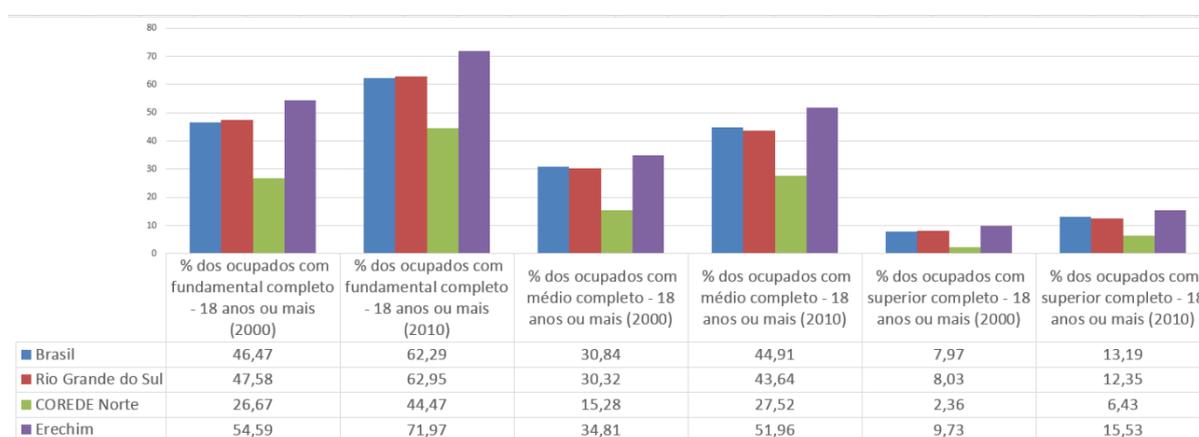
Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014.

Em Erechim o valor é de 3,42%. Em seis municípios do COREDE o valor é superior a 10% (Benjamin Constant do Sul (15,3%), Charrua (14,1%) Erval Grande (12,62%), Faxinalzinho (10,18%), Itatiba do Sul (12,15%) e Quatro Irmãos (10,27). Destaca-se aqui o fato de que a maioria destes não possui acesso pavimentado e têm grande número de indígenas.

5.3.3 GRAU DE ESCOLARIDADE DOS OCUPADOS

No período compreendido entre os Censos de 2000 e 2010 (Gráfico 19) percebe-se um significativo aumento nos níveis de escolaridade dos ocupados com 18 anos ou mais. Em relação ao ensino fundamental completo, o aumento supera os 30% no Brasil, RS, e Erechim. Já no COREDE este valor é de 66,74%.

Gráfico 19 – Grau de escolaridade dos ocupados com 18 anos ou mais. Anos de 2000 e 2010.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.atlasbrasil.org.br. Acesso em 10 jul 2014

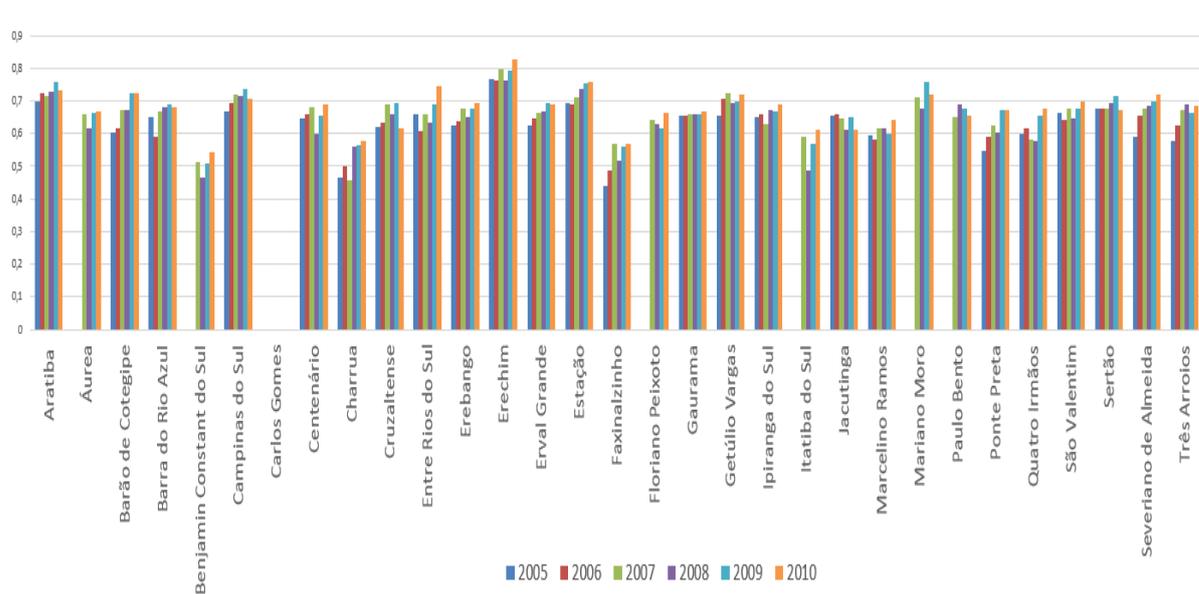
No ensino médio estes índices evoluíram ainda mais positivamente. No Brasil o aumento foi de 45,62%, no RS 43,93% e no COREDE foi de 80,10%. Em Erechim foi de 49,27%.

No ensino superior veem-se ainda melhores resultados. No Brasil em 2010 havia 65,50% mais ocupados com ensino superior completo que em 2000 e no RS 53,80%, similar a Erechim. Já a região teve aumento de 172,46%. Salienta-se que, neste período houve maior oferta de cursos de nível superior, inclusive a distância (EAD), o que facilitou o acesso aos estudantes das cidades menores. Além disso, de maneira geral houve aumento de vagas e cursos de nível superior, facilitando o acesso a estes pelas classes menos favorecidas (através financiamentos públicos) e também pelos moradores de cidades desprovidas de Instituições de Ensino Superior.

5.3.4 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Analisando as médias dos índices por região de estudo, pode-se observar que o COREDE Norte, entre 2005 e 2010, teve uma melhora de 8%, partindo de uma média aritmética simples entre as cidades de 0,62 em 2005 e atingindo 0,67 em 2010, caracterizando desenvolvimento moderado.

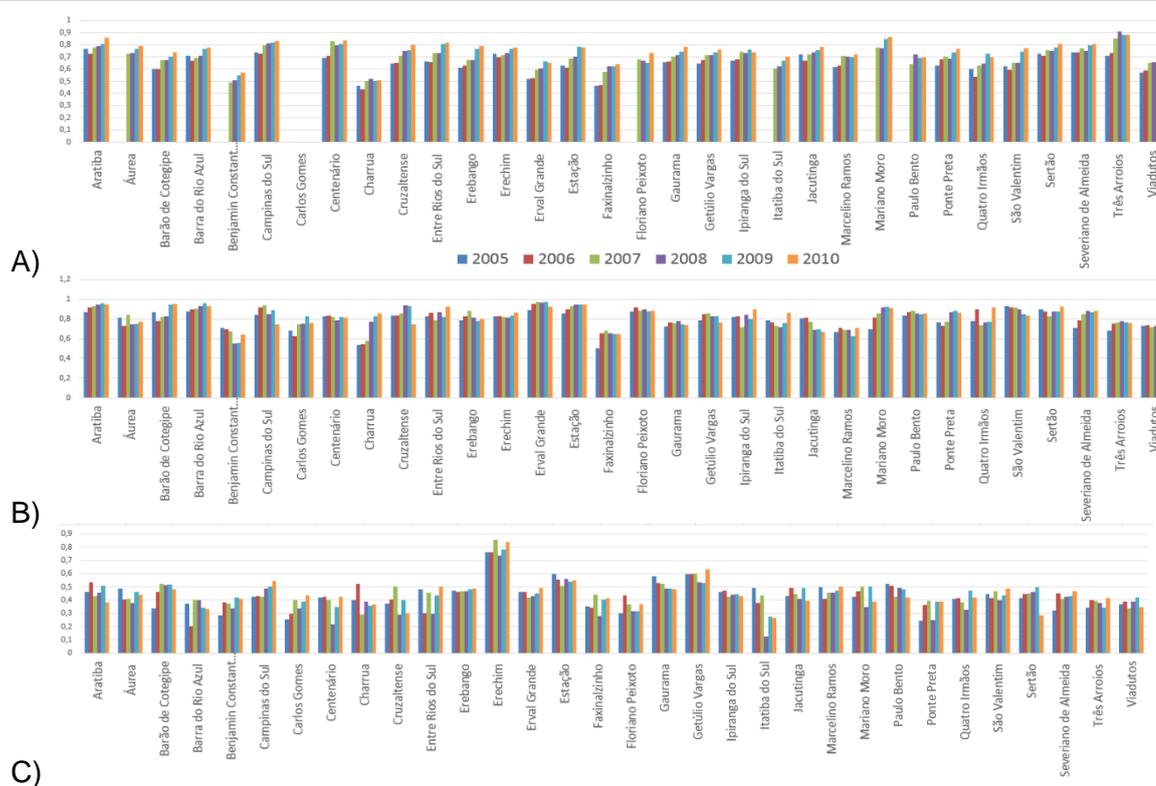
Gráfico 20 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Anos de 2005 a 2010.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.firjan.org.br. Acesso em 06 abr. 2016

Observando-se o Gráfico 20, por município, observam-se oscilações no período de 2005 a 2010 na maioria dos municípios. Apenas Barão de Cotegipe, Gaurama e Severiano de Almeida apresentam curva regular crescente no IFDM.

Gráfico 21 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) municípios do COREDE Norte. A) Educação. B) Saúde. C) Emprego e renda. Anos de 2005 a 2010.



Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de www.firjan.org.br. Acesso em 28 jul. 2014

Quando analisado por área de desenvolvimento - educação, saúde e emprego e renda – (Gráfico 21) observa-se que:

- Educação: Benjamin Constant do Sul e Charrua apresentam desenvolvimento regular (índice entre 0,4 e 0,6 pontos). De maneira geral, o índice dos municípios é moderado e todos apresentaram melhora no período. Em 2010 havia nove municípios que tinham atingido alto desenvolvimento, com índice superior a 0,8.
- Saúde: em 2005, 17 municípios apresentavam índice de desenvolvimento alto, e apenas um regular (Faxinalzinho). Em 2010, 19 municípios tinham índice alto. Contudo, pelo gráfico a seguir percebe-se uma oscilação deste indicador ao longo dos anos, sendo que nove municípios tiveram índice pior em 2010 do que em 2005.
- Emprego e renda: dentre as três áreas de desenvolvimento, a que apresentou os piores resultados foi esta. Em 2005 onze municípios tinham valor inferior a 4,0 (baixo

desenvolvimento. Em 2010, dez municípios estavam nesta situação. À exceção de Erechim, os outros tinham índices regulares ou moderados. A cidade polo, nos anos de 2007 e 2010 ultrapassou 0,8 pontos (alto desenvolvimento).

5.4 A VARIÁVEL TECNOLOGIA

Em relação especificamente à região objeto de estudo, não existem Parques Tecnológicos efetivamente implantados. Todavia, a presença de Instituições de Ensino Superior (IES) é expressiva e nelas são desenvolvidos projetos para atender as necessidades específicas regionais em termos tecnológicos e de conhecimento. Estas são objeto de análise nesta variável-chave.

Procuraram-se, ainda, outros indicadores para análise da variável tecnologia. Contudo, as informações disponíveis são fragmentadas ou muitas vezes inexistentes. Seriam importantes fontes de informação o número de atendimentos do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que objetiva formar e treinar mão-de-obra para atender a demanda regional e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que presta serviços às micro e pequenas empresas especialmente na área organizacional e de gestão e que tem procurado recentemente atuar em programas voltados a setores da atividade econômica. Os dados destes órgãos mostraria o interesse dos empreendedores pela capacitação, pela busca de tecnologias, de consultoria e de informações de mercado. Contudo, as informações não foram disponibilizadas para a realização deste estudo. Também foram buscados dados junto ao INPI a fim de verificar o número de pedidos de registros, que denotariam “a eficiência do processo de transformação da pesquisa/tecnologia em novos produtos e serviços com perspectivas de produção e comercialização” (RUMOS, 2006, p.313), mas estes também não foram fornecidos. Já em relação ao emprego de tecnologias pelas empresas não foram obtidas informações suficientes para embasar a análise e, portanto, esta variável não pôde ser mensurada.

Poderia ser usado também o tradicional dado referente à quantidade ou

porcentagem de domicílios com computador, que representaria a capacidade de absorção e difusão de informação e de conhecimento. Contudo, dada a atual facilidade de acesso a estes equipamentos (incluindo *smartphones* e *tablets*), entendeu-se que este dado não seria relevante para a pesquisa.

Considerando um dos conceitos da nova economia, a *learnig economy* (economia do aprendizado), assim como as tecnologias, ficam obsoletas em curto intervalo de tempo, necessitando constante realimentação. De acordo com David e Foray (2002, p.1),

The crux of the issue lies in the accelerating (and unprecedented) speed at which knowledge is created, accumulated and, most probably, depreciates in terms of economic relevance and value. This trend has reflected, inter alia, an intensified pace of scientific and technological progress. It has a host of ramifications and gives rise to many new challenges [...]. But the discontinuity is not equally pronounced in every sector [...]. A new kind of organization is spearheading the phenomenon: knowledge-based communities, i.e. networks of individuals striving, first and foremost, to produce and circulate new knowledge and working for different, even rival, organizations.

Assim, considerando a necessidade da constante busca por novos e atualizados conhecimentos, considerou-se nesta variável, a análise de dados referentes às instituições de nível superior (IES), pois ainda de acordo com David e Foray (2002, p.7),

Communities characterized by all three of the [...] components (extensive knowledge creation and reproduction, mechanisms for exchanging and disseminating the resulting knowledge and an intensive use of new information technologies) tend to be fundamentally geared to knowledge-driven production.

Entende-se que o papel das IES vai além do ensino. A pesquisa e a extensão, seus outros pilares, são fundamentais para a transferência de tecnologia, focando a priori o mercado regional e suas habilidades natas.

5.4.1. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Em Erechim destaca-se a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), com sede em Erechim e campus em Frederico Westphalen, Cerro

Largo, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Santiago (todas na região noroeste do Estado). A cidade conta ainda com a Faculdade Anglicana de Erechim (FAE) e um campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), o qual tem apresentado pouco destaque na região. Há ainda um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cuja reitoria está instalada em Chapecó-SC e que tem campus também em Cerro Largo e Passo Fundo, no RS, Laranjeiras do Sul e Realeza, no PR. Apesar desta ser uma instituição recente, (oficializada em 15 de setembro de 2009), é a que apresenta, considerando dados globais, o maior número de projetos e bolsas do CNPq. Além destas, destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que oferece oito cursos técnicos e quatro cursos superiores.

Em Getúlio Vargas há a Faculdade IDEAU com treze cursos de graduação, além de cursos de especialização e dois de mestrado.

Também outras instituições de menor porte estão instaladas na região, fisicamente ou através de centros de ensino a distância, disponibilizando à comunidade relativa facilidade de acesso ao conhecimento.

Seguindo a proposta do Rumos 2015,

Para a promoção do desenvolvimento regional, além da capacidade de geração de tecnologia para o setor produtivo, é necessário que exista a formação de capital social e uma cultura de empreendedorismo que deem suporte ao processo de crescimento econômico. A fim de mapear estas potencialidades ou lacunas, fez-se um levantamento nos grupos de pesquisa da base corrente do CNPq, visando localizar espacialmente as principais atividades de geração de conhecimento [...]. (RUMOS, 2006, p. 312)

Para este estudo foi feito levantamento junto ao CNPq, onde foram encontrados dados referentes às duas principais Universidades (URI e UFFS), conforme apresentado na Tabela 4. Das demais IES instaladas no COREDE não há relevância em pesquisas e extensão, não tendo sido objeto desta análise. Devido à carência de informações específicas sobre as cidades onde se desenvolvem estas pesquisas, foi tomado como referência a região de abrangência das IES, que não necessariamente coincide com o recorte geográfico desta tese. Contudo, entendeu-se que isto não influenciaria significativamente o resultado.

Tabela 4 – CNPq – Mapa de Investimentos – 26 de agosto de 2014

	MODALIDADE	ÁREA
URI	Apoio a Projetos de Pesquisas (11)	Ecologia (3), Ciência e Tecnologia de Alimentos (4), Engenharia Mecânica (1), Direito (1), Economia (1), Fisioterapia e Terapia Ocupacional (1)
	Bolsas de Apoio Técnico (1)	Economia (1)
	Bolsas de Doutorado (1)	Engenharia de Alimentos (1)
	Bolsas de Extensão em Pesquisa (1)	Economia (1)
	Bolsas de Iniciação Científica (31)	Química (4), Ecologia (7), Educação (4), Zootecnia (2), Administração (1), Ciência e Tecnologia de Alimentos (5), Farmácia (2), Biologia Geral (1), Direito (1), Física (2), Engenharia Mecânica (1), Letras (1)
	Bolsas de Iniciação Científica Júnior (77)	Administração (4), Ciência e Tecnologia de Alimentos (8), Educação (26), Ecologia (9), Letras (7), Filosofia (6), Matemática (9), Saúde Coletiva (1), Ciência da Computação (7)
	Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial (11)	Ciência e Tecnologia de Alimentos (3), Engenharia Mecânica (6), Química (2)
	Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia (3)	Ciência e Tecnologia de Alimentos (1), Ecologia (1), Química (1)
	Apoio a Participação/ Realização de Eventos (2)	Linguística (1), Agronomia (1)
	Apoio a Projetos de Pesquisas (32)	Geografia (3), Comunicação (1), Educação Física (2), Ciência e Tecnologia de Alimentos (2), Divulgação Científica (2), Linguística (1), Agronomia (4), Bioquímica (1), Economia (3), Ecologia (1), Sociologia (1), Engenharia Elétrica (1), Matemática (1), Zootecnia (1), Geociências (1), Ciências Ambientais (1), Química (1), Educação (5)
UJFS	Bolsas de Apoio Técnico (46)	Educação (1), Zootecnia (40), Economia (2), Educação Física (1), Ciências Ambientais (2)
	Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (5)	Educação Física (3), Sociologia (1), Engenharia Elétrica (1)
	Bolsas de Extensão em Pesquisa (45)	Agronomia (27), Zootecnia (5), Economia (13)
	Bolsas de Iniciação Científica (28)	Química (2), Geografia (2), Comunicação (6), Educação (2), Matemática (1), Administração (1), Agronomia (4), Sociologia (1), Zootecnia (2), Economia (4), Ciência e Tecnologia de Alimentos (1), Medicina Veterinária (1), Microbiologia (1)
	Bolsas de Iniciação Científica Júnior (9)	Agronomia (1), Letras (2), Educação (6)
	Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial (16)	Ciência e Tecnologia de Alimentos (1), Sociologia (3), Ciências Ambientais (3), Linguística (1), Sociologia (1), Engenharia Química (1), Agronomia (1), Educação Física (3), Engenharia Elétrica (2)
	Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia (2)	Ecologia (1), Agronomia (1)

Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir de <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em 26 ago. 2014.

Em Erechim, no ano de 2014, do total de 136 bolsas e auxílios financiados pelo CNPq e vinculados à URI, 54 (40%) eram nas áreas de Educação, Química, Letras, Física e Matemática; 23% eram vinculados à Engenharia e Ciência e Tecnologia dos Alimentos, 15% em ecologia e os demais 22% distribuídos em outras áreas. A Instituição tem tradição na área da educação e há anos vem investindo em pesquisas para os setores agroindustriais. Em Erechim havia 18 grupos de pesquisa cadastrados

no CNPq, basicamente nas áreas da saúde, agricultura/alimentos e educação. OS projetos em desenvolvimento, dentro dos programas de extensão do PIBIC/CNPq, PIIC/URI, PROBIC/FAPERGS e REDES/URI somavam 140. Ainda havia 14 projetos no Programa Institucional de incentivo à pesquisa.

Na UFFS boa parte das 185 bolsas e auxílios eram para a zootecnia (26%), seguido por agronomia (21%) e educação (7%). Dentre as duas IES analisadas, esta é a que tem maior número de vínculos com o CNPq.

No RS estão em vigência 9676 bolsas e auxílios do CNPq, sendo que Erechim (URI) tem apenas 1,40% deste total. Já a UFFS tem aproximadamente 50% a mais de bolsas e auxílios do que a URI.

A seguir são apresentadas duas tabelas (5 e 6), sendo a primeira referente a projetos de pesquisa em vigência no ano de 2014 e a outra se refere às bolsas por área, no mesmo ano.

Tabela 5 – CNPq – Projetos de Pesquisa em vigência por área no ano de 2014

	GRANDE ÁREA	ÁREA
URI (11)	Ciências Biológicas (3)	Ecologia (3)
	Ciências agrárias (4)	Ciência e Tecnologia de Alimentos (4)
	Engenharias (1)	Engenharia Mecânica (1)
	Ciências Sociais Aplicadas (2)	Direito (1), economia (1)
	ciências da Saúde (1)	Fisioterapia e Terapia Ocupacional (1)
UFFS (32)	Ciências Humanas (9)	Geografia(3), Sociologia (1), Educação (5)
	Ciências Sociais Aplicadas (4)	Comunicação (1), economia (3)
	ciências da Saúde (2)	Educação Física (2)
	Ciências agrárias (7)	Zootecnia (1), Ciência e Tecnologia de Alimentos (2), agronomia (4)
	Outra (3)	Divulgação Científica (2), Ciências Ambientais (1)
	Linguística, Letras e Artes (1)	Linguística (1)
	Ciências Biológicas (2)	Bioquímica (1), Ecologia (1)
	Engenharias (1)	Engenharia Elétrica (1)
	Ciências Exatas e da Terra (3)	Química (1), Física), Matemática (1), Geociências (1)

Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir de efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica. Acesso em 24 jul 2014.

Na URI a maioria dos 11 projetos são nas áreas de agrárias (alimentos) e

biológicas (ecologia). Na UFFS, dos 32, 9 são nas ciências humanas e 7 nas ciências agrárias.

Tabela 6 – CNPq – Bolsas em vigência por área no ano de 2014

	GRANDE ÁREA	ÁREA
URI (124)	Ciências agrárias (21)	Zootecnia (2), Ciência e Tecnologia de Alimentos (19)
	ciências da Saúde (3)	Saúde Coletiva (1), Farmácia (2)
	Ciências Humanas (35)	Educação (30), Filosofia (5)
	Engenharias (14)	Eng. Mecânica (7), Ciência da Computação (7)
	Ciências Biológicas (18)	Ecologia (17), Biologia Geral (1)
	Ciências Sociais Aplicadas (8)	Economia (2), Direito (1), Administração (5)
	Ciências Exatas e da Terra (18)	Química (7), Física (2), Matemática (9)
	Linguística, Letras e Artes (7)	Letras (7)
UFFS (151)	Ciências agrárias (86)	Agronomia (36), Zootecnia (47), Medicina Veterinária (1), Ciência e Tecnologia de Alimentos (2)
	ciências da Saúde (7)	Educação física (7)
	Ciências Humanas (16)	Educação (8), Geografia (2), Sociologia (6)
	Engenharias (4)	Engenharia Química (1), Engenharia Elétrica (3)
	Ciências Biológicas (4)	Ecologia (3), Microbiologia (1)
	Ciências Sociais Aplicadas (23)	Economia (16), Administração (1), Comunicação (6)
	Ciências Exatas e da Terra (3)	Química (2), Matemática (1)
	Linguística, Letras e Artes (3)	Linguística (1), Letras (2)
Outra (5)	Ciências Ambientais (5)	

Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir de efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica. Acesso em 24 jul 2014.

As 124 bolsas da URI são divididas em várias áreas do conhecimento, com maior destaque para a da educação, seguido da ciência e tecnologia de alimentos. Na UFFS, que tem 151 bolsas em vigência, 56% são na grande área das ciências agrárias.

Dentre os cursos de pós-graduação reconhecidos pela Capes e ofertados nas IES em análise, havia, em 2014, 9 cursos de Mestrado Acadêmico, 2 de Mestrado Profissionalizante e um de Doutorado, conforme relacionado na Tabela 8.

Destes, a maior porcentagem é na grande área da educação, conforme se observa pela Tabela 7. Em relação ao Conceito Capes, merece destaque o curso de Mestrado e Doutorado em Engenharia de Alimentos da URI, com conceito 5.

Tabela 7 – Mestrados e Doutorados Reconhecidos por IES e área. 2014

IES	CURSO	NÍVEL	Conceito CAPES
URI	Direito	Mestrado	4
	Ecologia	Mestrado	3
	Educação	Mestrado	3
	Engenharia de Alimentos	Mestrado/Doutorado	5
	Ensino Científico e Tecnológico	Mestr. Profiss.	3
	Gestão Estratégica de Organizações	Mestr. Profiss.	3
	Letras	Mestrado	3
UFFS	Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável	Mestrado	3
	Ciência e Tecnologia Ambiental	Mestrado	3
	Educação	Mestrado	3
	Estudos Linguísticos	Mestrado	3

Fonte: adaptado por Ivana Karine Aver a partir dos dados de conteudoweb.capes.gov.br. Acesso em 18 ago. 2014

Em relação a bolsas e auxílio para eventos científicos, vinculados aos CNPq, existem apenas dois da UFFS, sendo um na Agronomia e outro em Linguística.

Com base nos dados apresentados, referentes às IES, pode-se observar que:

- Na URI há uma tradição na formação de docentes desde os primórdios da instituição e este enfoque perdura até hoje. Nesta IES também há um direcionamento dos estudos para a área de alimentos, com relevantes pesquisas especialmente sobre a erva-mate, um dos principais produtos da região. Além disso, a região conta com parque industrial no ramo alimentício de destaque. Nos últimos anos foram criados cursos na grande área das engenharias, com ênfase para a mecânica, de modo a atender a demanda regional, haja vista esta ser sede de importantes empresas neste segmento.
- Na UFFS os estudos voltam-se principalmente para as questões agrárias, de grande importância nas cidades e regiões onde a IES tem campus. Apesar de jovem, já desenvolve grande número de pesquisas nesta área, podendo tornar-se referência no setor.

De maneira geral pode-se dizer que as IES aparentemente estão cumprindo

seu papel dentro das regiões, pois as pesquisas desenvolvidas vêm ao encontro das necessidades de diversos setores da economia, gerando assim conhecimento de ponta e tecnologias para tornar os usuários destes recursos melhor qualificados para competir no mercado.

5.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Embora primordialmente associadas às ações de Estado no âmbito da administração pública, as políticas urbanas, assim como as políticas públicas em geral, apresentam-se como ações sobre fenômenos sociais complexos, em cuja constituição intervém uma multiplicidade de agentes e processos sociais. Desse modo, a análise e avaliação de políticas urbanas comportam aspectos também complexos e multifacetados. (ALVIM et al., 2010, p.18)

Este Capítulo apresentou a análise das quatro variáveis-chave decompostas em quatorze indicadores que demonstram as diversidades e convergências da região analisada.

A fim de visualizar conjuntamente os dados estatísticos apurados, foi elaborado um quadro-síntese (Tabela 8) destacando os indicadores passíveis de comparação referentes ao Brasil, Rio Grande do Sul, COREDE Norte e Erechim.

No destaque observa-se que, de maneira geral, no COREDE Norte ocorreram as mais significativas melhorias nos indicadores, comprovando a redução das diversidades entre os municípios da região. De outro lado, o Rio Grande do Sul apresentou maior estagnação quando comparada ao Brasil, COREDE e Erechim. Isto demonstra que a região norte gaúcha tem conseguido avanços significativos apesar da situação do RS.

Na cidade polo, Erechim, houve significativo aumento populacional, mas este não foi acompanhado na mesma intensidade pelos indicadores de desenvolvimento, quando comparado à região.

Tabela 8 – Quadro-Síntese das variáveis-chave

	BR	RS	COREDE Norte	Erechim
POP TOTAL - 1991-2010 (%AT - percentagem de variação)	29,92	17,02	1,85	39,95
POP URBANA - 1991-2010 (%AT)	44,99	30,06	38,36	46,16
POP RURAL - 1991-2010 (%AT)	-16,75	-25,60	-38,83	-17,40
PIB a preços correntes - 2000-2010 (%AT)	219,63	208,60	219,57	213,97
PIB per capita - 2000-2010 (%AT)	184,52	194,00	223,77	185,45
Porcentagem de pobres - 1991-2010 (redução %)	150,00	321,00	475,00	497,00
Índice de Gini - 1991-2010 (variação)	-0,03	-0,04	-0,08	-0,07
Índice de Theil-L - 1991-2010 (variação)	-0,1	-0,11	-0,15	-0,15
PEA 10 anos ou mais - 2000-2010 (%AT)	21,26	12,88	5,09	17,25
PEA 18 anos ou mais - 2000-2010 (%AT)	25,14	15,69	8,79	19,87
PEA 10 anos ou mais/pop total - 2000-2010 (%AT)	6,52	7,84	7,52	7,98
Ocupados agropecuária - 2000-2010 (%)	-3,85	-3,29	-7,38	-1,09
Ocupados indústria de transformação - 2000-2010 (%)	-1,64	-3,60	2,09	2,41
Ocupados SIUP - 2000-2010 (%)	0,41	0,45	0,25	0,63
Ocupados construção - 2000-2010 (%)	0,2	-0,04	0,32	-1,13
Ocupados comércio - 2000-2010 (%)	0,95	1,84	1,16	0,49
Ocupados serviços - 2000-2010 (%)	-0,95	-0,08	2,96	-0,54
Renda per capita exc. renda nula - 1991-2010 (aumento %)	77,61	88,75	181,22	81,13
Renda per capita média 1o. quinto mais pobre - 1991-2010 (aumento %)	122,62	156,51	286,73	158,74
Renda per capita média quinto mais rico - 1991-2010 (aumento %)	68,19	76,29	147,90	60,77
Variação de Emprego Admissões/desligamentos - 01/01/2005 a 31/01/2010	10,06	7,25	11,31	12,10
Empresas ativas 2007-2015 (%AT)	160,50	113,58	125,48	130,83
IDH - 1991-2010 (variação)	0,24	0,21	0,28	0,20
IDHM Renda - 1991-2010 (variação)	0,09	0,10	0,17	0,09
IDHM Longevidade - 1991-2010 (variação)	0,16	0,11	0,11	0,08
IDHM Educação - 1991-2010 (variação)	0,36	0,31	0,40	0,34
Taxa de analfabetismo 11 a 14 anos - 1991-2010 (variação)	-12,84	-1,90	-1,46	-1,74
Taxa de analfabetismo 18 anos ou + - 1991-2010 (variação)	-11,63	-6,84	-7,35	-6,51
Grau de escolaridade dos ocupados com 18 anos ou mais - fundamental completo - 2000-2010 (variação)	15,82	15,37	17,80	17,38
Grau de escolaridade dos ocupados com 18 anos ou mais - médio completo - 2000-2010 (variação)	14,07	13,32	12,24	17,15
Grau de escolaridade dos ocupados com 18 anos ou mais - superior completo - 2000-2010 (variação)	5,22	4,32	4,07	5,80

Fonte: elaborado por Ivana Karine Aver

Considerando as análises por variável-chave, na que se refere ao Capital, o primeiro indicador foi o Produto Interno Bruto a preços correntes, entre os anos de 2000 e 2010. Neste caso o maior avanço foi no Brasil, com índice similar no COREDE. Já o PIB per capita, no COREDE, aumentou em mais de três vezes no período. Em relação aos municípios isoladamente, Erechim apresenta o maior valor de PIB per capita, o que é reflexo do fato de esta ser a cidade polo da região, atratora de grandes

empresas e de mão-de-obra. Analisando a porcentagem de pobres vê-se que Erechim, comparando com a região, o RS e o Brasil, teve resultados mais satisfatórios no que concerne à sua redução, no período entre 1991 e 2010.

Os Índices de Gini e Theil foram calculados para a região através de média aritmética simples. Os resultados de ambos foram similares. Na média da região houve melhora entre 1991 e 2010, mas ambos mostraram que aproximadamente 15% dos municípios tiveram piora no período, o que denota o aumento das desigualdades na distribuição de renda. De outro lado, também indicam que há uma tendência de homogeneização de valores dentre os municípios do COREDE Norte.

Na variável Trabalho a análise iniciou pela população economicamente ativa. O aumento mais significativo, inclusive dentre os com com 10 anos ou mais, foi no Brasil, seguido por Erechim, RS e COREDE. Considerando que a população do COREDE teve pouco aumento entre 2000 e 2010 e que grande parte do aumento populacional concentrou-se em Erechim, os dados da PEA ficaram dentro do esperado.

Em relação aos setores de ocupação, houve redução geral no número de trabalhadores vinculados à agropecuária, especialmente no COREDE. Erechim, que já tinha no ano de 2000 baixa porcentagem de ocupados neste setor teve a menor redução proporcional. Considerando a mecanização, o uso de produtos químicos e os avanços tecnológicos que reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo, aliados ao êxodo rural, o resultado fica dentro do previsto, mostrando uma convergência regional neste ponto. Para Veiga (2002, p.5,6), "há quem acredite que o meio rural esteja sujeito a um processo de urbanização tão poderoso que a histórica contradição entre cidade e campo estaria fadada a desaparecer".

Na indústria de transformação houve redução da porcentagem de ocupados no Brasil e no RS. Entretanto, no COREDE aumentou 32% e em Erechim 10%, mostrando que as cidades menores alvancaram este indicador. Dentre os ocupados no SIUP, o aumento em Erechim foi superior ao do Brasil, do RS e do COREDE. Um estudo mais aprofundado poderia ser feito para verificar se este aumento dos ocupados representou efetiva melhoria nos serviços prestados. Já o setor da construção civil apresentou redução proporcional do número de ocupados no RS e

em Erechim (este na ordem de 12%). No comércio o maior aumento foi nas pequenas cidades, as quais impulsionaram os índices regionais. Erechim teve aumento de 3%, o COREDE de 19% e no RS foi de 6%. Dentre os ocupados no setor de serviços, houve pequena redução no RS e em Erechim. Por outro lado, a região apresentou aumento de 15%. Analisando o conjunto das informações referentes à ocupação dos trabalhadores, na região vê-se que, apesar da diminuição proporcional, ainda o setor que mais absorve mão-de-obra é o da agropecuária, seguido do setor de serviços e indústria de transformação. Entretanto, na cidade polo o resultado difere, pois é o setor de serviços que emprega o maior número de trabalhadores, seguido pela indústria de transformação e pelo comércio.

Na questão da renda per capita (exceto renda nula), houve significativo avanço entre 1991 e 2010 na região, que teve valores triplicados.. Este indicador de crescimento (VASCONCELLOS, 2002) nos mostra que a região teve significativa melhora quando comparada ao BR, RS e Erechim. Todavia, em 2010 o valor da renda era maior na cidade de Erechim, quando comparado ao COREDE

Analisando o primeiro quinto mais pobre, os resultados do RS e de Erechim foram semelhantes, ficando acima da variação nacional. Na região o aumento da renda foi significativamente superior ao estadual. Contudo em valores (R\$), o RS e o COREDE apresentam renda de quase o dobro da média nacional. Erechim destaca-se por ter renda, em 2010, de 144% acima do Brasil. Em relação ao quinto mais rico, também o COREDE teve o maior aumento proporcional. Todavia, o valor em R\$ ainda é inferior ao do Brasil, do RS e de Erechim. Observa-se, neste indicador, uma redução das diversidades, visto que a diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres foi reduzida significativamente na região e na cidade polo.

Sobre o emprego entre 01/01/2005 e 31/01/2010, houve uma variação positiva absoluta no COREDE, com maior concentração na cidade polo. Por outro lado, em relação às empresas ativas, o aumento foi proporcionalmente maior no Brasil. Erechim e o COREDE tiveram aumento maior que o RS. Considerando que o número de empresas ativas aumentou aproximadamente dez vezes mais que o número de empregos, denota-se que estas empresas, em sua maioria, são de pequeno porte, não sendo grandes geradoras de empregos. Ainda na questão referente às empresas ativas, entre 2007 e 2015 foi duplicado o número total de empresas na região. Contudo

deve-se considerar que o número de MPEs fechadas tem oscilado, mas em 15 municípios o número de MPEs que fecharam foi proporcionalmente maior do que o número de empresas abertas. Destaca-se que a região tem vocação agropecuária, a qual deve ser incentivada de modo a melhorar a empregabilidade e renda.

É importante destacar que a preocupação em interiorizar o crescimento da indústria e dos serviços deve ser concomitante a um esforço no sentido de criar oportunidades e empregos por meio do estímulo ao crescimento das atividades primárias e da agroindústria, em especial da agricultura familiar, na qual está engajado o maior contingente de habitantes do meio rural gaúcho. Para muitas localidades, em especial as mais distantes da Região Metropolitana, a melhor opção para a criação de postos de trabalho, no meio urbano, consiste na atração de atividades ligadas ao processamento de produtos agrícolas ou à produção de insumos para as atividades primárias, se constitui na alternativa mais viável de industrialização. (FORUM, 2014, p. 40)

Na terceira variável-chave – Capital Humano - vê-se que a média do Índice de Desenvolvimento Humano no COREDE Norte no período entre 1991 e 2010 esteve e ainda está abaixo do IDH do RS e do Brasil, apesar de ter apresentado grande evolução. A cidade polo apresentou IDH superior em todo o período.

Considerando os IDHM Renda, Longevidade e Educação observa-se uma melhora mais significativa no COREDE. Todavia, a renda e educação ainda apresentam índices abaixo dos demais.

A taxa de analfabetismo foi drasticamente reduzida no Brasil entre 1991 e 2010, assim como no RS e na região em estudo. Índices altos ainda são encontrados em seis cidades (maior que 10%), basicamente nas que não têm acesso pavimentado e cuja população possui alta concentração de indígenas.

Dentre os ocupados, o grau de escolaridade de maneira geral apresentou grande evolução entre 2000 e 2010. Ressalta-se o fato de que COREDE ainda apresenta grau inferior ao RS e ao Brasil, mas há de se considerar o grande número de ocupados no setor agropecuário e (também) o número de indígenas. Ainda assim, o COREDE apresentou o maior aumento proporcional dentre os com fundamental completo e Erechim os com ensino médio e superior. Na análise do Índice Firjan, apenas Jacutinga e Sertão tiveram piora no período entre 2005 e 2010. Erechim, em 2010, ocupava a 16ª posição no ranking estadual, seguido por Estação, já na 99ª

posição.

A última variável-chave analisada foi a Tecnologia. Apesar de sua relevância, foi grande a dificuldade para obtenção de informações para este trabalho. Os dados, em geral, referem-se às UF ou a alguns dos municípios pertencentes à região em estudo, impossibilitando a análise em nível regional. Como solução, foi tomado como parâmetro básico as atividades vinculadas às duas principais Instituições de Ensino Superior da região. Justifica-se pelo fato de que nos últimos anos se avolumou a literatura em torno da importância do papel desempenhado pelas Universidades no desenvolvimento regional, o que teve origem certamente na influência das Universidades no sucesso de regiões especialmente dinâmicas, como o *Silicon Valley*. O maior interesse pelo papel que deve ser desempenhado pelas instituições de ensino superior decorreu da pressão causada pelos efeitos da globalização sobre a economia de certas áreas tradicionalmente prósperas de alguns países desenvolvidos, quando da necessidade de reforçar sua competitividade (BANDEIRA, 1999). Assim, a durabilidade e permanência dos esforços relativos à promoção da participação e articulação de atores sociais em escala regional dependem da existência de instituições regionais dotadas de credibilidade que proporcionem apoio operacional efetivo e continuado. Salvo casos específicos onde existem outras instituições com características mais adequadas, consideram-se as Universidades como as melhor qualificadas para assumir o papel, pois tendem a ser pressionadas a estreitar os laços que as unem às localidades das regiões em que atuam, contribuindo diretamente para o seu desenvolvimento. Isso ocorre, em alguns casos, até mesmo para que possam assegurar os recursos necessários à sua sobrevivência e expansão, com as Universidades Comunitárias existentes no Rio Grande do Sul.

Dentre as duas IES analisadas neste estudo percebe-se um direcionamento para algumas áreas específicas em cada uma delas. Na URI (RS) o enfoque nas pesquisas é principalmente nas áreas de educação e nas vinculadas aos alimentos. Nos últimos anos a URI Erechim começou a focar também nas engenharias, em especial nas engenharias de produção e mecânica, de modo a suprir a carência regional destes profissionais nas empresas do *cluster* metalmeccânico. A UFFS (RS/SC/PR) apresenta grande número de pesquisas nas ciências agrárias. O fato de ser a IES com maior número de pesquisas vinculadas ao CNPq, quando comparada

à outra instituição, deve-se possivelmente ao fato de ser uma Universidade Pública, cujos professores têm maior dedicação à docência e à pesquisa. Já em relação aos cursos de Mestrado Acadêmico e Profissionalizante e de Doutorado, ambas têm boa atuação na região. Considerando as informações disponíveis observou-se que a região está satisfatoriamente servida por IES e que estas atendem as demandas regionais no que se refere aos incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Considerando os resultados das análises das variáveis-chave e seus indicadores, observa-se que inicialmente é preciso rever a questão do desenvolvimento no nível estadual. Os indicadores de desenvolvimento social, como saúde, educação e pobreza (VASCONCELLOS, 2002) precisam receber mais atenção do governo, pois apesar de apresentarem melhoras, estas têm ocorrido em intensidade inferior à nacional.

É importante que haja convergência de pensamentos entre gestores e comunidade na busca por caminhos comuns no sentido de promover o desenvolvimento regional. Evidente que diferenças sempre existirão. No caso em tela, especificamente, a diversidade étnica é evidente, visto que os dados mostram que municípios com comunidades indígenas apresentam baixos índices de desenvolvimento quando comparados aos demais da região. Entretanto, trata-se de uma especificidade regional, a qual deve ser considerada e respeitada. Buscar alternativas para melhorar as condições de vida destas comunidades sem que se percam os valores culturais é um dos desafios aqui evidenciados. Este pensamento vai ao encontro de um dos ideais dos COREDES, pois estes

[...] dão absoluta prioridade à inclusão da parcela da população gaúcha que ainda permanece em níveis precários de miséria ou pobreza, por meio de políticas consistentes de médio e longo prazo, sem prejuízo do necessário atendimento emergencial, compensatório e assistencial. Por outro lado, é preciso compreender o ser humano em todas as suas dimensões, e não apenas na carência ou insuficiência de meios materiais para atendimento de suas necessidades básicas. Devem-se constituir sistemas de avaliação que incorporem o bem-estar, a sensação de satisfação ou de infelicidade, aspectos psicológicos e psicossociais e de inserção do indivíduo na sociedade, para orientar programas e projetos. (FORUM, 2014, p.27)

Outra questão que está relacionada com reduzido desenvolvimento econômico

e social é a referente à acessibilidade às sedes municipais, visto que os municípios sem acesso asfáltico apresentaram índices inferiores aos demais. Isto se justifica pelo fato de que a carência de circulação viária adequada inibe a instalação de empresas e também a melhoria nos índices de escolaridade. Correlacionando estes fatores, a baixa escolaridade, a baixa oferta de empregos e a dificuldade para escoamento de excedentes de produção, há evidente inibição do desenvolvimento e desestímulo para que os munícipes permaneçam nestes locais.

Por outro lado, a já mencionada vocação agropecuária da região deve ser estimulada. Tomando medidas com o objetivo de agregar valor à produção, com a manutenção das agroindústrias existentes e incentivos à criação de novas, incentivar-se-á a permanência dos jovens no campo e também indiretamente tenderá a ser reduzido o aumento do desemprego nas cidades maiores. Além disso, haverá maior giro da economia dentro dos municípios, alavancando o desenvolvimento mais equilibrado da região. Para isso também é importante a participação de entidades voltadas ao setor para promoverem capacitação deste pessoal e no auxílio para o escoamento da produção para outras regiões. Neste sentido deve-se

[...] levar em conta não somente a eficiência na atividade produtiva, como os fatores de sustentabilidade, de bem-estar da população e melhorias sociais. Numa economia crescentemente globalizada é preciso atuar nela, buscar diversidade e inovação e, ao mesmo tempo, proteger os sistemas locais de produção e a pequena produção. O RS deve estar unido na busca de solucionar gargalos que dependem de fatores externos, sejam políticas federais ou circunstâncias globais. (FORUM, 2014, p.27)

A questão do pequeno aumento populacional dos municípios do COREDE no período analisado também merece reflexão. Considerando o fato de ser significativamente inferior ao aumento do RS, caberia um estudo mais aprofundado para analisar suas causas e, caso confirmado que o que de fato houve foi migração para outras regiões, quais seriam os motivos para isto.

Todas estas questões analisadas têm sido, com maior ou menor enfoque, objeto de discussões no COREDE Norte. No caso da região objeto de estudo, o envolvimento existe e seus resultados são visíveis ao comparar o desenvolvimento da região com o do RS. Evidentemente que as ações desenvolvidas junto à comunidade regional se refletiram na melhoria das condições de vida da comunidade. Por outro

lado, a cidade polo, que teve grande aumento populacional entre 1991 e 2010, sentiu os reflexos de seu caráter atrator com maior intensidade, não tendo conseguido acompanhar, de maneira geral, os níveis de desenvolvimento da região.

Ressalta-se a observação feita no relatório do Rumos 2015, pois

Existem sérios obstáculos legislativos ao avanço das políticas de desenvolvimento territorial. As três figuras jurídicas em que se reparte a divisão territorial brasileira a partir da Constituição de 1988 (municípios, Estados e Federação) são nitidamente insuficientes para contemplar as necessidades do desenvolvimento territorial. As associações de municípios, envolvendo atores sociais diversos e, em muitos casos, com forte participação empresarial, que se formaram nos últimos anos [...], não encontraram ainda uma figura jurídica que lhes permita converter-se em sujeitos de contrato com os poderes públicos. Esta insuficiência jurídica é um importante obstáculo a que o processo de descentralização administrativa seja regido por uma lógica de contrato baseada na valorização da qualidade e da inovação. (RUMOS, 2006, p. 18)

Assim, este estudo compartilha a ideia de que o papel do planejamento em nível regional deve ser pensado e efetivado a longo prazo, sempre respeitando as diversidades que atuam positivamente sobre a região e estimulando as convergências que incentivam o desenvolvimento. Com este pensamento, na sequência deste trabalho são feitas as considerações finais, mostrando também suas limitações e potencialidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o processo de desenvolvimento do COREDE Norte do Rio Grande do Sul.

Foi escolhido como objeto de estudo de caso a região norte do Rio Grande do Sul, cujo desenvolvimento é bastante particular e distinto das demais regiões do estado. É uma região com colonização recente (pouco mais de cem anos), que desde o seu início teve destaque na exploração de recursos naturais, e que ainda tem grande força da agropecuária. De outro lado, também recebeu grandes investimentos e incentivos na área industrial (especialmente na cidade polo) e no setor de serviços (com destaque para a área educacional). Além disso, possui grande diversidade étnica, com comunidades indígenas e grande miscigenação de culturas europeias, especialmente.

Como muitos municípios foram emancipados após a Constituição de 1988, os dados foram tomados a partir do Censo seguinte, de 1991, compreendendo duas décadas, aproximadamente. Em todas as fases foi considerada a integralidade dos municípios (área urbana e rural). Uma análise diferenciada certamente alteraria os resultados, fazendo com que a pesquisa perdesse sua validade. Alguns indicadores de períodos mais próximos ao atual também foram objeto de análise, de modo a considerar a evolução mais recente do desenvolvimento regional.

A primeira questão analisada foi referente à demografia. O aumento populacional no COREDE foi quase inexistente, à exceção de Erechim. Considerando o crescimento vegetativo, acredita-se que houve migração de moradores do COREDE para outras regiões e, segundo relatos verbais, muitos destes teriam se deslocado

para Santa Catarina, em especial para a região oeste. Retomando os conceitos que distinguem crescimento de desenvolvimento, observa-se que, pela análise populacional, o COREDE não apresentou crescimento (e, se considerarmos o crescimento vegetativo então apresentou perda populacional). Há uma particularidade que denota a convergência da região, pois há significativa parcela da população residente na zona rural do COREDE, quando comparado com os indicadores nacionais e estaduais.

Após o diagnóstico populacional, foram analisadas as variáveis-chave Capital, Trabalho, Capital Humano e Tecnologia. Durante o levantamento e análise dos dados foram observadas algumas particularidades no caso do município de Erechim, que de modo geral comportava-se como um *outlier*, o que era esperado pelo porte do mesmo e por ser a capital regional, concentradora de serviços e empresas de maior porte (município atrator).

A pesquisa mostrou que no COREDE os municípios que têm significativa parcela de população indígena apresentam alguns indicadores significativamente inferiores aos dos demais, especialmente os vinculados à escolaridade e à renda.

Outro fator relevante foi a constatação de que os municípios que não possuem acesso pavimentado parecem estar à margem do crescimento e desenvolvimento pois seus indicadores são sensivelmente inferiores aos dos outros. Sabe-se que dentre as políticas públicas voltadas à qualificação do interior, tornando-o atrativo para novas empresas, está a melhoria dos acessos viários. Ainda há casos como Benjamin Constant do Sul, que possui os dois diferenciais concomitantemente: grande população indígena e acessos sem pavimentação, o que reforça a questão referente a esta diversidade encontrada na região.

O que o trabalho mostrou como fundamental para a análise em escala regional foi o fato de que, em muitos indicadores, os valores mais relevantes positivamente, principalmente quando da análise sob o enfoque do desenvolvimento, vieram dos pequenos municípios, e não da cidade polo.

Com base nas análises, pode-se então responder à hipótese do trabalho, que afirma que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado ao conjunto de

variáveis capital, trabalho, capital humano e tecnologia, que tendem a adicionar valor e que potencializam os valores econômicos e sociais de uma dada região. Fundamentado nos dados apresentados, comprova-se a relação direta entre o desenvolvimento regional e as variáveis-chave, visto que todas refletem a evolução de crescimento e do desenvolvimento da região analisada.

O problema de pesquisa apresentado, que buscava compreender como tem ocorrido o processo de desenvolvimento no COREDE Norte e, mais especialmente, em Erechim e quais têm sido as dinâmicas territoriais na região, foi parcialmente respondido pois, como foi observado em vários momentos, as diversidades e as convergências extrapolam os níveis municipal e regional, sendo que, para a maioria dos dados analisados, são reflexos da situação estadual e nacional. Além dos indicadores analisados, foram observadas algumas lacunas que poderiam ser mais profundamente exploradas. Uma delas é a questão populacional, que notadamente indica êxodo de moradores da região. Contudo, as informações disponíveis não são capazes de esclarecer exatamente como e porque isto ocorre. A análise histórica traz à luz algumas respostas, mas dada a diversidade de municípios analisados, as respostas também são variadas, sendo de difícil homogeneização, visto que este trabalho não abordou especificamente a questão da migração intra e interregional.

Outro fator que pode impactar no desenvolvimento regional é a questão logística. No RS várias cidades ainda são desprovidas de ligações pavimentadas, dificultando seu crescimento e desenvolvimento pois desestimula o estabelecimento de empresas nestes municípios. No COREDE Norte há dez cidades sem acesso pavimentado: Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Ponte Preta e Quatro Irmãos.

Além do modal rodoviário, deve ser considerado o transporte aéreo. Em Erechim, no ano de 1941 foi construído o aeroclube (um dos mais antigos do país), que passou a receber voos regulares, tornando-se, em 1962, o segundo aeroporto do Estado em movimento de aviões. Contudo, atualmente não disponibiliza voos regulares e os moradores da região têm que se deslocar a Chapecó, em SC, ou a Passo Fundo por via rodoviária para então iniciar o trajeto via aérea. Isto demanda mais de uma hora de viagem extra, sendo também um entrave à instalação de grandes

empresas no município polo e na região.

Um grande atrator de pessoas e de investimentos é relacionado ao turismo de negócios. Erechim possui um Parque de Exposições pertencente à Associação Comercial, Cultural e Industrial de Erechim – ACCIE. Merecem destaque a Feira Regional Industrial e Agropecuária de Erechim - FRINAPE, realizada a cada dois anos, e a Feira CONSTRUIR, voltada para o mercado da construção civil, que é realizada anualmente. Ambas têm abrangência regional, com alguns expositores e pequena parcela do público que vêm de outras regiões do RS e de outras UF. Em outros municípios da região também são realizadas feiras setoriais, com atratividade para o público regional.

O setor de turismo apresenta-se como um dos grandes promotores para o desenvolvimento de vários municípios da região. Há um grande potencial a ser explorado com as estâncias de água hidromineral (termal) disponíveis e que já são tradicionais, atraindo especialmente a terceira idade de todo o RS e de outras UF. Nos últimos anos, com a formação do lago da barragem de Itá (SC) e Aratiba (RS), criou-se também uma nova oportunidade vinculada às atividades aquáticas (esporte e lazer). Contudo, a atividade turística ainda precisa ser melhor explorada regionalmente, e não na forma isolada com ocorre, pois com a agregação de vários atratores próximos possivelmente o fluxo de turistas irá aumentar significativamente. Salienta-se que estas atividades, vinculadas a turismo de negócios e de lazer, alavancam diversos setores comerciais e de serviços, movimentando ainda mais a economia.

A dificuldade para obtenção de informações agrupadas regionalmente foi a principal limitação encontrada para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, dados econômicos também eram escassos para o conjunto analisado, o que impossibilitou determinadas análises já que em todos os casos eram necessários os dados referentes a todos os 32 municípios da região.

Percebe-se, com os exemplos citados, que podem haver outros indiciadores que poderiam estar vinculados às variáveis-chave, influenciadores no desenvolvimento regional. Todavia, o volume de informações necessárias para estas análises extrapolaria este trabalho, tornando a pesquisa extensa e exaustiva.

Contudo, considerando os indicadores analisados vinculados às variáveis-chave inicialmente definidas, viu-se que estes foram suficientes para responder às questões principais deste trabalho.

Contudo considera-se que as principais variáveis foram analisadas, não tendo estas limitações prejudicado os resultados do trabalho. Ressalta-se que desde o início soube-se da eventual dificuldade para a obtenção de algumas informações, justamente pelo fato de os dados estatísticos serem disponibilizados em nível municipal ou estadual, havendo assim a necessidade de pesquisas em cada um dos municípios analisados e de ser necessária a posterior homogeneização em nível regional.

Assim, esta pesquisa contribui no sentido de municiar os gestores públicos e a comunidade no tocante às análises sobre a questão do desenvolvimento regional, podendo embasar a adoção de novas diretrizes e políticas, de modo a promover o desenvolvimento do COREDE Norte.

Este trabalho também reforça a ideia de que, num futuro não muito distante, deva ser considerada a criação, no Brasil, da figura jurídica da Região, pois principalmente dadas nossas dimensões territoriais, a divisão em Estados e Municípios tem se apresentado insuficiente para a gestão focada no desenvolvimento.

Atualmente, devido à inexistência da esfera regional (oficialmente falando), vê-se que boa parte das iniciativas partem da comunidade. Contudo, muitas vezes barram em questões políticas e econômicas, que impedem a operacionalidade das ações de planejamento em nível regional.

No Brasil, cada vez mais a sociedade civil deverá participar das decisões estratégicas. Contudo, cabe atualmente quase que exclusivamente ao setor público a efetivação dos planos e programas. Na região gaúcha estudada neste trabalho, há alguns anos foi criada, por iniciativa da comunidade, a Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai, com objetivos que vêm ao encontro do que foi aqui abordado. Em 2008 foi apresentado o relatório do Planejamento Estratégico do Alto Uruguai Gaúcho. Todavia, desde então os avanços baseados neste relatório foram quase inexistentes. Cabe ainda salientar que o COREDE Norte é bastante ativo, principalmente na

elaboração do Planejamento Estratégico Regional, que embasa a vinda de recursos conforme decidido pela comunidade. A busca pela maior convergência dentro da região não deve partir necessariamente de decisões políticas. Ao contrário, esta questão deve sempre ser discutida entre toda a comunidade regional, e é justamente o que tem feito o COREDE Norte. Com reuniões sistêmicas englobando toda a comunidade, tem elaborado propostas estratégicas para o desenvolvimento regional.

O essencial é que as instituições catalisadoras dos processos participativos em escala regional adotem uma atitude de engajamento efetivo na sua promoção, e mantenham a isenção necessária para viabilizar a articulação de diferentes segmentos da sociedade cujos interesses podem divergir em muitas ocasiões.

Por fim, este trabalho mostra a necessidade de que se efetivem as atitudes em escala regional, visto que somente com o fortalecimento de um conjunto de municípios poderemos ver cidades com melhores índices de desenvolvimento e, por consequência, que ofereçam melhor qualidade de vida a seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio Luiz. **Coredes e Comudes: uma nova experiência de planejamento do desenvolvimento local/regional no Rio Grande do Sul, Brasil?**. In XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006

ALMEIDA, André S.; MESSIAS Talita A.; GOULARTI FILHO, Alcides. **A trajetória da Sudesul e as políticas de desenvolvimento regional para Santa Catarina 1967-1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ALMEIDA, Eduardo Simões de. **Curso de Econometria Espacial Aplicada**. ESALQ-USP: Piracicaba, 2004.

ALVIM, Angelica Tanus Benatti et al. **Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e Romano Guerra Editora, 2010.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás**. Fortaleza: Mercator – Revista Ed Geografia da UFC, ano 06, número 12, 2007.

AUN, Marta P., CARVALHO, Adriane M. A., KROEFF, Rubens L. **Aprendizagem coletiva em arranjos produtivos locais: um novo ponto para as políticas públicas de informação**. In: V Enlepicc, Salvador, 2005. Disponível em <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/AdrianeMariaArantesDeCarvalho.pdf>. Acesso em 06 out. 2008.

AVER, Ivana Karine. **Erechim, Processo e Projeto**. Relações estruturais entre traçado viário e desenvolvimento urbano. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2008

_____; BERNARDI, Paola Alessandra Moreno. **Relações entre cidade e região: as disparidades e o desenvolvimento regional**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2003.

BALDISSERA, Marli de Almeida; CIMA, Sônia Mári. **De campo pequeno ao grande Erechim**. Erechim: EdiFAPES, 2008.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento

regional. Brasília: IPEA, 1999.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desarrollo endógeno**. Teorías y políticas de desarrollo territorial. Investigaciones Regionales, num. 11, 2007, PP. 183-210.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória**. In: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre:

BECKER, Dinizar Fermiano. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BANDEIRA, Pedro. **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 2000.

_____. **A Economia Política do Arroz**. São Paulo: Unicamp, 1992.

_____. Competitividade: o (des)caminho da globalização econômico-financeira. In: AGOSTINI, Cíntia; BANDEIRA, Pedro Silveira; DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). **Desenvolvimento contemporâneo e seus (des)caminhos: a contribuição da obra de Dinizar Becker**. Lajeado: UNIVATES, 2009.

BECKER, Gary S. Human Capital: **A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. Chicago: University of Chicago, 1964.

BREITBACH, Aurea Corrêa de Miranda. **Une dynamique regionale fondee sur la diversification industrielle**. L'expérience de la région de Caxias do Sul (Brasil). Sorbonne: Universite Paris I, 2003.

_____. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BRUM, Argemiro Luís. **A comercialização de grãos: o caso da soja**. Ijuí: FIDENE, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 1. ed. Brasília, DF : Ministério da Integração Nacional, 2014.

_____. BERTÊ, Ana Maria de Aveline. LEMOS, Bruno de Oliveira. OLIVEIRA, Suzana Beatriz. **Perfis – Regiões Funcionais de Planejamento**. SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). **História Unisinos**, v.16, n.2, p.220-231, maio/agosto, 2012.

CARVALHO, R. Q. Tecnologia e trabalho industrial: As implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística. Master's thesis, UNICAMP, 1987

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. (eds.) **Globalização e inovação localizada: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/IEL, 1999.

_____. SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos Locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Cap.2, pág. 35-50. São Paulo: Relume Dumará, jul. 2003.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado**. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 2003.

_____. Estado e colonização do Estado Republicado. Encontro estadual de microistória, 8., 1991, Erechim, RS. **Anais...** Erechim: FuRI, 1991.

_____. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Berthier, 1979

CASTELLS, Manoel. **A era da informação: sociedade, economia e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, M., HALL, P. **Technopoles of the world**. Londres: Routledge, 1994.

CHRISTALLER, W. **Central places in central Germany**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Dissertação. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

COOKE, P. ; MORGAN, K. **The regional innovation system in Baden-Württemberg**. International Journal of Technology Management, 9: 394-429, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede Urbana**. 2.ed.São Paulo: Ática, 1989.

COSTA JUNIOR, Antonio Gil da; COSTA, Carlos Eduardo de Mira. **Principais características da experiência espanhola e italiana de planejamento regional e aspectos que podem servir de aprendizado para o Brasil**. Mundorama, 2014. Disponível em <http://mundorama.net/2014/01/14/principais-caracteristicas-da-experiencia-espanhola-e-italiana-de-planejamento-regional-e-aspectos-que-podem-servir-de-aprendizado-para-o-brasil-por-antonio-gil-da-costa-junior-e-carlos-eduardo-de-mi/>. Acesso em 12 mai.2014.

COSTA, Israel José da (Coord.). **Álbum oficial cinquentenário de Erechim**. Erechim: Metrópole, 1968.

COURLET, Claude. **Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL)**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1993.

CROCCO, Marco Aurélio et al. **Metodologia de investigação de arranjos produtivos locais potenciais**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

DALTON, Hugh. **The Measurement of the Inequality of Incomes**, Economics Journal: 1920. p. 348-61.

DAMO, Marcia Regina Sartori; LOCH, Carlos. **As Secretarias de Desenvolvimento Regional e a configuração da regionalização catarinense**. In: COBRAC 2006 - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis: UFSC, 2006a.

_____. **Descentralização, Regionalização e os efeitos da fragmentação territorial no Oeste Catarinense**. In: COBRAC 2006 - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis: UFSC, 2006b.

DAVID, Paul A.; FORAY, Dominique. **Economic Fundamentals of the Knowledge Society**. Stanford University, 2002. Disponível em <http://econwpa.repec.org/eps/dev/papers/0502/0502008.pdf>. Acesso em 15 mar 2016.

DELAZERI, Jaci José (Ed.). **Erechim no coração do Mercosul**. Erechim: Edelbra, 2000.

DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981.

ESPINOLA, Andrea Máximo. **Configuração espacial e hierarquia urbana – rede de cidades no Paraná**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS - PROPUR, 2003.

ESTEVES, Claudio Jesus de Oliveira. **Desenvolvimento regional: a 1ª. Conferência nacional em perspectiva**. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.3, n.1, p. 60-80, jan./jun. 2013.

FACCIO, Ana Júlian. **Infraestrutura ferroviária e privatização: o caso do ramal Passo Fundo-Marcelino Ramos na região do Alto Uruguai/RS**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre-RS, 2012.

FEGER, José Elmar; ROSSETTO, Adriana Marques ; ETGES, Virginia Elisabeta. **Estratégias para o desenvolvimento regional: mas de que região afinal?**. In: 7º Colóquio de Transformações Territoriais, 2008, Curitiba. Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais. Curitiba : Editora da UFPR, 2008. v. 1. p. 1-17.

FEGER, José Elmar; ETGES, Virgínia Elisabeta; ROSSETTO, Adriana Marques. **Limites de Regionalização para Elaboração de Estratégias para o Desenvolvimento Regional**. In Revista Gestão.Org. p.172/192. Mai/ago.2010.

FERREIRA, Jader Duarte. **Análise do Plano-Processo na Urbanização de cidades no Baixo Amazonas: o caso de Santarém-Brasil**. Mestrado. Universidade da Amazônia, 2011.

FORUM dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do

Sul – Coredes-RS. **Pró-RS V: Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)**. Lajeado: Editora da Univates, 2014.

GOMES, Erasmo José. **A experiência brasileira de polos tecnológicos: uma abordagem político-institucional**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1995.

GRZYBOVSKI, Denize; PEREIRA, André da Silva. Desenvolvimento econômico na região colonial do Rio Grande do Sul: uma análise histórica das implicações da Constituição Econômica de 1891 nas empresas familiares. In **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, ano 11, n.4, p.110-140, set./dez., 2013.

HADDAD, Eduardo Amaral. **Regional inequality and structural changes: Lessons from the brazilian experience**. Aldershot: Ashgate, 1999.

HADDAD, Paulo. **A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno**. Teorias e Métodos de Análise. BNB, Fortaleza, 1989 cap. 10.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Organizadores: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo e Rogério Haesbaert; Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.]. – Rio de Janeiro: Access, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. (1973). **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 13 jul. 2013.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim – tempos heróicos**. Erechim: Carraro, 1983.

IPEA-IBGE-NESUR-IPARDES. **Caracterização e tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**, v. 6. Brasília, IPEA, 2000.

KAYSER, Bernard. **Campagnes et villes de la Côte d'Azur**. Mônaco: Editions du Rocher, 1960.

LAHORGUE, Maria Alice. **Pólos tecnológicos no Brasil: espontaneidade ou inovação social? Uma discussão sobre os pólos tecnológicos brasileiros, sua**

evolução e perspectivas. In I Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación CTS+I. Palacio de Minería, 2006.

_____. **L'approche du developpement regional par les systemes complexes:le cas du plateau du Rio Grande do Sul – Bresil.** Tese de Doutorado. L'Universite de Paris I – Pantheon Sorbonne, 1988.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** Rio de Janeiro: SEBRAE, 2003.

LEONARDI, Alex; CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra; RATHMANN, Régis. **Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul:** Uma análise das metades sul e norte. In: 3 Encontro de Economia Gaúcha, 2006, Porto Alegre. 3 Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: FEE, 2006. v. 1. p. 416-435.

LOPES, Carlos Thomaz. **Planejamento, Estado e crescimento.** São Paulo: Pioneira, 1990.

MARKUSEN, A. **Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais.** Belo Horizonte: Nova Economia, v. 5, n. 2, dez 1995.

MARSHALL, A. **Principles of Economics.** Londres 1979 [1920].

MEDICI, Andre C. **Subsídios para a elaboração de uma metodologia para os estudos sobre urbanização e estrutura ocupacional.** Campinas: Unicamp / Instituto de Economia, 1988.

MIGLIOLI, Jorge. **Técnicas quantitativas de planejamento.** Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

MINCER, Jacob. **Investment in human capital and personal income distribution.** The Journal of Political Economy, v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. In: **L'Espace Géographique.** Paris: Doin Editeurs, n.3, 1976.

MOURÃO, Paulo Reis. **Notas para uma discussão do Planejamento Regional – os casos históricos de Portugal e da Comunidade Européia.** In: Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional. V.3, n.1, p.3-22, jan-abril/2007.

PAIVA, Carlos Águedo. **Aglomerções, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais:** o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento? Redes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.territoriopaiva.com/ctms/3/3/>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

PALACIOS, Juan Jose. **El concepto de región: La dimensión espacial de los procesos sociales.** Revista Interamericana de Planificación, México, Sociedade Interamericana de Planificación, p.56-68. 1983.

PAZ, Pedro; RODRIGUEZ, Octávio. **Modelos de crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Forum, 1972.

PERIN, Zeferino; DAMO, Márcia; BONETTI, Célio. **Forum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**. Consensos e estratégias para o desenvolvimento da mesorregião grande fronteira do Mercosul. Erechim, RS: Edifapes, 2003.

PEROBELLI, Fernando Salgueiro ET al. **O planejamento regional e potenciais de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora: uma aplicação de análise fatorial**. Belo Horizonte: Nova Economia, v.9, n.1, 1999.

PERROUX, François. **Pour une philosophie du nouveau développement**. Paris, Aubier : Presses de l'Unesco, 1981.

_____. **A Economia do Século XX**. Moraes Editora: Lisboa, 1967.

PIGOU, Arthur. **Wealth and Welfare**. New York: Macmillan, 1912

PIRAN, Nédio. **Perspectivas do camponês no Alto Uruguai**. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, 1995.

PNUD-IBGE-IPEA-Fundação João Pinheiro. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília, 2014.

PNUD. **O que é Desenvolvimento Humano**. 2012. Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH Acesso em 10 jul 2014.

PORTER, Michael E. **The economic performance of regions**. Regional Studies, v.37, n.6, p. 549-578. aug/oct. 2003.

_____. **Competição – Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. 7. Ed.

_____. **Competitive strategy**. New York: Free Press, 1980.

PREFEITURA Municipal de Erechim. Folder promocional da **VI FRINAPE** -Feira Regional Industrial e Agropecuária e IV Festa Nacional do Chimarrão,1990.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. **A Região Alto Uruguai e a influência da agroindústria no seu processo de desenvolvimento**. Perspectiva, Erechim, v.22, n.77, mar., 1998.

RIBEIRO, Demétrio. **O Planejamento Urbano no Rio Grande do Sul**. (um depoimento sobre as vicissitudes da idéia do Plano Diretor, de 1945 até hoje). In:Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1992.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei 10.283**, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências.

_____. **Relatório de 1912**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1916.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, v.1 e v.2, 1969.

ROSA, Joal de Azambuja; PORTO, Rogerio Ortiz. **Desenvolvimento e disparidades regionais no Rio Grande do Sul: gurgestões de linhas de programas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo**. Porto Alegre: FEE, 2008.

Rumos 2015. **Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul**. SCP-DEPLAN;DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006. 5v.

SANTANA, Márcia de Alencar. **A experiência de planejamento regional no Brasil: o caso da Amazônia (1931-2003)**. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro 2009.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan; SANOTS, Bruno Galvão. Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional. In: **Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento**. Versão preliminar. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EdUSP, 2003.

SHORROCKS, Anthony F.. FOSTER, James E. **Transfer sensitive inequality measures**. Review of Economic Studies 54, 1987, p 485-497.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010.

SILVA, Nelson do Valle. **Cambios sociales y estratificación em el Brasil contemporâneo (1945-1999)**. Santiago do Chile: CEPAL, 2004

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. Livro 2: Natureza, emprego e acumulação de capital. Nova Cultural, 1º ed. 1996 [1776].

SINDICATO das Indústrias do Vestuário do Alto Uruguai. **Proposta do APL do setor têxtil e do vestuário do Alto Uruguai Gaúcho para enquadramento e acesso ao programa de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), conforme EDITAL Nº 01/2013**. 2013.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOLDI, Rodrigo. **Planejamento, desenvolvimento regional e o papel do Estado: estudo comparativo entre o Estado brasileiro e o Estado italiano**. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOLOW, Robert M. **A contribution to the theory of economic growth**. The quarterly journal of economics, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

STUMPF, Léo; RANZOLIN, Conrado. **Monografia do município de Getúlio Vargas**. Erechim: Modelo, 1954.

TAPSCOTT, D. **Economia digital**: promessa e perigo na era da inteligência em rede. São Paulo: Makron Books, 1997.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**. Passo Fundo: UPF Est, 2005.

_____. **Um pequeno grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

THÜNNEN, J. H. VON. **Isolated state**. Oxford: Pergamon Press, 1966.

VARGAS, Diego Boelhke; THEIS, Ivo Marcos. A Evolução recente do Planejamento na América Latina: lições para Santa Catarina? In: **Anais II Encontro de Economia Catarinense**. Chapecó, APEC: 2008

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A face territorial do desenvolvimento**. In: Interações. Revista Internacional de desenvolvimento local. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**. Cambridge: University Press, 1979.

WEBER, Adna. **The growth of cities en the nineteenth century**. New York: Macmillan, 1899.

YUSUF, Shahid; STIGLITZ, Joseph. **Development issues: sttled and open**. in MEIER, Gerald, STIGLITZ, Joseph (org.). *Frontiers of development economics*. Washington: Banco Mundial, 2001. pp. 227-268.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim: Edelbra, 2000.

**APÊNDICE A - TABELA-MÃE COMPOSTA POR 111 DADOS DE
CADA UM DOS 32 MUNICÍPIOS ANALISADOS.**

Município	População total (1991)	População rural (1991)	População urbana (1991)	Renda per capita, exceto renda nula (1991)	Renda per capita média do 1º quintile mais pobre (1991)	Renda per capita média do quintile mais rico (1991)
Aratiba	7695	5536	2159	286,24	47,85	820,37
Áurea	4013	3155	858	223,55	42,02	673,55
Barão de Cotegipe	6320	4040	2280	264,55	35,25	796,85
Barra do Rio Azul	3019	2729	290	256,47	39,64	759,41
Benjamin Constant do Sul	3324	3203	121	130,62	3,4	364,19
Campinas do Sul	5497	2417	3080	409,9	67,23	1261,56
Carlos Gomes	1872	1584	288	334,32	71,48	873,09
Centenário	3410	2973	437	280,53	28,92	1034,83
Charrua	4203	3861	342	220,37	39,35	615,81
Cruzaltense	3058	2689	369	168,33	31,2	435,29
Entre Rios do Sul	4041	2412	1629	248,91	19,45	827,75
Erebango	3420	1390	2030	255,74	62,57	641,81
Erechim	68655	6701	61954	573,50	90,55	1716,15
Erval Grande	7272	5342	1930	221,37	18,22	782,91
Estação	5531	1173	4358	334,94	72,43	962,71
Faxinalzinho	3085	2831	254	200,89	21,86	603,88
Florianópolis	3494	3310	184	227,75	32,71	579,59
Gaurama	6499	3824	2675	292,95	50,73	844,82
Getúlio Vargas	16131	3197	12934	362,36	68,58	1091,17
Ipiranga do Sul	2138	1572	566	347,12	81,44	875,39
Itatiba do Sul	6657	5134	1523	148,38	21,58	432,95
Jacutinga	3303	1638	1665	328,08	43,52	975,25
Marcelino Ramos	7080	4052	3028	331,52	43,56	1041,41
Mariano Moro	2997	2149	848	382,78	55,25	1193,92
Paulo Bento	2668	2464	204	177,7	39,38	461,62
Ponte Preta	2327	2166	161	157,09	29,2	410,63
Quatro Irmãos	2722	2503	219	163,67	41,52	411,1
São Valentim	4385	2917	1468	344,9	17,93	1258,85
Sertão	7841	4649	3192	247,85	42,44	685,48
Severiano de Almeida	4430	3473	957	221,11	35,06	550,93
Três Arroios	3288	2779	509	360,1	73,46	1019,52
Viadutos	7017	4963	2054	325,31	55,66	940,71
Brasil	146.825.475	35.834.485	110.990.990	450,88	43,00	1.503,90
Rio Grande do Sul	9.138.670	2.142.128	6.996.542	509,39	66,67	1.594,79
COREDE Norte	217.392	102.826	114.566	275,90	44,48	810,73

% de pobres (1991)	Índice de Gini (1991)	Índice de Theil - L (1991)	IDHM (1991)	IDHM Renda (1991)	IDHM Longevidade (1991)	IDHM Educação (1991)	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos (1991)	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (1991)	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (1991)
39,44	0,52	0,51	0,455	0,575	0,750	0,218	1,74	9,58	10,19
56,1	0,55	0,54	0,408	0,535	0,705	0,180	1,93	9,59	10,32
49,05	0,56	0,59	0,450	0,561	0,710	0,229	3,49	10,25	10,75
42,35	0,55	0,55	0,443	0,556	0,733	0,214	0,83	10,78	11,70
80,57	0,62	0,56	0,312	0,423	0,653	0,110	9,06	23,44	25,05
35,68	0,56	0,57	0,528	0,632	0,727	0,320	1,35	10,76	11,44
25,74	0,47	0,38	0,423	0,600	0,746	0,169	1,85	9,29	10,30
61,92	0,69	0,91	0,390	0,572	0,754	0,138	3,09	9,28	9,90
47,32	0,51	0,47	0,375	0,532	0,765	0,130	9,26	15,99	16,34
59,73	0,48	0,4	0,356	0,489	0,710	0,130	2,15	13,37	14,48
63,15	0,64	0,79	0,382	0,548	0,710	0,143	3,56	16,06	16,90
32,57	0,44	0,34	0,459	0,557	0,737	0,235	2,81	12,71	13,78
19,65	0,55	0,55	0,58	0,69	0,75	0,38	2,69	8,45	8,96
65,74	0,68	0,9	0,338	0,531	0,765	0,095	3,32	17,92	19,33
34,43	0,52	0,47	0,534	0,600	0,748	0,340	1,70	7,38	7,97
56,12	0,58	0,61	0,408	0,514	0,659	0,201	0,68	17,38	18,89
39,83	0,47	0,43	0,347	0,536	0,719	0,108	0,72	11,75	12,63
39,79	0,52	0,51	0,498	0,579	0,781	0,273	0,64	8,73	9,27
32,44	0,54	0,51	0,532	0,612	0,710	0,347	2,34	9,36	9,90
20,68	0,45	0,36	0,488	0,606	0,788	0,244	2,56	9,93	10,46
70	0,55	0,54	0,374	0,467	0,705	0,159	2,56	15,26	16,60
38,57	0,56	0,59	0,508	0,597	0,734	0,299	3,09	11,39	12,19
43,55	0,59	0,64	0,478	0,597	0,759	0,241	2,54	11,29	11,98
33,44	0,59	0,63	0,483	0,621	0,763	0,238	1,20	13,51	14,44
55,84	0,46	0,38	0,407	0,498	0,763	0,178	3,16	9,92	10,62
65,31	0,49	0,44	0,336	0,477	0,750	0,106	0,90	12,99	13,85
57,54	0,45	0,36	0,330	0,485	0,705	0,105	2,45	14,96	16,10
55,25	0,71	1,03	0,458	0,601	0,729	0,219	3,04	14,74	15,66
44,97	0,51	0,49	0,495	0,552	0,752	0,293	2,77	11,41	12,08
41,36	0,46	0,42	0,451	0,533	0,750	0,230	0,92	10,9	11,69
33,47	0,52	0,46	0,482	0,612	0,763	0,240	0,85	7,02	7,53
33,55	0,53	0,5	0,417	0,595	0,745	0,163	1,25	11,27	12,09
38,16	0,63	0,78	0,49	0,65	0,66	0,28	16,08	20,07	20,88
26,84	0,59	0,64	0,54	0,67	0,73	0,33	3,19	10,12	10,67
46,10	0,54	0,54	0,44	0,56	0,74	0,21	2,52	12,08	12,92

Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (1991)		População total (2000)	População rural (2000)	População urbana (2000)	PEA - 10 anos ou mais (2000)	PEA - 10 a 14 anos (2000)	PEA - 15 a 17 anos (2000)	PEA - 18 anos ou mais (2000)
11,92		7116	4559	2557	4574	276	279	4019
12,35		3889	2627	1262	2430	138	165	2126
12,37		6586	3299	3287	3811	179	191	3441
13,76		2414	2050	364	1472	93	108	1271
28,55		2727	2471	256	1553	113	90	1349
13,38		5714	1616	4098	3008	71	213	2723
12,9		1912	1571	341	1200	55	71	1073
12,01		3127	2467	660	2407	221	186	2000
18,83		3783	3215	568	2250	179	139	1931
17,27		2544	2211	333	1397	27	70	1300
20,01		3491	1422	2069	1831	67	146	1618
16,44		3023	1048	1975	1330	12	91	1226
10,48		87358	5958	81400	45248	496	2525	42227
23,2		5647	3538	2109	3160	195	305	2660
9,41		6228	961	5267	2834	39	181	2615
22,84		2923	1648	1275	1511	41	128	1343
15,44		2361	2135	226	1377	48	93	1236
10,92		6391	3394	2997	4082	165	245	3672
11,54		16509	2865	13644	8325	210	580	7535
12,28		2057	1464	593	1281	69	75	1138
19,75		5252	3459	1793	2749	128	202	2419
14,28		3809	1675	2134	2065	71	68	1926
13,74		6108	3021	3087	3504	241	167	3095
17,36		2474	1404	1070	1444	78	77	1288
12,35		2139	1852	287	1190	52	58	1081
16,17		2028	1631	397	1397	21	92	1284
19,14		1755	1416	339	804	29	53	722
17,89		4109	2536	1573	2441	141	165	2136
14,15		7466	3769	3697	3800	62	185	3553
14,1		4153	2988	1165	2758	146	203	2409
9,01		3144	2350	794	2156	115	104	1937
14,19		6087	3653	2434	3516	154	223	3140
23,45		169.798.885	31.844.926	137.953.959	77.383.015	1.598.580	4.296.047	71.488.388
12,28		10.187.798	1.869.814	8.317.984	5.166.123	88.313	263.860	4.813.950
15,25		224.324	80.273	144.051	122.905	3.932	7.478	111.493

% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2000)	Renda per capita, exceto renda nula (2000)	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre (2000)	Renda per capita média do quinto mais rico (2000)
65,9	0	4,65	0,26	4,06	4,7	18,64	412,91	80,86	1155,6
68,79	0,27	6,02	0,15	2,22	2,86	14,77	326,77	69,99	866,66
56,19	0	8,28	0	3,71	9,64	18,43	503,89	92,71	1512,42
83,77	0	0,77	1,15	2,15	0,98	10,73	469,6	65,66	1416,99
73,18	0	3,07	0	3,01	3,78	16,38	224	27,72	610,09
36,81	0	7,31	0,4	5,64	12,89	30,64	544,03	87,89	1551,04
82,55	0	0,31	0	2,28	0,98	13,88	498,86	102,9	1071,84
83,47	0	1,28	0	2,35	1,94	9,57	261,18	43,53	662,62
64,57	0	4,15	0	1,48	5,4	21,16	310,36	51,1	823,52
81,35	0	2,39	0	0,84	5,35	8,6	393,33	65,06	1140,19
51,41	0,59	5,31	1,7	4,48	7,82	26,62	507,98	49,16	1739,17
48,84	0	9,57	0	3,2	5,9	29,04	361,67	72,12	895,79
7,54	0,29	23,25	0,32	9,09	16,02	41,01	705,08	127,91	2005,14
72,19	0,24	3,97	0,28	3,27	4,72	15,33	360,85	36,2	1192,46
20,52	0	33,47	0	5,13	12,65	26,76	495,21	107,36	1374,99
65,34	0	4,09	0	2,64	7,1	20,84	416,25	44,07	1263,53
90,79	0	0,95	0	1,06	3,04	4,16	295,05	49,03	815,12
57,45	0	9,49	0,86	3,46	4,99	22,95	533,3	96,62	1540,39
21,92	0	19,16	0,55	8	12,77	36,43	522,46	94,27	1458,48
73,29	0	2,79	0	1,07	5,39	17,46	576,84	92,77	1626,16
74,47	0	2,43	0,14	3,99	3,88	14,25	324,85	54,2	894,2
50,01	0	9,61	0	3,57	8,58	26,96	444,68	62,82	1297,15
55,52	0	6,65	0,18	4,84	8,14	23,76	479,89	77,34	1430,19
62,18	0	3,13	0	3,64	5,99	25,06	648,81	115,88	2141,64
74,73	0	10,44	0	2,22	2,52	10,09	369,22	78,21	932,62
80,77	0	1,24	0	0,55	7	9,89	299,22	79,07	611,44
78,92	0	2,38	0	1,95	1,12	15,63	282,52	3,41	574,7
63,78	0	4,21	0	3,88	8,17	18,11	351,28	30,29	1015,37
47,79	0	6,28	0,09	3,37	9,23	32,8	547,49	85,88	1514,52
69,45	0	4,35	0	2,62	3,11	20,23	477,91	100,3	1248,37
69,41	0	5,92	0	2,98	4,86	16,24	454,08	117,14	1139,77
68,72	0	1,9	0,21	4,75	4,98	17,58	479,85	86,29	1287,16
17,40	0,48	13,56	0,52	7,20	14,43	45,24	605,51	54,40	2.001,20
19,23	0,26	17,19	0,44	6,66	13,77	41,45	711,88	98,46	2.213,84
62,55	0,04	6,53	0,20	3,36	6,14	19,81	433,73	73,37	1.212,79

PIB (2000)	% de pobres (2000)	Índice de Gini (2000)	Índice de Theil - L (2000)	IDHM (2000)	IDHM Renda (2000)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Educação (2000)	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos (2000)
76059,00	21,99	0,51	0,46	0,615	0,633	0,804	0,457	1,37
14609,00	28,04	0,47	0,41	0,582	0,596	0,766	0,431	0,69
31797,00	16,75	0,54	0,53	0,633	0,666	0,746	0,511	1,06
9640,00	22,25	0,57	0,58	0,561	0,649	0,766	0,355	1,99
7039,00	52,5	0,53	0,57	0,450	0,535	0,743	0,229	6,7
46376,00	17,56	0,53	0,52	0,665	0,678	0,796	0,545	2,24
7066,00	17,07	0,39	0,31	0,596	0,662	0,793	0,404	0
11810,00	40,92	0,48	0,39	0,545	0,555	0,793	0,367	0,45
17328,00	38,76	0,5	0,47	0,501	0,588	0,858	0,249	5,24
0,00	25,36	0,53	0,51	0,582	0,626	0,792	0,397	0,55
31322,00	33,78	0,67	0,82	0,595	0,663	0,766	0,415	2,45
19305,00	21,84	0,46	0,33	0,606	0,606	0,790	0,465	0,43
777047,00	10,60	0,52	0,49	0,70	0,72	0,82	0,57	1,19
19461,00	41,07	0,63	0,79	0,560	0,612	0,858	0,335	0,86
49299,00	16,22	0,5	0,43	0,662	0,663	0,784	0,558	0,92
11830,00	31,75	0,59	0,62	0,574	0,629	0,762	0,394	1,15
11160,00	36,21	0,51	0,47	0,532	0,579	0,792	0,328	0
36844,00	16,28	0,53	0,5	0,662	0,675	0,841	0,511	0,46
99033,00	17,93	0,52	0,48	0,665	0,671	0,800	0,547	1,2
14934,00	20,47	0,52	0,5	0,673	0,687	0,862	0,514	0,68
17231,00	35,68	0,51	0,5	0,533	0,595	0,775	0,328	0,58
23908,00	24,41	0,55	0,57	0,620	0,645	0,781	0,474	1,09
27090,00	24,11	0,56	0,55	0,631	0,657	0,799	0,478	1,12
10341,00	12,97	0,61	0,67	0,656	0,706	0,806	0,497	0
0,00	20,98	0,46	0,38	0,608	0,616	0,811	0,451	1,44
9893,00	19,11	0,36	0,26	0,560	0,582	0,794	0,380	1,37
0,00	38,17	0,51	0,26	0,504	0,539	0,775	0,307	3,85
17463,00	32,79	0,55	0,64	0,544	0,608	0,775	0,342	2,17
42783,00	17,26	0,52	0,47	0,684	0,676	0,830	0,571	1,64
20329,00	17,18	0,47	0,39	0,633	0,657	0,811	0,475	1,02
14955,00	10,64	0,44	0,34	0,637	0,649	0,843	0,473	0
24374,00	19,67	0,49	0,44	0,567	0,658	0,780	0,355	0,22
1.179.482.000,00	27,90	0,64	0,76	0,61	0,69	0,73	0,46	6,26
81.814.714,00	15,56	0,59	0,62	0,66	0,72	0,80	0,51	1,44
1.500.326,00	25,01	0,52	0,49	0,60	0,63	0,80	0,43	1,38

Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2000)	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (2000)	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (2000)	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2000)	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2000)		População total (2010)	População rural (2010)	População urbana (2010)
6,79	7,26	8,21	19,8	10,46	2		6565	3249	3316
8,35	8,93	10,16	31,69	21,4	3,05		3665	2128	1537
6,87	7,14	7,85	14,75	4,77	0,58		6529	2563	3966
8,86	9,53	11,11	17,77	3,52	0,2		2003	1600	403
19,62	20,98	23,28	34,89	24,02	1,76		2307	1966	341
7,37	7,81	8,92	18,32	8,53	0,71		5506	1289	4217
6,47	6,93	7,95	14,05	6,65	0,31		1607	1229	378
5,93	6,38	7,32	13,17	6,04	0,49		2965	2016	949
14,61	14,86	14,82	18,18	8,53	1,26		3471	2887	584
9,24	9,77	11	25,54	13,66	1,59		2141	1652	489
11,38	12,29	13,7	37,31	21,96	2,83		3080	950	2130
8,72	9,33	10,56	54,59	34,81	9,73		2970	1012	1958
5,07	5,4	6,39	18,07	10,81	0,81		96087	5535	90552
15,43	16,64	18,98	43,56	25,85	5,06		5163	2473	2690
4,73	5,05	5,81	25,44	18,45	2,18		6011	892	5119
12,63	13,82	15,8	30,43	4,67	1,27		2567	1294	1273
7,19	7,72	8,75	28,85	19,92	4,07		2018	1726	292
6,56	6,97	7,98	45,27	27,43	5,4		5862	2474	3388
5,75	6,15	7,03	25,56	12,38	1,47		16154	2292	13862
5,21	5,51	6,31	17,12	9,86	1,15		1944	1265	679
11,43	12,44	13,79	33,71	24,59	3,02		4171	2442	1729
6,75	7,19	8,13	33,62	22,37	3,43		3633	1060	2573
7,52	8,02	9,01	28,42	17,2	3,22		5134	2412	2722
8,85	9,5	11,19	21,86	7,55	1,85		2210	1057	1153
6,78	7,14	8	17,66	11,69	2,39		2196	1602	594
8,05	8,46	9,7	22,88	16,96	0		1750	1238	512
11,51	12,36	14,2	19,89	11,56	0,51		1775	859	916
10,51	11,34	12,67	41,48	25,47	4,96		3632	1888	1744
7,68	8,36	9,55	28,69	15,4	2,63		6294	2907	3387
6,24	6,71	7,85	24,67	13,69	1,94		3842	2443	1399
5,37	5,72	6,29	20,86	14,11	2,88		2855	1828	1027
7,37	7,87	8,95	25,22	14,69	2,87		5311	2668	2643
13,63	14,50	16,75	46,47	30,84	7,97		190.755.799	29.830.007	160.925.792
6,65	7,09	8,21	47,58	30,32	8,03		10.693.929	1.593.638	9.100.291
8,59	9,17	10,35	26,67	15,28	2,36		221.418	62.896	158.522

PEA - 10 anos ou mais (2010)	PEA - 10 a 14 anos (2010)	PEA - 15 a 17 anos (2010)	PEA - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2010)
4221	100	182	3939	52,84	0	7,72	0,29	5,49	5,72
1981	20	56	1905	61,58	0,33	8,56	0,6	3,19	6,66
4185	116	198	3870	50,43	0	11,31	0,07	5,53	11,66
1414	53	57	1305	75,87	0	3,9	0	1,68	3,61
1183	62	61	1060	68,73	0	7,21	0	0,54	4,66
3310	79	129	3101	36,6	0,22	10,05	1,36	4,96	13,01
1154	50	47	1057	72,65	0	4,47	0	1,23	2,5
1922	27	99	1796	73,87	0	6,31	0	2,14	3,67
2058	109	85	1864	69	0	9,89	0	2,88	5,4
1347	48	58	1241	75,64	0	1,46	0	2,62	3,04
1664	51	80	1532	46,65	0	6,69	0,18	5,73	6,36
1482	12	66	1404	47,33	0	14,42	0,15	3,12	7,08
53055	425	2010	50620	6,45	0,00	25,67	0,95	7,96	16,51
3188	164	190	2833	61,24	0	7,16	0,58	3,5	6,25
3490	60	159	3270	20,51	0	26,63	1,32	4,87	13,42
1175	33	36	1106	57,34	0	3,44	0,32	5,48	8,44
1428	40	65	1323	81,36	0	2,41	0,16	0,99	3,04
3599	91	139	3369	45,33	0,49	15,16	0,58	3,24	7,87
9193	121	409	8663	19,69	0,06	15,08	1,24	7,5	14,15
1408	52	65	1291	65,6	0	3,04	0	2,21	5,78
2389	68	125	2196	71,74	0	3,19	0,17	2,82	3,98
2059	45	82	1933	36,21	0	11,03	2,14	5,61	12,53
3268	97	130	3042	49,98	0	8,89	0,19	4,04	7,83
1325	28	56	1241	43,57	0	9,6	0	1,77	12,33
1481	47	60	1375	65,62	0	11,56	2,02	2,11	2,86
1152	28	43	1081	70,41	0	5,52	1,44	2,16	3,22
987	24	27	936	62,66	0	7	0	5,02	2,71
2332	77	114	2141	52,9	0	5,22	0,08	4,38	11,36
3520	96	142	3283	46,93	0	3,96	0,51	5,16	8,48
2725	111	152	2462	56,39	0	8,07	0	2,68	8,37
2149	74	106	1969	63,26	0	4,22	0	2,32	4,8
3321	87	145	3089	57,14	0	7,15	0,2	4,97	6,14
93.841.042	1.293.199	3.082.987	89.464.856	13,55	0,48	11,92	0,93	7,40	15,38
5.831.829	67.457	194.857	5.569.515	15,94	0,26	15,59	0,89	6,62	14,66
129.165	2.495	5.373	121.297	55,17	0,03	8,62	0,45	3,68	7,30

% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2010)	Renda per capita, exceto renda nula (2010)	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre (2010)	Renda per capita média do quinto mais rico (2010)	PIB (2010)	% de pobres (2010)	Índice de Gini (2010)	Índice de Theil - L (2010)	IDHM (2010)
25,56	1172,35	248,73	3484,93	382970	2,62	0,54	0,51	0,772
18,76	686,1	181,22	1664,35	52226	6,03	0,42	0,32	0,707
20,1	823,2	203,63	1942,72	117079	5,2	0,42	0,33	0,719
14,05	645,45	163,04	1447,93	34439	5,94	0,4	0,27	0,723
18,29	337,03	37,9	838,54	21883	31,18	0,48	0,51	0,619
32,02	869,1	208,33	2289,87	100201	3,53	0,46	0,37	0,760
17,34	763,48	204,39	1919,73	22630	3,7	0,43	0,32	0,739
13,25	659,46	132,45	1697,1	34299	8,5	0,46	0,4	0,701
12,63	619,92	89,69	1644,36	52226	20,85	0,51	0,51	0,620
16,87	735,15	125,95	1777,77	33285	9,38	0,45	0,39	0,719
30,9	657,86	136,99	1609,88	93798	10,32	0,45	0,39	0,703
27,33	586,58	119,3	1491,47	45945	10,02	0,47	0,41	0,712
40,47	1038,79	234,29	2759,22	2439727	3,29	0,48	0,40	0,78
19,65	679,22	135,1	1851,41	66860	10,37	0,5	0,46	0,681
30,46	862,69	239,75	2282,2	117514	1,78	0,46	0,37	0,753
23,47	455,98	75,06	1037,22	29611	17,32	0,43	0,36	0,666
11,46	629,11	118,38	1499,12	32316	11,16	0,44	0,38	0,663
24,69	767,43	199,71	1893,02	113114	5,74	0,43	0,33	0,738
38,08	837,17	198,3	2105,53	271000	3,68	0,45	0,35	0,746
17,11	1301,23	276,21	3406,11	49094	2,05	0,48	0,41	0,791
15,84	611,44	105,23	1605,51	48897	13,92	0,49	0,46	0,681
29,64	636,24	175,29	1450,45	71986	6,07	0,39	0,28	0,726
27,68	777,41	166,87	2033,86	71037	7,35	0,47	0,41	0,724
29,63	925,46	208,42	2457,59	27717	4,8	0,47	0,4	0,730
14,82	749,77	226,76	1723,95	45166	3,24	0,39	0,28	0,710
17,25	735,35	226,55	1711,89	26915	3,25	0,39	0,27	0,725
20,31	604,11	131,33	1590,7	40889	11,12	0,47	0,41	0,689
25,47	831,21	136,14	2363,09	56778	11,38	0,53	0,52	0,720
32,07	832,06	180,62	2165,96	126138	5,35	0,46	0,38	0,751
21,7	796,62	193,32	1930,35	60209	6,08	0,43	0,33	0,752
20,96	1518,78	279,91	5065,99	42243	1,43	0,62	0,72	0,791
20,7	683,46	145,64	1573,24	66536	9,85	0,42	0,34	0,702
44,29	800,84	95,73	2.529,50	3770084872	15,20	0,60	0,68	0,73
41,37	961,50	171,02	2.811,51	252482597	6,37	0,55	0,53	0,75
22,77	775,91	172,02	2.009,85	4794728	8,02	0,46	0,39	0,72

IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos (2010)	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (2010)	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (2010)	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)
0,801	0,856	0,670	0	4,38	4,57	5,06	35,17	25,57	6,11
0,715	0,841	0,588	0	5,44	5,76	6,3	43,98	30,73	6,57
0,745	0,842	0,593	1,97	3,83	4,02	4,35	40,67	25,56	4,22
0,703	0,842	0,638	0	7,96	8,41	9,31	40,14	19,36	4,09
0,601	0,801	0,492	2,12	13,81	15,3	17,93	53,11	40,83	10,15
0,753	0,842	0,691	1,26	4,72	4,93	5,45	40,35	20,51	4,56
0,732	0,886	0,622	1,04	4,74	5,05	5,62	33,06	18,75	3,85
0,707	0,856	0,569	1,9	4,08	4,32	4,72	25,18	15,33	3,08
0,699	0,885	0,385	2,44	13,09	14,1	15,57	39,55	21,76	3,46
0,724	0,849	0,605	0	6,76	7,26	8,34	42,59	22,74	6,83
0,709	0,857	0,572	0,49	9,13	9,64	10,89	55,76	26,94	6,13
0,689	0,837	0,626	1,35	6,86	7,29	8,5	71,97	51,96	15,53
0,78	0,83	0,72	0,95	3,27	3,42	3,97	34,62	20,59	7,27
0,713	0,885	0,501	1,25	11,75	12,62	14,54	64,94	43,18	10,77
0,752	0,843	0,674	2,22	3,48	3,58	4	50,72	32,16	5,67
0,646	0,801	0,571	0	9,49	10,18	11,53	23,71	14,64	2,11
0,701	0,854	0,486	0,78	4,44	4,61	5,13	50,5	34,29	6,85
0,733	0,852	0,643	1,52	4,05	4,24	4,64	61,33	43,01	11,87
0,747	0,843	0,658	1,3	4,12	4,31	4,91	44,57	30,22	5,67
0,818	0,866	0,698	0	3,38	3,33	3,75	39,24	19,96	3,07
0,696	0,801	0,567	1,43	11,38	12,15	13,8	48,17	33	11,89
0,703	0,855	0,636	1,46	6,31	6,72	7,67	47,67	30,9	8,25
0,735	0,834	0,618	1,16	6,42	6,81	7,64	43,75	19,51	6,01
0,763	0,843	0,604	0,78	7,24	7,57	8,43	37,28	20,03	2,32
0,730	0,858	0,571	0	4,08	4,3	4,7	36,27	23,32	4,6
0,727	0,874	0,600	0	6,54	6,89	7,78	41,33	20,02	3,63
0,695	0,833	0,565	4,24	9,7	10,27	11,61	42,35	30,67	7,24
0,745	0,820	0,612	0,87	9,37	9,94	11,07	53,65	38,35	10,38
0,746	0,837	0,678	1,55	6,1	6,43	7,14	49,08	29,82	5,67
0,738	0,861	0,670	0,48	6,15	6,53	7,17	47,13	23,87	6,2
0,843	0,851	0,689	0	4,16	4,44	4,87	40,55	23,43	5,92
0,715	0,864	0,561	1,41	5,44	5,75	6,4	1423,04	880,59	205,9
0,74	0,82	0,64	3,24	9,61	10,19	11,82	62,29	44,91	13,19
0,77	0,84	0,64	1,29	4,52	4,75	5,44	62,95	43,64	12,35
0,73	0,85	0,61	1,06	6,61	7,02	7,90	87,54	54,11	12,68

Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)2000	Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)2005	Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)2010		empresas ativas (2007)	MPEs ativas (2007)	mortalidade das MPEs (2007)	empresas ativas (2008)	MPEs ativas (2008)
76.059	231.446	382.970		211	201	17	225	215
14.609	24.276	52.226		113	109	3	119	115
31.797	50.007	117.079		296	286	7	310	300
9.640	16.279	34.439		24	24	2	24	24
7.039	11.385	21.883		15	15	2	17	17
46.376	50.243	100.201		260	249	5	268	257
7.066	9.193	22.630		21	21	1	24	22
11.810	16.995	34.299		67	64	1	73	70
17.328	21.196	52.226		45	43	4	48	46
0	12.772	33.285		21	20	3	24	23
31.322	49.123	93.798		112	107	5	121	116
19.305	22.989	45.945		88	85	1	96	93
777.047	1.303.490	2.439.727		5195	4807	196	5607	5202
19.461	31.074	66.860		131	125	5	150	144
49.299	84.340	117.514		275	260	7	292	277
11.830	15.471	29.611		59	56	0	60	57
11.160	14.352	32.316		30	28	3	31	29
36.844	67.144	113.114		184	175	10	199	190
99.033	141.624	271.000		936	883	27	998	942
14.934	23.753	49.094		56	54	2	59	57
17.231	27.083	48.897		73	71	0	76	74
23.908	28.639	71.986		133	125	7	141	133
27.090	43.215	71.037		329	316	6	344	331
10.341	15.391	27.717		49	46	5	55	52
0	18.507	45.166		45	41	0	47	43
9.893	12.093	26.915		52	50	3	56	54
0	13.719	40.889		20	18	2	22	20
17.463	28.634	56.778		124	117	12	134	127
42.783	62.248	126.138		218	206	4	234	222
20.329	32.483	60.209		105	100	6	113	108
14.955	23.596	42.243		72	71	3	76	75
24.374	36.473	66.536		179	174	13	190	185
1.179.482.000	2.147.239.292	3.770.084.872		6158319	5219008	160664	6678327	5681208
81.814.714	144.218.198	252.482.597		521073	483324	21168	558828	520119
1.500.326	2.539.233	4.794.728		9538	8947	362	10233	9620

mortalidade das MPEs (2008)	empresas ativas (2009)	MPEs ativas (2009)	mortalidade das MPEs (2009)	empresas ativas (2010)	MPEs ativas (2010)	mortalidade das MPEs (2010)	empresas ativas (2011)	MPEs ativas (2011)	mortalidade das MPEs (2011)
14	246	232	9	275	261	8	314	300	13
7	128	124	5	144	140	12	162	158	17
18	328	317	16	362	349	12	398	382	7
2	29	29	2	31	31	1	41	41	2
2	20	20	2	21	21	1	24	24	2
24	291	280	10	312	300	4	332	319	8
1	26	24	2	28	26	2	31	29	2
3	80	77	2	82	79	11	89	86	4
1	53	51	2	58	56	1	66	64	1
0	29	28	1	34	33	2	37	36	1
8	131	126	6	140	135	7	148	143	3
3	101	98	0	116	113	1	133	130	4
437	6052	5614	186	6649	6178	232	7327	6819	212
5	154	148	3	164	158	2	191	185	4
19	318	300	13	354	331	15	384	361	10
2	62	59	2	63	60	1	67	64	4
0	37	35	2	40	38	0	42	39	0
21	214	203	16	243	230	12	266	251	15
81	1074	1017	33	1162	1101	50	1294	1222	31
2	64	62	1	75	73	4	78	76	1
17	81	79	4	93	91	3	102	99	6
8	148	140	6	160	151	9	170	161	5
21	366	352	18	389	375	15	415	400	10
7	58	55	10	66	63	6	71	68	5
1	57	52	1	64	59	1	74	69	2
2	61	59	2	67	65	3	75	72	3
1	25	23	1	29	27	4	36	34	1
18	141	134	4	154	147	8	163	156	7
27	251	239	7	269	257	8	302	285	11
9	121	116	2	131	126	3	149	144	10
7	81	80	3	93	92	6	99	98	4
18	199	194	5	214	209	8	236	230	5
502425	7272825	6191041	173180	8436861	7250234	170113	9753892	8452338	168440
52868	599904	558965	22654	665850	622119	22812	740688	693466	18906
786	11026	10367	376	12082	11375	452	13316	12545	410

empresas ativas (2012)	MPEs ativas (2012)	mortalidade das MPEs (2012)	empresas ativas (2013)	MPEs ativas (2013)	mortalidade das MPEs (2013)	empresas ativas (2014)	MPEs ativas (2014)	mortalidade das MPEs (2014)	empresas ativas (2015)
370	356	15	436	422	10	498	481	12	563
186	182	5	207	203	1	243	238	5	279
441	424	9	516	492	14	581	557	9	653
47	47	1	54	54	1	62	62	4	74
26	26	0	34	34	2	38	38	3	45
356	343	10	427	414	10	494	481	13	552
40	38	4	49	47	1	51	49	0	54
100	97	4	116	112	1	127	123	4	137
75	73	0	85	81	1	96	92	2	103
40	39	2	43	42	1	47	46	0	50
164	157	5	185	177	4	210	201	3	233
155	152	5	181	178	2	207	204	1	227
8277	7711	238	9421	8801	254	10687	10021	209	12007
224	217	9	266	259	8	312	305	2	356
424	400	12	471	447	13	516	491	9	548
77	73	7	95	90	7	104	99	3	118
51	48	1	63	60	2	69	66	1	73
294	279	18	323	307	14	371	354	7	410
1436	1358	35	1624	1542	35	1763	1675	45	1954
87	85	0	97	95	3	108	106	2	122
118	114	5	141	137	2	159	155	7	172
190	179	15	221	210	5	243	231	4	266
439	424	10	483	466	7	519	502	7	558
79	75	1	89	85	7	100	96	5	108
86	80	3	107	101	1	122	115	1	136
85	80	1	90	85	0	96	91	0	102
44	41	4	55	51	2	66	62	3	76
185	177	7	215	207	3	244	236	10	270
342	321	5	381	360	10	419	397	11	458
168	162	4	202	195	11	220	213	11	239
106	104	9	122	119	5	142	138	3	155
251	245	7	286	278	7	318	310	6	360
11129172	9708987	156168	12665156	11133674	140617	14276367	12636088	145900	16059147
823684	772543	18958	915009	860791	16625	1009884	952653	17523	1114132
14963	14107	451	17085	16151	444	19232	18235	402	21458

MPEs ativas (2015)	mortalidade das MPEs (2015)
543	26
274	14
627	28
74	3
45	4
538	36
52	2
132	4
99	4
49	1
222	13
224	5
11303	506
349	18
523	25
112	8
70	2
393	17
1862	71
120	4
168	8
253	13
536	15
104	5
129	6
97	4
72	4
262	16
436	15
232	13
151	3
352	25
14322654	581444
1053372	48995
20403	918

**APÊNDICE B - RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DOS
MUNICÍPIOS DO COREDE NORTE**



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 158,26 km²

IDHM 2010: 0,707

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 3665 hab.

Densidade Demográfica: 23,16 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Aratiba teve um incremento no seu IDHM de 69,67% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 58,17% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Aratiba teve uma taxa média de crescimento anual de -0,80%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,87%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 80,03%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Aratiba passou de 49,81% para 41,57% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,85% para 13,42%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 52,56% para 49,81%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,24% para 8,85%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Aratiba, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,0 anos em 1991 para 73,3 anos em 2000, e para 76,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Aratiba cresceu 309,34% nas últimas duas décadas, passando de R\$286,24 em 1991 para R\$411,15 em 2000 e R\$1.171,70 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 43,64% no primeiro período e 184,98% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 17,66% em 1991 para 6,82% em 2000 e para 0,48% em 2010.

A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,54 em 2010.

ARATIBA - RS

História

Aratiba iniciou sua colonização em 1917 quando instalaram-se no local os primeiros povoadores que adquiriram suas colônias da Cia. Luce & Rosa S/A, responsável pela exploração das terras que foram parte do Município de Erechim. Em 1919 iniciou-se o povoamento que teve como primeira denominação Rio Novo. Em 1924 foi elevado à categoria de Distrito de Erechim. Em 1944, o povoado Rio Novo recebeu o nome de Aratiba. A elevação à categoria de Município ocorreu em 1955. Em 1965 emancipou-se de Aratiba o distrito de Itatiba, hoje o Município de Itatiba do Sul e em 1992 foi criado o Município de Barra do Rio Azul, desmembrado de Aratiba, reduzindo em aproximadamente 30% a área e a população. Os colonizadores que estabeleceram-se no Município, formaram uma população composta basicamente por imigrantes italianos (60%), alemães (25%), poloneses, russos e outros (15%), que trouxeram seus costumes e hábitos particulares das regiões de origem. Instalaram-se aqui dedicando-se à agricultura, pecuária e comércio em geral, características estas que permanecem até os dias atuais.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 41,62% e no de período 1991 e 2000, 121,49%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 6,16% entre 2000 e 2010 e 94,07% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 25,48% no período de 2000 a 2010 e 297,62% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 139,75% entre 2000 e 2010 e 157,13% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 75,24% dos alunos entre 6 e 14 anos de Aratiba estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 76,25% e, em 1991, 47,67%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 60,25% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 42,95% e, em 1991, 9,56%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 23,57% estavam cursando o ensino superior em 2010, 3,79% em 2000 e 1,16% em 1991. Nota-se que, em 2010, 1,23% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 6,50%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação. Em 2010, 39,58% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 26,26% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,62% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 80,50% em 2000 para 75,76% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,76% em 2000 para 1,12% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 158,26 km²

IDHM 2010: 0,707

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 3665 hab.

Densidade Demográfica: 23,16 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Áurea teve um incremento no seu IDHM de 73,28% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 50,51% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Áurea teve uma taxa média de crescimento anual de -0,59%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,35%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 96,15%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Áurea passou de 51,80% para 45,80% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 9,87% para 13,42%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 55,87% para 51,80%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,02% para 9,87%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Áurea, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,3 anos em 1991 para 71,0 anos em 2000, e para 75,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Áurea cresceu 206,91% nas últimas duas décadas, passando de R\$223,55 em 1991 para R\$326,77 em 2000 e R\$686,10 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 46,17% no primeiro período e 109,96% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 25,70% em 1991 para 7,55% em 2000 e para 1,88% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,47 em 2000 e para 0,42 em 2010.

ÁUREA - RS

História

O povoamento de Áurea teve início em 1906, com a vinda de poloneses e descendentes desses, que se dedicaram ao desbravamento das matas e ao cultivo do solo. Impossibilitados de pagarem suas terras, muitos trabalharam para o Governo na abertura de estradas. Neste período a localidade denominava-se Rio Marcelino. Por volta de 1918 passou a denominar-se treze de Maio; em 1938 passou a chamar-se Princesa Isabel e em 1944 Vila Áurea. Os nomes até agora citados referem-se a um dado histórico brasileiro, a Abolição da Escravatura. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Áurea em 1987. Áurea é um município formado por diversos grupos étnicos, entre eles contribuem italianos com 5%, alemães com 2%, negros com 3% e poloneses com 92%. A economia do município é essencialmente agrícola, com destaque para a produção de grãos como soja, milho, trigo, feijão e erva-mate. O município conta com 10 indústrias ervateiras, as quais atendem o mercado local, regional e de Estados vizinhos. O município de Áurea é um grande referencial da cultura polonesa em nosso país e, em virtude deste fato, o município registrou oficialmente, em Novembro de 1999, o título de Capital Polonesa dos Brasileiros.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 29,80% e no de período 1991 e 2000, 487,64%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu -4,49% entre 2000 e 2010 e 88,72% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 31,17% no período de 2000 a 2010 e 261,68% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 74,58% entre 2000 e 2010 e 224,50% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 61,48% dos alunos entre 6 e 14 anos de Áurea estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 77,10% e, em 1991, 34,17%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 54,36% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 34,66% e, em 1991, 4,40%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 18,60% estavam cursando o ensino superior em 2010, 8,49% em 2000 e 1,57% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,81% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 18,41%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 30,62% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 21,29% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 4,56% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 77,78% em 2000 para 66,74% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,58% em 2000 para 1,11% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 261,07 km²

IDHM 2010: 0,719

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 6529 hab.

Densidade Demográfica: 25,01 hab/Km²

Ano de instalação: 1964

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Barão de Cotegipe teve um incremento no seu IDHM de 59,78% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 48,91% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Barão de Cotegipe teve uma taxa média de crescimento anual de -0,09%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,46%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 68,38%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Barão de Cotegipe passou de 54,06% para 44,31% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 10,01% para 12,07%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 54,62% para 54,06%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,20% para 10,01%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Barão de Cotegipe, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,6 anos em 1991 para 69,7 anos em 2000, e para 75,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Barão de Cotegipe cresceu 213,96% nas últimas duas décadas, passando de R\$262,20 em 1991 para R\$503,89 em 2000 e R\$823,20 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 92,18% no primeiro período e 63,37% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 21,71% em 1991 para 5,31% em 2000 e para 1,25% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,54 em 2000 e para 0,42 em 2010.

BARÃO DE COTEGIPE - RS

História

O Município de Barão de Cotegipe iniciou seu povoamento por volta do ano de 1911, quando, aos poucos, foram chegando os colonizadores italianos, poloneses, ucranianos, lituanos e caboclos. Assim surgiu um novo povoado que se chamou primeiramente Floresta e teve sua emancipação em 1965, levando o nome de Barão de Cotegipe em homenagem ao Estadista Maurício Vanderlei, braço direito do imperador D. Pedro I, que visitou a localidade na época. Quanto ao perfil dos setores produtivos, Barão de Cotegipe caracteriza-se pela predominância do Setor Primário. Os principais produtos agrícolas cultivados são milho, trigo, soja, feijão e um expressivo cultivo de erva-mate. A economia está baseada na agricultura familiar, possuindo diversas agroindústrias. O município possui a maior produção de frangos da região e também destaca-se na produção de leite, suínos, erva-mate, uva, grãos e fruticultura. Como potencialidade na geração de emprego e renda urbana destacam-se as industrializações da erva-mate, distribuidoras de medicamentos, fábricas de joias, indústrias moveleiras, malharias, serralherias, fábrica de balanças e facas, artefatos de vime e artefatos de concreto.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 4,27% e no de período 1991 e 2000, 124,35%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 2,49% entre 2000 e 2010 e 127,41% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu -10,61% no período de 2000 a 2010 e 288,11% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 56,88% entre 2000 e 2010 e 224,64% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 61,60% dos alunos entre 6 e 14 anos de Barão de Cotegipe estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 73,71% e, em 1991, 43,29%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 31,02% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 34,27% e, em 1991, 6,16%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 17,34% estavam cursando o ensino superior em 2010, 13,20% em 2000 e 1,07% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 2,09% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 16,38%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 40,61% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 27,54% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,73% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 74,31% em 2000 para 77,59% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 3,67% em 2000 para 1,35% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 148,21 km²

IDHM 2010: 0,723

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2003 hab.

Densidade Demográfica: 13,51 hab/Km²

Ano de instalação: 1993

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Barra do Rio Azul teve um incremento no seu IDHM de 63,21% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 50,27% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Barra do Rio Azul teve uma taxa média de crescimento anual de -1,85%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,45%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 109,45%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Barra do Rio Azul passou de 48,83% para 39,78% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,12% para 12,48%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 54,50% para 48,83%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,35% para 8,12%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Barra do Rio Azul, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,0 anos em 1991 para 70,9 anos em 2000, e para 75,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Barra do Rio Azul cresceu 148,72% nas últimas duas décadas, passando de R\$255,13 em 1991 para R\$454,63 em 2000 e R\$634,55 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 78,20% no primeiro período e 39,58% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 27,34% em 1991 para 9,04% em 2000 e para 2,39% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,57 em 2000 e para 0,40 em 2010.

BARRA DO RIO AZUL - RS

História

A história da Barra do Rio Azul confunde-se com a história da própria antiga sede municipal, Aratiba, cuja colonização iniciou-se em 1917, quando a companhia Luce & Rosa demarcou toda a região. O nome "Barra do Rio Azul" provém do fato de, no centro dessa cidade, ocorrer o encontro do Rio Azul com o Rio Paloma, assim denominada daí por diante, até encontrar o Rio Uruguai. A composição étnica da população compreende 65% de italianos, 20% de alemães e 15% de grupos minoritários, entre poloneses, russos e outros. Em 1914 a localidade de Barra do Rio Azul começa a receber os primeiros colonos de origem italiana. Entretanto, é a partir da década de 20 que o fluxo migratório se tornou mais intenso. Até meados de 1950, Barra do Rio Azul foi um importante centro urbano, se comparado aos padrões de pequenas localidades do período. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Barra do Rio Azul, em 1992.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 23,66% e no de período 1991 e 2000, 118,74%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 33,98% entre 2000 e 2010 e 52,95% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 71,33% no período de 2000 a 2010 e 89,90% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 195,47% entre 2000 e 2010 e 286,56% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 85,07% dos alunos entre 6 e 14 anos de Barra do Rio Azul estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 73,58% e, em 1991, 56,04%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 56,60% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 25,02% e, em 1991, 9,36%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 15,14% estavam cursando o ensino superior em 2010, 2,53% em 2000 e 2,72% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,84% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 2,18%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

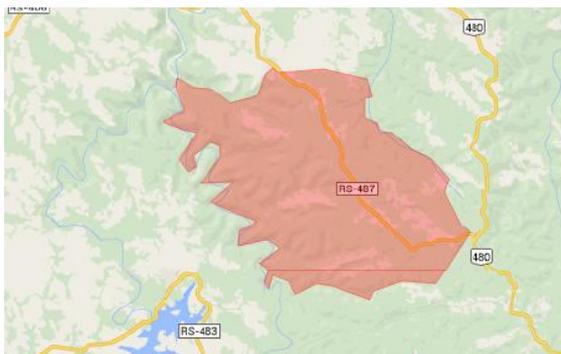
Em 2010, 35,84% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 22,36% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 3,29% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 76,34% em 2000 para 81,98% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 0,92% em 2000 para 0,53% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 132,07 km²

IDHM 2010: 0,619

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 2307 hab.

Densidade Demográfica: 17,47 hab/Km²

Ano de instalação: 1997

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Benjamin Constant do Sul teve um incremento no seu IDHM de 98,40% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 44,62% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Benjamin Constant do Sul teve uma taxa média de crescimento anual de -1,66%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,18%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 306,05%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Benjamin Constant do Sul passou de 75,03% para 61,55% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,13% para 9,06%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 74,58% para 75,03%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,99% para 5,13%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Benjamin Constant do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,2 anos em 1991 para 69,6 anos em 2000, e para 73,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Benjamin Constant do Sul cresceu 202,85% nas últimas duas décadas, passando de R\$111,09 em 1991 para R\$223,36 em 2000 e R\$336,44 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 101,06% no primeiro período e 50,63% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 58,31% em 1991 para 32,37% em 2000 e para 16,33% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,62 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,48 em 2010.

BENJAMIN CONSTANT DO SUL -RS

História

O nome de Benjamin Constant, foi uma homenagem a pessoa de Benjamin Botelho de Magalhães Constant, militar e político brasileiro, bacharel em ciências físicas e matemática, formado em engenharia civil e militar, participou na guerra do Paraguai como capitão engenheiro, no trabalho de fortificação do acampamento de Tuiuti. O Distrito pertencente a São Valentim foi criado com a denominação de Benjamin Constant em 1959. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Benjamin Constant do Sul em 1995.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 37,17% e no de período 1991 e 2000, 186,43%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 292,49% entre 2000 e 2010 e -32,23% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 299,11% no período de 2000 a 2010 e 169,85% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 55,22% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 48,96% dos alunos entre 6 e 14 anos de Benjamin Constant do Sul estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 39,65% e, em 1991, 25,65%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 30,20% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 8,22% e, em 1991, 5,44%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 6,20% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,00% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,96% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 7,69%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 34,18% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 14,84% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,75% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 85,27% em 2000 para 71,33% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 3,20% em 2000 para 0,61% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 262,47 km²

IDHM 2010: 0,760

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 5506 hab.

Densidade Demográfica: 20,99 hab/Km²

Ano de instalação: 1959

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Campinas do Sul teve um incremento no seu IDHM de 43,94% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 49,15% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Campinas do Sul teve uma taxa média de crescimento anual de -0,37%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,43%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 36,69%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Campinas do Sul passou de 51,40% para 43,76% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,72% para 13,11%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 53,26% para 51,40%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,30% para 8,72%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Campinas do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,6 anos em 1991 para 72,8 anos em 2000, e para 75,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Campinas do Sul cresceu 112,80% nas últimas duas décadas, passando de R\$408,41 em 1991 para R\$544,03 em 2000 e R\$869,10 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 33,21% no primeiro período e 59,75% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 8,27% em 1991 para 8,49% em 2000 e para 1,08% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,46 em 2010.

CAMPINAS DO SUL - RS

História

O início da colonização de Campinas do Sul deu-se nas décadas de 1920/1930, mas o maior impulso verificou-se nos anos de 1939 e 1940, quando levas crescentes de colonos aportaram à então denominada Vila Oungre, nome primitivo do atual município. Os imigrantes, em sua maioria de origem italiana, seguidos de elementos de origem germânica, procediam das chamadas colônias velhas, ou seja, da região da grande Caxias do Sul e do Vale dos Sinos, e chegavam atraídos pela fertilidade do solo e pela topografia favorável ao desenvolvimento das mais variadas culturas agrícolas. A extração da madeira de pinho foi uma das principais atividades dos primeiros desbravadores, dada a abundância da espécie nos primórdios da colonização. A riqueza criada pela indústria da madeira e pela florescente agricultura propiciou um rápido desenvolvimento à nova comunidade e um incessante afluxo de colonos, industriais da madeira e comerciantes, que ensejaram o surgimento da Vila de Campinas do Sul. Em 1959 foi elevado à categoria de município com a denominação de Campinas do Sul, desmembrado de Erechim. Campinas do Sul é, hoje, graças à sua topografia e à fertilidade de seu solo, um dos municípios de maior produção agrícola da região, com destaque especial à cultura da soja, que, de dezembro a abril, cobre a quase totalidade do solo arável do município, chegando até a periferia urbana.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 6,76% e no de período 1991 e 2000, 110,74%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 4,35% entre 2000 e 2010 e 53,36% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 13,62% no período de 2000 a 2010 e 138,26% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 68,43% entre 2000 e 2010 e 71,50% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 69,18% dos alunos entre 6 e 14 anos de Campinas do Sul estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 78,61% e, em 1991, 52,83%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 46,60% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 47,57% e, em 1991, 13,55%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 22,51% estavam cursando o ensino superior em 2010, 19,14% em 2000 e 2,94% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,60% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 20,06%.

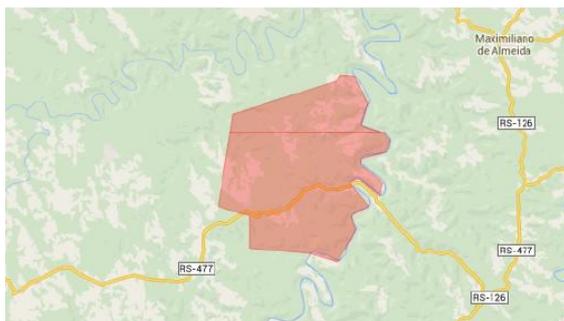
A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação. Em 2010, 46,33% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 34,94% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,51% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 70,43% em 2000 para 72,90% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,46% em 2000 para 3,21% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 83,1 km²

IDHM 2010: 0,739

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 1607 hab.

Densidade Demográfica: 19,34 hab/Km²

Ano de instalação: 1993

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Carlos Gomes teve um incremento no seu IDHM de 74,70% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 54,77% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Carlos Gomes teve uma taxa média de crescimento anual de -1,72%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,24%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 52,89%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Carlos Gomes passou de 50,20% para 42,46% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,58% para 12,57%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 57,05% para 50,20%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,64% para 8,58%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Carlos Gomes, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,7 anos em 1991 para 72,6 anos em 2000, e para 78,1 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Carlos Gomes cresceu 127,73% nas últimas duas décadas, passando de R\$334,32 em 1991 para R\$493,71 em 2000 e R\$761,35 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 47,68% no primeiro período e 54,21% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 7,86% em 1991 para 10,20% em 2000 e para 1,17% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,47 em 1991 para 0,39 em 2000 e para 0,43 em 2010.

CARLOS GOMES - RS

História

Carlos Gomes é município situado a leste da região Alto Uruguai, a 48 km da cidade de Erechim, sendo que 95% da sua população é da etnia polonesa. Sua economia é baseada na agropecuária. A colonização iniciou em 1907, quando então pertencia ao Município de Passo Fundo. Passou pelas seguintes denominações: Sede dos Polacos em 1907; Ribeirão Torto em 1913; Rio do Peixe em 1914; Nova Polônia em 1935 e Carlos Gomes em 1944, em função de que existia uma Banda Musical a qual executava músicas compostas pelo músico Carlos Gomes. Tornou-se município em 20 de março de 1992.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 54,27% e no de período 1991 e 2000, 473,63%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 5,75% entre 2000 e 2010 e 135,44% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 11,34% no período de 2000 a 2010 e 142,74% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 146,08% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 79,36% dos alunos entre 6 e 14 anos de Carlos Gomes estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 70,33% e, em 1991, 35,23%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 51,35% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 12,97% e, em 1991, 0,52%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 7,04% estavam cursando o ensino superior em 2010, 3,24% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,79% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 14,08%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 37,40% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 19,00% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,25% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 81,19% em 2000 para 84,63% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,56% em 2000 para 1,32% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 134,5 km²

IDHM 2010: 0,701

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2965 hab.

Densidade Demográfica: 22,06 hab/Km²

Ano de instalação: 1993

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Centenário teve um incremento no seu IDHM de 79,74% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 50,98% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Centenário teve uma taxa média de crescimento anual de -0,53%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,96%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000.

No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 149,76%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Centenário passou de 48,06% para 43,81% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,99% para 13,86%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 56,10% para 48,06%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,06% para 8,99%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Centenário, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,2 anos em 1991 para 72,6 anos em 2000, e para 76,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Centenário cresceu 132,34% nas últimas duas décadas, passando de R\$280,53 em 1991 para R\$252,71 em 2000 e R\$651,77 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de -9,92% no primeiro período e 157,91% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 34,74% em 1991 para 18,23% em 2000 e para 5,20% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,69 em 1991 para 0,48 em 2000 e para 0,46 em 2010.

CENTENÁRIO - RS

História

O início da colonização foi entre 1900 e 1902, às margens do Rio Peixe, e foi composto por descendentes de imigrantes europeus, sobretudo por poloneses. Entre os anos de 1902 e 1938 houve um notável desenvolvimento econômico. Vivendo em comunidades de poucos recursos, a educação dos filhos dos habitantes locais era conduzida nas próprias casas, sendo que as aulas eram ministradas na língua de origem deles, o polonês. Este vilarejo tornou-se passagem de cavaleiros e carroceiros, devido ao forte comércio regional, que na época. Centenário é um município estritamente agrícola, onde que 95% da renda provem de agricultura e outros 5% das pequenas empresas e do comércio. A fonte econômica baseia-se na agricultura, na produção de soja, milho, trigo, ervamate, feijão e fumo, na suinocultura e na criação de gado. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Centenário, pela lei estadual nº9618, de 20-03-1992, desmembrado de Área

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 39,43% e no de período 1991 e 2000, 134,99%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 18,00% entre 2000 e 2010 e 183,24% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 72,90% no período de 2000 a 2010 e 1.720,62% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 20,79% entre 2000 e 2010 e 916,38% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 75,32% dos alunos entre 6 e 14 anos de Centenário estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 73,45% e, em 1991, 35,02%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 39,71% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 31,63% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 10,96% estavam cursando o ensino superior em 2010, 10,13% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,76% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 11,57%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

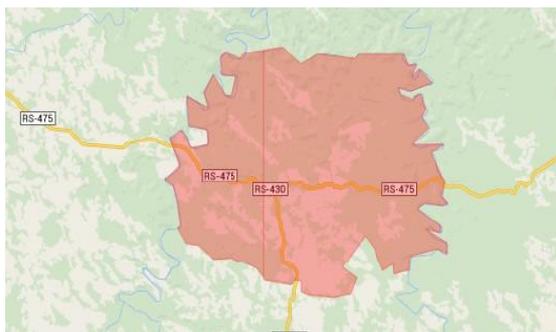
Em 2010, 28,99% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 16,32% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,58% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 91,15% em 2000 para 77,89% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,72% em 2000 para 0,97% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 199,01km²

IDHM 2010: 0,620

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 3471 hab.

Densidade Demográfica: 17,44 hab/Km²

Ano de instalação: 1993

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Charrua teve um incremento no seu IDHM de 65,33% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 39,20% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Charrua teve uma taxa média de crescimento anual de -0,86%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,16%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 106,77%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Charrua passou de 67,32% para 59,15% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,53% para 10,00%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 63,48% para 67,32%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,46% para 7,53%. A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Charrua, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,9 anos em 1991 para 76,5 anos em 2000, e para 78,1 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Charrua cresceu 181,81% nas últimas duas décadas, passando de R\$219,61 em 1991 para R\$310,36 em 2000 e R\$618,89 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 41,32% no primeiro período e 99,41% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 22,77% em 1991 para 16,96% em 2000 e para 4,87% em 2010. A desigualdade se manteve: o Índice de Gini passou de 0,51 em 1991 para 0,50 em 2000 e para 0,51 em 2010.

CHARRUA - RS

História

Os primeiros habitantes do município de Charrua foram os índios descendentes do grupo Tapuia, denominados índios Caingangues, que construíram suas casas próximas ao Rio Apuaê ou Rio Ligeiro. Atualmente possuem uma reserva a leste do município, o posto indígena Ligeiro. Pelo Censo de 1996 havia 1248 indígenas no município. Em 1938 o então Distrito de Sete de Setembro, que pertencia ao município de Passo Fundo, passou a denominar-se Charrua. Sob o mesmo decreto, transferiu o distrito para Getúlio Vargas e posteriormente para Tapejara. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Charrua em 1992.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu -6,73% e no de período 1991 e 2000, 1,599,33%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 42,87% entre 2000 e 2010 e 2,73% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 119,17% no período de 2000 a 2010 e 93,20% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 91,03% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 48,73% dos alunos entre 6 e 14 anos de Charrua estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 56,35% e, em 1991, 35,76%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 29,04% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 12,24% e, em 1991, 5,31%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 21,83% estavam cursando o ensino superior em 2010, 2,95% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 10,32% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 40,56%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 23,27% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 14,14% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 2,24% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 82,06% em 2000 para 80,38% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 0,87% em 2000 para 0,87% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 166,06km²

IDHM 2010: 0,719

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2141 hab.

Densidade Demográfica: 12,89 hab/Km²

Ano de instalação: 2001

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Cruzaltense teve um incremento no seu IDHM de 101,97% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 56,37% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Cruzaltense teve uma taxa média de crescimento anual de -1,71%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,02%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 89,28%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Cruzaltense passou de 52,34% para 43,50% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,27% para 13,17%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 54,77% para 52,34%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,58% para 7,27%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Cruzaltense, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,3 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,6 anos em 1991 para 72,5 anos em 2000, e para 75,9 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Cruzaltense cresceu 332,11% nas últimas duas décadas, passando de R\$167,36 em 1991 para R\$392,45 em 2000 e R\$723,18 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 134,49% no primeiro período e 84,27% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 29,95% em 1991 para 10,19% em 2000 e para 6,23% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,48 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,45 em 2010.

CRUZALTENSE - RS

História

O Município de Cruzaltense fez parte do território da Fazenda Quatro Irmãos, que o governo brasileiro concedeu à Empresa Inglesa de Colonização Jewish Colonization Association - ICA, pertencente a um grupo de judeus residentes em Londres, com o direito da exploração da madeira de pinho (araucária) muito abundante na região. A primeira serraria tinha como responsáveis pessoas vindas de Cruz Alta (aqui se originou o nome Cruzaltense). Anos depois foi feito o primeiro loteamento que foi denominado de Vera Cruz, e foram então doados lotes para construção da igreja, cemitério, escola estadual, praça e o campo de futebol. Em 1979 Vera Cruz se tornou distrito de Campinas do Sul e alguns anos depois passou a se chamar de Cruzaltense. Em 1988 foi criado o município de Cruzaltense, mas logo depois uma comissão inconformada pela emancipação entrou com um mandato de segurança e conseguiu derrubar o decreto que criava o município. Valendo-se das condições legais, da vontade da comunidade e da ação decisiva das lideranças locais, em 1996 novas comissões retornaram a caminhada em busca da emancipação, e conseguiram um novo plebiscito. Por fim, em 1996 foi então criado o município de Cruzaltense.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 27,78% e no de período 1991 e 2000, 383,10%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 3,89% entre 2000 e 2010 e 211,60% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 44,68% no período de 2000 a 2010 e 488,66% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 108,64% entre 2000 e 2010 e 1.262,62% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 72,68% dos alunos entre 6 e 14 anos de Cruzaltense estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 73,90% e, em 1991, 37,18%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 49,87% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 22,70% e, em 1991, 1,17%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 25,33% estavam cursando o ensino superior em 2010, 7,84% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,00% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 10,82%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 34,38% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 18,74% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 7,22% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 72,52% em 2000 para 75,01% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,78% em 2000 para 1,50% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 119,59km²

IDHM 2010: 0,703

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 3080 hab.

Densidade Demográfica: 25,75 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Entre Rios do Sul teve um incremento no seu IDHM de 84,03% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 51,94% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Entre Rios do Sul teve uma taxa média de crescimento anual de -1,24%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,61%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 71,55%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Entre Rios do Sul passou de 53,86% para 53,23% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,81% para 13,70%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 58,53% para 53,86%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 4,08% para 5,81%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Entre Rios do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,6 anos em 1991 para 70,9 anos em 2000, e para 76,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Entre Rios do Sul cresceu 172,29% nas últimas duas décadas, passando de R\$241,60 em 1991 para R\$493,89 em 2000 e R\$657,86 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 104,42% no primeiro período e 33,20% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 36,45% em 1991 para 13,60% em 2000 e para 3,53% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,64 em 1991 para 0,67 em 2000 e para 0,45 em 2010.

ENTRE RIOS DO SUL - RS

História

Com a aquisição do "Polígono D" da Fazenda Norte de Quatro Irmãos, pela firma Moysés Iochpe & Outros, adquirida da antiga ICA Jewish Colonization Corporation, e prevendo a construção da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo, resolveu, a firma compradora, fazer um loteamento rural da gleba, bem como um loteamento urbano com um traçado regular e bem locado. Em agosto de 1966 começaram a aparecer as primeiras máquinas que iriam trabalhar na construção da Usina, e com elas operadores e demais funcionários para tal. O nome do Município foi escolhido Entre Rios do Sul por estar localizado entre dois rios, o Passo Fundo e o Erechim. Em fins de 1987, iniciou-se uma campanha pró-emancipacionista, que culminaria com um plebiscito em 1988, quando Vila Alegre passa à condição de Município. Também através do mesmo plebiscito, foi votada a mudança do nome, passando assim, a denominar-se Entre Rios do Sul.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 48,06% e no de período 1991 e 2000, 240,25%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 10,07% entre 2000 e 2010 e 156,42% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 22,61% no período de 2000 a 2010 e 0,00% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 13,00% entre 2000 e 2010 e 4.673,44% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 72,47% dos alunos entre 6 e 14 anos de Entre Rios do Sul estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 72,79% e, em 1991, 34,42%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 43,38% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 35,19% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 11,72% estavam cursando o ensino superior em 2010, 3,36% em 2000 e 0,56% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,87% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 16,78%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 35,21% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 17,97% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 7,26% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 71,04% em 2000 para 67,20% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,87% em 2000 para 1,33% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 151,11km²

IDHM 2010: 0,712

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2970 hab.

Densidade Demográfica: 19,65 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Erebangó teve um incremento no seu IDHM de 55,12% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 46,77% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Erebangó teve uma taxa média de crescimento anual de -0,18%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,36%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 11,07%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Erebangó passou de 60,20% para 49,10% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,41% para 10,47%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 62,52% para 60,20%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,10% para 7,41%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Erebangó, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,0 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,2 anos em 1991 para 72,4 anos em 2000, e para 75,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Erebangó cresceu 128,58% nas últimas duas décadas, passando de R\$255,39 em 1991 para R\$347,17 em 2000 e R\$583,76 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 35,94% no primeiro período e 68,15% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 13,01% em 1991 para 7,10% em 2000 e para 5,29% em 2010.

A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,44 em 1991 para 0,46 em 2000 e para 0,47 em 2010.

EREBANGO - RS

História

O primeiro núcleo de moradores surgiu face às colonizações judaica e castelhana, vindas através da rede ferroviária que foi construída em 1910 (RFFSA). O topônimo Erebangó é uma palavra de origem tupi-guarani que quer dizer Campo Grande. O Distrito foi criado com a denominação de Erebangó, por Lei Municipal de 1919, subordinado ao município de Erechim (atual Getúlio Vargas). Em 1934 o distrito de Erebangó foi transferido do município de Erechim, para constituir o novo município de Getúlio Vargas. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Erebangó em 1988, desmembrado de Getúlio Vargas.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 41,38% e no de período 1991 e 2000, 134,68%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 56,70% entre 2000 e 2010 e 25,31% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu -0,03% no período de 2000 a 2010 e 123,24% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu -17,61% entre 2000 e 2010 e 523,20% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 52,12% dos alunos entre 6 e 14 anos de Erebangó estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 67,75% e, em 1991, 43,18%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 44,31% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 46,07% e, em 1991, 18,43%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 15,83% estavam cursando o ensino superior em 2010, 8,34% em 2000 e 0,67% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,92% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 20,12%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 46,92% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 21,54% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,49% nas últimas duas décadas

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,87% em 2000 para 66,82% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 5,85% em 2000 para 2,49% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 431,9km²

IDHM 2010: 0,776

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 96087 hab.

Densidade Demográfica: 222,52 hab/Km²

Ano de instalação: 1918

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Erechim teve um incremento no seu IDHM de 34,26% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 46,92% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Erechim teve uma taxa média de crescimento anual de 0,96%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,71%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 4,43%

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Erechim passou de 47,68% para 39,04% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,62% para 8,60%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 55,47% para 47,68%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,66% para 6,62%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Erechim, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,7 anos em 1991 para 74,2 anos em 2000, e para 75,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Erechim cresceu 81,53% nas últimas duas décadas, passando de R\$572,01 em 1991 para R\$704,34 em 2000 e R\$1.038,39 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 23,13% no primeiro período e 47,43% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 5,57% em 1991 para 2,65% em 2000 e para 1,08% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,48 em 2010.

ERECHIM - RS

História

Seus primeiros povoadores brancos foram paulistas, descendentes de bandeirantes, que, instalando-se dispersivamente no território, obtiveram a concessão de tratos de terra, requeridos ao Governo do Estado. Não foi pacífica, inicialmente, a posse das terras por esses primeiros povoadores, que tiveram de sustentar, durante muito tempo, luta tenaz contra os primitivos habitantes, os Coroados. Firmaram-se, porém, na terra, os poucos posseiros que povoaram o território inculto, de natureza exuberante, clima temperado e pleno de riquezas naturais, encobertas pela floresta imensa e apreciáveis faixas de campo, sulcadas pela abundante rede da bacia hidrográfica ocidental dos rios Pelotas-Uruguaí. Por proposta do engenheiro Tôrres Gonçalves, diretor-chefe da Diretoria de Terras e Colonização, o presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves criou em 1908 a Colônia Erechim, cujo topônimo, no dialeto Caingang (Coroado), quer dizer "Campo Pequeno". O município foi criado, com sede na povoação de Boa Vista do Erechim, e território desmembrado do de Passo Fundo, em 1918. Sofreu diversas reformulações administrativas e modificações toponímicas até ter o nome definitivo de Erechim.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 33,10% e no de período 1991 e 2000, 50,69%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 10,41% entre 2000 e 2010 e 39,42% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 17,93% no período de 2000 a 2010 e 74,81% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 25,73% entre 2000 e 2010 e 127,33% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 66,87% dos alunos entre 6 e 14 anos de Erechim estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 71,03% e, em 1991, 51,64%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 35,64% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 35,22% e, em 1991, 19,61%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 23,00% estavam cursando o ensino superior em 2010, 14,80% em 2000 e 8,22% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 2,15% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 16,43%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

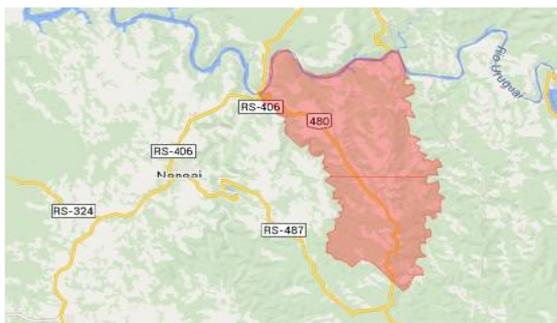
Em 2010, 62,93% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 44,24% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,54% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 70,05% em 2000 para 69,62% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,55% em 2000 para 2,52% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 286,98km²

IDHM 2010: 0,681

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 5163 hab.

Densidade Demográfica: 18 hab/Km²

Ano de instalação: 1959

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Erval Grande teve um incremento no seu IDHM de 101,48% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 51,81% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Erval Grande teve uma taxa média de crescimento anual de -0,89%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,77%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 96,31%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Erval Grande passou de 55,78% para 46,14% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,36% para 11,10%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 67,67% para 55,78%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 4,43% para 6,36%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Erval Grande, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,9 anos em 1991 para 76,5 anos em 2000, e para 78,1 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Erval Grande cresceu 210,75% nas últimas duas décadas, passando de R\$218,05 em 1991 para R\$360,29 em 2000 e R\$677,58 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 65,23% no primeiro período e 88,07% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 42,67% em 1991 para 22,61% em 2000 e para 2,00% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,68 em 1991 para 0,63 em 2000 e para 0,50 em 2010.

ERVAL GRANDE - RS

História

A colonização da região onde hoje é área do município de Erval Grande aconteceu por volta de 1927 quando algumas famílias se instalaram com o objetivo de explorar madeira e erva mate que na época havia em abundância. O nome se deu devido a grande quantidade de ervais nativos, o que hoje já não ocorre mais. Em 1949 Erval Grande tornou-se distrito de Erechim. A emancipação do município ocorreu em 1959.

O Município apresenta abundância de mananciais hídricos, que vão desde fontes de água, sangas, córregos a riachos e rios de grande porte, como o Rio Uruguai. Recentemente Erval Grande recebeu o nome de "Capital Nacional das Azaleias", em virtude da grande quantidade dessa espécie, que quando floridas muito embelezam a cidade.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 32,70% e no de período 1991 e 2000, 372,57%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 23,91% entre 2000 e 2010 e 291,14% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 57,99% no período de 2000 a 2010 e 709,95% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu -0,28% entre 2000 e 2010 e 589,97% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 60,59% dos alunos entre 6 e 14 anos de Erval Grande estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 63,50% e, em 1991, 29,27%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 28,68% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 20,02% e, em 1991, 4,32%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 13,68% estavam cursando o ensino superior em 2010, 3,56% em 2000 e 1,85% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,75% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 21,73%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 30,27% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 17,56% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,71% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 73,06% em 2000 para 74,08% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,97% em 2000 para 1,96% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 101,25km²

IDHM 2010: 0,753

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 6011 hab.

Densidade Demográfica: 59,37 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Estação teve um incremento no seu IDHM de 41,01% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 47,00% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Estação teve uma taxa média de crescimento anual de -0,35%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,33%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 8,08%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Estação passou de 49,14% para 42,64% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,95% para 11,15%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 53,51% para 49,14%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,40% para 7,95%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Estação, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,9 anos em 1991 para 72,1 anos em 2000, e para 75,6 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Estação cresceu 157,57% nas últimas duas décadas, passando de R\$334,94 em 1991 para R\$495,21 em 2000 e R\$862,69 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 47,85% no primeiro período e 74,21% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 6,84% em 1991 para 2,94% em 2000 e para 0,96% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,50 em 2000 e para 0,46 em 2010.

ESTAÇÃO - RS

História

Como marco do início do desenvolvimento desta localidade está a construção da estrada de ferro, pela qual aportaram os primeiros imigrantes colonizadores. Embora date de anos anteriores, a estrada de ferro só foi inaugurada em 3 de maio de 1910 e a localidade recebeu o nome de Estação Erechim em função da estação ferroviária ali construída. Esta denominação perdurou até 1935, quando recebeu a denominação de Estação Getúlio Vargas. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Estação em 1988, alterando seus limites em 1990, desmembrado de Getúlio Vargas.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 8,59% e no de período 1991 e 2000, 122,93%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu -8,97% entre 2000 e 2010 e 32,08% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 5,14% no período de 2000 a 2010 e 176,70% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 31,09% entre 2000 e 2010 e 128,97% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 53,78% dos alunos entre 6 e 14 anos de Estação estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 82,44% e, em 1991, 66,65%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 33,10% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 43,27% e, em 1991, 6,30%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 25,14% estavam cursando o ensino superior em 2010, 7,73% em 2000 e 8,76% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 3,32% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 19,78%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 53,45% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 35,42% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 4,39% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que eram economicamente ativa) passou de 60,52% em 2000 para 71,26% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,94% em 2000 para 4,38% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 142,61km²

IDHM 2010: 0,666

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 2567 hab.

Densidade Demográfica: 18 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Faxinalzinho teve um incremento no seu IDHM de 63,24% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 43,58% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Faxinalzinho teve uma taxa média de crescimento anual de -1,29%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,60%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 502,32%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Faxinalzinho passou de 58,34% para 51,09% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,83% para 11,80%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 69,88% para 58,34%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,87% para 7,83%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Faxinalzinho, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,5 anos em 1991 para 70,7 anos em 2000, e para 73,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Faxinalzinho cresceu 127,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$195,65 em 1991 para R\$400,81 em 2000 e R\$445,67 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 104,86% no primeiro período e 11,19% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 37,10% em 1991 para 15,05% em 2000 e para 9,85% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,58 em 1991 para 0,59 em 2000 e para 0,43 em 2010.

FAXINALZINHO - RS

História

Os primeiros desbravadores, provindo de Nonoai, estabeleceram-se às margens do Arroio Pinheiro, pelos idos de 1916, logo após varias famílias chegaram a Votouro, mais adiante vieram famílias de origem italiana. A região era coberta de mata, muitos pinheiros, cedros, grápias, angicos, etc. Havia na mata uma clareira grande que foi chamada de Faxinal Grande, nome que conserva até hoje e onde há uma comunidade com o mesmo nome. Em contraste, havia outra clareira menor de mato raso, que foi chamada de Faxinalzinho, daí o nome. Os colonizadores primitivos usavam essa clareira como área comum de pastoreio. A região por muito tempo foi povoada por famílias que, em sua maioria, praticava agricultura de subsistência. O movimento emancipacionista eclodiu em 1987, tendo sido emancipado em 1988, desmembrado do município de São Valentim.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu -3,17% e no de período 1991 e 2000, 198,91%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 38,00% entre 2000 e 2010 e 54,20% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 10,81% no período de 2000 a 2010 e 104,51% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 88,55% entre 2000 e 2010 e 735,25% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 62,78% dos alunos entre 6 e 14 anos de Faxinalzinho estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 68,39% e, em 1991, 47,63%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 24,03% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 35,94% e, em 1991, 7,22%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 11,62% estavam cursando o ensino superior em 2010, 10,22% em 2000 e 2,46% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 3,65% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos attingia 23,86%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

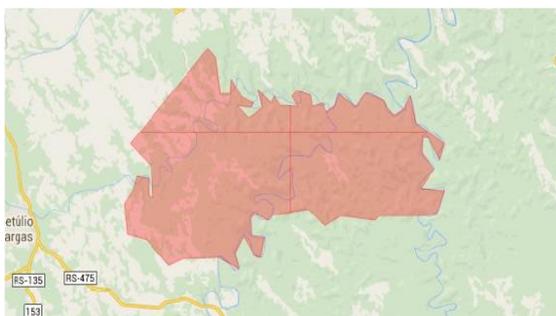
Em 2010, 40,90% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 24,13% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 8,71% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 70,56% em 2000 para 59,14% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,54% em 2000 para 3,32% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 167,76km²

IDHM 2010: 0,663

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 2018 hab.

Densidade Demográfica: 12,03 hab/Km²

Ano de instalação: 1997

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Floriano Peixoto teve um incremento no seu IDHM de 91,07% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 48,39% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Floriano Peixoto teve uma taxa média de crescimento anual de -1,56%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -4,26%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 174,77%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Floriano Peixoto passou de 48,03% para 43,12% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,47% para 13,83%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 52,81% para 48,03%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,82% para 8,47%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Floriano Peixoto, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,1 anos em 1991 para 72,5 anos em 2000, e para 76,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Floriano Peixoto cresceu 178,25% nas últimas duas décadas, passando de R\$225,22 em 1991 para R\$293,23 em 2000 e R\$626,67 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 30,20% no primeiro período e 113,71% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 23,43% em 1991 para 19,29% em 2000 e para 5,25% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,47 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,44 em 2010.

FLORIANO PEIXOTO - RS

História

A colonização do município se deu principalmente, por imigrantes alemães, poloneses e italianos. O nome dado é em homenagem ao emiteente Marechal Floriano Peixoto. O Distrito foi criado com a denominação de Floriano Peixoto em 1949, subordinado ao município de Getúlio Vargas. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Floriano Peixoto, em 1995.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 235,35% e no de período 1991 e 2000, 220,30%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 10,77% entre 2000 e 2010 e 312,61% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 20,02% no período de 2000 a 2010 e 198,89% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 697,34% entre 2000 e 2010 e 8,68% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 77,19% dos alunos entre 6 e 14 anos de Floriano Peixoto estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 65,81% e, em 1991, 30,25%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 20,84% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 22,44% e, em 1991, 0,86%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 16,65% estavam cursando o ensino superior em 2010, 5,42% em 2000 e 2,91% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,65% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 16,85%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 21,77% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 13,08% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 8,02% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 74,73% em 2000 para 83,91% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 0,47% em 2000 para 0,47% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 204,94km²

IDHM 2010: 0,738

Ranking IDHM 2010: Médio (Alto IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 5862 hab.

Densidade Demográfica: 28,6 hab/Km²

Ano de instalação: 1954

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Gaurama teve um incremento no seu IDHM de 48,19% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 47,81% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Gaurama teve uma taxa média de crescimento anual de -0,86%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,19%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 40,42%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Gaurama passou de 50,45% para 45,38% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 10,09% para 14,12%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 52,34% para 50,45%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,31% para 10,09%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Gaurama, a esperança de vida ao nascer aumentou 4,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 71,9 anos em 1991 para 75,5 anos em 2000, e para 76,1 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4

Renda

A renda per capita média de Gaurama cresceu 161,33% nas últimas duas décadas, passando de R\$292,95 em 1991 para R\$532,99 em 2000 e R\$765,58 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 81,94% no primeiro período e 43,64% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 14,39% em 1991 para 6,25% em 2000 e para 0,80% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,43 em 2010.

GAURAMA - RS

História

A Gaurama que conhecemos hoje como “A Princesa do Alto Uruguai”, nasceu como Barro, sendo um dos 5 núcleos da colônia Erechim. Sua população formou-se do elemento nacional e de imigrantes italianos. Através da demarcação e construção da ferrovia no norte do Rio Grande do Sul por volta de 1910 é que se iniciou de fato o povoamento e a sua colonização. Os trilhos que hoje cortam o município passando pelo centro da cidade foram na época uma linha divisória no processo de colonização iniciado pela Empresa Luce & Rosa. Esta passou a coordenar a venda dos lotes aos imigrantes: poloneses que se estabeleceram em Balisa e na região leste da estação Barro; aos italianos, que fixaram-se no centro e nas adjacências do povoado; e aos alemães que foram fixados, em áreas a oeste, em direção a Três Arroios. Em 1944 o distrito de Barro passou a se chamar Gaurama. Foi elevado à categoria de município em 1954, desmembrado de Erechim.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 1,12% e no de período 1991 e 2000, 136,75%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 10,88% entre 2000 e 2010 e 99,75% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 6,92% no período de 2000 a 2010 e 485,47% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 42,03% entre 2000 e 2010 e 58,44% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 71,17% dos alunos entre 6 e 14 anos de Gaurama estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 75,17% e, em 1991, 46,47%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 48,15% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 41,01% e, em 1991, 9,34%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 17,20% estavam cursando o ensino superior em 2010, 9,08% em 2000 e 5,41% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,82% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 8,14%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 44,26% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 29,62% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,03% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 81,02% em 2000 para 73,72% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 5,08% em 2000 para 1,03% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 287,09km²

IDHM 2010: 0,746

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 16154 hab.

Densidade Demográfica: 56,28 hab/Km²

Ano de instalação: 1934

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Getúlio Vargas teve um incremento no seu IDHM de 40,23% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 45,73% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Getúlio Vargas teve uma taxa média de crescimento anual de -0,22%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,26%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 7,02%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Getúlio Vargas passou de 52,35% para 42,54% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,69% para 11,77%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 58,58% para 52,35%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,18% para 8,69%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Getúlio Vargas, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,6 anos em 1991 para 73,0 anos em 2000, e para 75,6 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Getúlio Vargas cresceu 131,45% nas últimas duas décadas, passando de R\$361,71 em 1991 para R\$519,09 em 2000 e R\$837,17 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 43,51% no primeiro período e 61,28% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 9,01% em 1991 para 5,33% em 2000 e para 1,20% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,45 em 2010.

GETÚLIO VARGAS - RS

História

A história do município de Getúlio Vargas teve início quando o governo do Estado do Rio Grande do Sul decretou, em 1908, a criação de uma nova colônia no município de Passo Fundo, localizada às margens da estrada de ferro em construção para o Rio Uruguai. Essa colônia, então denominada Erechim, se desenvolveu com facilidade devido à sua boa localização, às fartas e produtivas terras e ao trabalho árduo dos colonizadores. Em 1911, com a chegada do trem e a inauguração da Estação Férrea Erechim, as ligações para a capital, para as colônias velhas e para os outros estados foram estabelecidas. Com o trem vieram mais imigrantes, na maioria italianos, alemães e poloneses, que formaram a base da população e da força de trabalho, possibilitando o maior desenvolvimento da região. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Getúlio Vargas em 1934, desmembrado dos municípios de Erechim e Passo Fundo.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 19,60% e no de período 1991 e 2000, 121,15%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 1,17% entre 2000 e 2010 e 33,17% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 10,18% no período de 2000 a 2010 e 60,03% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 43,73% entre 2000 e 2010 e 143,26% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 59,68% dos alunos entre 6 e 14 anos de Getúlio Vargas estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 72,93% e, em 1991, 50,48%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 36,37% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 30,75% e, em 1991, 17,95%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 23,90% estavam cursando o ensino superior em 2010, 8,81% em 2000 e 4,79% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,50% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 12,71%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 51,84% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 35,28% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,59% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,54% em 2000 para 69,61% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,71% em 2000 para 2,62% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 158,48km²

IDHM 2010: 0,791

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 1944 hab.

Densidade Demográfica: 12,27 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Ipiranga do Sul teve um incremento no seu IDHM de 62,09% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 59,18% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Ipiranga do Sul teve uma taxa média de crescimento anual de -0,56%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,43%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 31,94%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Ipiranga do Sul passou de 45,89% para 40,46% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 9,77% para 14,09%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 47,01% para 45,89%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,92% para 9,77%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Ipiranga do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 4,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 72,3 anos em 1991 para 76,7 anos em 2000, e para 76,9 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Ipiranga do Sul cresceu 274,86% nas últimas duas décadas, passando de R\$347,12 em 1991 para R\$576,84 em 2000 e R\$1.301,23 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 66,18% no primeiro período e 125,58% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 6,96% em 1991 para 4,90% em 2000 e para 0,60% em 2010.

A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,45 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,48 em 2010.

IPIRANGA DO SUL - RS

História

A formação de Ipiranga começou na propriedade da família Rigo, que, apesar de não morar lá, possuía um agregado, que, junto aos seus familiares, cuidava de terra e trabalhava na lida do gado. Em 1908 Leonso Rigo vendeu a propriedade para algumas famílias de castelhanos, que deram o nome à localidade de Ipiranga. A vila começou então a ser formada definitivamente quando lá se estabeleceu, em 1915, a família de Henrique Réa. No ano de 1938 chegaram várias famílias, atraídas pelas matas nativas com abundância de pinheiros, próprias à extração vegetal, e pelo clima e relevo, propensos à criação de gado. O Distrito foi criado com a denominação de Ipiranga em 1949 e foi emancipado em 1988, com a denominação de Ipiranga do Sul, desmembrado de Getúlio Vargas.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 7,50% e no de período 1991 e 2000, 243,63%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 5,93% entre 2000 e 2010 e 43,25% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 16,21% no período de 2000 a 2010 e 234,45% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 96,94% entre 2000 e 2010 e 490,81% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 82,88% dos alunos entre 6 e 14 anos de Ipiranga do Sul estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 67,26% e, em 1991, 58,86%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 74,86% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 47,63% e, em 1991, 12,66%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 30,84% estavam cursando o ensino superior em 2010, 23,67% em 2000 e 1,75% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,00% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 5,94%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 41,32% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 27,61% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 7,13% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 76,10% em 2000 para 83,02% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 3,86% em 2000 para 1,30% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 212,86km²

IDHM 2010: 0,681

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 4171 hab.

Densidade Demográfica: 19,6 hab/Km²

Ano de instalação: 1964

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Itatiba do Sul teve um incremento no seu IDHM de 82,09% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 49,04% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Itatiba do Sul teve uma taxa média de crescimento anual de -2,28%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,60%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 81,19%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Itatiba do Sul passou de 61,86% para 47,03% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,70% para 11,36%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 69,73% para 61,86%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 4,88% para 6,70%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Itatiba do Sul, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,3 anos em 1991 para 71,5 anos em 2000, e para 73,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Itatiba do Sul cresceu 315,84% nas últimas duas décadas, passando de R\$146,13 em 1991 para R\$324,85 em 2000 e R\$607,67 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 122,30% no primeiro período e 87,06% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 40,54% em 1991 para 12,60% em 2000 e para 5,36% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,49 em 2010.

ITATIBA DO SUL - RS

História

A colonização da região onde se encontra Itatiba do Sul iniciou em 1916 com a chegada dos primeiros imigrantes. Em 1934 chegaram os últimos imigrantes poloneses. Estes vinham em busca de sítios na cabeceira do Pedra, terras pertencentes ao Governo. O topônimo Itatiba é de origem indígena e significa pedras acumuladas ou muitas pedras. No início da colonização chamava-se Cabeceira de Pedra, isto porque o Rio das Pedras tem origem exatamente na cidade, indo desaguar no Rio Uruguai. O Distrito foi criado com a denominação de Itatiba em 1951, com território desmembrado do distrito de Aratiba, subordinado ao município de Erechim.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Itatiba do Sul em 1964, desmembrado do município de Erechim.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 35,10% e no de período 1991 e 2000, 119,87%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 23,64% entre 2000 e 2010 e 79,35% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 112,14% no período de 2000 a 2010 e 271,72% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 72,33% entre 2000 e 2010 e 267,26% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 67,32% dos alunos entre 6 e 14 anos de Itatiba do Sul estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 66,08% e, em 1991, 44,44%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 56,51% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 22,89% e, em 1991, 3,21%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,77% estavam cursando o ensino superior em 2010, 6,77% em 2000 e 1,04% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,88% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 16,00%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

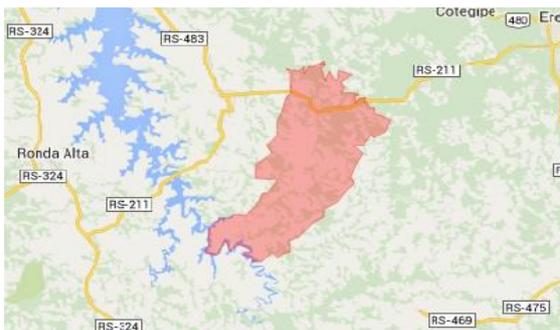
Em 2010, 35,66% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 17,73% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 4,45% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 73,54% em 2000 para 70,69% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,31% em 2000 para 0,13% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 178,8km²

IDHM 2010: 0,726

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 3633 hab.

Densidade Demográfica: 20,3 hab/Km²

Ano de instalação: 1964

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Jacutinga teve um incremento no seu IDHM de 42,91% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 44,31% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Jacutinga teve uma taxa média de crescimento anual de -0,47%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,60%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 40,50%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Jacutinga passou de 50,14% para 41,02% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,01% para 12,44%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 54,45% para 50,14%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,90% para 8,01%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Jacutinga, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,1 anos em 1991 para 71,9 anos em 2000, e para 76,3 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9anos.

Renda

A renda per capita média de Jacutinga cresceu 93,93% nas últimas duas décadas, passando de R\$328,08 em 1991 para R\$442,73 em 2000 e R\$636,24 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 34,95% no primeiro período e 43,71% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 17,65% em 1991 para 9,43% em 2000 e para 0,92% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,39 em 2010.

JACUTINGA - RS

História

O Município de Jacutinga tem sua origem na Fazenda Quatro Irmãos, que por determinação do Governo Federal, passou a pertencer a Empresa Inglesa Jewish Colonização Corporation - ICA. O início da colonização data de 1911 a 1921, quando chegou um grupo de famílias israelitas, com o direito de exploração de pinho e promover a colonização da região. O nome surgiu devido a grande quantidade de aves existentes na região com esse nome. O Distrito foi criado em 1952, passando a município em 1964. A agricultura é a base da economia do município, sendo soja, milho, trigo, feijão e cevada os produtos mais cultivados e a base da pecuária é a suinocultura. Há também bovinos de corte e leite, ovinos e eqüinos.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 67,95% e no de período 1991 e 2000, 186,80%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 12,78% entre 2000 e 2010 e 40,91% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 43,79% no período de 2000 a 2010 e 47,41% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 32,16% entre 2000 e 2010 e 53,73% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 74,64% dos alunos entre 6 e 14 anos de Jacutinga estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 72,05% e, em 1991, 44,85%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 56,63% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 33,78% e, em 1991, 21,72%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 22,16% estavam cursando o ensino superior em 2010, 7,41% em 2000 e 4,96% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 2,57% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 12,09%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 39,30% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 27,03% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,47% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 73,21% em 2000 para 68,24% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,26% em 2000 para 3,72% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 293,33km²

IDHM 2010: 0,724

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 5134 hab.

Densidade Demográfica: 21,95 hab/Km²

Ano de instalação: 1944

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Marcelino Ramos teve um incremento no seu IDHM de 51,46% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 47,13% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Marcelino Ramos teve uma taxa média de crescimento anual de -1,72%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,63%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 23,97%

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Marcelino Ramos passou de 57,26% para 48,42% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 10,22% para 13,99%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 61,83% para 57,26%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,51% para 10,22%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Marcelino Ramos, a esperança de vida ao nascer aumentou 4,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,5 anos em 1991 para 72,9 anos em 2000, e para 75,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Marcelino Ramos cresceu 136,29% nas últimas duas décadas, passando de R\$329,00 em 1991 para R\$475,84 em 2000 e R\$777,41 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 44,63% no primeiro período e 63,38% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 20,01% em 1991 para 7,45% em 2000 e para 2,61% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,59 em 1991 para 0,56 em 2000 e para 0,47 em 2010.

MARCELINO RAMOS - RS

História

Até 1893, a área em que se situa Marcelino Ramos permaneceu inexplorada; era coberta por mata virgem e apenas habitada pelos índios coroados. Pertencia então ao município de Passo Fundo e, durante a revolução de 1983, algumas famílias que se refugiavam deram início ao povoamento. Este se localizou defronte a foz do Rio do Peixe, sendo por isso denominado "Barra". A construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, e da ponte sobre o Rio Uruguai veio incrementar grandemente o povoamento e o local passou a ser designado por "Estação do Alto Uruguai" ou apenas "Alto Uruguai". Após a construção da ponte de ferro, em 1911, ocorreu uma violenta cheia que obrigou o povoado a transferir-se para o local onde hoje se situa a sede do município. Para ali afluíram elementos das "Colônias Velhas", os quais impulsionaram grandemente o progresso da localidade que em homenagem ao engenheiro responsável pelo traçado da ferrovia, passa a chamar-se Marcelino Ramos. Em 1938 foi elevada à condição de Vila e foi emancipado em 1944.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 44,57% e no de período 1991 e 2000, 138,01%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 21,18% entre 2000 e 2010 e 49,24% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 16,88% no período de 2000 a 2010 e 111,38% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 8,58% entre 2000 e 2010 e 317,55% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 69,20% dos alunos entre 6 e 14 anos de Marcelino Ramos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 65,91% e, em 1991, 50,68%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 43,18% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 26,30% e, em 1991, 16,04%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 14,72% estavam cursando o ensino superior em 2010, 7,54% em 2000 e 3,24% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,88% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 18,66%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 42,56% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 27,07% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,17% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 73,51% em 2000 para 77,12% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,62% em 2000 para 1,73% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 98,61km²

IDHM 2010: 0,730

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2210 hab.

Densidade Demográfica: 22,41 hab/Km²

Ano de instalação: 1965

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Mariano Moro teve um incremento no seu IDHM de 51,14% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 47,78% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Mariano Moro teve uma taxa média de crescimento anual de -1,12%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,11%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 84,39%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Mariano Moro passou de 47,26% para 42,52% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,92% para 11,95%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 55,28% para 47,26%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 4,77% para 7,92%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Mariano Moro, a esperança de vida ao nascer aumentou 4,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,8 anos em 1991 para 73,4 anos em 2000, e para 75,6 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Mariano Moro cresceu 142,93% nas últimas duas décadas, passando de R\$380,95 em 1991 para R\$648,81 em 2000 e R\$925,46 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 70,31% no primeiro período e 42,64% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 12,90% em 1991 para 3,17% em 2000 e para 1,26% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,59 em 1991 para 0,61 em 2000 e para 0,47 em 2010.

MARIANO MORO - RS

História

A colonização começou por volta de 1923. Em 1953 foi mudado o nome de Bom Retiro para Mariano Moro, devido aos grandes trabalhos realizados pelo senhor Mariano Moro em prol do desenvolvimento da comunidade. Fundou várias cooperativas inclusive a Cooperativa Mista Bom Retiro Ltda., que impulsionou o progresso do município. O Distrito foi criado com a denominação de Mariano Moro em 1956, subordinado ao município de Erechim. Foi elevado à categoria de município em 1965.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 26,74% e no de período 1991 e 2000, 191,34%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 0,03% entre 2000 e 2010 e 53,62% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu -1,89% no período de 2000 a 2010 e 197,34% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 22,17% entre 2000 e 2010 e 896,61% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 75,45% dos alunos entre 6 e 14 anos de Mariano Moro estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 72,93% e, em 1991, 53,59%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 46,71% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 32,20% e, em 1991, 9,66%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 17,00% estavam cursando o ensino superior em 2010, 8,75% em 2000 e 1,39% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,95% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 7,76%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

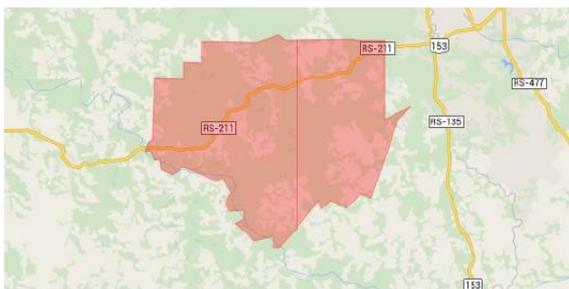
Em 2010, 39,12% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 17,12% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,87% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 73,16% em 2000 para 73,12% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 4,24% em 2000 para 0,69% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 148,05km²

IDHM 2010: 0,710

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2196 hab.

Densidade Demográfica: 14,83 hab/Km²

Ano de instalação: 2001

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Paulo Bento teve um incremento no seu IDHM de 74,45% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 51,10% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Paulo Bento teve uma taxa média de crescimento anual de 0,26%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -2,43%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000.

No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 253,76%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Paulo Bento passou de 51,70% para 47,18% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 10,57% para 13,52%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 51,52% para 51,70%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,03% para 10,57%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Paulo Bento, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,8 anos em 1991 para 73,7 anos em 2000, e para 76,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Paulo Bento cresceu 322,83% nas últimas duas décadas, passando de R\$177,32 em 1991 para R\$369,22 em 2000 e R\$749,77 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 108,22% no primeiro período e 103,07% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 23,74% em 1991 para 9,37% em 2000 e para 1,30% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,46 em 1991 para 0,46 em 2000 e para 0,39 em 2010.

PAULO BENTO - RS

História

Por volta do ano de 1890, os irmãos Paulo e Manoel Bento de Souza tomaram posse das terras localizadas entre o Rio Cravo e o Campo Erechim, sendo esta a mais antiga do Alto Uruguai Gaúcho, a Posse dos Bentos como era denominada. Com a saída dos proprietários da posse, por volta do ano de 1915, a Companhia Particular de Colonização do Dr. Azambuja de Passo Fundo/RS negociou-a e passou a vender os lotes para o Governo e este para os Imigrantes oriundos da Europa e da Serra Gaúcha.

No ano de 1910, chegaram os alemães, em 1918, os italianos, poloneses, russos, búlgaros e judeus, estes últimos em menor número. Em 1928, em virtude de um grande vendaval ocorrido, aproveitou-se para traçar a futura Vila. O projeto foi executado por Torres Gonçalves. O primeiro nome dado a nova localidade foi Sede Cravo, mudando posteriormente para Paulo Bento. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Paulo Bento em 1996, desmembrado de Erechim, Jacutinga, Ponte Preta e Barão de Cotegipe.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação:

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu -12,80% e no de período 1991 e 2000, 92,72%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 5,52% entre 2000 e 2010 e 89,28% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 2,82% no período de 2000 a 2010 e 172,36% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 421,20% entre 2000 e 2010 e 43,21% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 59,64% dos alunos entre 6 e 14 anos de Paulo Bento estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 82,29% e, em 1991, 46,81%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 38,45% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 19,52% e, em 1991, 8,86%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 14,82% estavam cursando o ensino superior em 2010, 6,47% em 2000 e 2,37% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,86% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 11,34%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 32,42% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 17,22% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,32% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,56% em 2000 para 80,33% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,39% em 2000 para 1,04% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 100,47km²

IDHM 2010: 0,725

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 1750 hab.

Densidade Demográfica: 17,42 hab/Km²

Ano de instalação: 1993

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Ponte Preta teve um incremento no seu IDHM de 115,77% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 58,58% entre 1991 e 2010

População

Entre 2000 e 2010, a população de Ponte Preta teve uma taxa média de crescimento anual de -1,46%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,52%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 322,87%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Ponte Preta passou de 50,56% para 41,02% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 9,02% para 14,51%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 51,48% para 50,56%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,77% para 9,02%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Ponte Preta, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,0 anos em 1991 para 72,6 anos em 2000, e para 77,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Ponte Preta cresceu 371,89% nas últimas duas décadas, passando de R\$155,83 em 1991 para R\$299,22 em 2000 e R\$735,35 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 92,02% no primeiro período e 145,76% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com rendadomiciliar per capita inferior a R\$70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 29,91% em 1991 para 9,27% em 2000 e para 1,42% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,36 em 2000 e para 0,39 em 2010.

PONTE PRETA - RS

História

A história do Município de Ponte Preta iniciou aproximadamente em 1910, tendo como nome Lajeado Grande. Passados os anos, viu-se a necessidade de ligar Lajeado Grande a outras localidades: Souto Neto e Linha 7, entre outras, pela construção de uma ponte sobre o Rio Jupirangava. Em pouco tempo essa obra foi concluída, sendo feita com uma suspensão aérea, totalmente de madeira. Para ser mais bem conservada, pintaram-na com um líquido preto, conhecido naquela época como alcatrão, hoje como piche, dando origem ao nome Ponte Preta. Os primeiros moradores, vindos de Guaporé, Bento Gonçalves, Encantado, Boa Vista e outras cidades encontrando no local mata fechada, sendo a maioria das espécies Araucária, Cedro, Angico e outras árvores nativas. Sua emancipação ocorreu em 1992.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 43,77% e no de período 1991 e 2000, 1.980,31%.

A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 38,30% entre 2000 e 2010 e 163,89% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 6,01% no período de 2000 a 2010 e 221,81% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 165,72% entre 2000 e 2010 e 1.000,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 73,75% dos alunos entre 6 e 14 anos de Ponte Preta estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 69,69% e, em 1991, 36,62%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 47,77% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 22,74% e, em 1991, 9,71%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 21,94% estavam cursando o ensino superior em 2010, 6,74% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,00% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atinja 4,50%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 32,41% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 21,54% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,96% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 88,24% em 2000 para 76,42% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,10% em 2000 para 0,99% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 269,54 km²

IDHM 2010: 0,689

Ranking IDHM 2010: Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)

População (Censo 2010): 1775 hab.

Densidade Demográfica: 6,6 hab/Km²

Ano de instalação: 2001

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010 Quatro Irmãos teve um incremento no seu IDHM de 108,79% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 53,58% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Quatro Irmãos teve uma taxa média de crescimento anual de 0,11%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -4,76%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 541,42%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Quatro Irmãos passou de 56,70% para 47,18% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,78% para 9,92%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 59,89% para 56,70%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,08% para 6,78%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Quatro Irmãos, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,3 anos em 1991 para 71,5 anos em 2000, e para 75,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Quatro Irmãos cresceu 268,39% nas últimas duas décadas, passando de R\$163,67 em 1991 para R\$228,51 em 2000 e R\$602,95 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 39,62% no primeiro período e 163,86% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 28,31% em 1991 para 24,97% em 2000 e para 3,58% em 2010.

A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,45 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,47 em 2010.

QUATRO IRMÃOS - RS

História

Em 1889, a Jewish Colonization Association – ICA, adquiriu a fazenda dos irmãos Pacheco (daí o nome) para transformá-la em uma colonização judaica. Nos anos de 1911 e 1912 começaram a chegar os primeiros judeus vindos da Argentina, além de judeus da Rússia. Em 1913, aportou mais um contingente de 150 famílias também vindas de países do Império Russo. Quatro Irmãos teve como saliente a formação da primeira Cooperativa Força e Luz do Brasil por volta dos anos de 1940 e 1950. O desenvolvimento de Quatro Irmãos deveu-se principalmente a abundância da araucária que permitiu a exploração de madeira, a criação de fabricas de celulose, fabrica de azeite, cinemas, hotéis, transformando-a em uma cidade com grandes atrativos na área de lazer e comércio. Com o fim da extração da madeira pela falta da matéria prima, a ICA encerrou suas atividades, o terminal ferroviário foi desativado, as serrarias e fábricas fechadas e a população começou a abandonar a cidade. Passado o tempo Quatro Irmãos foi reduzido a condição de Vila, sendo Distrito do município de Erechim. Foi elevado à condição de município em 2001. Quatro Irmãos têm nas suas terras uma agricultura bem desenvolvida, com áreas de alta produtividade, concentrando sua produção em milho, soja, trigo e feijão, criação de bovinos e suínos.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.quatroirmaos.rs.gov.br/site/prefeitura. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 43,47% e no de período 1991 e 2000, 154,41%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 33,32% entre 2000 e 2010 e 151,06% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 165,44% no período de 2000 a 2010 e 701,52% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 93,51% entre 2000 e 2010 e 189,17% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 55,01% dos alunos entre 6 e 14 anos de Quatro Irmãos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 59,63% e, em 1991, 31,61%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 39,10% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 13,75% e, em 1991, 1,93%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 10,83% estavam cursando o ensino superior em 2010, 2,24% em 2000 e 0,51% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,46% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 9,73%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 36,01% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 16,71% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,83% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,64% em 2000 para 72,54% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 4,74% em 2000 para 3,41% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 154,45km²

IDHM 2010: 0,720

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 3632 hab.

Densidade Demográfica: 23,52 hab/Km²

Ano de instalação: 1959

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, São Valentim teve um incremento no seu IDHM de 57,21% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 48,34% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de São Valentim teve uma taxa média de crescimento anual de -1,23%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,72%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 43,43%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de São Valentim passou de 53,38% para 45,98% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 9,13% para 14,10%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 56,61% para 53,38%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,70% para 9,13%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em São Valentim, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,8 anos em 1991 para 71,5 anos em 2000, e para 74,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de São Valentim cresceu 145,97% nas últimas duas décadas, passando de R\$335,89 em 1991 para R\$351,28 em 2000 e R\$826,20 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 4,58% no primeiro período e 135,20% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 39,25% em 1991 para 19,67% em 2000 e para 4,39% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,71 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,53 em 2010.

SÃO VALENTIM - RS

História

A área emancipada de São Valentim em 06 de junho de 1959 era de 550 km quadrados, com abrangência pelas regiões hoje pertencentes aos municípios de Entre Rios do Sul, Faxinalzinho e Benjamim Constant. A colonização e povoamento da sede convergiu dos dois extremos da área pertencente a São Valentim até o ano de 1988. Na faixa norte, região do Votouro, indígenas das tribos Kaingangues e Guarani, migraram da região central da América do Sul, ocupam 100 colônias e ali se estabeleceram ainda no século 18. Na segunda metade do século passado o Votouro e adjacências passou a receber migrantes da região de Nonoai, onde o Passo do Goio-En servia de passagem para os tropeiros de mulas que se deslocavam entre o Rio Grande do Sul e feira de Sorocaba em São Paulo. A região mais próxima de Erechim foi acessada através da região da Vila Ungre (Campinas do Sul) e Floresta (Barão de Cotegipe). O Distrito foi criado com a denominação de São Valentim em 1930, subordinado ao município de Erechim e foi elevado à categoria de município em 1959.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 148,82% e no de período 1991 e 2000, 67,53%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 17,15% entre 2000 e 2010 e 88,09% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 62,63% no período de 2000 a 2010 e 72,51% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 101,65% entre 2000 e 2010 e 191,02% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 69,61% dos alunos entre 6 e 14 anos de São Valentim estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 59,00% e, em 1991, 47,56%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 44,27% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 18,07% e, em 1991, 15,44%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 19,96% estavam cursando o ensino superior em 2010, 11,68% em 2000 e 1,56% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,81% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 16,19%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

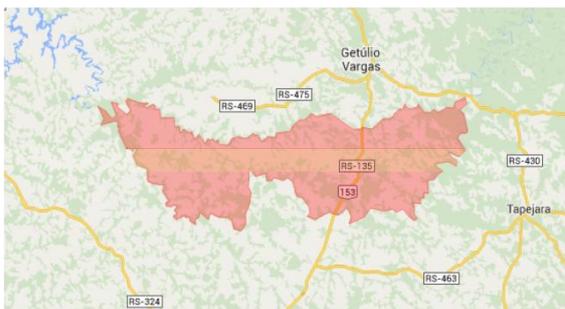
Em 2010, 37,03% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 25,73% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,72% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 76,45% em 2000 para 76,41% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 3,94% em 2000 para 1,86% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 441,07km²

IDHM 2010: 0,751

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 6294 hab.

Densidade Demográfica: 14,27 hab/Km²

Ano de instalação: 1963

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Sertão teve um incremento no seu IDHM de 51,72% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 50,69% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Sertão teve uma taxa média de crescimento anual de -1,69%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,54%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 32,19%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Sertão passou de 51,53% para 45,16% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 9,03% para 12,90%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 58,96% para 51,53%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,40% para 9,03%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Sertão, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,1 anos em 1991 para 74,8 anos em 2000, e para 75,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Sertão cresceu 234,05% nas últimas duas décadas, passando de R\$247,85 em 1991 para R\$538,09 em 2000 e R\$827,95 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 117,10% no primeiro período e 53,87% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 18,58% em 1991 para 6,60% em 2000 e para 2,18% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,51 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,46 em 2010.

SERTÃO - RS

História

Sua origem foi devido à construção da estrada de ferro, tendo sido fundada em 1918 por um grupo de italianos. O nome Sertão foi dado em razão da abundância de florestas de matas nativas que cobriam a região. O Distrito foi criado em 1933, subordinado ao município de Passo Fundo. Foi elevado à categoria de município em 1963, desmembrado do município de Passo Fundo.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 6,95% e no de período 1991 e 2000, 196,12%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 4,56% entre 2000 e 2010 e 82,49% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 0,24% no período de 2000 a 2010 e 123,81% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 77,38% entre 2000 e 2010 e 115,17% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 72,99% dos alunos entre 6 e 14 anos de Sertão estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 73,74% e, em 1991, 53,59%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 52,57% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 57,81% e, em 1991, 12,37%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 30,67% estavam cursando o ensino superior em 2010, 9,13% em 2000 e 4,93% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 2,59% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 12,45%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

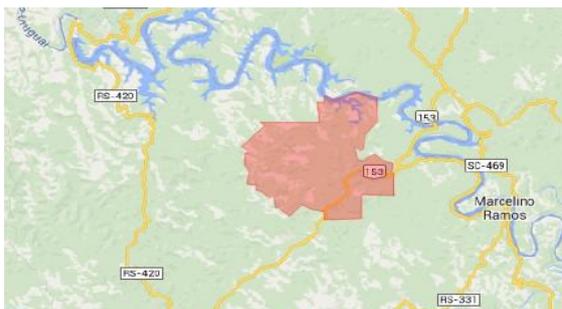
Em 2010, 46,55% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 32,43% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,65% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,54% em 2000 para 67,97% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,68% em 2000 para 2,08% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 168,29 km²

IDHM 2010: 0,752

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 3842 hab.

Densidade Demográfica: 22,83 hab/Km²

Ano de instalação: 1963

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Severiano de Almeida teve um incremento no seu IDHM de 66,74% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 54,83% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Severiano de Almeida teve uma taxa média de crescimento anual de -0,78%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,71%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 68,56%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Severiano de Almeida passou de 48,16% para 42,30% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,09% para 12,29%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 55,99% para 48,16%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,08% para 8,09%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Severiano de Almeida, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,7 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,0 anos em 1991 para 73,7 anos em 2000, e para 76,7 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Severiano de Almeida cresceu 257,97% nas últimas duas décadas, passando de R\$221,11 em 1991 para R\$477,91 em 2000 e R\$791,50 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 116,14% no primeiro período e 65,62% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 22,66% em 1991 para 5,07% em 2000 e para 1,61% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,46 em 1991 para 0,47 em 2000 e para 0,43 em 2010.

SEVERIANO DE ALMEIDA - RS

História

O surgimento do povoado de Severiano de Almeida remonta à segunda década do século XX. Anterior a isso, sabe-se que circulavam pela mata índios Kaingang e outros indivíduos (de procedência incerta) refugiados das revoluções Farrroupilha e Federalista. No final de 1916 um grupo de nove colonos de origem italiana teria descido para a região onde se localizava hoje Severiano de Almeida a fim de ver as terras da Luce & Rosa. Feita a visita, haveriam batizado o lugar de Nova Itália, nome com o qual o povoado ficou sendo conhecido por longo tempo. Administrativamente, Nova Itália passou à categoria de Distrito em 1929, tendo sido extinto em 1933. No ano seguinte foi restaurado. Em razão do movimento nacionalista da época da segunda guerra mundial, houve a alteração dos topônimos estrangeiros. Nova Itália passou a ser denominado Severiano de Almeida em 1938, em homenagem ao engenheiro chefe da Comissão de Terras para demarcação da Colônia Erechim. Após ser analisado o processo de emancipação junto à Assembleia Legislativa do Estado e decorrida a consulta plebiscitária, foi sancionada a criação do município de Severiano de Almeida em 1963.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 9,13% e no de período 1991 e 2000, 174,70%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 13,13% entre 2000 e 2010 e 97,16% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 57,37% no período de 2000 a 2010 e 89,39% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 97,86% entre 2000 e 2010 e 185,75% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 63,86% dos alunos entre 6 e 14 anos de Severiano de Almeida estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 81,59% e, em 1991, 47,09%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 67,53% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 31,72% e, em 1991, 9,78%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 18,56% estavam cursando o ensino superior em 2010, 5,29% em 2000 e 1,93% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 2,28% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 8,78%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 44,03% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 26,86% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,16% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 84,14% em 2000 para 83,20% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,55% em 2000 para 0,98% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 148,78 km²

IDHM 2010: 0,791

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 2855 hab.

Densidade Demográfica: 19,19 hab/Km²

Ano de instalação: 1989

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Três Arroios teve um incremento no seu IDHM de 64,11% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 59,65% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Três Arroios teve uma taxa média de crescimento anual de -0,96%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,50%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 132,37%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Três Arroios passou de 45,09% para 39,53% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 10,88% para 14,01%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 46,13% para 45,09%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,57% para 10,88%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Três Arroios, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,3 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,8 anos em 1991 para 75,6 anos em 2000, e para 76,1 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Três Arroios cresceu 321,77% nas últimas duas décadas, passando de R\$360,10 em 1991 para R\$454,08 em 2000 e R\$1.518,78 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 26,10% no primeiro período e 234,47% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 5,86% em 1991 para 3,00% em 2000 e para 0,00% em 2010.

A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,44 em 2000 e para 0,62 em 2010.

TRÊS ARROIOS - RS

História

Três Arroios é assim denominado devido a três arroios que existem na área emancipada. O início de sua colonização foi em 1917, quando famílias de imigrantes alemães chegaram nesta região, juntamente com o Sr. Rodolfo Fruhuith, agrimensor. O Distrito criado com a denominação de Três Arroios em 1953, com território desmembrado do distrito de Severiano, subordinado ao município de Erechim. Foi elevado à categoria de município em 1987, desmembrado dos municípios de Erechim, Gaurama, Severiano de Almeida e Mariano Moro.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 0,00% e no de período 1991 e 2000, 107,43%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 19,61% entre 2000 e 2010 e 41,64% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 47,27% no período de 2000 a 2010 e 241,39% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 107,82% entre 2000 e 2010 e 87,43% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 69,96% dos alunos entre 6 e 14 anos de Três Arroios estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 65,08% e, em 1991, 50,56%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 63,19% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 39,33% e, em 1991, 4,56%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 22,73% estavam cursando o ensino superior em 2010, 10,40% em 2000 e 3,44% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 0,00% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 3,93%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 43,55% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 21,84% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 3,09% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 81,59% em 2000 para 84,84% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,10% em 2000 para 0,00% em 2010.



Fonte: Google Maps 2014

Caracterização do Território

Área: 267,93 km²

IDHM 2010: 0,702

Ranking IDHM 2010: Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)

População (Censo 2010): 5311 hab.

Densidade Demográfica: 19,82 hab/Km²

Ano de instalação: 1959

Evolução do IDHM

Entre 1991 e 2010, Viadutos teve um incremento no seu IDHM de 68,35% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (37%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 48,89% entre 1991 e 2010.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Viadutos teve uma taxa média de crescimento anual de -1,35%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,57%. No Estado, estas taxas foram de 1,00% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 70,01%.

Estrutura etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Viadutos passou de 54,22% para 44,24% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 10,50% para 14,71%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 55,79% para 54,22%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,68% para 10,50%.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Viadutos, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,7 anos em 1991 para 71,8 anos em 2000, e para 76,8 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e para o país, de 73,9 anos.

Renda

A renda per capita média de Viadutos cresceu 110,21% nas últimas duas décadas, passando de R\$324,93 em 1991 para R\$479,85 em 2000 e R\$683,03 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 47,68% no primeiro período e 42,34% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 14,69% em 1991 para 6,81% em 2000 e para 2,60% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,49 em 2000 e para 0,42 em 2010.

VIADUTOS - RS

História

O nome Viadutos provém da existência de várias pontes na estrada de ferro que liga Gaurama a Marcelino Ramos, nas proximidades da sede. O povoamento teve início por volta de 1908 com predominância de descendentes italianos na sede do município, e poloneses no segundo distrito Carlos Gomes, hoje município, e vieram acompanhando a construção da estrada de ferro. Em março de 1938, o então povoado de Viadutos foi elevado a categoria de vila. O município foi criado em 1959, após vitória apurada pela consulta plebiscitária realizada em 1958. O território foi constituído pelo desmembramento de áreas pertencentes aos municípios de Gaurama e Marcelino Ramos.

Fonte: adaptado pela autora a partir de www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 13 ago 2014.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHMEducação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 142,64% e no de período 1991 e 2000, 191,76%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 12,01% entre 2000 e 2010 e 90,35% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 40,38% no período de 2000 a 2010 e 237,87% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 43,02% entre 2000 e 2010 e 835,69% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 63,67% dos alunos entre 6 e 14 anos de Viadutos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade.

Em 2000 eram 69,05% e, em 1991, 42,96%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 34,34% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 25,43% e, em 1991, 5,93%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 12,29% estavam cursando o ensino superior em 2010, 6,62% em 2000 e 2,97% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 4,50% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 17,46%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHMEducação.

Em 2010, 36,53% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 21,40% o ensino médio. Em Rio Grande do Sul, 56,29% e 37,73% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,34% nas últimas duas décadas.

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 74,11% em 2000 para 74,71% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,53% em 2000 para 0,82% em 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013